



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (FIC)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO (PPGCOM)

SABRYNA MORENO DA SILVA

**O processo de recepção do telejornalismo por pessoas com
deficiências auditivas ou visuais: barreiras, experiências e estratégias
de acessibilidade comunicativa**

GOIÂNIA
2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Sabryna Moreno da Silva

3. Título do trabalho

O processo de recepção do telejornalismo por pessoas com deficiências auditivas ou visuais:
barreiras, experiências e estratégias de acessibilidade comunicativa

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Sabryna Moreno Da Silva, Discente**, em 18/03/2025, às 15:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Carolina Rocha Pessoa Temer, Usuário Externo**, em 18/03/2025, às 15:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5243070** e o código CRC **FC55C63B**.

SABRYNA MORENO DA SILVA

**O processo de recepção do telejornalismo por pessoas com
deficiências auditivas ou visuais: barreiras, experiências e estratégias
de acessibilidade comunicativa**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM), da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC), da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Área de concentração: Comunicação, cultura e cidadania
Linha de pesquisa: Mídia e Cidadania
Orientação: Profª. Dra. Ana Carolina Rocha Pessoa Temer

GOIÂNIA
2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Silva, Sabryna Moreno da

O processo de recepção do telejornalismo por pessoas com deficiências auditivas ou visuais: [manuscrito] : barreiras, experiências e estratégias de acessibilidade comunicativa / Sabryna Moreno da Silva. - 2025.

179 f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Ana Carolina Rocha Pessoa Temer.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Informação e Comunicação (FIC), Programa de Pós
Graduação em Comunicação, Goiânia, 2025.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.

Inclui lista de figuras.

1. Telejornalismo. 2. Acessibilidade comunicativa. 3. Cidadania . 4.
Pessoa com deficiência. 5. Recepção midiática. I. Temer, Ana
Carolina Rocha Pessoa, orient. II. Título.

CDU 007



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº **04/2025** da sessão de Defesa de Dissertação de **Sabryna Moreno da Silva**, que confere o título de Mestre em Comunicação, na área de concentração em Comunicação, Cultura e Cidadania.

Aos vinte e quatro dias de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, a partir das quinze horas, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada **“Estratégias comunicativas de pessoas com deficiências auditivas ou visuais perante os telejornais: um estudo de recepção”**. Os trabalhos foram instalados pela Orientadora, Professora Doutora Ana Carolina Rocha Pessoa Temer (PPGCOM/FIC/UFG) com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor Doutor Magno Luiz Medeiros da Silva (PPGCOM/FIC/UFG), avaliador titular interno e Professor Doutor Marco Antonio Bonito (PPGCIC/Unipampa), avaliador titular externo, com a participação de todos por videoconferência. Durante a arguição os membros da banca **fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho **conforme explicitado abaixo**. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata **aprovada** pelos seus membros. Proclamados os resultados pela Professora Doutora Ana Carolina Rocha Pessoa Temer, Presidenta da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos vinte e quatro dias de fevereiro de dois mil e vinte e cinco.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

O processo de recepção do telejornalismo por pessoas com deficiências auditivas ou visuais: barreiras, experiências e estratégias de acessibilidade comunicativa



Documento assinado eletronicamente por **Ana Carolina Rocha Pessoa Temer, Usuário Externo**, em 25/02/2025, às 08:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Magno Luiz Medeiros Da Silva, Professor do Magistério Superior**, em 25/02/2025, às 09:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marco Antonio Bonito, Usuário Externo**, em 26/02/2025, às 17:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5144675** e o código CRC **AF7A4559**.

Dedicado a todas as pessoas cujas particularidades foram ignoradas por tanto tempo, e à luta coletiva por uma comunicação acessível e uma cidadania plena. Que este estudo contribua para reconhecer a diversidade humana e promover uma inclusão verdadeira e respeitosa.

*Eu sou apenas um alguém, mas ainda sou uma.
Eu não posso fazer tudo, mas ainda posso fazer
algo. Eu não vou me recusar a fazer o que eu
posso fazer.*

Helen Keller, primeira pessoa surdocega a
concluir um bacharelado

RESUMO

Este trabalho investiga como pessoas com deficiências auditivas ou visuais acessam e significam conteúdos telejornalísticos, considerando tanto as barreiras comunicacionais enfrentadas quanto as estratégias comunicativas por elas desenvolvidas. Fundamentada no modelo social da deficiência, a pesquisa discute a relevância de práticas inclusivas nos meios de comunicação, situando-se na perspectiva de que o acesso pleno à informação constitui um direito fundamental para o exercício da cidadania. Para tanto, foram realizadas entrevistas em profundidade e observação participante, visando compreender, de forma contextualizada, as experiências, percepções e recursos que indivíduos com deficiência visual ou auditiva mobilizam ao interagir com o telejornalismo. O arcabouço teórico apoia-se em autores que tratam de cidadania comunicacional, responsabilidade social do jornalismo e estudos do telejornalismo, além de estudos que abordam a acessibilidade e a história das pessoas com deficiência. As abordagens metodológicas propõem um tensionamento entre o funcionalismo, que salienta as funções sociais integradoras da televisão, e Martín-Barbero, cujo foco recai sobre processos de mediação cultural na recepção midiática. Os resultados indicam a necessidade de recursos adaptados, como intérpretes de Libras e audiodescrição, e de maior atenção editorial para garantir a inclusão efetiva de sujeitos com deficiências sensoriais nos conteúdos jornalísticos. A dissertação contribui, assim, para debates a respeito da democratização da comunicação e para reflexões sobre práticas mais abrangentes no telejornalismo, capazes de contemplar a pluralidade sensorial e linguística da sociedade.

Palavras-chave: Telejornalismo; Acessibilidade comunicativa; Deficiência auditiva; Deficiência visual; Comunicação e cidadania; Recepção midiática.

ABSTRACT

This study investigates how individuals with hearing or visual impairments access and interpret televised news content, taking into account both the communication barriers they face and the communicative strategies they develop. Grounded in the social model of disability, the research discusses the relevance of inclusive practices in media, assuming the perspective that full access to information is a fundamental right for the exercise of citizenship. To achieve this, in-depth interviews and participant observation were conducted, aiming to understand, in context, the experiences, perceptions, and resources that visually or hearing-impaired individuals mobilize when interacting with televised news. The theoretical framework is based on authors who address communicational citizenship, social responsibility in journalism, and television news studies, as well as research on accessibility and the history of people with disabilities. The methodological approaches propose a tension between functionalism, which emphasizes the integrative social functions of television, and Martín-Barbero, whose focus is on cultural mediation processes in media reception. The findings point to the need for adapted resources, such as sign language interpreters and audio description, and greater editorial attention to ensure the effective inclusion of people with sensory impairments in journalistic content. Thus, this dissertation contributes to discussions on the democratization of communication and offers reflections on broader practices in television news, capable of embracing society's linguistic and sensory diversity.

Keywords: Television news; Communicative accessibility; Hearing impairment; Visual impairment; Communication and citizenship; Media reception.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Objetos apreendidos em operação (9 nov. 2024).....	83
Figura 2 - CNN Prime Time (8 nov. 2024).....	85
Figura 3 - César Tralli na bancada do Jornal Hoje (15 fev. 2024).....	87
Figura 4 - Cratera em reportagem no Jornal Anhanguera 1ª edição (8 nov. 2024).....	86
Figura 5 - Apresentadores do Jornal Anhanguera sentados em frente a uma árvore de Natal (29 nov. 2024).....	88
Figura 6 - Quadro “Programão” - Jornal Anhanguera 1ª edição (29 nov. 2024).....	90
Figura 7 - Reportagem Jornal Anhanguera 2ª edição (26 out. 2024).....	92
Figura 8 - Reportagem Jornal Anhanguera 2ª edição (9 nov. 2024).....	93
Figura 9 - Reportagem TV Rio Verde (28 out. 2024).....	94
Figura 10 - Reportagem em Libras publicada em redes sociais.....	96
Figura 11 - Reportagem Jornal Anhanguera 1ª edição (23 dez. 2024).....	97
Figura 12 - Reportagem Jornal Anhanguera 1ª edição com closed caption da TV (23 dez. 2024).....	98
Figura 13 - Telejornal Conexões da TV UFG (18 nov. 2024).....	99

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 COMUNICAÇÃO E CIDADANIA.....	19
2.1 PROCESSO DE COMUNICAÇÃO.....	23
2.2 CIDADANIA COMUNICATIVA E COMUNICAÇÃO COMO DIREITO HUMANO.	30
3 A PESSOA COM DEFICIÊNCIA EM SOCIEDADE.....	34
4 TELEVISÃO E TELEJORNALISMO BRASILEIRO.....	37
5 ACESSIBILIDADE COMUNICATIVA EM SOM E IMAGEM.....	43
6 ESCOLHAS METODOLÓGICAS.....	47
6.1 ENTREVISTA: ASPECTOS POTENCIAIS ENQUANTO SUJEITOS CONSUMIDORES DE TV.....	48
6.1.1 Roteiro da entrevista.....	49
6.2 OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE: ACESSO À INFORMAÇÃO, INTERAÇÕES E SIGNIFICAÇÕES NA PRÁTICA.....	51
7 ANÁLISE E TENSIONAMENTOS ACERCA DOS RESULTADOS.....	53
7.1 TRAJETÓRIAS ATRAVESSADAS PELA TELEVISÃO.....	58
7.1.1 Participantes com deficiência visual.....	59
7.1.2 Participantes com deficiência auditiva.....	61
7.1.3 Valores e falhas da televisão.....	64
7.2 BARREIRAS COMUNICACIONAIS NO TELEJORNALISMO.....	66
7.3 ESTRATÉGIAS DE ACESSO E SIGNIFICAÇÃO.....	74
7.4 DO DISCURSO À PRÁTICA: OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE.....	81
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
REFERÊNCIAS.....	111
APÊNDICE A - Entrevistas com pessoas com deficiência visual.....	117
APÊNDICE B - Entrevistas com pessoas com deficiência auditiva (com auxílio de Intérprete de Libras).....	151
ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP/UFG.....	172

1 INTRODUÇÃO

Diante do contexto em que a informação é uma força impulsionadora da cidadania e da inclusão, se instaura um cenário desafiador para indivíduos com deficiências sensoriais. No Brasil, essa conjuntura social é particularmente desafiadora, uma vez que, em função de aspectos históricos e culturais, os telejornais desempenham papel central na transmissão de informações, delineando narrativas que moldam a compreensão coletiva da realidade. No entanto, para aqueles que enfrentam obstáculos visuais e auditivos, a experiência de acessar e interpretar essas narrativas, por meio da televisão, um meio que reproduz informações por meio de som e imagem, é repleta de desafios únicos que transcendem os limites físicos e adentram as esferas da participação social e da cidadania.

A relevância dos telejornais na formação de valores e na socialização política encontra respaldo em diversos estudos sobre comunicação, que ressaltam seu potencial em estruturar debates na sociedade. Esse poder simbólico torna-se ainda mais visível ao se considerar o hábito cotidiano de grande parte da população que, por razões históricas, vê nos telejornais uma fonte crível de atualização informativa. A intersecção entre essa importância sociocultural e as barreiras enfrentadas por sujeitos com deficiências visuais ou auditivas abre espaço para um questionamento: se o telejornal preenche um papel tão significativo no imaginário coletivo, como garantir que todos, com suas diversidades acerca de limitações auditivas ou visuais, usufruam plenamente desse conteúdo?

Esta pesquisa busca estender as fronteiras do entendimento acerca de como o telejornalismo, dependendo de seu nível de acessibilidade, pode tanto construir quanto obstaculizar as experiências de pessoas com deficiências auditivas ou visuais. Dessa forma, a acessibilidade à informação é um pilar fundamental na construção de uma sociedade justa e inclusiva. No entanto, para as pessoas com deficiências visuais e auditivas, o acesso a informações veiculadas pelos telejornais assume contornos singulares. A barreira imposta pelos limites sensoriais se traduz em um afastamento potencial da esfera pública, perpetuando desigualdades e limitando a participação ativa desses indivíduos na formação da opinião pública e na tomada de decisões que permeiam a vida cotidiana.

Considera-se importante destacar, logo no início, que esta é uma pesquisa que, ao tratar de deficiências auditivas ou visuais, se embasa no modelo social para conceituar a deficiência como parte da diversidade humana, contrariando o modelo médico que ressalta aspectos incapacitantes e trata sobre deficiência como consequência de uma lesão. Para isso, são utilizados conceitos desenvolvidos por autores como Diniz (2007), que destaca a

importância do modelo social para afirmar a deficiência como um modo de vida, parte das diversidades humanas; Goffman (1998) ao tratar estigma como a discriminação sofrida por quem é diferente em sociedade, além de Monteiro et al (2016), Paula e Maior (2008) e Fonseca (1987) para contextualizar a história das pessoas com deficiência. Para adentrar em questões sobre a acessibilidade comunicativa, serão utilizados autores como Bonito (2015) e Cirne e Belem (2016).

A revisão de literatura também foi realizada no âmbito da cidadania comunicacional e a responsabilidade social do jornalismo, bem como considera-se fundamental adentrar nos estudos sobre telejornalismo e suas novas configurações. Nesse âmbito, são utilizados autores como Signates e Moraes (2019), Marshall (1967), Carvalho (2002), Vieira (2001), Mata (2006), Temer (2006), Becker (2005) e Vizeu (2002). Tais referenciais permitem vislumbrar, entre outras questões, como o noticiário televisivo não apenas informa sobre os fatos, mas igualmente seleciona, hierarquiza e ressignifica acontecimentos sociais, desempenhando um lugar de destaque na definição de pautas públicas.

Vale salientar que este trabalho adota como princípios norteadores alguns aportes metodológicos e teóricos que serão detalhados nos capítulos subsequentes. Entre eles, destaca-se a proposta de tensionamento entre as contribuições do funcionalismo, perspectiva que enfatiza as funções sociais integradoras exercidas pela mídia, e as proposições de Martín-Barbero, centradas nos processos de mediação cultural que se desenrolam entre o polo emissor e o polo receptor. Compreende-se que a abordagem funcionalista auxilia a situar a televisão como instrumento de coesão e informação de massas, enquanto a proposta de Martín-Barbero explora a dinâmica pela qual cada indivíduo, inserido em práticas culturais diversas, interpreta e ressignifica o conteúdo midiático de acordo com suas particularidades. Tal tensão entre enfoques, como será explicitado neste trabalho, pode ajudar a iluminar, de um lado, os motivos pelos quais a TV segue relevante na vida social, e de outro, o modo como grupos minorizados buscam adaptar-se ou interpelar as estruturas de comunicação que muitas vezes não contemplam plenamente suas realidades.

Ao analisar as estratégias comunicativas e de recepção do telejornal envolvendo pessoas com deficiências auditivas ou visuais, é imprescindível compreender como essas estratégias reverberam na percepção e entendimento das notícias por parte desses sujeitos da pesquisa. Acredita-se que, dessa forma, a pesquisa pode permitir um melhor entendimento acerca dos diferentes processos de interação, no contexto das deficiências sensoriais, para acessar informações veiculadas pelo telejornalismo, a partir do reconhecimento do acesso à informação enquanto direito do cidadão.

A pesquisa está situada na linha de Mídia e Cidadania, cujos estudos possuem ênfase nas especificidades da cidadania comunicacional, diversidade cultural e democratização da informação. Em consonância com a ementa da linha, este trabalho se apoia em conceitos de comunicação e cidadania para atravessar questões sobre deficiência enquanto parte da diversidade humana, a fim de observar o caminho percorrido pela informação em som e imagem até a recepção da pessoa com deficiência auditiva ou visual. Reconhecer esse itinerário simbólico (que envolve codificações, emissões, mediações e decodificações) traz indícios sobre as tensões entre a oferta de conteúdo jornalístico e as dificuldades de acesso que surgem para determinados segmentos populacionais.

Como explica Braga (2011, p. 13), “construir e problematizar um objeto de pesquisa não é apenas escolher um tema, um ‘recorte da realidade’, e fazer-lhe algumas perguntas genéricas, buscadas no âmbito teórico”. Trata-se de um processo de construção do problema de pesquisa que, segundo o autor, não se limita à pergunta inicial, mas que envolve todo o projeto, desde os objetivos aos elementos de justificativa. Nesse ponto de vista, o problema da pesquisa não deve ser somente o que representa a relação entre o que o pesquisador quer saber sobre o objeto empírico, mas questionamentos do estudo que precisam desenvolver tensionamentos com base na fundamentação teórica.

Este estudo tem como principal questão problema, aqui considerada um ponto de partida para devidos tensionamentos: De que forma pessoas com deficiências auditivas ou visuais acessam informações importantes para o exercício da cidadania por meio do telejornalismo, enquanto sujeitos comunicantes? Dessa maneira, a análise é sobre como se dá o acesso à informação por meio de telejornais por parte de indivíduos com deficiência visual ou auditiva, considerando as diferentes estratégias comunicativas.

O objetivo geral desta pesquisa é “compreender como pessoas com deficiências auditivas ou visuais acessam informações e interagem com o telejornalismo, enquanto sujeitos comunicantes”.

Como objetivos específicos, estão estabelecidos:

- a) Observar como o acesso à informação interfere na garantia da cidadania a pessoas com deficiência.
- b) Identificar, a partir das experiências de pessoas com deficiência visual e auditiva, enquanto telespectadores em potencial, o nível de democratização do telejornalismo;
- c) Analisar como sujeitos comunicantes com deficiência consideram a definição que o telejornalismo faz sobre eles.

Uma vez que os objetivos de uma pesquisa devem ser delimitados com base em fundamentos científicos sólidos, considerando princípios metodológicos e teóricos que orientam a construção do conhecimento científico, dentre considerações essenciais que devem orientar a delimitação dos objetivos, pode-se mencionar a relevância da pesquisa para a comunidade científica e a sociedade, bem como também o foco na resposta à questão problema. Mas, principalmente, como sustentam Lakatos e Marconi (2003, p. 156), o objetivo da pesquisa deve responder às questões básicas: “Por quê? Para quê? Para quem?”. Portanto, o objetivo evidencia o problema com vista à ampliação do conhecimento sobre determinado assunto.

Gil (2002) explica que as pesquisas podem ser classificadas de acordo com seus objetivos gerais. Há três grandes grupos: exploratórias, descritivas e explicativas. A presente pesquisa encaixa-se no que o autor caracteriza como pesquisa exploratória, tendo como objetivo principal “o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições” (Gil, 2002, p. 41), podendo envolver metodologias relacionadas à entrevistas com pessoas que se relacionam ou experienciam algo relacionado ao objeto.

Considerando todos esses elementos, a estratégia metodológica para a compreensão do problema é a pesquisa de recepção, a fim de cumprir os objetivos do estudo. Dessa forma, o trabalho de coleta de dados foi feito por meio de entrevistas em profundidade, com questões semiestruturadas, para entender quais são os aspectos de pessoas com deficiência visual e auditiva perante o acesso à informação por meio do telejornalismo. Foi desenvolvido um roteiro básico com perguntas consideradas fundamentais, mas que permitiu flexibilizar o processo com a inclusão de outras indagações ou elementos que explorem com mais detalhes os elementos citados pelos próprios entrevistados.

Para complementar a análise desse processo prático de acesso e consumo de informações telejornalísticas, também se fez necessária a observação participante, que permite o acompanhamento do momento da recepção dos telejornais na residência dos receptores. A observação participante foi realizada para investigar na prática o acesso e interação da pessoa pesquisada em relação ao telejornalismo, com um acompanhamento eventual e individual. A abordagem combinada de entrevistas em profundidade e observação participante visa oferecer uma visão abrangente, permitindo uma análise mais contextualizada e sensível às complexidades do acesso à notícias televisivas por pessoas com deficiência.

Entende-se que a acessibilidade efetiva do telejornalismo pode influenciar diretamente a qualidade e a extensão do acesso à informação por parte desses indivíduos. Defende ainda que a presença de recursos adequados, como Libras, audiodescrição e linguagem acessível,

pode potencializar a compreensão e participação ativa, enquanto a falta de tais elementos pode gerar obstáculos significativos, contribuindo para a perpetuação de desigualdades, limitando a inclusão social e comprometendo o pleno exercício da cidadania por indivíduos com deficiências sensoriais. Por se tratar de uma pesquisa sobre estratégias comunicativas de pessoas com deficiências auditivas ou visuais perante os telejornais, esses elementos são tensionados a partir dos resultados obtidos nesta pesquisa, de forma a reforçar ou relativizar a sua importância.

Dessa forma, o trabalho pode contribuir para o aprofundamento da compreensão acerca das experiências e desafios enfrentados por pessoas com deficiências auditivas e visuais no acesso à informação, a fim de ampliar o conhecimento científico sobre essas questões. De modo indireto, acredita-se também que será possível identificar insuficiências em acessibilidade no telejornalismo, além de oferecer espaço para que pessoas com deficiências auditivas ou visuais expressem suas perspectivas sobre o acesso à informação, promovendo seu empoderamento ao tornar os indivíduos, dentro da pesquisa, participantes ativos na discussão sobre acessibilidade e inclusão.

Em síntese, a pesquisa busca contribuir com a literatura em relação com estudos sobre pessoas com deficiência no âmbito da cidadania comunicativa, mas também possui implicações práticas e éticas substanciais, alinhadas com a busca por uma sociedade mais inclusiva e efetivamente cidadã. Portanto, ao abordar a interseção entre deficiências auditivas e visuais e telejornalismo, esta pesquisa visa contribuir para o avanço do conhecimento e para a promoção de práticas mais inclusivas na comunicação mediada pela televisão. Esses esforços estão atrelados à consolidação de direitos sociais e ao reconhecimento da diversidade como elemento constitutivo das dinâmicas de recepção e produção midiática, tendo em vista que a democratização da informação perpassa o compromisso de ouvir e incluir grupos historicamente invisibilizados no centro das discussões sobre a mídia contemporânea.

A revisão de literatura foi realizada na fase de planejamento desta presente pesquisa, até março de 2023, para compreender o que já foi estudado a respeito da cidadania comunicativa de pessoas com deficiência, não somente se tratando de deficiências sensoriais, jornalismo e pesquisa de recepção. Para estabelecer base teórica sólida para a construção desta pesquisa, pretende-se não apenas identificar possíveis lacunas existentes na literatura, mas também fundamentar a abordagem teórico-metodológica e justificar a importância do estudo para a compreensão mais ampla das estratégias de comunicação eficazes e inclusivas nesse cenário específico.

Mais do que coleta de informações, a revisão de literatura é uma etapa importante pois trata-se de um processo dinâmico e crítico para fundamentar uma pesquisa científica que pretende contribuir para a expansão do conhecimento. Como discorre Moreira (2004, p. 22), “revisar significa olhar novamente, retomar os discursos de outros pesquisadores, mas não no sentido de visualizar somente, mas de criticar”.

Dessa maneira, ao realizar uma busca sistemática e criteriosa, o pesquisador adquire uma compreensão abrangente das contribuições anteriores, identificando as correntes teóricas e as insuficiências no conhecimento. Essa contextualização não apenas valida a necessidade da pesquisa proposta, mas também oferece uma base sólida para sua fundamentação teórica.

Assim como sustentam Taylor e Procter (2001), a apresentação da revisão de literatura deste presente trabalho é em formato de relato acerca do que já foi publicado sobre o tema por estudiosos e pesquisadores. Em consonância com o que foi exposto a respeito de revisão de literatura, são mencionados neste capítulo estudos com alguma relação com a temática deste trabalho, a fim de verificar o que vem sendo estudado e apontar possíveis avanços com vista ao desenvolvimento de discussões. Assim, a questão norteadora para as buscas se resume em: “Como pesquisas em Comunicação abordam o acesso de pessoas com deficiências auditivas e visuais à informação, especialmente se tratando de telejornalismo?”.

Com a compreensão inicial de que ainda há poucos estudos que realizam a devida intersecção entre comunicação, cidadania e deficiência, a pergunta foi propositalmente abrangente, para buscar produções acadêmicas que envolvam termos como: “comunicação”; “telejornalismo”; “inclusão social”; “cidadania comunicativa”; “deficiências sensoriais”. Foram utilizadas plataformas de pesquisa/bancos como Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Google Acadêmico, e, em principal, Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Antes de prosseguir para os resultados das buscas, é fundamental já mencionar a importância de Marco Bonito para os estudos sobre cidadania comunicativa de pessoas com deficiência. Em sua tese, intitulada “Processos de comunicação digital deficiente e invisível: mediações, usos e apropriações dos conteúdos digitais pelas pessoas com deficiência visual no Brasil”, Bonito (2015, p. 88) discorre sobre acessibilidade comunicativa como “o conjunto de processos que visam desobstruir e promover a comunicação sem barreiras como direito humano fundamental”.

Dessa forma, o autor realiza a contextualização de aspectos relativos à questão da deficiência visual no contexto brasileiro e à inclusão comunicacional/digital do grupo em questão. O trabalho investiga os processos comunicativos envolvendo usuários com

deficiência visual no âmbito dos conteúdos multimídias digitais e, assim, contribui para a ampliação da produção acadêmico-científica relacionada à condição de pessoas com deficiência enquanto sujeitos que se comunicam e consomem.

Entretanto, ainda são poucos os trabalhos encontrados no âmbito da comunicação sobre pessoas com deficiências auditivas e visuais. A maior parte dos resultados refere-se a pesquisas na área da Educação, Saúde, ou, até mesmo, Antropologia. Ao buscar pelo termo “cidadania comunicativa de pessoas com deficiência” no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, foram encontrados 5 resultados. Dentre eles, duas são pesquisas da área da Comunicação.

Intitulada “Audiodescrição e Cidadania: Processos comunicacionais de sujeitos cegos vinculados aos usos e apropriações da rede social WhatsApp”, a pesquisa de Marcela Ribas Campanhã é uma dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Durante o estudo, Campanhã (2020) se dedicou a investigar os processos comunicacionais nos usos e apropriações de mídias digitais por pessoas com deficiência visual, na perspectiva de sua cidadania comunicativa. Para isso, foram utilizados os aspectos da relação com a audiodescrição e o uso da rede social WhatsApp. A pesquisa de Campanhã (2020) é um dos exemplos da abordagem social em relação à deficiência, destacando o aspecto de pessoas com deficiência visual enquanto sujeitos comunicantes no espaço digital e cultural.

Diante de suas indagações pessoais, a autora desenvolveu a pesquisa com objetivo de analisar os processos comunicacionais de pessoas com deficiência auditiva em Porto Alegre, vinculados à audiodescrição a partir das apropriações do WhatsApp na perspectiva da cidadania comunicativa. Campanhã (2020) utilizou a observação participante no grupo do WhatsApp da comunidade de sujeitos cegos a ser pesquisada, e também em espetáculos de cinema, show e teatro para observar como a audiodescrição é utilizada. Também foi realizado o levantamento bibliográfico, momento em que a autora percebeu que poucos trabalhos científicos sobre Comunicação e Acessibilidade envolvem a temática Audiodescrição. “Soma-se a isso o fato de quase nenhum deles abordar questões relacionadas à cidadania” (Campanhã, 2020, p. 12).

Durante a pesquisa para realização desta revisão de literatura, poucos foram os resultados relacionados. Tratando-se de comunicação e deficiência sensorial, a pesquisa de Campanhã (2020) é uma das poucas produções no âmbito de teses e dissertações. Aqui, como já citado, propõe-se uma pesquisa acerca do acesso à informação por parte de pessoas com

deficiências auditivas e visuais, mas não somente sujeitos cegos, bem como também surdos e, ainda, observando a diferença de percepção de quem nasceu com deficiência ou adquiriu ao longo da vida.

A procura de trabalhos que abranjam reflexões sobre o telejornalismo ou informação em som e imagem, ao buscar por “comunicação” e “pessoas com deficiência”, termos mais amplos, encontram-se, entre alguns trabalhos de outras áreas, estudos de Comunicação como o intitulado “Mídia e Cidadania: a representação das pessoas com deficiências no telejornalismo”. Trata-se de uma dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Ainda no resumo, Scoralick (2011, p. 8) afirma que o tema “ainda é envolto de preconceito e desconhecimento, inclusive por parte dos jornalistas”.

Como o título sugere, o estudo de Scoralick (2011) se propõe a verificar como as pessoas com deficiência são apresentadas em notícias no telejornalismo e como esses aspectos podem influenciar na construção da identidade dos sujeitos. O trabalho faz ainda uma análise de como a telenovela pauta o telejornalismo, citando a novela *Viver a Vida*, da TV Globo, que colocou como protagonista uma cadeirante. A análise foi feita com base em material exibido pelo SBT.

Scoralick (2011) conclui que a representação de pessoas com deficiência é positiva no telejornalismo, ainda que pequena. Entretanto, percebe-se a ausência de tensionamentos a respeito de representatividade, não somente representação enquanto inclusão de personagens com deficiência em reportagens ou telenovelas. A conclusão de que a telenovela é referência para pautas dos telejornais também foi pouco desenvolvida. Nesse sentido, faz-se necessário o aprimoramento da produção acadêmica a respeito da pessoa com deficiência enquanto sujeito consumidor e comunicante.

No âmbito das pesquisas de recepção, importantes para a protagonização das pessoas com deficiência no que diz respeito ao direito humano de acesso à informação, Felipe Collar Berni publicou, em 2021, pesquisa de Dissertação de Mestrado intitulada “A recepção jornalística de pessoas com deficiência intelectual: um estudo sobre os usos e significações que fazem em seus cotidianos”. O trabalho foi apresentado no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Berni (2021) realiza o estudo de recepção para observar como os conteúdos jornalísticos são socialmente utilizados por pessoas com deficiência intelectual (PCDI) em relações cotidianas. Assim o trabalho traz tensionamentos sobre consumo, acessibilidade e

apropriação, considerando as PCDI como sujeitos que devem usufruir da comunicação enquanto parte da cidadania, de acordo com suas necessidades particulares.

O autor realiza a triangulação metodológica para conduzir a pesquisa exploratória por meio de entrevistas com pessoas com deficiência intelectual, a fim de entender como o jornalismo está no cotidiano dos sujeitos. Posteriormente, foi constituído um grupo de compartilhamento de notícias por meio do WhatsApp com os integrantes, a fim de observar, utilizando o método grupo focal, como os participantes interagiam e argumentavam entre si sobre os assuntos abordados nos conteúdos jornalísticos.

A pesquisa de Berni (2021) traz aspectos interessantes acerca do uso do jornalismo no cotidiano de quem o consome, especificamente tratando-se de um público com especificidades e particularidades durante o processo de interpretação e significação dos conteúdos. O autor utiliza como conceitos-chave a cidadania comunicativa (Mata, 2006) e acessibilidade comunicativa (Bonito, 2015).

Buscamos, de forma modesta, reconhecer as pessoas com deficiência como sujeitos comunicantes e avançar na construção do saber em relação aos seus hábitos e particularidades de consumo, contribuindo para o pleno exercício de sua cidadania comunicativa e, de maneira específica, contribuindo com o fortalecimento do próprio jornalismo e, conseqüentemente, da democracia (Berni, 2021, p. 25)

Ao buscar pelo termo “deficiências sensoriais”, em busca de estudos que reflitam sobre as experiências de sujeitos comunicantes com obstáculos auditivos e visuais, encontram-se 61 resultados no catálogo de teses e dissertações. Ao refinar a busca para as áreas de ciências sociais aplicadas e ciências humanas, o número cai para 14. Dentre os resultados, há apenas um relacionado à área da Comunicação, “Publicidade Inclusiva: uma análise discursiva da representatividade das pessoas com deficiências sensoriais em anúncios publicitários televisivos” (Santos, 2020).

O trabalho é da pesquisadora Lorryne Caroline dos Santos, dissertação apresentada em 2020 ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás. O trabalho analisa, por meio da teoria semiolinguística e semiótica, os discursos promovidos pela publicidade para verificar a presença de personagens com deficiência visual e auditiva nas peças publicitárias, defendendo que a publicidade inclusiva é, para além de uma tendência mercadológica, uma necessidade para que essa minoria seja incluída socialmente.

Em síntese, a revisão de literatura empreendida revela a complexidade e a escassez de estudos dedicados à interseção entre comunicação, cidadania e deficiência sensorial, especialmente no contexto do telejornalismo. Os trabalhos encontrados oferecem

contribuições para compreender as nuances dessa temática, no entanto, ressalta-se a necessidade premente de ampliação e aprofundamento dessa discussão, abrangendo não apenas a deficiência visual, mas também a auditiva, em análises amplas sobre as diferentes interpretações por parte de pessoas com diferentes deficiências sensoriais, e considerando as perspectivas de indivíduos que adquiriram a deficiência ao longo da vida.

A escassa representatividade na produção acadêmica sugere um terreno fértil para pesquisas futuras, com vistas ao aprimoramento da compreensão da cidadania comunicativa desses sujeitos e sua participação plena na sociedade da informação. Nesse sentido, se faz necessário reforçar a importância de investigações mais abrangentes e a colaboração interdisciplinar para promover avanços significativos na interface entre comunicação, deficiência sensorial e cidadania.

2 COMUNICAÇÃO E CIDADANIA

O processo de construção da fundamentação teórica é importante para que sejam reunidas bases teóricas ideais para determinada pesquisa. Como explicam Barros e Junqueira (2006, p. 45), a utilização de teorias científicas reconhecidas no campo de conhecimento sustenta “os argumentos das hipóteses” e fornece “explicações plausíveis sobre os fenômenos observados”.

Toda pesquisa, mesmo que explore alguma situação desconhecida, se inicia a partir de uma base científica (Lakatos e Marconi, 2003). Nesse viés, para a realização dessa pesquisa, são necessários referenciais teóricos no âmbito do processo da comunicação, da cidadania comunicativa e da responsabilidade social do jornalismo, bem como é fundamental adentrar nos estudos sobre telejornalismo e suas novas configurações. Da mesma forma, como o estudo atravessa conceitos sobre deficiência, ligados ou não à comunicação e acesso à informação, considera-se especificamente autores que defendem os estudos sobre deficiência de acordo com o modelo social, o qual conceitua a deficiência como forma de diversidade humana, contrariando o modelo médico, que a vê como resultado de uma lesão.

O conceito de cidadania é discutido por estudiosos de várias vertentes há muito tempo. T. H. Marshall foi um sociólogo pioneiro, dentro do contexto inglês marcado por desigualdade de classes, ao compreender a cidadania dividida em três dimensões de direitos, construídos nessa ordem com o passar de gerações: civis, políticos e sociais. De modo geral, para Marshall (1967), a cidadania é um status concedido àqueles que fazem parte integralmente de uma comunidade, com direitos e obrigações.

Carvalho (2002) tem como base a perspectiva marshalliana, mas defende que, para estudar como a cidadania se desenvolveu em determinada sociedade, é preciso analisar suas particularidades. Nesse viés, o autor afirma que, no Brasil, as três dimensões de direitos foram desenvolvidas na ordem inversa, com os direitos sociais em primeiro lugar – fenômeno determinante para a definição dos aspectos de cidadania no contexto brasileiro.

Nessa perspectiva, uma sociedade só alcança a cidadania plena quando as três dimensões de direitos se fazem presentes. Entretanto, como Carvalho (2002) destaca, os caminhos para atingir essa realidade são difíceis, haja vista que a elaboração de políticas públicas é construída a partir de interesses e relações de poder. Considerando que direitos sociais, civis e políticos englobam uma série de necessidades de uma sociedade diversa, como o direito de ir e vir, votar e ser votado e acessar serviços como saúde e educação, são necessárias formas de garantir que cada individualidade seja acolhida por esse sistema.

Cortina (2005) amplia a discussão sobre cidadania incorporando dimensões éticas e morais que transcendem os aspectos legais e políticos. Para a autora, a cidadania não se restringe apenas ao reconhecimento de direitos e deveres dentro de um estado-nação, mas também envolve um sentimento de pertença a uma comunidade e a construção de uma identidade coletiva. Ela observa que “a racionalidade da justiça e o sentimento de pertença a uma comunidade concreta têm de andar juntos, se desejamos assegurar cidadãos plenos e, ao mesmo tempo, uma democracia sustentável” (Cortina, 2005, p. 27).

Cortina (2005) defende, então, que a cidadania deve ser entendida como um conceito mediador, que integra exigências de justiça com o sentimento de pertença, unindo a racionalidade da justiça com a emotividade que vem da identidade comunitária. Nesse sentido, a autora propõe uma cidadania cosmopolita, que transcende as fronteiras nacionais e se orienta para uma ética universalista. Essa visão de cidadania implica o enfrentamento de barreiras culturais, sociais e políticas, a fim de promover uma convivência intercultural que respeita a diversidade e busca a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

A formação de cidadãos, segundo Cortina (2005), só é bem sucedida quando há educação formal e informal, ou seja, a cidadania é resultado de um processo contínuo de aprendizagem e prática, que começa na escola e se estende ao ambiente familiar e social. Esse processo educativo é fundamental para construir uma cidadania intercultural, que pressupõe o diálogo entre diferentes culturas e a valorização de identidades plurais e diversas, pois “compreender outras culturas é indispensável para compreender a própria cultura” (Cortina, 2005, p. 147).

Ao estudar múltiplos conceitos de cidadania, Vieira (2001) defende que é preciso pensar em uma cidadania multiculturalista, a fim de representar as diferenças culturais, em defesa de grupos sociais oprimidos pelo sistema, como negros, comunidade LGBTQIA+, mulheres, idosos, pessoas com deficiência e em vulnerabilidade social. Nesse ponto de vista, o cidadão não deveria mais ser definido somente como pertencente a uma nação específica, mas, sim, como indivíduo que se conecta e deve interagir com as diferenças ao seu redor. Para uma cidadania plena, a comunicação é elemento fundamental na inclusão de diversidades.

Para Temer e Tuzzo (2019, p. 144), é preciso uma compreensão dinâmica, e não estática, acerca da relação entre comunicação e cidadania. As autoras propõem reflexões sobre mídia, no contexto da cidadania, como um elemento social inserido em um contexto histórico e cultural. Para entender de que forma a mídia e a cidadania se relacionam, seria então preciso fazer uma leitura crítica da mídia e da realidade social, tendo como

compreensão a de que “a comunicação afeta emissores e receptores” (Temer e Tuzzo, 2019, p. 153),

afeta os emissores que refazem a cada elaboração (escrita e reescrita) dos conteúdos, os reelaboram racionalmente, ampliando a sua compreensão; e afeta os receptores porque ao terem acesso à novas informações, reelaboram os processos de escolha e de compreensão do mundo. O processo comunicativo, portanto, não nasce a partir do vazio, mas de sua própria vida ou leitura da realidade onde vive, de uma leitura real ou concreta da realidade (ou pelo menos, real para aquele que realiza esta leitura) a partir da qual a percepção/compreensão dos significados é ampliada e modificada pelos processos de comunicação, perfazendo a partir daí a construção de uma realidade modificada (ampliada pelo acesso aos meios, mas também afetada pelos seus conteúdos) que formam a nova percepção do mundo interior do leitor (Temer; Tuzzo, 2019, p. 153-154)

Seguindo a premissa da leitura crítica da mídia, contrária a teorias que defendem a passividade do receptor, os indivíduos, ao acessarem um conteúdo midiático, interpretam e negociam o significado das mensagens com base em seus contextos sociais. Nesse sentido, as mensagens e a forma como são interpretadas dependem de estruturas sociais, econômicas e políticas. A mídia, com seu papel de promover diálogo social, é capaz de influenciar as condições dessas estruturas, e, portanto, contribuir com novas formas de compreender a cidadania.

Temer e Tuzzo (2019) ressaltam o caráter complexo e inacabado de cidadania, conceito que se modifica dependendo das estruturas sociais, econômicas e políticas em que se exerce. As autoras destacam que, mesmo que haja diferentes níveis de criticidade, é preciso que a mídia construa uma relação com o receptor como “sujeito capaz de absorver conteúdos” (2019, p. 155), e, por isso, utiliza estratégias para mostrar ao público que há um diálogo entre mídia e audiência, como, por exemplo, a apropriação de conceitos.

Seguindo tais princípios, este trabalho busca priorizar as diversas compreensões sobre cidadania ligadas ao acesso à informação. Aqui, para estudar os aspectos comunicacionais, considerando a diversidade de conceitos, partimos do conceito defendido por Signates e Moraes (2019, p. 33), compreendendo cidadania como “todo e qualquer processo de troca simbólica capaz de gerar algum tipo de vínculo social”.

Essa definição, presume-se como ‘geral’, por estabelecer um espectro de análise que percorre desde o âmbito das ciências da linguagem até o das ciências sociais. O conceito de cidadania, por pertencer a estas últimas, nomeadamente à ciência política, ao ser analisado a partir do olhar comunicacional, coloca-nos diante de duas possibilidades: ou a noção de comunicação o engloba e extrapola, ou lhe passa ao largo, sem que se lhe produza qualquer efeito teórico. Temos razões para crer que a primeira hipótese é mais provável do que a segunda. (Signates; Moraes, 2019, p. 33)

Dentre as propostas de tipos de cidadania, está a cidadania como meio para alcançar direitos em uma sociedade. Nesse viés, a cidadania pode ser um instrumento de comunicação que viabiliza o acesso aos direitos. Os autores também ponderam sobre a cidadania do direito à informação e do consumo, destacando que “todo cidadão tem direito ao acesso às informações sobre suas condicionantes civis, políticas e sociais, seja por meio de jornais, internet e meios comunitários” (Signates; Moraes, 2019, p. 32).

Assim como o consumo e o direito à informação, a cidadania também é um elemento importante para a liberdade de expressão, e, segundo os autores, a participação na formação da opinião pública é um direito especificamente comunicacional. Essa participação não é apenas uma expressão de liberdade individual, mas também componente da organização de uma sociedade democrática.

É importante, portanto, pensar em cidadania comunicacional, haja vista que a cidadania é um “direito de expressão de direitos” (Signates; Moraes, 2019, p. 32). Esse ponto de vista destaca a interconexão entre a comunicação, o exercício de direitos individuais e coletivos, e a construção de sociedades democráticas mais participativas e justas. A partir dessa abordagem, a comunicação é reconhecida como ferramenta para capacitar cidadãos a serem ativos, informados e engajados.

Aquele que não recebe o devido acesso à comunicação, sendo, portanto, silenciado no processo comunicacional, se encontra na condição de subcidadão, de acordo com esse viés. O conceito de subcidadania comunicacional, considerado por Signates e Moraes (2019), é levantado pelo sociólogo Jessé Souza, com vistas a propor uma reflexão crítica sobre as estruturas sociais que perpetuam as desigualdades. Enquanto está na condição de subcidadão, o sujeito é desprovido de lugar de fala, sendo apenas citado, falado, e não como falante (Signates; Moraes, 2019).

Na perspectiva da condição do subcidadão, que é falado mas não é falante, há ainda aquele colocado em condição de silenciamento e submissão. A noção de comunicação como incomunicabilidade (Signates; Moraes, 2019) aponta para a existência de sujeitos que, devido a condições de marginalização, enfrentam barreiras para serem ouvidos e reconhecidos na esfera pública. Esse silenciamento, portanto, é estrutural, e ocorre devido a fatores como desigualdades econômicas, raciais, de gênero e sociais, que criam barreiras para a expressão e participação desses sujeitos.

A partir dessas reflexões, entende-se que o silenciamento pode assumir formas de violência simbólica, em que a linguagem é utilizada como instrumento de dominação. Termos pejorativos, estigmatização e discursos excludentes podem ser mecanismos que perpetuam a

incomunicabilidade, reforçando estruturas de poder assimétricas. Portanto, “negar a comunicabilidade a um sujeito, dentro de uma sociedade de direitos, é negar-lhe a própria cidadania” (Signates; Moraes, 2019, p. 33).

2.1 PROCESSO DE COMUNICAÇÃO

Dentre uma série de definições possíveis, a comunicação pode ser descrita como o processo de transmitir e receber informações, ideias, pensamentos ou sentimentos entre indivíduos ou grupos, por meio de símbolos, sinais, linguagem verbal ou não verbal. Como sustentado por autores como Temer e Nery (2004, p. 13), compreende-se comunicação a partir da sequência “comum + ação”, “ação de se tornar comum”, “ação que não se realiza sobre a matéria, mas sobre o outro”. Em consonância, para Rabaça e Barbosa (1987, p. 155-6), “comunicar implica participação em interação, em troca de mensagens, em emissão ou recebimento de informações novas”.

O processo de comunicação envolve elementos interconectados, e compreender o funcionamento e a dinâmica desse processo é essencial para enriquecer as discussões acerca do tema. Ao tratarem do conceito de processo, Temer e Nery (2004) lembram da expressão que representa a máxima de Heráclito, “um mesmo homem não atravessa um mesmo rio duas vezes, muda o homem e muda o rio”. A partir desse viés, um processo é algo que, mesmo mantendo um modelo, não ocorre sempre da mesma forma. “É o que acontece com os processos de comunicação, pois, embora seja possível estabelecer um padrão, jamais se repetem exatamente da mesma maneira” (Temer e Nery, 2004, p. 13).

Se tratando, portanto, da manipulação de ideias, como refletido pelas autoras, a comunicação é um fato social inerente à condição humana e ferramenta de estabelecimento de vínculos sociais, troca de informações e atribuição de significados ao mundo ao redor. Dessa maneira, tudo aquilo a que o ser humano atribui significado passa a compor um processo de comunicação.

Nesse contexto, Berlo (1985) explica que, sendo a comunicação um processo, não é possível estabelecer e predefinir começo, meio e fim. Esse processo seria composto por elementos dentre os quais, no campo de pesquisa da comunicação, se destacam: emissor; mensagem; canal; receptor. Enquanto é o emissor quem produz e envia a mensagem com a intenção de transmitir informações, ideias, sentimentos ou significados para um ou mais destinatários, o receptor é o indivíduo, grupo ou entidade que recebe e interpreta a mensagem transmitida pelo emissor. O canal de comunicação pode ser um meio físico ou técnico, como fala, escrita, gesto, a internet, o telefone, entre outros. O canal pode influenciar a forma como

a mensagem é codificada, transmitida e decodificada, além de poder afetar a eficácia da comunicação, pois determina a velocidade, a clareza e a fidelidade da transmissão da mensagem.

Como destaca Berlo (1985), formas de analisar a comunicação sem enxergá-la como processo tendem a serem falhas, a exemplo da teoria da agulha hipodérmica (ou bala mágica). Dentro do contexto da comunicação de massa, instituída aproximadamente na década de 1930, essa teoria propõe que os meios de comunicação de massa têm o poder de injetar mensagens diretamente nas mentes dos receptores, influenciando suas atitudes, crenças e comportamentos de maneira uniforme e imediata. Uma concepção que pressupõe uma visão simplista e unilateral da comunicação, desconsiderando sua natureza complexa, interativa e, especialmente, as características enquanto processo. “Essas descrições da comunicação se restringem a dizer que primeiro o comunicador faz A, depois faz B, em seguida acontece C, etc.” (Berlo, 1985, p. 36).

Berlo (1985) apresenta modelos do processo de comunicação já conhecidos, como o Shannon-Weaver, o qual dialoga com o pensamento aristotélico que estabelece três principais elementos para a comunicação: “quem fala, o discurso e a audiência” (Berlo, 1985, p. 38). O modelo Shannon-Weaver surge como um acréscimo do pensamento aristotélico, pois, além da fonte, do sinal e do destinatário, aqui se incluem também o transmissor, responsável por enviar a mensagem da fonte, e o receptor, que capta e interpreta a mensagem até o destino final.

Berlo (1985) sugere um modelo para pensar no processo de comunicação a partir dos seguintes elementos principais ou, como denomina o autor, ingredientes: fonte, mensagem, canal, receptor. O nível de conhecimento da fonte, de acordo com o autor, determina a qualidade do processo de comunicação até que a mensagem chegue ao receptor, assim como também é necessário para o receptor decodificar a mensagem.

Para ampliar as reflexões acerca do processo de comunicação, vale mencionar o modelo proposto por Lasswell, que enfatiza cinco componentes fundamentais da comunicação: quem, o quê, em que canal, para quem e com que efeito. Este último componente se refere ao impacto que a mensagem tem sobre o receptor, incluindo respostas emocionais, cognitivas e comportamentais do receptor à mensagem recebida. A estrutura desse modelo permitiu com que estudos de comunicação passassem a se dividir em metodologias como análise de conteúdo (o quê), análise de meios (canal), análise da audiência (quem) e análise dos efeitos, referente ao último elemento do modelo.

Escosteguy (2018) destaca que, no contexto dos estudos culturais latino-americanos, há uma preocupação em manter as especificidades dos contextos institucionais e sociais, bem como em reconhecer diferentes tradições intelectuais que sustentam o quadro teórico desses estudos. O rótulo de "estudos culturais latino-americanos" não implica uma homogeneização dos contextos locais, mas, ao contrário, valoriza a densidade histórica e cultural de cada localidade, mesmo em um cenário de globalização, onde interações entre produções teóricas do Norte e do Sul se tornam inevitáveis.

Estudar o processo de recepção sob essa ótica, portanto, significa adotar um posicionamento interdisciplinar que visa compreender, evidenciar e intervir sobre as articulações entre o cultural e o político. Como afirma Escosteguy (2018), os estudos culturais latino-americanos buscam problematizar as questões em torno da cultura e do poder, e tornam evidente que a comunicação se configura como campo de disputas simbólicas e políticas, onde os significados são constantemente negociados e redefinidos.

Logo, o importante é assumir um posicionamento, situado num campo interdisciplinar, que busque compreender, evidenciar e intervir, a partir de um enfoque contextual, sobre determinadas articulações entre o cultural e o político, tornando explícito que sua problemática está constituída nos cruzamentos entre cultura e poder. É disso que se trata quando se reivindica o rótulo de estudos culturais. (Escosteguy, 2018, p. 110)

Nesse contexto, é importante incorporar o conceito de meios e mediações, abordado por Martín-Barbero (1997), que acrescenta uma camada elementar à compreensão do processo de comunicação. De acordo com a teoria, o processo comunicacional não é apenas uma transmissão direta entre emissor e receptor, uma vez que as mensagens são sempre intermediadas por um conjunto de fatores culturais, sociais e tecnológicos, que afetam diretamente a interpretação e a eficácia da comunicação. Ao falar em mediações, o autor destaca a importância do contexto em que a comunicação ocorre, reconhecendo que os meios de comunicação são atravessados por estruturas culturais e históricas que moldam a forma como os receptores interpretam as mensagens.

Além disso, Martín-Barbero ressalta que, na redefinição da cultura, é fundamental entender sua "natureza comunicativa", por ser um "processo produtor de significações e não de mera circulação de informações, no qual o receptor, portanto, não é um simples decodificador daquilo que o emissor depositou na mensagem, mas também um produtor" (Martín-Barbero, 1997, p. 287).

Martín-Barbero (1997) argumenta que as mediações são centrais para compreender a complexidade do processo de comunicação, pois envolvem não apenas a transmissão de

conteúdos, mas também a articulação de práticas sociais e culturais que transformam a comunicação em um campo de luta simbólica e de construção de significados.

O reconhecimento desse conhecimento é, na teoria e na prática, o surgimento de uma nova sensibilidade política, não instrumental nem finalista, aberta tanto à institucionalidade quanto à cotidianidade, à subjetivação dos atores sociais e à multiplicidade de solidariedades que operam simultaneamente em nossa sociedade. (Martín-Barbero, 1997, p. 259)

Martín-Barbero (2000) ressalta sua crítica ao modelo norte-americano de estudos comunicacionais, que se concentrava exclusivamente nos efeitos dos meios de comunicação, desconsiderando o contexto cultural e social em que a comunicação se insere. Ele destaca a importância de entender a comunicação como um processo que envolve mediações, ou seja, formas de interação que não se limitam a um simples estímulo-resposta, mas que são atravessadas pelas dinâmicas cotidianas e culturais das pessoas, pois “entre estímulo e resposta há um espesso espaço de crenças, costumes, sonhos, medos, tudo o que configura a cultura cotidiana” (Martín-Barbero, 2000, p. 154).

Como está evidente, ao tratar da comunicação a partir dos usos sociais e das articulações entre práticas de comunicação e movimentos sociais, Martín-Barbero desloca a ênfase da mera transmissão de informação para um olhar sobre a produção de significados. Como observa Marcondes Filho (2008), essa inversão no processo comunicacional contribui com a perspectiva sobre a comunicação como instrumento para mudanças políticas. Para esses estudiosos, a comunicação é uma arena de disputas simbólicas, onde os receptores — enquanto sujeitos sociais — têm um papel ativo na transformação das mensagens recebidas.

Marcondes Filho (2008) acrescenta que essa abordagem insere a comunicação em um campo de luta política e dirigismo, pois os meios de comunicação não são meros reprodutores de informações, mas parte integrante de estratégias políticas e sociais.

É a mesma lógica de ver receptores como sujeitos sociais (portanto, passíveis de serem funcionalizados como agentes, estimuladores da mudança), de encarar o trabalho de comunicação como espaço de esclarecimento. Temos aí, todo o receituário da atuação partidária, do dirigismo, do uso político das massas. (Marcondes Filho, 2008, p. 71)

Guillermo Orozco Gómez complementa as contribuições de Jesús Martín-Barbero reiterando que o receptor é um agente ativo, que participa do processo de construção de sentido ao consumir produtos midiáticos. Ao tratar sobre múltiplas mediações, o autor cita uma série de fatores, como culturais, educacionais, familiares e sociais, responsáveis por fazer com que o processo de recepção midiática não seja direto. Ou seja, os significados das mensagens não são simplesmente transmitidos, pois passam por diversas mediações que influenciam como são recebidos, interpretados e ressignificados.

Orozco (2001) traz à tona a noção de "ser audiência" e destaca seu papel central para a autoidentificação e para a estruturação social dos sujeitos que se consideram audiência. Nesse cenário, as divisões segmentárias baseadas em gênero, idade, classe e outras características cedem espaço para segmentações mediadas pelo consumo de conteúdos midiáticos, em que as preferências de mídia (como o canal de televisão que se assiste) passam a delinear identidades e influenciar percepções, emoções e sensibilidades.

Com vistas às contribuições de Orozco, Marcondes Filho (2008) afirma:

O processo comunicacional não se restringe ao momento da emissão. Nós diremos o contrário: o processo comunicacional é o acontecimento ocorrido no instante único da recepção da audiência, da leitura, da participação num evento ou numa instalação. Ele ocorre ou não ocorre. Não há retardamentos, não há recuperação tardias, não há continuidade. Ou a telenovela me capturou, ou a representação teatral me envolveu e me emocionou, ou o filme me fez pensar, ou não. Eu não recupero mais tarde aquilo que a comunicação não me passou. (Marcondes Filho, 2008, p. 77)

Orozco (2005, p. 28), que propôs o conceito de "televidência" para destacar que assistir TV não é simplesmente ser audiência, argumenta que o público televisivo não nasce pronto, mas se desenvolve e se transforma de acordo com as dinâmicas e estratégias de recepção, que variam conforme os contextos individuais e coletivos. Esse entendimento abre espaço para refletir sobre a "educação crítica" do telespectador, destacando a importância de promover uma recepção mais consciente e reflexiva frente aos conteúdos midiáticos, ao invés de apenas competir por audiência. Como destaca o autor, o telespectador vai além do "ver TV", pois interpreta, ressignifica e integra os conteúdos midiáticos em sua vida cotidiana.

"Ver, escutar, perceber, sentir, falar, gostar, pensar, comparar, avaliar, guardar, retrain, imaginar e comprar a televisão são atividades paralelas, muitas vezes simultâneas, do longo e complexo processo da televidência" (Orozco, 2001, p. 162, tradução nossa)¹. Essas ações, ainda que muitas vezes automáticas, atuam como mediações que influenciam significativamente a forma como os espectadores interpretam o conteúdo televisivo.

Dentro desse processo, Orozco (2001) distingue as "micro mediações", que são construídas a partir das experiências individuais dos espectadores. Essas mediações refletem as trajetórias de vida, aprendizados e perspectivas pessoais de cada indivíduo, influenciando como cada um se apropria do conteúdo televisivo e estabelece "contratos de vidência" (Orozco, 2001, p. 163) – uma espécie de pacto de interpretação – que conecta suas percepções com as de outros, criando "comunidades de interpretação". Ainda que individuais, essas

¹ "Ver, escuchar, percibir, sentir, hablar, gustar, pensar, comparar, evaluar, guardar, retraer, imaginar y <<comprar>> la televisión son actividades paralelas, muchas veces simultâneas, del largo y complejo proceso de la televidencia".

experiências são, de fato, culturalmente moldadas e dependem do contexto sociocultural ao qual cada espectador pertence, incluindo fatores como cultura, região e valores compartilhados.

Cada telespectador concretiza estratégias televisivas inspiradas no que lhe é característico individualmente, para depois também concretizar contratos de vidência (leitura ou escuta) a partir dos quais se conecta com os de outros, conformando comunidades» de interpretação dos referentes televisivos. Por essa razão, a televidência, por mais individualizada que pareça, é um processo culturalizado e, portanto, contextualizado. (Orozco, 2001, p. 163, tradução nossa)²

As interpretações e as interações dos espectadores com a televisão, portanto, não ocorrem isoladamente. Elas estão imersas em uma variedade de contextos, que vão do físico ao simbólico e emocional, bem como em fatores institucionais, sociais, políticos e econômicos. Esses contextos formam o pano de fundo no qual as mediações televisivas se desenvolvem, configurando-se como um processo profundamente interligado ao ambiente cultural e coletivo dos espectadores.

Entretanto, ao integrar a noção de mediações ao processo comunicacional, percebe-se que os receptores não são passivos, mas sim sujeitos ativos que reinterpretam as mensagens a partir de suas experiências e contextos sociais. A comunicação, portanto, é sempre um processo de negociação, em que o conteúdo midiático é ressignificado de acordo com as práticas culturais e as condições de recepção dos indivíduos.

A teoria das mediações complementa esse entendimento ao considerar as múltiplas instâncias que atravessam o processo de comunicação, como a cultura, a política e a tecnologia. Assim, o processo de comunicação não pode ser analisado apenas a partir dos elementos básicos de emissão, transmissão e recepção, pois deve levar em conta as camadas de mediação que influenciam cada etapa do processo.

Diante da análise de diferentes modelos teóricos, evidencia-se que a comunicação é um processo intrincado e em constante transformação. Ao considerar a interação entre emissor, mensagem, canal e receptor, é preciso compreender que a comunicação vai muito além de uma simples troca de informações. Sendo assim, é fundamental reconhecer essa dinâmica complexa para uma compreensão mais abrangente dos fenômenos comunicacionais.

Ademais, considera-se, segundo Menezes (1973, p. 147), o processo da comunicação humana como fundamento da vida social, “e não o contrário, conquanto do ponto de vista da

² “Cada televidente concretiza estrategias televisivas inspiradas en lo que le es característico en lo individual, para luego concretar también <<contratos de videncia>> (lectura o escucha) desde donde se conecta con lo de otros, conformando <<comunidades>> de interpretación de los referentes televisivos. Por esta razón la televidencia, por más individualizada que parezca, es un proceso culturalizado y por tanto contextualizado”.

natureza ou da estrutura de tais fenômenos os dois se manifestam de forma nitidamente inseparáveis e, mais que isso, interdependente”. Essa perspectiva é relevante ao passo em que percebe-se que a comunicação, em sua raiz enquanto processo de emissão e recepção de mensagens, foi desenvolvida pelo ser humano e, assim, estabeleceu o que hoje é a vida social.

Rüdiger (2011, p. 44), em consonância, afirma que a comunicação é o “processo organizador da sociedade”, de acordo com os estudos do interacionismo simbólico acerca das relações sociais. Segundo ponderações do autor, a essência do homem, no sentido social, é a comunicação, portanto as forças comunicativas são responsáveis pela própria civilização.

A partir desse viés, compreende-se que pesquisar a comunicação é estudar o processo e o estabelecimento de relações sociais, isto é, entre sujeitos comunicantes:

É falar da ocorrência do acontecimento comunicacional, que tem caráter único, efêmero, irrepetível; é falar da interveniência de fatos extralingüísticos na comunicação, de processos que são mais sentidos do que verbalizados; trata-se da captura do momento em que a comunicação se realiza e, em todos esses casos, é preciso que o pesquisador possa apreender a atmosfera presente, o clima criado, o incorpóreo que atravessa os atos. Tudo isso constitui o evento mágico da comunicação humana. (Marcondes Filho, 2008, p. 9)

Ao trazer pensamentos de autores da linha funcionalista e, em contraposição, de meios e mediações, é possível perceber como a comunicação desempenha função na transmissão de informações e também na construção e manutenção das relações sociais e culturais. A proposta de tensionamento entre as abordagens, ao integrar as dinâmicas de mídia e as mediações sociais, permite uma análise mais profunda das práticas comunicativas.

Essa perspectiva dialoga com a lógica da escola latino-americana, como denominou José Marques de Melo, mesclando métodos e teorias tradicionais da pesquisa europeia com a norte-americana, e trazendo assim o valor do hibridismo. Embora o tensionamento entre o funcionalismo e a teoria de meios e mediações de Martín-Barbero possa parecer contraditório nesse sentido, dado que o funcionalismo adota uma visão conservadora e se opõe ao protagonismo do receptor, ele se mostra relevante para evidenciar tanto a força da televisão, no sentido de poder, quanto suas limitações.

Diante do que foi exposto e do que virá adiante, vale destacar que a comunicação não apenas reflete a vida social, mas também a constitui. A pesquisa sobre comunicação não trata apenas de analisar processos de emissão e recepção de mensagens, mas também envolve a investigação das interações e dos contextos que moldam os momentos comunicacionais.

2.2 CIDADANIA COMUNICATIVA E COMUNICAÇÃO COMO DIREITO HUMANO

O exercício da cidadania vai além do que é tradicionalmente compreendido como um conjunto de direitos e deveres legalmente reconhecidos. A cidadania em prática deve passar pela participação ativa e pelo acesso à comunicação, considerando a relevância do diálogo, da expressão e do envolvimento na construção coletiva da sociedade. Ao observar a forma como diversos tipos de cidadania se construíram em diferentes civilizações e grupos sociais, percebe-se que a comunicação teve e tem papel fundamental na construção do empoderamento de sujeitos cidadãos. Portanto, para pensar na condição dos cidadãos em sociedades midiáticas, é preciso refletir acerca de uma convergência comunicação-cidadania.

Mata (2006), com esse objetivo, e reconhecendo a importância de compreender essa convergência, propõe a noção de cidadania comunicativa. Nesse viés, a autora faz referências acerca da participação cidadã em espaços públicos em busca do empoderamento e apropriação de direitos, pensando em cidadania como “prática que implica a capacidade de ser sujeito em todas as áreas em que o poder é construído” (Mata, 2006, p. 8, tradução nossa)³.

Nessa perspectiva, Guareschi (2013) amplia o debate ao defender que a comunicação transcende a mera transmissão de informações, assumindo um papel educativo crítico. Para o autor, a comunicação deve “formular perguntas, problematizar os fatos, lembrar suas inúmeras dimensões”, de modo a oferecer ao público elementos para formar opiniões autônomas (Guareschi, 2013, p. 165).

Essa visão dialoga diretamente com as perspectivas de Mata (2006), as quais caminham junto com a ideia de que a comunicação (e o acesso a ela) é elementar para a construção do exercício da cidadania. Logo, a autora desenvolve a noção de cidadania comunicativa como o reconhecimento da capacidade de ser sujeito de direito, bem como a busca pelo exercício dos direitos no âmbito da comunicação.

A noção de cidadania comunicativa refere-se necessariamente aos direitos civis – liberdade de expressão, direito à informação, possibilidade de exigir a publicidade dos assuntos públicos, etc. –, consagrados juridicamente por diversos instrumentos como a constituição dos Estados, leis, decretos, disposições regulamentares. Neste sentido, e como ocorre em geral com os direitos civis, a cidadania comunicativa representa um limite à ação do Estado para garantir a liberdade das pessoas e representa um status jurídico (Mata, 2006, p. 13, tradução nossa).⁴

³ “práctica que implica la capacidad de ser sujeto en todos los ámbitos en que se construye el poder”.

⁴ “La noción de ciudadanía comunicativa remite necesariamente a derechos civiles – la libertad de expresión, el derecho a la información, la posibilidad de exigir la publicidad de los asuntos públicos, etc. –, jurídicamente consagrados por diversos instrumentos tales como la constitución de los Estados, leyes, decretos, disposiciones reglamentarias. En este sentido, y como ocurre en general con los derechos civiles, la ciudadanía comunicativa

A autora explica que, dentro da noção republicana de cidadania, na qual o exercício cidadão consiste na participação cívica, na busca pelo bem comum e no respeito ao estado de direito, a cidadania comunicativa é o desenvolvimento de práticas para garantir direitos no campo específico da comunicação. De acordo com esse ponto de vista, a cidadania comunicativa vai além do que se refere à identidade e igualdade em relação ao Estado, mas, sim, em relação a “todo tipo de dispositivo que promove a desigualdade” (Mata, 2006, p. 13, tradução nossa)⁵.

Essa noção, portanto, envolve dimensões sociais e culturais, para além da dimensão jurídica. É importante salientar que a noção de cidadania comunicativa reconhece que a dimensão jurídica foi essencial para o direito à informação, à comunicação e à livre expressão. No entanto, o “ir além” se faz necessário pela importância da democratização da mídia e dos meios de comunicação.

De acordo com esse pensamento, a existência efetiva de uma sociedade cidadã deve passar pela prática da cidadania comunicativa. Mata (2006) defende que se os indivíduos não puderem exercer direitos que os constituam como sujeitos de demandas e proposições, a cidadania estará enfraquecida. Ao exercitar, portanto, a cidadania comunicativa, os cidadãos podem acessar informações qualificadas e, assim, ter instrumentos e recursos para cobrar suas demandas, fazer suas proposições e contribuir com o coletivo.

Este conceito se constrói em consonância com o fortalecimento da capacidade de um sujeito exercer seu direito à comunicação e ter a mídia como um lugar de produção de direitos e de deveres, além de um espaço para adentrar e influenciar o processo de produção de significações e interações.

Reitera-se que a noção de cidadania comunicativa surge para destacar a importância da ampliação das diversas vozes cidadãs, ou seja, indo além dos direitos civis, políticos e sociais, como o próprio direito à informação. Afinal, seria efetivo o direito à informação sem a inserção completa dos indivíduos em debates e discussões que moldem e incentivem as agendas públicas?

Guareschi (2013) acrescenta que a comunicação, enquanto direito humano, está intrinsecamente ligada à própria condição de ser humano. O autor afirma que “ser humano é comunicar-se”, destacando que a comunicação vai além de um direito, mas é a base que

representa un límite a la acción del Estado con el fin de garantizar la libertad de las personas y representa un estatus jurídico”.

⁵ “todo tipo de dispositivos que promueven la desigualdad”.

sustenta todos os demais direitos, como liberdade, democracia e ética (Guareschi, 2013, p. 176).

Gomes (2010) propõe reflexões acerca do direito humano à comunicação, destacando a importância da diversidade de vozes e autonomia dos sujeitos. A efetivação desse direito humano se faz a partir do momento em que os discursos abrangem vários lados e há a participação democrática na produção e difusão de conteúdos.

O direito humano à comunicação não admite uma só voz no fluxo de informação e conhecimento, um discurso único, vertical, unilateral, mas a possibilidade de diversas vozes e autonomia dos sujeitos; não aceita meios de transmissão, de transferência, de distribuição, mas sim meios de comunicação, ou seja, de participação democrática na produção e difusão de conteúdos (Gomes, 2010, p. 399).

A autora lembra que o tratamento da comunicação como um direito humano entrou em discussão em 1969, quando o diretor dos Serviços Visuais e de Rádio da Organização das Nações Unidas, Jean D'Arcy, registrou em artigo a necessidade da criação de um novo direito humano, pois “os direitos garantidos nos documentos da ONU, no tocante à comunicação, não mais contemplavam as demandas sociais e o próprio conceito de comunicar” (Gomes, 2010, p. 399). Este pode ser considerado o início da ampliação de importantes discussões acerca da comunicação como um direito humano, noção que aqui consideramos um elemento forte para discutir a noção de cidadania comunicativa.

O art. 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece que “todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”⁶. Trata-se do principal instrumento legal para tratar de direito à informação, entretanto, como destaca Gomes (2010), tanto este artigo quanto aqueles que estão na Constituição e dizem respeito à comunicação social, são escassos.

Os artigos 220 a 224 da Constituição da República Federativa do Brasil estabelecem princípios importantes, mas que dizem respeito à promoção de finalidades nas programações de rádio e televisão, para que sejam veiculados conteúdos educativos, artísticos, culturais e informativos. A legislação também estimula a produção independente e destaca a importância da diversidade, ética e respeito aos valores sociais na comunicação. Contudo, apesar de serem fundamentais, esses textos não acolhem todo o reconhecimento que a comunicação como direito humano deve receber. “Reconhecer a comunicação como direito significa

⁶ Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 19 fev. 2024.

compreendê-la como uma dimensão crucial e necessária para a efetivação dos direitos humanos” (Gomes, 2010, p. 400).

Para uma cidadania comunicativa efetiva, é preciso não somente oferecer possibilidades para a produção de mídias alternativas, mas, sim, criar maneiras de incluir todos os sujeitos e conceder livre e pleno acesso às informações veiculadas nas grandes mídias. Isto é, para que a inclusão social seja consolidada, e não seja uma segregação mascarada. é preciso que o indivíduo, independente de sua condição em sociedade, marginalizado ou não, tenha a liberdade de escolher como quer acessar informações que contribuam com seu exercício da cidadania.

O direito à comunicação vai, além da liberdade de expressão, porque exige também o compromisso com a recepção, isto é, é necessário não só respeitar o sentido e a circulação que o interlocutor constrói quando se apropria das mensagens, como também reconhecer que ele pode contestar, rejeitar e criticar os significados propostos pelos emissores. É um exercício de tolerância, de negociação e de diálogo (Costa Filho, 2020, p. 8).

Sendo assim, a cidadania comunicativa abrange a noção de que o direito à comunicação como ação não se restringe aos meios de comunicação. Pelo contrário, é necessário que o lugar dos indivíduos, ou seja, sujeitos sociais, os quais são comunicantes e também consumidores, seja de protagonismo e autonomia. Destacado por autores como Costa Filho (2020), o diálogo entre comunidades, movimentos sociais e profissionais de comunicação é um dos caminhos para a plena cidadania comunicativa. “Neste processo, estes atores podem realizar um intercâmbio horizontal entre a apropriação inventiva dos meios e os conhecimentos técnicos de produção de comunicação” (Costa Filho, 2020, p. 9).

Guareschi (2013) reforça essa ideia ao destacar o papel do comunicador como agente educativo, cuja tarefa é prestar serviço que atenda à pluralidade, assumindo seus valores com transparência e autocrítica. Essa postura é essencial para garantir que a comunicação não seja um meio de reprodução de hierarquias, mas sim promova a horizontalidade e a autonomia dos sujeitos.

3 A PESSOA COM DEFICIÊNCIA EM SOCIEDADE

Em todos os momentos históricos, a trajetória das pessoas com deficiência nas diferentes civilizações foi marcada por atitudes discriminatórias e de exclusão. Na Antiguidade, indivíduos com deficiência eram tratados como inferiores, sub-humanos (Monteiro et al, 2016), sendo desprovidos de direitos fundamentais, inclusive o direito à vida, visto que bebês com deficiências frequentemente eram abandonados ou até mortos logo após o nascimento.

Durante a Idade Moderna, com o desenvolvimento de novos conhecimentos científicos, começaram a ocorrer algumas mudanças na maneira de perceber as pessoas com deficiência dentro da sociedade. Elas passaram a ser vistas de forma diferente, deixando de ser vistas como “seres diabólicos que mereciam castigos para serem purificados” (Monteiro et al, 2016, p. 223), e começaram a ser reconhecidas pelo menos como seres humanos.

Nos protestos políticos no Brasil no final da década de 1970, houve uma participação ativa de muitas pessoas com deficiência, que lograram chamar a atenção de algumas entidades para a importância da inclusão. Em 20 de dezembro de 1971, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) proclamou a Declaração de Direitos dos Deficientes Mentais, o que, segundo Fonseca (1987, p.11), marcou o momento em que a pessoa com deficiência passou a ser vista como “uma pessoa com direitos”.

Seguindo esse caminho de avanços promovidos pelo movimento das pessoas com deficiência, em 2006, a Assembleia Geral da ONU adotou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. No ano seguinte, em 30 de março de 2007, o Brasil assinou os documentos na sede da ONU em Nova York, estabelecendo um marco histórico com a ratificação do “primeiro tratado de direitos humanos tornado constitucional no Brasil” (Paula e Maior, 2008, p. 38).

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD): Pessoas com Deficiência 2022⁷, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (SNDPD/MDHC), 8,9% da população do país a partir de 2 anos de idade têm alguma deficiência, sendo assim estimado em 18,6 milhões o número de pessoas com deficiência no Brasil.

⁷ Disponível em:

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/julho/brasil-tem-18-6-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia-indica-pesquisa-divulgada-pelo-ibge-e-mdhc>. Acesso em: 13 jan. 2024.

A pesquisa foi realizada com base em dificuldades investigadas. 3,1% das pessoas com deficiência têm dificuldade de “enxergar, mesmo usando óculos ou lentes de contato”, enquanto 1,2% têm dificuldade para “ouvir, mesmo usando aparelhos auditivos”. 1,1% tem dificuldade para “se comunicar, para compreender e ser compreendido”. Enquanto 5,5% das pessoas têm deficiência em apenas uma das funções e 3,4% em duas ou mais funções.

O art. 2º da Lei 13.146/2015 do Estatuto da Pessoa com Deficiência denomina a pessoa com deficiência como aquela que “tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”.

É importante destacar que é comum tratar a deficiência de acordo com o modelo médico, como “consequência natural da lesão em um corpo” (Diniz, 2007, p. 15), atrelada a estudos de saúde e doenças, e, ainda, raramente incluída em diagnósticos sociais. É possível, assim, que muitas PcD não estejam inclusas e reconhecidas nas estatísticas, que, claro, são essenciais para a elaboração de políticas públicas. Seja dito de passagem que o reconhecimento da deficiência como parte da diversidade humana, seguindo o modelo social, ainda é pouco praticado.

Se para o modelo médico, o problema estava na lesão, para o modelo social, a deficiência era o resultado do ordenamento político e econômico capitalista, que pressupunha um tipo ideal de sujeito produtivo. Houve, portanto, uma inversão na lógica da causalidade da deficiência entre o modelo médico e social: para o primeiro, a deficiência era o resultado da lesão, ao passo que, para o segundo, ela decorria dos arranjos sociais opressivos às pessoas com lesão. Para o modelo médico, lesão levava à deficiência; para o modelo social, sistemas sociais opressivos levavam pessoas com lesão a experimentarem a deficiência. (Diniz, 2007, p. 23)

Embora tenha havido mudanças sociais no que diz respeito ao lugar ocupado pelas pessoas com deficiência, ainda hoje, alcançar uma sociedade verdadeiramente inclusiva, acessível e igualitária parece algo distante. Muitas vezes, as experiências e histórias de pessoas com deficiência são reduzidas a estereótipos de superação, heróis, figuras angelicais, ou, em outro extremo, são retratadas como incapazes, infelizes e outras concepções negativas amplamente difundidas pela sociedade. Quando não são marginalizadas, são idealizadas, mas raramente são vistas de forma plena como seres humanos.

Esse padrão cultural reflete um passado de invisibilidade, que se baseia em colocar a deficiência à frente da pessoa, objetificando corpos considerados fora do padrão. Goffman

(1998) descreve o estigma como a discriminação imposta àqueles que são vistos como diferentes na sociedade, reduzindo-os a uma figura frágil e defeituosa.

Por definição, é claro, acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida: Construimos uma teoria do estigma; uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social. Utilizamos termos específicos de estigma como aleijado, bastardo, retardado, em nosso discurso diário como fonte de metáfora e representação, de maneira característica, sem pensar no seu significado original. (Goffman, 1988, p. 8)

Como mostra Sasaki (2014), por muito tempo as pessoas com deficiência foram chamadas de “incapacitadas” e “defeituosas”. Posteriormente passaram a aparecer como “deficientes”, “portadoras de deficiência”, “pessoas com necessidades especiais” e “pessoas especiais”. Hoje, o termo defendido é “pessoas com deficiência”, principalmente para destacar que a deficiência não é algo que se porta, como um guarda-chuva ou um documento, por exemplo. Além disso, usar expressões como “especial” só reforça os estereótipos que separam pessoas com deficiência das demais.

Reconhecendo o fato de que há um cenário de invisibilidade social das pessoas com deficiência, é preciso dar nome para enfrentar o problema. No Brasil, “capacitismo” foi o termo proposto por Anahí Guedes de Mello para traduzir “*ableism*”, expressão em inglês que define a discriminação e o preconceito social contra pessoas com deficiência, já que na língua portuguesa não havia nenhum termo equivalente.

Ter um nome para cunhar um problema social colabora para que as discussões sejam mais eficientes e popularizadas, então adotar o termo “capacitismo” no Brasil teve como uma das principais razões “a demanda de urgência para visibilizar uma forma peculiar de opressão contra as pessoas com deficiência” (Mello, 2016, p. 3267). Portanto, a discriminação enraizada existe pela idealização de um padrão corporal — não só físico, mas também neurológico —, e segundo Campbell (2001), o capacitismo está para a pessoa com deficiência como o racismo está para as pessoas negras.

4 TELEVISÃO E TELEJORNALISMO BRASILEIRO

No contexto da vida em sociedade, a mídia é um dos instrumentos essenciais de manutenção da ordem, bem como da construção de identidade. Nesse contexto, é longa a trajetória da TV como um dos meios de comunicação midiática mais presentes na maioria das casas brasileiras. No âmbito da comunicação de massa, que pode ser descrita como “forma específica da comunicação que ocorre por intermediação/mediação de um meio técnico, ou multiplicador, que permite a mensagem atingir um público anônimo, heterogêneo e fisicamente disperso” (Temer e Nery, 2004, p. 11), a televisão tem papel histórico na difusão de informações e formação de opiniões.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) 2024 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 94,3% dos domicílios possuem TV. Mesmo com a ascensão e democratização da internet, a televisão não perdeu lugar, mas ganhou novos valores. Os dados da pesquisa também mostram que 43,4% dos domicílios com televisão utilizam algum serviço de *streaming* de vídeo. Portanto, apesar das novas tecnologias e práticas de consumo, a TV ainda garante seu lugar nas casas brasileiras.

É em volta dela que amigos se reúnem para assistir à partida de futebol no final de semana, que as amigas se unem para saber com quem o mocinho vai casar no último capítulo da novela e as crianças chamam a vizinhança para assistir ao desenho. A televisão, além de organizar a disposição dos móveis, na maioria dos lares brasileiros, de modo que ela esteja centralizada, é um instrumento de proliferação de cultura e união entre as pessoas (Dias, 2017, p. 286)

Acredita-se que a televisão só tenha conseguido se manter em um lugar de importância no panorama midiático global, mesmo com as novas tecnologias e plataformas de comunicação, pela sua longa trajetória de fidelização do público. Desde sua introdução no Brasil, na década de 1950, a televisão se estabeleceu como o principal meio de comunicação de massa, atingindo sem precedentes diversas camadas sociais e geográficas.

De acordo com Mattos (2007), a televisão passou a ser objeto de estudo a partir de 1960, quando pesquisas acadêmicas começaram a surgir com análises acerca de conteúdos televisivos e seus efeitos.

Na década de 70 do século passado, quando a televisão já havia se estabelecido no país como o mais ativo e importante veículo da indústria cultural, constata-se um considerável aumento na quantidade de pesquisas, descrevendo a estrutura organizacional da comunicação televisiva, analisando suas mensagens e efeitos no receptor, desvendando suas relações com os grupos dominantes e apresentando suas características de veículo capitalista e dependente (Mattos, 2007, p. 35).

Na época em que a televisão passou a ser estudada academicamente, o público de TV ainda estava sendo consolidado no Brasil, de acordo com Baracho (2007),

Em 1960, quando as cidades apresentavam significativo crescimento, menos de 5% dos domicílios do país possuíam um televisor. Dez anos depois, essa porcentagem superou 24%, concentrados nas regiões Sul e Sudeste. No Sudeste, em mais de 40% das moradias havia televisão. Considerando o número de aparelhos existentes no país, pode-se afirmar que, em 1960, eram 600 mil; dez anos depois chegavam a 4.600.000. Para 1979, o salto foi significativo: 16.700.000 televisores, sendo 4.530.000 em cores (Baracho, 2007, p. 4-5).

A autora argumenta que essa virada se deu devido à expansão das redes de televisão, especialmente da Rede Globo (Baracho, 2007). A capacidade das redes de televisão em levar seu sinal aos pontos mais afastados socialmente e geograficamente foi um fator importante nesse processo, criando mais possibilidades e dando mais acesso a potenciais telespectadores em todo o território brasileiro. Assim, a televisão, mesmo em um contexto de desigualdades socioeconômicas, diferenças culturais e distâncias geográficas, conseguiu se constituir como um instrumento de identidade nacional. Como Bucci (1997, p. 13) tensiona, a televisão se consolidou no país de tal forma que fez com que o plano do imaginário se sobrepusesse ao plano do real, fazendo com que “um país desunido (real) se visse (se imaginasse) unido”.

Para refletir acerca da história da televisão brasileira, Mattos (2010) sugere a divisão entre sete fases. A primeira seria a fase elitista, de 1950 a 1964, quando o televisor era considerado um objeto de luxo. A segunda fase é a populista, entre 1964 a 1975, momento em que “a televisão era considerada um exemplo de modernidade e programas de auditório e de baixo nível tomavam grande parte da programação” (Mattos, 2010, p. 85).

De acordo com Mattos (2010), o desenvolvimento tecnológico se dá na fase seguinte, entre 1975 a 1985, quando as redes televisivas passaram a aprimorar e profissionalizar a produção de seus conteúdos, com interesse de exportá-los. Durante a Nova República, de 1985 a 1990, as exportações dos programas acontecem, durante a fase que o autor chama de transição e expansão internacional, sucedida pela fase da globalização e da TV Paga, entre 1990 e 2000, momento em que a televisão se adapta à modernidade e aos “novos rumos da redemocratização” (Mattos, 2010, p. 85). Em seguida, a partir de 2000 até 2010, a televisão passa pela fase de convergência e qualidade digital, a partir da evolução e aumento do acesso à internet e outras tecnologias da informação.

Segundo Mattos (2010), o espaço ocupado por novas mídias fez com que o mercado de comunicação começasse a se reestruturar, logo após a fase de convergência e qualidade digital, dando início à fase de portabilidade, mobilidade e interatividade digital. É diante desse

contexto, com a popularização de novos dispositivos, como os smartphones, que as redes de televisão percebem a urgência de se reinventarem para acompanhar as mudanças midiáticas.

A popularização da internet trouxe consigo o *streaming* e serviços de vídeo sob demanda, desafiando o modelo tradicional de programação da televisão. Por meio das novas plataformas, “os espectadores podem consumir seus produtos favoritos a qualquer momento, lugar e através de variados dispositivos, como celular, *tablets*, computadores e aparelhos televisores que tenham conexão à internet” (Fagundes, 2020, p. 2). Além disso, as redes sociais e os sites de compartilhamento de vídeo alteraram a forma como o público interage e consome conteúdo televisivo.

Portanto, com um número cada vez maior de uso de novos dispositivos, como os computadores, *tablets* e, especialmente, os *smartphones*, as pessoas passaram a ter acesso à televisão em qualquer lugar e a qualquer hora, mudando os padrões de consumo e exigindo que os produtores de conteúdo, em geral, se adaptem a essas novas demandas. É possível destacar, no Brasil, o lançamento da plataforma de vídeo sob demanda da TV Globo, em 2015: Globoplay.

A exemplo do Globoplay, as emissoras de televisão tradicionais têm respondido ao desafio imposto pelas novas mídias. Plataformas de *streaming* oferecem variedade de conteúdo, incluindo programas de TV, séries, filmes e conteúdo exclusivo, disponível para os usuários em qualquer momento e lugar, por meio de dispositivos conectados à internet.

A integração dessas plataformas com a televisão convencional é evidenciada pela disponibilidade de conteúdo de programas de gêneros e formatos diversos, que permite aos telespectadores assistirem a episódios passados de novelas, programas de entretenimento e jornalísticos, além de oferecer transmissão ao vivo de eventos ou programas.

O streaming, enquanto modelo de distribuição, consolidou-se no mercado do entretenimento no mundo inteiro, abrangendo setores como música, cinema, televisão, esporte, games e jornalismo. Plataformas que se utilizam deste modelo tornaram-se parte do nosso consumo cotidiano de conteúdo, fomentando a entrada de players no mercado e cada vez mais opções para os consumidores (Fagundes, 2021, p. 127).

A adesão do público às novas configurações e reinvenções da televisão torna notável que, assim como recorda Lotz (2014), a televisão não acabou, ao contrário do que muitos previam. Sendo assim, a TV hoje se apresenta como ferramenta tecnológica e inovadora para continuar contando histórias, disseminando informações, promovendo entretenimento e contribuindo com a formação de opiniões. Resende e Borges (2014, p. 8) observam que, na verdade, a internet pode ser um recurso para que a TV consiga envolver o espectador do

mundo atual, o qual “não se interessa mais pela passividade de apenas receber um conteúdo ao qual ele sequer teve uma mínima participação”.

A televisão não apenas relata notícias, mas as constrói por meio de um processo influenciado por fatores técnicos, ideológicos e profissionais. Orozco (2005) defende que a ideia do que constitui "notícia" e como ela é transmitida é moldada pelos objetivos da instituição televisiva, que seleciona e organiza os conteúdos de acordo com sua visão de mundo.

A apelação emotiva é um recurso televisivo resultante da combinação de suas possibilidades técnicas de imediatismo, de provisão de imagens e de ênfase discursiva que permitem à TV fazer associações audiovisuais que não obedecem a uma lógica tradicional de narração oral ou escrita, mas que conduzem a outros tipos de padrões, de acordo com o que alguns teóricos da comunicação denominariam de “racionalidade eletrônica” (Orozco, 2005, p. 30).

Apesar de sua capacidade de influência, a televisão não é uma força absoluta. Orozco (2005), portanto, diz que sua programação é polissêmica, pois permite múltiplas interpretações pelos telespectadores, o que reduz a imposição de significados únicos. Além disso, a TV compete com outras instituições sociais, como a família, a escola e os movimentos sociais, na disputa por moldar as percepções e valores do público. Assim, a televisão continua exercendo sua influência, mas convive com a diversidade de outras forças sociais e com a liberdade interpretativa de sua audiência.

Para explicar a história do jornalismo e refletir sobre suas funções sociais, Marcondes (2000) define duas gerações iniciais: O “primeiro jornalismo” marca o período de tempo entre 1789 até a metade do século XIX, o qual ele define como o jornalismo da “iluminação, tanto no sentido de exposição do obscurantismo à luz quanto de esclarecimento político e ideológico” (Marcondes, 2000, p. 11). Este seria o momento em que os ideais do Iluminismo são princípios do fazer jornalístico, tendo comprometimento direto com ideologia e política, uma época em que surge o que poderia ser chamado de jornalismo político-literário, em que os jornais eram produzidos com caráter mais pedagógico e menos preocupação com fins econômicos.

Já o “segundo jornalismo” é a geração de inovações tecnológicas, as quais transformam os processos de produção e fazem com que os jornais se tornem definitivamente grandes empresas capitalistas. “A fase romântica em que o valor pedagógico era financiado pela falência do jornal cede o passo à imprensa moderna e sintonizada com as exigências do capital” (Marcondes, 2000, p. 13). Os valores e princípios da imprensa, tendo como reflexão o paradigma entre esses dois momentos, entram em conflito para decidir o que querem

priorizar: a função e a responsabilidade social ou os ganhos competitivos dentro do mercado do jornalismo.

O caráter comercial da imprensa permanece até hoje, em meio a uma sociedade majoritariamente capitalista, que consome e digere notícias como produto. No dia a dia das redações, a preocupação com a industrialização da produção jornalística pode levar à uniformização dos conteúdos, resultando em notícias que se repetem em termos de formato e estrutura, além de limitar a diversidade de fontes de informação — uma vez que a rapidez do jornalismo diário nem sempre permite o tempo necessário para buscar fontes variadas e múltiplas. Dessa forma, o processo acaba se restringindo aos “definidores primários” e aos “entrevistados de plantão” (Pena, 2007, p. 50).

“É preciso abandonar o conforto das fórmulas engessadas nos manuais jornalísticos e ir ao mundo para viver o presente, as situações sociais e o protagonismo humano” (Medina, 2003, p. 40). Assim, o interesse capitalista pode minimizar a atenção à responsabilidade social do jornalismo, realidade esta que faz necessária a ampliação das discussões sobre um fazer jornalístico mais humanizado e preocupado com sua função na sociedade.

Se tratando de telejornais, na raiz de seu papel social, estes “promovem uma experiência coletiva e cotidiana de nação. Ao representar os fatos sociais, constituem a realidade social e intervêm na expressão das identidades nacionais” (Becker, 2005, p. 55). Fatores como a linguagem e o enquadramento podem fazer o público se sentir incluído e representado pelo que é exibido na TV, bem como também pode acontecer o contrário.

Segundo Becker (2005, p. 63), para garantir a qualidade das reportagens, é preciso explorar melhor a relação entre texto e imagem, “marca essencial do audiovisual, produzindo novos olhares sobre a realidade social”.

O casamento entre texto e imagem é quase sempre articulado para não imprimir qualquer dúvida quanto à veracidade do acontecimento e do noticiário, busca criar o efeito do real. Mas, é possível experimentar modos diferentes de contar histórias do cotidiano, mais interessantes e curiosas, valorizando a estética e o conteúdo, usando as novas tecnologias com criatividade, sabedoria e discernimento (Becker, 2005, p. 63).

Sobre o telejornalismo brasileiro, Temer (2006) considera três diferentes momentos. O primeiro, a fase inicial, é marcado pela origem no rádio. A autora exemplifica o Repórter Esso, com sua sonoridade característica do rádio e também uso de conteúdos como filmetes e vinhetas. A televisão se consolida quando “a agilidade e o apuro estético passam a serem elemento de conquista do público” (Temer, 2006, p. 246), como dá exemplo o Jornal Nacional, com investimento em produção audiovisual qualificada, como o uso de câmeras externas. Temer (2006, p. 246) explica que, quando este modelo de telejornalismo passa a

conviver com o modelo sensacionalista (como Cidade Alerta), e também com o modelo “com âncora”, “caracterizado por um noticiarista/âncora de personalidade marcante e pela presença de algum material opinativo”, é então consolidada a fase de multiplicação de modelos.

Temer (2006, p. 247) ressalta que o telejornalismo é reflexo da sociedade, “condicionado e limitado à capacidade de aceitação do seu público, e somente irá se tornar melhor, mais consciente ou mais voltado para suas responsabilidades sociais quando o seu público assim o exigir”. Portanto, evidencia também a importância do engajamento da sociedade na definição dos rumos da informação, indicando que a busca por uma mídia mais responsável e consciente está intrinsecamente ligada à participação ativa e exigências informadas por parte da audiência.

De acordo com Medeiros (2019), quando o jornalismo é negligente com a pluralidade de fontes, desvirtua-se de seu papel social e os direitos humanos são desrespeitados. O autor também comenta sobre o descaso em relação à diversidade cultural, presente em abordagens preconceituosas da imprensa tradicional.

Essa visão midiática redundava em flagrante preconceito contra as populações marginalizadas: os negros são, nessa ótica disforme, suspeitos a priori; os nordestinos são vistos como retirantes de um país miserável; os favelados são olhados de cima para baixo, como se fossem bichos abandonados, ou pior, bandidos em potencial; os vários grupos indígenas são vistos de maneira homogênea como se fossem uma massa amorfa de seres “primitivos”; as mulheres ainda são retratadas, predominantemente, como eternas “donas de casa” (Chauí, 2006). O estereótipo, é, assim, o olhar preconceituoso de mentes fechadas à diversidade, ao diferente, ao estrangeiro, enfim, ao outro. (Medeiros, 2019, p. 215)

Alfredo Vizeu é um dos teóricos que defende que o jornalismo, especialmente o telejornalismo, é um bem público. Portanto, é importante pontuar que a notícia não é como um produto qualquer à venda, mas, na verdade, “é através do que está sendo noticiado que as pessoas tomam contato com o mundo que as cerca” (Vizeu, 2002). Isto posto, os conteúdos jornalísticos têm obrigação de alcançar todos os cidadãos, independentemente de suas diversidades, já que o acesso à informação e ao conhecimento são direitos coletivos e os telejornais assumem papel de serviço público. Em suma, a participação coletiva viabilizada pelo consumo de telejornalismo e pela TV enquanto serviço público, é tão valiosa quanto o poder de voto nas sociedades democráticas (Wolton, 1996).

5 ACESSIBILIDADE COMUNICATIVA EM SOM E IMAGEM

É preciso, então, pensar se o telejornalismo, enquanto serviço público, bem como os conteúdos veiculados, está mesmo acessível a todos. Estudiosos apontam que o cenário de exclusão é ainda vigente, em meio a uma realidade em que as mídias televisivas ainda não aproveitaram os recursos de tecnologia para tornar os conteúdos mais acessíveis, e, assim, acolher com inclusão pessoas surdas e cegas, por exemplo. “Mesmo que, desde 2004, a assinatura do Decreto Nº. 5.296 obrigue a oferta de audiodescrição, janela de Libras e legendagem, observa-se que a programação televisiva é fundamentalmente orientada a uma audiência ouvinte e vidente” (Cirne; Belem, 2022, p. 34).

Para tornar mais eficaz e efetivo seu exercício social, o jornalismo deve trabalhar para que seja acessível a todos. Quando um conteúdo jornalístico, de informação, no geral, não alcança o público de pessoas com deficiência, os direitos da comunidade PCD não estão sendo cumpridos de acordo com o que garante o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015). Logo, o processo de produção dos jornalistas precisa estar ligado também à acessibilidade comunicativa, a fim de que, tanto os profissionais da comunicação, quanto a sociedade, compreenda que “conteúdos acessíveis às pessoas com deficiência não são um ‘trabalho extra’, mas sim uma clara demonstração de respeito à diversidade funcional das pessoas e ao direito humano à comunicação sem barreiras” (Bonito, 2016, p. 192).

Assim, Bonito (2016) propôs o termo “acessibilidade comunicativa” ao tratar sobre os elementos para uma comunicação sem barreiras como direito humano. O autor afirma que o conceito deve ser considerado essencial para conteúdos jornalísticos digitais, “por se tratar de uma característica técnico-conceitual fundamental para promover o respeito ao Direito Humano à comunicação e a cidadania comunicativa das pessoas com deficiência” (Bonito, 2016, p. 191). Aqui, defende-se a importância da acessibilidade comunicativa no telejornalismo, em especial com vista ao público com deficiências auditivas e visuais.

Cirne e Belem (2022) citam, diante da realidade de pouca preocupação da mídia com as pessoas com deficiência sensorial (em que há o comprometimento de sentidos como a visão e a audição), alguns casos da história do jornalismo brasileiro em que foram desenvolvidos conteúdos acessíveis, como edições em braille de jornais impressos e versões digitais em CD para pessoas com deficiência visual que utilizavam recursos no computador. Iniciativas como essa não avançaram por falta de investimentos.

Tal indício conduz a se pensar que, na Comunicação, não há democratização do acesso inclusivo, e verifica-se que, na mídia brasileira, quase todos os produtos midiáticos (sonoros, audiovisuais, impressos, multimídia e ambientes virtuais) são orientados para o consumo de

uma audiência ouvinte e vidente. Quer dizer, observamos que as pessoas com deficiência (PcDs) visual sempre necessitaram da ajuda de terceiros para alcançarem a informação. Para assistir TV, os surdos dependeram, permanentemente, das pessoas ouvintes ou oralizadas para explicarem as notícias que circulam nos telejornais. Até porque toda a produção dos programas televisuais é norteada por uma linguagem apoiada na sonoridade e na projeção de imagens. (Cirne; Belem, 2022, p. 37)

Para o senso comum, é possível que venha à mente a ideia de que o telejornalismo não deve se preocupar em incluir a comunidade de pessoas com deficiências auditivas ou visuais, haja vista que este meio de comunicação tão popular entre as pessoas tem como recursos mais valiosos o som e a imagem. Entretanto, é preciso pensar em formas de incluir a parcela que não consegue consumir por completo o que é transmitido por meio de imagens ou de áudios, usufruindo desses mesmos recursos para implantar instrumentos de acessibilidade.

A televisão, com seus recursos de som, imagem e linguagem, funciona como um espelho social, com isso, é uma fonte de construção identitária, ofertando “padrões de consumo, atitudes, comportamentos e condutas” (Sousa, 2013, p. 30). Não é conveniente aos princípios de ética e serviço à sociedade que haja um consenso em ignorar que “pessoas com deficiência visual ou auditiva estejam dispostos e tenham direito a se informar e buscar entretenimento de forma clara, adaptada e diversificada” (Cirne; Belem, 2022, p. 37). Para tornar o conteúdo acessível a pessoas com deficiência visual e auditiva, destacam-se quatro recursos a serem utilizados na televisão: legenda, janela de Libras, audiodescrição de imagem e dublagem.

No âmbito da legenda, é popular o recurso de *closed caption* (CC), também conhecido como legenda oculta ou legendagem eletrônica. A partir dessa funcionalidade, a televisão exibe texto na tela para fornecer legendas ou transcrições do áudio do programa que está sendo exibido. Se há diálogo falado, o *closed caption* apresenta transcrição, além de informar quando há uma música tocando ou outro som além de fala, por exemplo. A Norma Brasileira (ABNT NBR 15290, p. 2, 2016) descreve *closed caption* como “legenda oculta em texto que aparece opcionalmente na tela do televisor, a partir do acionamento do dispositivo decodificador, interno ou periférico”. O recurso é disponibilizado somente em televisores que possuem decodificador.

O recurso do *closed caption* pode ser gravado antes do ao vivo para ser disponibilizado no momento, ou então a legendagem é feita em tempo real, enquanto o programa está no ar. Para programas gravados, não ao vivo, é recomendado que a legendagem seja feita na pós-produção, a partir de um software específico, para que a transcrição de falas, ruídos, etc., seja o mais fiel possível.

Para a janela de Libras, é preciso mais do que um software, como pode ser o caso do *closed caption* (legendagem). É concedido um espaço no vídeo para que um profissional (chamado de intérprete ou tradutor em Libras) faça a tradução do que está sendo dito para a Libras. A portaria nº 310, de 27 de junho de 2006, do Ministério das Comunicações, que aprova a Norma Complementar nº 01/2006 para recursos de acessibilidade, para pessoas com deficiência, na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, descreve a Janela de Libras como “espaço delimitado no vídeo onde as informações são interpretadas na Língua Brasileira de Sinais”.

A Libras é utilizada, hoje em dia, mais comumente em vídeos de campanhas políticas, mas deveria ser um recurso utilizado em reportagens telejornalísticas, por exemplo. É importante entender que “o intérprete é a ponte entre o discurso de um e a surdez de outro” (Faria; Silva, 2016, p. 69). A Janela de Libras seria um passo a mais para garantir que pessoas com deficiência auditiva possam ter igualdade de acesso à informação e participar plenamente da vida em sociedade. Além de cumprir com obrigações legais, o uso do recurso sensibiliza a sociedade para a importância da inclusão e da valorização da diversidade linguística e cultural.

No âmbito da acessibilidade para pessoas com deficiência visual, a audiodescrição é um recurso importante que deve ser utilizado. Trata-se de:

Narração descritiva em voz de sons e elementos visuais-chave – movimentos, vestuário, gestos, expressões faciais, mudanças de cena, textos e imagens que apareçam na tela, sons ou ruídos não literais – despercebidos ou incompreensíveis sem o uso da visão (ABNT NBR 15290, p. 2, 2016).

É possível formar uma aliança entre o telejornalismo e recursos como a audiodescrição, assim afirma Scoralick (2020). Existe uma discussão dentro do campo de que o telejornalismo, por ter um formato ligado à estética, onde o texto não pode ser muito descritivo, pois, quando isso acontece, o conteúdo torna-se redundante. Entretanto, é preciso que a informação de interesse público “chegue ao maior número de pessoas, o que inclui o telespectador com deficiência visual” (Scoralick, 2020, p. 100).

Sendo a audiodescrição um recurso que torna acessível a informação a pessoas com deficiência visual, é preciso também que os telejornais encontrem maneiras de utilizar instrumentos como esse:

Assim, o audiodescritor deve entender como esse gênero televisivo se configura para que a audiodescrição possa ser inserida. Devem ser selecionados apenas os elementos mais relevantes para a construção da narrativa, de modo que também não a prejudique. Aqui conseguimos apresentar as brechas para que ocorra a inserção de AD no telejornalismo, seja em reportagens ou em entrevistas de estúdio. Assim, concluímos que

há momentos diversos ao longo do telejornal em que a inserção da audiodescrição é possível, seja gravada ou ao vivo. (Scoralick, 2020, p. 100)

Além da preocupação com os recursos de acessibilidade propriamente ditos, os profissionais do jornalismo devem se preocupar também com a importância da representatividade, buscando ouvir pessoas com deficiência como fontes de informação e protagonistas de suas histórias, para além de temas ligados somente à deficiência.

É preciso também que os profissionais estejam atentos à linguagem inclusiva e respeitosa. Em busca de um vocabulário mais inclusivo e menos capacitista, Sasaki (2003) sugere que algumas expressões, frequentemente utilizadas por jornalistas e por profissionais da educação, sejam substituídas por termos corretos, que não infrinjam a liberdade individual das pessoas com deficiência. Palavras como “aleijado” e frases como “apesar de deficiente, ele é um ótimo aluno”, para ele, insistem em tratar a deficiência de forma pejorativa e a relacioná-la ao resultado do fracasso.

Em 2016, a ONG Think Olga publicou um manual online voltado para jornalistas, com o objetivo de promover um “jornalismo humanizado”. O guia é dividido em cinco seções, uma delas elaborada por Adriana Dias, coordenadora do Comitê “Deficiência e Acessibilidade” da Associação Brasileira de Antropologia. O material apresenta exemplos de boas e más práticas de veículos de comunicação ao abordar a temática das pessoas com deficiência. Um dos exemplos negativos citados refere-se ao uso do termo “deficiente”, sugerindo que o mais adequado seria utilizar “pessoa com deficiência”.

Para ilustrar a relevância dessas mudanças, o Manual da Mídia Legal, da Escola de Gente, explica que, em nenhuma reportagem, um jornalista chamaria um personagem de “o gordo” ou “o careca”. “A palavra deficiente não deve ser utilizada como substantivo (‘os deficientes jogam bola’), mas pode ser empregada como adjetivo.”

Diante do exposto, para efetivar a acessibilidade comunicativa no telejornalismo e, portanto, contribuir com a cidadania comunicativa de pessoas com deficiência, é imperativo que o telejornalismo adote e expanda recursos como legenda, janela de Libras e audiodescrição, além de cultivar uma abordagem inclusiva, representativa e linguagem respeitosa. Ao fazê-lo, o telejornalismo não apenas cumpre com obrigações legais, mas também contribui para a construção de uma sociedade acolhedora com todas as diversidades.

6 ESCOLHAS METODOLÓGICAS

Tendo como ponto de partida Lakatos e Marconi (2003)⁸, que veem na essência de todas as ciências a aplicação dos métodos científicos, esse trabalho se fundamenta no estabelecimento de uma estrutura sistemática e por escolhas metodológicas que serão responsáveis por guiar o estudo. Com o propósito de atingir os objetivos delineados para esta pesquisa de recepção, uma vez realizada uma revisão de literatura visando consolidar conceitos e teorias pertinentes à problemática em questão, atravessando discussões e conceitos de cidadania, comunicação e deficiência, optou-se por uma abordagem qualitativa, que, assim como discorre Martins (2004, p. 289), “privilegia a análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados, e caracterizada pela heterodoxia no momento da análise”.

Segundo Godoy (1995), as características essenciais dos estudos com abordagem qualitativa são: o ambiente natural como fonte direta de dados e, por consequência, a relação direta entre pesquisador e ambiente/contexto a ser estudado; enfoque indutivo ao analisar os dados; preocupação com os significados que as pessoas dão às coisas ao redor, e o aspecto descritivo, rejeitando expressões numéricas e valorizando palavras escritas, isto é, “o ambiente e as pessoas nele inseridas devem ser olhados holisticamente: não são reduzidos a variáveis, mas observados como um todo” (Godoy, 1995, p. 62).

Dentre as premissas deste projeto, está a proximidade entre pesquisador e participante, por isso a abordagem qualitativa e as escolhas metodológicas, a fim de romper com a “situação ‘hierárquica’ e polarizada entre ambos e, assim, aproximar-se e conhecer o mundo simbólico e subjetivo” (Medeiros, 2012, p. 224).

A pesquisa de recepção é fundamental para a construção do conhecimento midiático. A compreensão da interação dinâmica entre produção e recepção permite uma análise mais completa e contextualizada das mensagens midiáticas, e, assim, contribui para a evolução dos estudos comunicacionais. É importante destacar pensamentos como os de Hall (1997), que afirma que a pesquisa de recepção não deve apenas identificar padrões de consumo, mas também investigar as negociações e resistências que ocorrem na interpretação das mensagens midiáticas pelos públicos. Escosteguy (2010) afirma que este tipo de estudo vai além da recepção das mensagens, pois também permite a reinterpretção e ressignificação delas por parte dos diferentes públicos.

⁸ “Não há ciência sem o emprego de métodos científicos” (Lakatos e Marconi, 2003, p. 83)

Diante disso, a pesquisa de recepção demanda uma abordagem metodológica sensível e participativa para reconhecer a capacidade dos receptores de reinterpretar e contestar os significados propostos pela produção midiática, a depender de suas estratégias de comunicação e significação.

Por meio da pesquisa de recepção, é possível perceber a forma como a diversidade e identidade dos receptores modifica a forma como eles interpretam e interagem com as informações, considerando a influência direta nos significados e significações construídos durante o processo de recepção (Hall, 2011).

De acordo com Duarte (2006, p. 62), a entrevista em profundidade “é um recurso metodológico que busca, com base em teorias e pressupostos definidos pelo investigador, recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte, selecionada por deter informações que se deseja conhecer”.

A escolha da entrevista em profundidade como método de coleta de dados para esta pesquisa de recepção é fundamentada em sua capacidade de proporcionar uma compreensão aprofundada e contextualizada das experiências dos participantes. Com questões semiestruturadas, a técnica visa acessar informações que podem contribuir para a análise abrangente do processo prático de acesso e consumo de informações telejornalísticas por esse público específico, sendo um “modelo de entrevista que tem origem em uma matriz, um roteiro de questões-guia que dão cobertura ao interesse de pesquisa” (Duarte, 2006, p. 66).

Portanto, a coleta de dados deste estudo envolve entrevistas em profundidade com sujeitos com deficiências auditivas ou visuais, bem como observação participante, a fim de que sejam compreendidas as nuances nas interpretações dos receptores. Além disso, é essencial considerar as variáveis socioculturais que moldam essas interpretações.

6.1 ENTREVISTA: ASPECTOS POTENCIAIS ENQUANTO SUJEITOS CONSUMIDORES DE TV

As entrevistas em profundidade foram conduzidas de maneira individual, proporcionando um espaço para os participantes compartilharem suas experiências e percepções de forma detalhada, garantindo que a qualidade da entrevista em profundidade resida na habilidade do pesquisador em criar um ambiente empático e aberto, promovendo a expressão genuína das narrativas dos participantes (Seidman, 2013).

Diante desse ponto de vista, questões semiestruturadas foram empregadas para explorar as estratégias de significação utilizadas diante das informações veiculadas nos telejornais. O tipo de entrevista semiaberta, segundo Duarte e Barros (2006), é realizada com

base em roteiro com questões-guia, entre quatro e sete perguntas norteadoras. Assim, as respostas foram gravadas e transcritas para análise, com o cuidado com as necessárias medidas éticas, a partir da documentação de consentimento livre e esclarecido, assinada por todos os participantes da pesquisa.

A amostra da pesquisa é composta por 10 pessoas, cinco com deficiência visual e cinco com deficiência auditiva. Tratando-se da falta de informações visuais, este estudo tem contribuição de indivíduos que nasceram com deficiência e também daqueles que adquiriram a deficiência ao longo da vida. De acordo com as recomendações do Comitê de Ética, os participantes desta pesquisa serão denominados por pseudônimos, mantendo a inicial do nome verdadeiro.

Para a realização das entrevistas com participantes surdos, contou-se com o suporte de intérprete de Libras, a fim de assegurar tanto a fluidez comunicativa quanto a fidedignidade das informações coletadas. Ressalta-se, portanto, que todos os entrevistados surdos desta pesquisa possuem como língua principal a Língua de Sinais, e parte deles não se sente confortável, inclusive, com a Língua Portuguesa, como será apresentado e justificado adiante. Dessa forma, as transcrições das entrevistas apresentadas na pesquisa correspondem às traduções produzidas em tempo real pelo intérprete, adaptando as respostas originalmente sinalizadas em Libras para a língua portuguesa.

A seleção dos participantes foi realizada de forma intencional, considerando critérios como tipo de deficiência e experiência prévia com o consumo de telejornais. Todos os participantes são maiores de idade, moradores de Goiânia - Goiás ou Rio Verde - Goiás (dois municípios de fácil acesso à pesquisadora).

6.1.1 Roteiro da entrevista

As entrevistas foram divididas em blocos, com questões norteadoras para conduzir o processo na ordem do mais amplo ao mais específico. A apresentação inicial, como introdução, consistiu em cumprimentar o participante, explicar o propósito da entrevista e sua importância para a pesquisa, explicar o consentimento informado, esclarecer a natureza voluntária da participação, e obter o consentimento informado por meio de documento assinado.

A entrevista semiestruturada é uma abordagem flexível que permite uma investigação mais aprofundada e adaptável às respostas e vivências do entrevistado. No contexto deste estudo, para cumprir a proposta de obter informações acerca das experiências de indivíduos com deficiências auditivas ou visuais em relação ao acesso e consumo de notícias por meio de

telejornais, o roteiro de entrevista serviu como um ponto de partida para direcionar a conversa, abordando quatro blocos principais: perfil, acesso, estratégias e experiências.

A conversa, iniciada após a introdução, foi realizada de acordo com o roteiro a seguir:

Quadro 1: Roteiro de entrevista

Bloco 1 (perfil)	Bloco 2 (acesso)	Bloco 3 (estratégias)	Bloco 4 (experiências)
<ul style="list-style-type: none"> - Idade, gênero, localização geográfica. Nível educacional e profissão. - Como foi a experiência ao longo da vida com a deficiência sensorial? Como a deficiência influencia as atividades diárias, incluindo o acesso e consumo de notícias? 	<ul style="list-style-type: none"> - Com que frequência você assiste telejornais? - Quais são suas fontes de informação preferidas? - Como você acessa as notícias na televisão? Quais desafios você encontra em relação à acessibilidade? - Você recebe ajuda de alguém? 	<ul style="list-style-type: none"> - De que forma você compensa a falta de informações visuais/auditivas nos telejornais? - Existe alguma adaptação que você considere eficaz? 	<ul style="list-style-type: none"> - Pode compartilhar alguma experiência específica relacionada ao acesso à informação por meio dos telejornais que tenha sido particularmente impactante para você? - Que sugestões você teria para tornar os telejornais mais acessíveis e inclusivos para pessoas com deficiências sensoriais?

Fonte: Autora, 2023

Para análise, foram considerados os pontos evidenciados no roteiro de entrevista. Informações iniciais, como idade, gênero e localização geográfica também são elementos para compreender a diversidade de experiências dos entrevistados, bem como o nível educacional e a profissão podem influenciar o nível de conhecimento, as habilidades de adaptação e as estratégias.

A partir das perguntas e respostas sobre acesso a informações telejornalísticas, é possível verificar o grau de frequência e envolvimento com telejornais, as fontes de informação preferidas (preferências individuais em relação ao consumo de notícias), bem como observar se a forma como o entrevistado acessa notícias pela televisão permite analisar os desafios enfrentados em termos de acessibilidade.

A entrevista semiestruturada pode também fornecer informações sobre a compensação da falta de informações visuais ou auditivas e as estratégias individuais de adaptação. Assim, por meio dos relatos acerca das necessidades e experiências dos indivíduos, são analisadas as estratégias de adaptação, bem como compreendidos os desafios enfrentados no dia a dia em relação ao acesso à informação por meio dos telejornais e identificadas sugestões para torná-los mais acessíveis e inclusivos.

6.2 OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE: ACESSO À INFORMAÇÃO, INTERAÇÕES E SIGNIFICAÇÕES NA PRÁTICA

Em consonância, a observação participante foi realizada de maneira ética e não intrusiva, permitindo a identificação de padrões comportamentais e estratégias adotadas pelos participantes durante a exposição aos telejornais, considerando autores como a antropóloga surda Anahi Guedes de Mello, que, baseada em Cardoso de Oliveira (2006), defende a junção entre entrevistas e observação participante para proporcionar o “encontro etnográfico” (Mello, p. 16). Sobre a observação participante, é fundamental, durante o processo de pesquisa,

Que ela não se transforme em “participação observante”. Isso significa que o pesquisador se engaja no estudo e muitas vezes se coloca como “porta-voz” do grupo investigado, deixando de lado o seu compromisso profissional e ético e esquecendo que, embora haja um enorme espaço para a subjetividade do cientista social neste tipo de pesquisa, os dados são formas objetivas e têm vida própria. (Duarte e Barros, 2006, p. 103)

A pesquisa foi realizada nas residências, ou seja, no ambiente natural dos participantes, possibilitando uma compreensão mais profunda das interações e reações, a fim de observar o processo prático da interação do pesquisado com as informações emitidas pelo telejornalismo. A observação participante, então, se deu a partir das respostas coletadas durante as entrevistas, de acordo com os telejornais de preferência de cada um dos receptores. Dentre outros elementos, a análise dos dados coletados leva em conta a comparação entre a recepção dos telejornais assistidos por cada um.

A observação participante serve como uma fórmula para o contínuo vaivém entre o “interior” e o “exterior” dos acontecimentos: de um lado, captando o sentido de ocorrências e gestos específicos, através da empatia; de outro, dá um passo atrás, para situar esses significados em contextos mais amplos. Acontecimentos singulares, assim, adquirem uma significação mais profunda ou mais geral, regras estruturais, e assim por diante. (Clifford, 2002, p. 33)

A proposta consistiu na seguinte dinâmica: o participante foi previamente perguntado sobre suas preferências em relação a telejornais, e, de acordo com o telejornal que ele prefere assistir, a observação participante foi realizada. Caso, por exemplo, ele dissesse que prefere assistir ao Jornal Hoje, da TV Globo, que vai ao ar por volta das 13 horas, a pesquisadora

marcaria com o participante para que a observação participante fosse realizada enquanto este telejornal estivesse no ar.

Entende-se que essa dinâmica é mais ideal do que impor ao participante um telejornal específico, haja vista que este pode não ser um programa comumente assistido por ele, e a intenção da metodologia é observar o processo de acesso a informações telejornalísticas de forma natural, espontânea e semelhante ao cotidiano do participante. Observa-se também as preferências dos entrevistados entre jornais locais ou nacionais.

Assim, para garantir o conforto e clareza dos procedimentos ao entrevistado, a entrevista e a observação participante foram realizadas na mesma visita. A entrevista semiestruturada foi utilizada para compreender as vivências do participante quanto à deficiência e ao consumo de telejornal, e, após o término da entrevista, realizou-se a observação participante.

Os participantes foram solicitados a fazer considerações acerca do que foi compreendido, visualizado ou consumido de informações telejornalísticas durante o processo da observação participante. Tanto durante quanto após o procedimento, a pesquisadora observou — e pôde interagir com o participante — as reações e interações do participante com o que estava sendo veiculado no determinado telejornal. Assim, foi possível observar na prática como é a relação do participante com o telejornal, quais são as possíveis dificuldades, e, principalmente, quais são os recursos utilizados pelo participante para tentar compreender as informações telejornalísticas.

7 ANÁLISE E TENSIONAMENTOS ACERCA DOS RESULTADOS

Após processo de coleta, os dados foram organizados, desde a transcrição das entrevistas até as notas da observação participante. A análise de conteúdo é utilizada como técnica sugerida por Bardin (2016) para analisar e examinar conteúdos de textos, documentos, imagens ou outras formas de comunicação, a fim de identificar temas, categorias, significados e padrões.

Bardin (1997, p. 9) define a análise de conteúdo como “um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais subtis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”. A técnica se originou pela análise de documentos no século XX e se desenvolveu ao longo do tempo no âmbito das pesquisas sociais.

Bardin (1977) apresenta uma estrutura conceitual e um conjunto de diretrizes para a condução da análise de conteúdo, com três pólos cronológicos a seguir: pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados (inferência e interpretação). A primeira etapa, pré-análise, é “a fase de organização propriamente dita” (Bardin, 1977, p. 95). Trata-se do momento em que os documentos serão selecionados para análise, bem como são formuladas hipóteses e objetivos da análise.

Em seguida, na próxima etapa de exploração do material, é o momento em que os conteúdos são categorizados, codificados e organizados. “Se as diferentes operações da pré-análise foram convenientemente concluídas, a fase de análise propriamente dita não é mais do que a administração sistemática das decisões tomadas” (Bardin, 1977, p. 101).

O tratamento dos resultados é o momento da interpretação e da inferência, ou seja, o pesquisador interpreta os resultados, faz devidas deduções, propõe caminhos e reflexões, e busca compreender os significados subjacentes aos padrões identificados. Por fim, os resultados devem ser apresentados em um relatório que descreve as descobertas da análise de conteúdo.

Nesta pesquisa, os dados são inicialmente agrupados em categorias temáticas amplas, a fim de destacar diferentes aspectos de cada um dos participantes. Com base nos relatos, a análise é feita a fim de identificar semelhanças e diferenças entre as vivências, bem como as estratégias adotadas pelos indivíduos. Para isso, os próximos capítulos são dedicados a relatórios descritivos e interpretativos que apresentem os resultados de maneira clara, incluindo citações representativas e análise contextual.

A estratégia metodológica adotada para a análise das entrevistas e da observação participante busca estruturar os dados qualitativos de maneira organizada e coerente, a fim de permitir uma interpretação cuidadosa das experiências das pessoas com deficiências auditivas ou visuais. Diante da diversidade de respostas e contextos individuais, foi desenvolvida uma categorização para facilitar a identificação de padrões e particularidades nas práticas de mediação e recepção midiática.

Para isso, a elaboração de quadros síntese se mostrou uma estratégia adequada, pois possibilita a organização dos dados em categorias-chave, mantendo a riqueza qualitativa das informações e oferecendo uma visão sistemática dos fenômenos estudados, antes de adentrar ao relatório descritivo da análise de conteúdo.

O quadro a seguir é útil para categorizar o perfil de cada participante. Essa tabela contextualiza os dados coletados, como idade, escolaridade, profissão e tipo de deficiência. A organização dessas informações pode ser válida para compreender como fatores externos, como o acesso à educação ou à tecnologia, podem influenciar as práticas comunicacionais de cada indivíduo.

Quadro 2: Perfis dos entrevistados

Nome	Idade	Cidade	Escolarid.	Profissão	Deficiência
Antônio	30	Goiânia (GO)	Ensino Médio (estudando para vestibular)	Em transição/estudante	Visual (neuropatia óptica adquirida aos 26), enxerga borrões e percebe contrastes.
José	57	Rio Verde (GO)	Superior (Serviço Social)	Assistente social e gestor administrativo (Associação Benficiente Auta de Sousa - Abas)	Visual (degenerativa congênita), vê vultos e melhor em penumbra ou com contraste.
Laura	55	Rio Verde (GO)	Superior (Pedagogia) + Pós-Grad. em Ed. Especial	Professora de pessoas com deficiência visual	Visual (retinose pigmentar, congênita), enxerga cerca de 5% no centro do olho esquerdo.
Luís	58	Goiânia (GO)	Superior (Medicina)	Médico (sem atuar desde	Visual (adquirida), apenas percepção de

				avanço da perda de visão)	clareza no olho direito.
Silvio	48	Goiânia (GO)	Ensino Médio	Servidor efetivo (Comurg)	Visual (congenita), cegueira total desde o nascimento.
Ana	47	Rio Verde (GO)	Ensino Médio	Dona de casa	Surdez congênita
Carlos	40	Rio Verde (GO)	Ensino Médio	Operador de empilhadeira	Surdez congênita
Ingrid	27	Rio Verde (GO)	Ensino Médio	Sem ocupação	Surdez congênita (implante coclear mas não se adaptou)
Jessica	24	Rio Verde (GO)	Superior (Administração)	Auxiliar administrativo (RH)	Surdez congênita (implante coclear mas não se adaptou)
Lucas	29	Rio Verde (GO)	Ensino Médio	Auxiliar de carga e descarga	Surdez congênita

Fonte: Autora (2024)

Observa-se, nos perfis acima, uma variedade de faixas etárias e contextos sociais. A maior parte dos entrevistados concluiu ao menos o ensino médio, sendo que, entre os participantes com deficiência visual, há predominância de nível superior ou pós-graduação. Em contraste, apenas uma participante surda concluiu formação superior, aspecto que pode sugerir persistentes barreiras educacionais na comunidade surda, corroboradas pela ausência de intérprete de Libras ou de políticas inclusivas ao longo da trajetória escolar. Também se nota que o grupo contempla diferentes inserções profissionais.

Observa-se que todos os entrevistados com deficiência auditiva nesta pesquisa apresentam surdez congênita. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS)⁹, a surdez e outros tipos de perdas auditivas acometem mais de 1,5 bilhão de pessoas em todo o

⁹ Surdez e perda auditiva. Disponível em:

<https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/deafness-and-hearing-loss>. Acesso em: 18 nov. 2024.

mundo, sendo que, em muitos casos, a privação sensorial se manifesta ainda nos estágios iniciais de desenvolvimento da criança. No contexto nacional, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) contribui com a construção de identidades, bem como da cultura surda, e para a efetivação de direitos comunicacionais, pois possibilita aos indivíduos surdos um canal linguístico próprio e compartilhado, capaz de favorecer sua autonomia informativa, educacional e cultural. Assim, compreender o perfil e as experiências de pessoas com surdez congênita contribui para expandir o debate sobre políticas públicas, práticas inclusivas e, sobretudo, caminhos para a promoção de uma acessibilidade verdadeiramente comunicativa e que respeite a existência e força da cultura surda¹⁰.

É pertinente salientar, ainda, que esta pesquisa reconhece a existência de pessoas surdas oralizadas, que fazem uso de aparelhos auditivos e se comunicam predominantemente em língua portuguesa, seja na modalidade oral ou escrita. A escolha metodológica de que todos os entrevistados com deficiência auditiva aqui contemplados sejam surdos sinalizantes, ou seja, adotem a Libras como principal meio de comunicação, não implica considerar que a surdez seja sinônimo de Libras, mas se justifica pela compreensão de que, para sujeitos cuja experiência linguística depende primariamente do canal visual, os produtos e formatos de comunicação audiovisual podem impor barreiras ainda maiores na transmissão de sentido, haja vista que não consomem as informações em áudio. Dessa forma, o estudo centra-se nas experiências dos surdos sinalizantes com o telejornalismo, buscando evidenciar, de modo mais aprofundado, as limitações e as potencialidades de acesso à informação para essa parcela do público.

Para os entrevistados com deficiência visual, que em grande parte perderam a visão de forma progressiva ou a mantêm em níveis residuais, a relação com a televisão pode apresentar uma dinâmica distinta, mediada por sons, diálogos, entonações e pela criação de imagens mentais a partir de descrições sonoras. Assim, a pesquisa busca compreender como essa parcela da população, com trajetórias que envolvem diferentes graus de contato com a informação audiovisual, negocia significados, acessa conteúdos e enfrenta as barreiras impostas pela falta de recursos de acessibilidade.

O quadro abaixo estabelece determinadas premissas desta pesquisa e serve como guia para a análise, portanto, se justifica pela capacidade de sintetizar e organizar os principais elementos, com base na teoria de meios e mediações de Martín-Barbero e nas teorias

¹⁰ A expressão “cultura surda” refere-se ao conjunto de valores, práticas, tradições, comportamentos e formas de expressão do convívio e da interação entre pessoas surdas, tendo a língua de sinais como elemento principal de construção identitária. Diz respeito a todo um modo de ser, pensar e comunicar, socialmente compartilhado por pessoas que se reconhecem como surdas e que têm a experiência da surdez como fator de coesão sociocultural.

funcionalistas dos meios de comunicação de massa. Assim, observa-se que os elementos envolvidos nesta pesquisa exigem um instrumento que permita a inter-relação entre os aspectos culturais, sociais e tecnológicos que influenciam a comunicação dessas pessoas com o conteúdo midiático.

Quadro 3: Síntese teórica

Categoria Temática	Mediações	Funcionalismo
Acessibilidade	A relação entre usuários e meios é mediada por tecnologias e contextos culturais específicos.	Função de entretenimento e integração social da mídia.
Compreensão dos conteúdos	Mediação cultural interfere na interpretação dos conteúdos.	Os meios de comunicação de massa devem informar de forma clara e acessível.
Impacto da TV	A interação social e o contexto comunitário são fundamentais para as experiências com a mídia.	A mídia exerce controle social e ajuda a moldar opiniões.

Fonte: Autora (2024)

A partir da síntese teórica apresentada, observa-se que a relação das pessoas com deficiência auditiva ou visual com o telejornalismo não pode ser analisada de forma dissociada dos contextos sociais, culturais e tecnológicos que permeiam suas experiências midiáticas. As teorias de meios e mediações de Martín-Barbero evidenciam a importância dos processos de apropriação, nos quais a acessibilidade não se resume a uma adaptação técnica, mas envolve também dinâmicas socioculturais que influenciam a recepção e a significação dos conteúdos.

Ao mesmo tempo, a perspectiva funcionalista destaca o papel da televisão como agente de integração e informação, mas, quando aplicada ao público com deficiência sensorial, revela-se limitada, pois pressupõe um consumo padronizado da informação sem considerar as barreiras de acesso. Assim, o quadro teórico sintetiza a tensão existente entre essas abordagens, demonstrando que a experiência comunicativa desse público está condicionada tanto pela estrutura da mídia quanto pelos contextos de recepção.

Dessa forma, a análise empreendida nesta pesquisa busca compreender como a ausência ou a presença de recursos de acessibilidade impacta a construção de sentido e a participação informacional dessas pessoas. Mais do que evidenciar tais desafios, espera-se que

a pesquisa possa ampliar reflexões sobre a necessidade de modelos comunicacionais mais inclusivos, que reconheçam a diversidade dos modos de acesso e incorporem a acessibilidade como parte essencial da produção midiática.

7.1 TRAJETÓRIAS ATRAVESSADAS PELA TELEVISÃO

Rotinas informativas, memórias afetivas e referenciais culturais constituem dimensões centrais para compreender o lugar da televisão na vida dos indivíduos. A TV não se restringe a um simples aparelho doméstico de difusão audiovisual, já que estrutura temporalidades individuais e coletivas, modela visões de mundo e intervém nos processos de formação de identidade. Na perspectiva funcionalista dos meios de comunicação, a televisão tem suas funções de informar, entreter, integrar e, em alguma medida, orientar o público sobre normas sociais e valores dominantes. Ao mesmo tempo, a abordagem dos processos de mediação cultural, conforme proposto por Martín-Barbero, sublinha que os usos e significados atribuídos à TV não decorrem apenas de sua oferta de conteúdos, mas resultam da interação dinâmica entre as práticas culturais, os contextos tecnológicos e as experiências históricas específicas dos receptores.

Nesse sentido, compreender a importância da televisão exige ir além da análise dos conteúdos ou dos efeitos isolados da mídia. É necessário considerar o processo relacional e mediado em que a recepção ocorre, levando em conta a intersecção entre aparato tecnológico, práticas sociais, tradições familiares, experiências sensoriais e condições materiais de cada indivíduo. A ótica funcionalista ajuda a entender por que a TV exerce um papel integrador na sociedade, pois fornece informações centrais sobre a ordem social e legitima certos discursos, enquanto a perspectiva das mediações culturais ressalta que o sentido daquilo que é visto ou escutado na TV não está dado a priori, mas é construído no entrelaçamento de dinâmicas sociais, culturais e históricas.

Assim, para investigar a presença da TV como fonte informativa, geradora de memórias afetivas e produtora de referenciais culturais em contextos específicos, é essencial observar como grupos diferentes negociam essa experiência. Especialmente, a situação de pessoas com deficiência visual traz à tona o caráter complexo dessas mediações. A ausência ou dificuldade de acesso ao telejornalismo, por exemplo, não anula a relevância simbólica da televisão, mas exige que os sujeitos desenvolvam estratégias para se apropriar do que é transmitido. Dessa forma, a experiência desses indivíduos evidencia a tensão entre as funções esperadas da mídia e as condições reais de acesso e interpretação, e destaca que a televisão, em especial o telejornalismo, não se oferece de modo igual a todos.

No conjunto dos relatos de entrevistados que contribuíram com esta pesquisa, observa-se que a TV não é percebida apenas como um meio passivo de difusão de conteúdos. Ao contrário, ela se consolidou como um ponto de referência afetivo, simbólico e cognitivo, marcando rotinas domésticas, definindo parâmetros para a compreensão da realidade e influenciando hábitos informativos ao longo da vida.

7.1.1 Participantes com deficiência visual

O entrevistado Luís, por exemplo, recorda-se de momentos em que, ainda criança, acompanhava o telejornal ao lado do pai:

Meu pai comprava três jornais por dia, e às vezes até um quarto, um jornal de esportes, de capa rosa, eu lia também. [...] E depois, crescendo, aí meu pai me chamava assim: “quando começar o Jornal Nacional, você me chama”. Aí eu chamava e assistia o Jornal Nacional na companhia dele. Lembro assim de imagens da guerra civil no Líbano, em 75, eu tinha 9 anos. (Luís)

Luís, 58 anos, é um homem que cresceu em Goiânia (GO), onde viveu toda a vida. De nível superior e médico de formação, teve uma trajetória em que a leitura de jornais e o acompanhamento de telejornais foram parte do seu cotidiano informativo desde muito cedo. A relação com a informação impressa e televisiva remonta à infância, marcada pela presença paterna. Na juventude, antes da perda gradativa da visão, Luís transitava entre jornal impresso, rádio e televisão, familiarizando-se com formatos múltiplos de conteúdo. Dessa forma, Luís representa um perfil que combina alto repertório informativo, amplo consumo midiático e uma relação afetiva com a televisão herdada do convívio familiar.

De manhã, eu ligo a televisão, pra ficar escutando os jornais e comendo alguma coisa. Aí na hora do almoço, na hora que eu vou almoçar, a televisão está ligada no noticiário. Aí na hora que eu vou jantar, aí é a hora da novela das sete. Se tiver alguma coisa que naquele dia me interesse, ou que eu já sei o que aconteceu, ou que nas manchetes de jornais me chame atenção, eu ligo e assisto. Mas eu gostava mesmo era do Jornal da Globo, mas hoje em dia começa muito tarde. (Luís)

A TV também está presente no cotidiano de Silvio, um homem de 48 anos, servidor efetivo há mais de duas décadas na Companhia de Urbanização de Goiânia (Comurg). Cego desde o nascimento, ele vive com sua esposa, que também tem deficiência visual, e desenvolveu ao longo do tempo uma rotina informativa baseada em diversos suportes midiáticos, incluindo a televisão e o rádio, embora seu consumo televisivo também seja marcado pela falta de recursos de acessibilidade. Para ele, os telejornais locais são especialmente relevantes, por conectarem ao contexto imediato e auxiliarem na compreensão do que acontece na cidade. Em seus relatos, Silvio também cita memórias, mesmo que não imagéticas, de momentos históricos que acompanhou pela televisão:

Eu gosto muito de jornais locais. Eu assisto nacional, mas eu gosto muito de jornais locais. [...] Eu acompanho os telejornais desde pequeno. Aos meus 12 anos, eu vou lembrar muito, assim, foi quando teve aquele acidente do Césio, né, que foi em 87, eu lembro. E quando teve a morte do Tancredo Neves. (Silvio)

Nascida e criada em Rio Verde (GO), Laura, 55 anos, exemplifica também como a presença da televisão vai além da mera função técnica de transmissão de informações. Por conta da retinose pigmentar, a perda da visão foi gradual, e hoje Laura não enxerga nada do olho direito e cerca de 5% no centro do olho direito, “de pertinho e com muita luz. Se a luz estiver fraca, a pessoa some”. Com formação em Pedagogia e pós-graduação em Educação Especial, ela dedicou grande parte de sua trajetória ao ensino de pessoas com deficiência visual, área na qual se especializou após conhecer o braille e inspirar-se em um professor que também era cego. Antes que a perda visual se agravasse, a televisão já era importante, mas dentre as lembranças marcantes associadas à TV, ela traz uma ocasião especial em que seu trabalho com estudantes com deficiência visual ganhou destaque em um telejornal local:

Eu e a minha aluna, alguns alunos meus com deficiência visual, a gente foi entrevistado pela TV Anhanguera, lá no Bom Pastor [centro de ensino para pessoas com deficiência], na época. Aí eu pude ver a minha aluna, a Bárbara, toda linda, lá assim, deu pra ver os detalhes dela, né? Ver a alegria dela de estar participando do jornalismo. (Laura)

Já Antônio, 30 anos, nascido em Guarulhos (SP) e morador de Goiânia desde 2012, tem memórias relativamente recentes de imagens televisivas, haja vista que começou a perder a visão aos 26. Antes da perda progressiva da visão, o consumo regular de telejornais reforçava a função social da televisão de informar, integrar e legitimar certos discursos, conforme postulado pelo funcionalismo. Ao mesmo tempo, mostra-se a potência mediadora descrita por Martín-Barbero, na medida em que a TV, nesse período da vida de Antonio, contribuía para a elaboração de memórias informativas, associações afetivas e referenciais simbólicos.

A experiência de Antônio, hoje, ilustra um novo estágio no relacionamento entre indivíduos e conteúdo televisivo, no qual a convergência de mídias e a mobilidade tecnológica ampliam as possibilidades de acesso e fruição. Embora a televisão tradicional mantenha seu papel de eixo informativo, o ato de assistir a conteúdos telejornalísticos já não se restringe à sala de estar ou ao aparelho convencional. Antônio opta por acompanhar notícias no celular, sintonizar transmissões ao vivo pelo YouTube ou buscar canais alternativos, para recriar, a partir dos recursos disponíveis, sua conexão com o universo midiático que antes era mediado essencialmente pela televisão.

Pelo prisma das mediações culturais, conforme proposto por Martín-Barbero, a recepção não é mais definida unicamente pela grade fixa de programação ou pelo editorial de um canal líder. Os significados, as escolhas e os filtros aplicados pelo espectador ganham maior importância. No caso de Antônio, a busca por canais alternativos foi durante a pandemia da Covid-19, período em que foi perdendo a visão, ficou afastado do trabalho e voltou a estudar para se motivar. Para ele, a internet é um caminho para construir um percurso informativo menos hierarquizado, mas não menos significativo, além de considerar que há mais acessibilidade nas plataformas digitais do que na televisão. Ele molda a relação com a notícia segundo seus interesses, disponibilidades de tempo e visões de mundo.

Sempre assisti muito jornal. Consumir mídia tradicional era comum: Jornal Nacional, Jornal do SBT, essas coisas mais tradicionais. [...] Hoje em dia não muito. Prefiro meios alternativos, principalmente na internet. Não era por acessibilidade no início. Comecei a mudar meu ponto de vista durante o período em que comecei a perder a visão. Foi na época da pandemia, quando tive mais tempo em casa. Fiquei afastado do trabalho e comecei a estudar. Foi quando comecei a me politizar. Comecei a assistir coisas como a CPI da Covid, por exemplo, acompanhando pela internet. A internet me abriu muitos caminhos e comecei a buscar outras formas de informação. (Antônio)

Para José, 57 anos, morador de Rio Verde (GO), graduado em Serviço Social, a TV esteve, por muito tempo, entre suas principais fontes de informação, especialmente no que se refere aos telejornais. O participante, que nasceu com deficiência visual, conta que desde cedo gostava de acompanhar o noticiário televisivo, construindo imagens mentais a partir do áudio. “No caso do jornalismo ainda na TV, eu sempre gostei, mas a gente vai despertando outros valores, e o que a gente vê no telejornalismo são muitas notícias negativas”, diz o entrevistado, ao comentar que os assuntos relacionados à criminalidade e o sensacionalismo foram aspectos que o afastaram do telejornalismo ao longo do tempo, para além da falta de acessibilidade.

7.1.2 Participantes com deficiência auditiva

Para pessoas surdas, o papel da televisão também pode evidenciar laços afetivos, hábitos cotidianos e construção de memórias, embora cada indivíduo apresente vivências particulares. De acordo com os relatos, a TV se insere na rotina, em muitos casos, como elemento de companhia familiar e fonte inicial de informação, ainda que parte do conteúdo permaneça sem pleno entendimento.

Casados há mais de 20 anos, Carlos (40 anos), nascido em Rio Verde (GO), e Ana (47 anos), nascida em Araputanga (MT), nasceram surdos e relembram que a televisão sempre fez parte do contexto familiar. A história dos dois começou ainda à distância, pelas redes sociais,

e a afinidade cresceu quando viram que tinham muitas coisas em comum, especialmente por fazerem parte da comunidade surda. O casal tem uma filha de 16 anos, ouvinte, que acompanha os pais no dia a dia e também ajuda traduzindo informações para Libras. Filhos de surdos são popularmente chamados de CODA, expressão que é a abreviação em inglês para “*child of deaf adults*” (em português, “filho de pais surdos”).

Carlos relata que, quando mais jovem, “assistia muito a Globo” especialmente em horários tradicionais. Hoje, percebe que, às vezes, perde a paciência em tentar assistir a um conteúdo inacessível: “Quando eu vejo que não tô entendendo nada, troco de canal. Tô acostumado, mas atrapalha”. Assim como Carlos, Ana diz que gosta de assistir jornal, mas ambos se desanimam pela falta de acessibilidade. Em novelas, ou *doramas* (séries de drama asiáticas), Ana consegue entender melhor por legendas, expressões faciais e outros recursos. Entretanto, os jornais, para eles, são ainda mais inacessíveis.

“Algumas coisas até entendo pela expressão da pessoa. Mas a minha esposa é do mesmo jeito. [...] Nós dois gostamos de assistir jornal, mas quase não assistimos por causa disso”, diz Carlos. Ana complementa: “Eu chamo quando não conheço alguma palavra. Mas às vezes é tanta palavra nova que acabo desistindo de ficar assistindo”.

Para Ingrid, que tem 27 anos e mora com os pais em Rio Verde (GO), a televisão é ainda mais constante no cotidiano familiar, mas acessá-la efetivamente é um desafio. Ingrid nasceu surda e chegou a realizar implante coclear, mas não se adaptou ao dispositivo. Seus pais, ambos ouvintes, assistem TV regularmente, inclusive possuem aparelhos de televisão em vários cômodos da casa, como sala de estar e cozinha. Ingrid compartilha o desejo de compreender melhor os conteúdos exibidos, ao comentar que tenta acompanhar as notícias e eventos apresentados, mas se depara com barreiras. “Eu vejo a TV. Mas as pessoas falam muito. Eu vejo acidentes acontecendo. Por exemplo, de moto, carros, ônibus, caminhão, diversos outros meios de transporte”, relata.

Faz-se útil mencionar, já neste momento inicial de análise, que, em muitos relatos de pessoas surdas, é possível observar frequente destaque a recursos visuais, isto é, quanto mais imagem, melhor. Quando, por exemplo, os repórteres ou apresentadores estão em primeiro plano e não há imagens de cobertura, o conteúdo fica ainda mais incompreensível para os surdos. Também será abordado, no próximo capítulo, que a legendagem nem sempre é um recurso acessível, devido às diferenças estruturais entre Língua Portuguesa e Língua Brasileira de Sinais.

Mesmo com as dificuldades e a falta de pertencimento enquanto consumidora de informações telejornalísticas, Ingrid demonstra interesse em assistir televisão e compreender

os conteúdos, mas observa que a falta de garantia de comunicação para pessoas surdas é um problema recorrente. “É difícil acessar informação. Pessoas ouvintes não se importam muito. Tem poucos surdos e muitos ouvintes. Então, às vezes, tem muitas coisas que não ficamos sabendo. Passam despercebidas”, afirma. O desejo de Ingrid em acessar plenamente os conteúdos televisivos exemplifica a relação ambivalente entre pessoas surdas e a televisão, em que, enquanto o meio é percebido como importante, as barreiras comunicacionais limitam sua potencialidade de inclusão.

Assim também é com Jessica, de 24 anos. Moradora de Rio Verde (GO), ela nasceu prematura, com surdez, passou pelo mesmo procedimento de implante coclear, mas não se adaptou:

Eu tentei, na verdade, me adaptar ao implante coclear por insistência da minha família, mas me causou muita perturbação. Então, quando eu conheci Libras, a minha vida mudou, porque Libras para mim foi um significado muito grande, eu faço parte da comunidade surda, eu me identifico como uma mulher surda. (Jessica)

Assim como os outros entrevistados, Jessica afirma gostar de assistir televisão, mas destaca seus esforços para compreender conteúdos televisivos por meio das imagens e do contexto visual. Ao ser perguntada sobre sua frequência de assistir TV, ela responde: "Sempre, eu gosto de ver TV. [...] Mas a comunicação é muito falha. Isso complica muito a situação, porque é inacessível pra mim. Assistir notícia na TV é complicado”.

Os relatos de entrevistados surdos, a exemplo de Jessica, ressaltam ainda mais o impacto emocional das barreiras de comunicação na televisão, descrevendo como a falta de acessibilidade afeta sua motivação para acompanhar determinados programas, especialmente os telejornais. "Eu particularmente vejo poucos, sabe? Porque é ruim, é desmotivante tentar assistir um jornal e não ter acessibilidade em Libras", diz Jessica.

A fala retrata mais do que uma experiência individual, mas representa uma realidade comum entre pessoas surdas. A ausência de recursos como intérpretes de Libras ou legendas adequadas transforma o ato de assistir TV em uma experiência frustrante, diminuindo o interesse e o sentimento de pertencimento. Para Jessica, isso reforça a necessidade de uma televisão mais inclusiva, que valorize a diversidade linguística e cultural de seus espectadores.

Lucas, 29 anos, cresceu em Primavera do Leste (MT) e mudou-se para Rio Verde (GO) quando criança, por volta dos oito anos. Surdo desde o nascimento, e o único com deficiência auditiva na família, ele recorda que a televisão sempre esteve presente em sua casa. O processo de alfabetização, porém, foi marcado pela carência de intérprete de Libras na

primeira escola que frequentou. Só quando se estabeleceu em Rio Verde, já com oito ou nove anos, encontrou melhores condições de ensino.

É muito difícil a comunicação, porque todos são ouvintes e a família sabe pouco língua de sinais, então eles cobram muito, forçam a falar. Por isso que eu aprendi, inclusive, um pouco da leitura labial, porque a família força muito a questão da leitura labial. (...) É muito complicado ser surdo. (Lucas)

Embora a televisão seja parte do cotidiano familiar de Lucas, seu entendimento pleno das notícias se torna inviável pela falta de recursos inclusivos:

Vejo às vezes notícias de acidentes. Observo de forma visual. Quando tem fotos ou imagens, é mais fácil entender. Por exemplo, se acontece um acidente, consigo entender o que aconteceu porque vejo as imagens. É difícil compreender notícias pela falta de intérprete. (Lucas)

Em especial, os telejornais dão ênfase à narração dos fatos e a entrevistas rápidas, onde tudo ocorre em língua oral e em ritmo intenso. Lucas percebe que as legendas (quando presentes) não só não acompanham perfeitamente a fala, como também seguem a estrutura gramatical do português, com a qual ele tem dificuldade. Diante desse cenário, sua trajetória televisiva passa por um reconhecimento do valor cultural e simbólico da TV. Ele gosta de saber que algo importante ocorre no noticiário, admira imagens de grandes eventos ou cenas históricas.

7.1.3 Valores e falhas da televisão

Ao traçar os perfis dos entrevistados, observa-se a reafirmação da TV como eixo informativo que, mesmo sob diferentes trajetórias, mantém certa centralidade na construção de rotinas, memórias e interpretações da realidade. Ainda que haja demonstração de posicionamento crítico em relação ao conteúdo dos telejornais, ao tradicionalismo da TV como mídia hegemônica ou à falta de acessibilidade comunicativa, todos reconhecem, em algum momento de suas vidas, a capacidade da TV de pautar a compreensão dos acontecimentos e fornecer referenciais culturais compartilhados.

Esse reconhecimento, inclusive, pode ampliar o sentimento de falta de pertencimento, porque evidencia a exclusão. Sem essa conexão, os entrevistados podem se sentir deslocados ou desconectados da realidade cultural predominante. Assim, enquanto a televisão continua a ser percebida como um instrumento de inclusão e pertencimento para grande parte da população, sua inacessibilidade comunicativa transforma essa potencialidade em frustração para quem não consegue se integrar plenamente a esse universo.

A perspectiva de Martín-Barbero ajuda a compreender esses pontos de vista, considerando que a interação entre audiência e mídia não se limita à emissão e recepção

passiva de mensagens. Pelo contrário, a TV é vivenciada a partir de um tecido de práticas sociais, históricas e culturais que constituem o cotidiano do espectador. Ao considerar as múltiplas trajetórias dos entrevistados – marcadas por diferentes formações, profissões, contextos urbanos e períodos de maior ou menor acesso às informações – é evidente que cada um deles insere a televisão em uma cadeia de significados, memórias e costumes. Essa cadeia não é simplesmente dada pelo meio em si, mas construída e reformulada na convergência entre o que a TV oferece e o que cada indivíduo carrega em sua experiência de vida.

A teoria dos meios e mediações sustentada por Martín-Barbero (1997) chama a atenção para o fato de que a compreensão dos fenômenos midiáticos se firma quando se analisam as práticas culturais que lhes dão sentido. Observa-se, pela vivência dos entrevistados, que a televisão não apenas informa sobre o mundo, mas é apropriada em função de contextos familiares, rotinas individuais, gostos pessoais, valores culturais e identidades sociais. Os indivíduos revelam que o entendimento do telejornalismo ocorre em uma zona de negociação simbólica, na qual o sentido não é imposto pela TV, mas resultante de uma interação dinâmica entre o que é transmitido e o que é vivido, pensado e sentido por cada receptor, seja valorizando certos conteúdos, buscando meios mais acessíveis, lembrando episódios marcantes ou questionando o tradicionalismo da mídia.

O mapeamento do perfil e das condições de vida de cada entrevistado permitiu evidenciar aspectos estruturais que atravessam a realidade de pessoas com deficiência auditiva ou visual. O nível de escolarização, o acesso prévio à tecnologia e as oportunidades de formação profissional mostram-se determinantes para que cada sujeito construísse possíveis estratégias particulares de recepção e interpretação dos conteúdos televisivos. Desse modo, reafirma-se a perspectiva de que não há uma recepção homogênea para pessoas com deficiência, mas práticas comunicacionais heterogêneas que demandam políticas públicas mais eficazes e ofertas midiáticas diversificadas.

Por fim, a articulação entre a teoria funcionalista, que enfatiza funções sociais integradoras da mídia, e a proposta de Martín-Barbero, que ressalta a dimensão das mediações culturais, contribui para uma leitura transversal do fenômeno. De um lado, constata-se que a TV desempenha funções de informação, entretenimento e pertencimento social. De outro, percebe-se que tais funções estão permeadas por tensões decorrentes das barreiras de acessibilidade e da ausência de soluções comunicativas inclusivas. Diante disso, observa-se que, se deficiência é sinônimo de falta, carência, insuficiência, não é a pessoa que tem deficiência, mas a mídia. Quando a televisão não é acessível, é ela que apresenta uma falha, uma ausência, uma limitação. Trata-se, portanto, de uma mídia com deficiência, uma

comunicação incompleta que não contempla a diversidade de seus espectadores. Reitera-se então que a acessibilidade não é um favor ou uma concessão, mas uma necessidade estrutural para que a informação cumpra sua função social de maneira equitativa. Em síntese, os resultados chamam a atenção para o paradoxo segundo o qual um meio de comunicação reconhecido pela capacidade de articular valores sociais e culturais não consegue contemplar, em igual medida, grupos historicamente minorizados.

No próximo capítulo, portanto, será aprofundada a discussão acerca das estratégias de significação adotadas pelos entrevistados, bem como, em seguida, a interpretação dos resultados da observação participante. Tais desdobramentos irão ampliar a compreensão de como as pessoas com deficiência mobilizam recursos simbólicos e tecnológicos para atribuir sentido aos conteúdos.

7.2 BARREIRAS COMUNICACIONAIS NO TELEJORNALISMO

As trajetórias pessoais e a centralidade da televisão na vida dos entrevistados, apresentada no capítulo anterior, evidencia a capacidade da TV de orientar, integrar e fornecer referenciais culturais. No entanto, ao aproximar o olhar dos elementos que dificultam a fruição do telejornalismo por pessoas com deficiência visual ou auditiva, se destacam as barreiras comunicacionais que não apenas limitam o acesso ao conteúdo, como também tensionam o papel social da televisão no contexto da diversidade humana.

É no choque entre o ideal integrador do funcionalismo e a complexidade das mediações que se manifestam as barreiras. Elas não apenas inviabilizam a plena compreensão do telejornal, como põem em xeque a ideia de que a TV, tal como se apresenta, cumpre efetivamente sua função informativa para todos.

Uma das participantes com deficiência visual, Laura conta que, em seu cotidiano, a falta de audiodescrição no telejornalismo e a insistência em recursos visuais não verbalizados dificultam o acompanhamento das notícias. Com base em experiências com audiodescrição em eventos, ela relata que se o recurso fosse utilizado pelos telejornais, seria mais fácil entender os conteúdos.

Eu fui na conferência da pessoa com deficiência, eu tive acesso à audiodescrição pela primeira vez, no fone de ouvido. Aí eu estava bem longe do palco, né? Enxergava um pouquinho, não sabia o que era. Aí a audiodescrição foi muito importante. [...] Parece que você tá enxergando. E dá mais atenção aos detalhes. E você vai imaginando aquilo ali, vai dando mais emoção do que você só ouvir. [...] E tem que ficar perguntando. O pior é ter que ficar perguntando à pessoa do lado. (Laura)

A seguir, destaca-se um dos pontos mais levantados pelos entrevistados com deficiência visual. O telejornalismo, ao privilegiar o visual como uma espécie de “linguagem primária”, presume um espectador plenamente apto a decodificar imagens, textos exibidos no vídeo, gráficos e recursos visuais de apoio. Assim, falas como “o número [de telefone] está na tela” ou “veja as imagens”, sem traduzir o que está apenas em imagem, partem do pressuposto de que todos conseguirão acompanhar integralmente a mensagem. Esse hábito ignora o fato de que, para pessoas com deficiência visual, tais orientações criam lacunas praticamente intransponíveis. O conteúdo que deveria ser disponibilizado para todos acaba se tornando excludente, na medida em que informações fundamentais para a compreensão da matéria não são verbalizadas ou descritas. A ênfase no visível funciona, portanto, como uma barreira comunicacional para quem não vê. A entrevistada Laura, ao ser questionada sobre possíveis sugestões para tornar o telejornalismo mais acessível a pessoas como ela, sugere:

Parar com aquele negócio de falar assim: “o número do telefone está na tela”. É a coisa mais horrorosa e chata que eu acho, é falar: “mais informações, o número está na tela”. E quem não está vendo a tela? E se a pessoa estiver precisando daquele número, talvez seja de um concurso público, talvez seja de um dia de matrícula, de qualquer coisa, de comemoração, “o número está na tela”. (Laura)

Incômodo semelhante é descrito por Silvio, não somente em telejornais mas em toda a programação televisiva: “Às vezes você está assistindo uma programação lá e anunciam o produto. ‘Ah, vamos pôr aí na tela da sua TV’. Mas se você não está vendo o produto que está aparecendo?”. Antônio ainda endossa a crítica à carência de recursos no telejornalismo: “Falta muita audiodescrição. Às vezes, eles dizem ‘confira na imagem’, mas não descrevem. Isso me deixa indignado”. Antes da perda visual, Antônio mantinha um padrão de consumo midiático centrado em jornais tradicionais, mas a mudança sensorial, e também ideológica, o levou a buscar alternativas digitais, menos hierarquizadas e mais acessíveis. A dificuldade de compreensão de elementos visuais não descritos no telejornal o afasta gradualmente do meio televisivo convencional. A internet surge como “refúgio”, com conteúdos politizados, canais alternativos e informações contextualizadas sem a dependência do elemento visual.

A busca por outras plataformas salienta que, diante da ausência de medidas inclusivas na televisão, o espectador com deficiência visual é ainda mais incentivado a agenciar suas próprias soluções midiáticas, redefinindo as mediações a partir de ferramentas tecnológicas e novos hábitos de consumo. Observa-se que a crítica não recai apenas sobre a falta de acessibilidade, mas também sobre o teor do conteúdo. Porém, a negatividade não anula o reconhecimento inicial do telejornal como fonte de informação.

Em todos os casos, a ausência ou insuficiência de audiodescrição, a presença frequente de elementos gráficos e textuais sem verbalização e a ênfase em recursos estritamente visuais constituem obstáculos. Essas barreiras comunicacionais evidenciam que o telejornalismo, muitas vezes, não considera as especificidades do público com deficiência visual. Na prática, observa-se um distanciamento entre a promessa integradora e a realidade fragmentada da recepção. A legitimidade discursiva que a TV deveria proporcionar é, para esses espectadores, comprometida pela falta de cuidados na apresentação do conteúdo.

Ao mesmo tempo, a perspectiva de Martín-Barbero ilumina o fato de que os sentidos não são fixos nem lineares. No caso dos entrevistados, as barreiras vão além da falta de recursos técnicos, mas se relacionam à ausência de uma postura editorial que valorize a inclusão. Laura comenta que não é apenas a ausência de um recurso especializado e complexo – como a audiodescrição profissional – que prejudica, mas também a falta do mínimo cuidado em narrar elementos visuais. Esse cuidado, para consumidores como ela, se traduziria em uma demonstração de atenção à pessoa com deficiência visual como público tão importante quanto aquele que enxerga.

Nesse sentido, parte do problema não seria apenas tecnológico, mas cultural e profissional, considerando que o telejornalismo convencional opera numa lógica visual tacitamente hegemônica que subestima a necessidade de verbalizar conteúdos imagéticos. “Teria que ter a audiodescrição. Se não tem eletrônica, informatizada, pelo menos o jornalista saber como faz uma descrição simplesinha e falar: ‘hoje o cenário está aqui hoje está lindo, tem um coqueiro ali atrás do cenário’”, sugere Laura.

Silvio, ao comentar seus esforços para acompanhar telejornais, mostra que, apesar das falhas, não deixa de tentar manter-se informado: “Eu vou trocando, vendo o que tá passando, mexendo no controle, mas às vezes eu não sei o que eles estão mostrando”. A falta de audiodescrição e de práticas inclusivas pode ser vista também sob a lente econômica e política, como apontado por José, por exemplo, que menciona que a ausência de recursos acessíveis está atrelada ao desinteresse econômico e à falta de incentivos políticos: “Muitas das vezes não é rentável, não é lucrativo, não é interessante para a TV, ‘essa perda de tempo’ no ponto de vista, entre aspas, para eles, de um tempo maior para ver essa descrição”.

Já Luís relata que, em diversas situações, não apenas ao assistir telejornais, mas também em momentos de entretenimento, como quando assiste novelas, sente falta de uma descrição que complemente o que está sendo exibido na tela. Ele exemplifica: “Aí fica aquele suspense, né, um silêncio. O que está acontecendo?”, ao descrever seu incômodo com o

silêncio que, para o público sem deficiência, pode ser interpretado como uma pausa dramática ou uma construção narrativa.

Entretanto, Luís observa que a estrutura narrativa do telejornal – ágil, sequencial e, quase sempre, sem interrupções – dificulta a inserção de recursos como a audiodescrição: “O telejornalismo praticamente não tem buraco para encaixar uma audiodescrição. Eu acho que seria difícil encontrar uma audiodescrição para o telejornalismo”. Outro ponto levantado por Luís, assim como apontado por José, é a lógica econômica por trás da ausência de acessibilidade no telejornalismo. Ele questiona a viabilidade financeira para empresas de comunicação investirem em recursos inclusivos:

Eu acho que só se for algum informativo de canais mais alternativos, porque a grande mídia... No Brasil hoje, a população é 3% de deficientes visuais. Parte desses deficientes visuais são baixa visão. [...] Então, é uma parcela muito pequenininha para uma grande empresa de telejornalismo. Teria de partir de coisas menores que tentassem mudar esse [cenário]. Acho que, por iniciativa própria deles, seria possível, não. (Luís)

Por meio dessa reflexão, feita inclusive por parte do público que não se sente incluído, entende-se que esse cálculo mercadológico privilegia a eficiência econômica em detrimento da inclusão. A necessidade de descrições mais ricas e contextualizadas não se limita a imagens complexas ou eventos visuais intrincados. José argumenta: “quando é alguma reportagem que mostram imagens, aí fica limitado, a não ser quando há uma descrição, mesmo que seja sucinta, do fato ali da imagem”. Ou seja, detalhes simples, mas essenciais, poderiam elevar a qualidade da recepção. Isso fica nítido quando o entrevistado discute o conteúdo esportivo, ao comparar o rádio e a TV:

A gente é movido pelo interesse. [...] Eu gosto muito de futebol, então quando o jornalista, o repórter, descreve a jogada, como eu não vi, “o jogador foi na linha de fundo”, até no telejornalismo, quando está falando do esporte, “cruzou a bola, cabeceou, bateu, entrou no canto”. Você imagina. Isso de alguma forma agrega pra gente. Diferente falar, só ‘gol’. “Pegou a bola, chutou e gol”. O jornalista no rádio, seja esportivo, de notícias, seja de qual área, ele descreve melhor do que o da TV. E aí eu busco mais esse recurso que justamente supra essa necessidade. (José)

Para os entrevistados com deficiência auditiva, surdos sinalizantes, as barreiras comunicacionais são igualmente expressivas, embora de natureza distinta. A ausência de tradutores/intérpretes de Libras é apontada por todos como o principal impeditivo para o consumo pleno de telejornais. Lucas, por exemplo, afirma: “Intérpretes de Libras. Isso é essencial. As legendas não ajudam muito”. Ao ser questionado sobre o recurso de *closed caption*, legendagem automática da TV, não ser acessível a ele, Lucas responde: “Eu gosto de assistir televisão, porém, assim, às vezes tem a legenda, só que é difícil de acompanhar,

porque está apropriada mais para as pessoas ouvintes”. O participante reafirma: “É muito difícil. Preciso realmente das imagens e do intérprete de Libras. Sem isso, não consegui compreender o que foi dito”.

Com os outros entrevistados, essa afirmação, a qual pode ser uma das principais evidências desta pesquisa no que diz respeito aos entrevistados surdos, se repete. Carlos explica o porquê de ter se afastado do consumo de televisão com o decorrer do tempo:

Eu não gosto muito, por causa do português. Como eu não entendo bem, eu desisto. Às vezes a fala é muito rápida, não consigo entender o contexto direitinho. As palavras em português são fonéticas, o significado é completamente diferente. Pra eu entender bem é difícil. Às vezes eu conheço essa palavra, mas tem outra que eu não conheço; junta tudo, eu me perco. Pra muitos surdos é assim, a gente não tem muita vontade de insistir. (Carlos)

Ana comenta sobre a frustração de querer entender algum assunto, mas não conseguir por meio dos telejornais, devido à falta de acessibilidade:

Eu fico muito interessada em leis, e agora no novo governo, quando eu vejo alguma coisa no jornal sobre as diretrizes, eu não entendo nada se não tem alguém pra me explicar. [...] Mas sem acessibilidade é difícil. Percebo que as pessoas ouvintes evoluem rápido, e eu não. Muita coisa eu não sei. (Ana)

Ainda sobre a dificuldade com legendagem, Ingrid diz:

Por ser em língua portuguesa, eu prefiro intérprete de Libras, é melhor. Porque a legenda, eu não consigo compreender as palavras, o contexto. Então, em Libras, é mais fácil pra eu entender, porque aí o intérprete explica claramente e eu consigo absorver as informações corretamente. (Ingrid)

Já Jessica se comunica em Libras, mas, convivendo com muitos ouvintes, tanto na faculdade quanto no mercado de trabalho, aprendeu leitura labial e, em comparação aos outros entrevistados, reconhece que a legendagem ajuda na compreensão das informações. Entretanto, mesmo sendo a única participante surda a utilizar o *closed caption* enquanto assiste TV em seu cotidiano, ela diz que este recurso, para ela, não substitui o intérprete de Libras. Ela alerta ainda sobre a qualidade do serviço prestado, mencionando que observa intérpretes sem o devido domínio da Libras. Segundo Jessica, alguns profissionais, ao invés de realizar a tradução adequada para Libras, acabam usando o português sinalizado, o que prejudica a compreensão.

A legenda ainda é fraca. O intérprete é mais acessível. E outra coisa, não é qualquer intérprete, não, porque tem intérprete que não sabe interpretar direito. Eu vejo, eu percebo que tem muitos intérpretes que estão trabalhando ali, atuando em programas de televisão, por exemplo, e cobram preço barato e não sabem interpretar corretamente. Por exemplo, só fazem português sinalizado em vez de Libras. Não sabem fazer Libras direito. Porque, o que acontece? Alguns intérpretes não buscam muita informação. Fazem um curso básico de Libras e acham que já estão prontos para interpretar. E não é

assim, porque tem que estudar a gramática da língua de sinais, porque são duas línguas diferentes. (Jessica)

Para contribuir com o aprofundamento das reflexões sobre as barreiras comunicacionais enfrentadas por pessoas surdas no acesso ao telejornalismo, a tradutora e intérprete de Libras, Ellen Cristina (2024)¹¹, esclarece que a Libras e a Língua Portuguesa são línguas completamente distintas, com estruturas gramaticais próprias que não podem ser traduzidas de maneira literal.

A legenda “sozinha” não garante a acessibilidade para as pessoas surdas compreenderem todas as informações dos telejornais, pois a legenda está em português. Outro fator da legenda é passar muito rápido, nem mesmo as pessoas ouvintes conseguem acompanhar. Português e Libras são duas línguas diferentes. (Ellen Cristina, 2024, informação verbal)

Ellen Cristina (2024) explica que a estrutura gramatical da Língua Portuguesa é diferente da Libras e exemplifica: “Em português, uma frase que seria ‘o gato subiu no telhado’, a partir dos sinais da Libras ficaria ‘casa telhado gato subiu’. Libras é uma língua visual. Compreender essa estrutura é fundamental”. Ela também enfatiza que os cinco parâmetros que compõem a gramática de Libras (configuração de mão, ponto de articulação, movimento, orientação e expressão facial/corporal) desempenham um papel fundamental na construção do sentido. Esses elementos não apenas estruturam a língua, mas também são essenciais para a comunicação eficaz, pois permitem que conceitos sejam transmitidos com precisão e naturalidade.

Ellen chama atenção para a recorrência de práticas inadequadas em serviços de tradução de Libras, como a utilização do português sinalizado em vez da tradução para Libras propriamente dita. Essa prática, segundo ela, inviabiliza a acessibilidade, pois desconsidera a estrutura linguística da língua de sinais e compromete a compreensão. A intérprete também reforça a importância de compreender que a tradução em Libras não se limita a gestos mecânicos ou à simples transferência de palavras de uma língua para outra. “Traduzir é uma responsabilidade muito grande. O intérprete precisa pensar na gramática de Libras e considerar como os sinais serão organizados para que a mensagem seja clara”.

Elucida-se por que o recurso de *closed caption*, embora seja uma ferramenta importante em outros casos, não é suficiente para garantir acessibilidade plena aos telejornais para pessoas que se comunicam em Libras. A legenda está ancorada na estrutura da Língua Portuguesa, que não corresponde à gramática visual da Libras, dificultando a compreensão por pessoas surdas sinalizantes. Além disso, a velocidade com que as legendas são exibidas

¹¹ Informação obtida em entrevista realizada com Ellen Cristina, intérprete de Libras, em 9 de novembro de 2024.

muitas vezes ultrapassa a capacidade de leitura, criando barreiras adicionais inclusive para pessoas ouvintes.

A ausência de intérpretes de Libras qualificados no telejornalismo e a dependência exclusiva de legendas refletem uma concepção limitada de acessibilidade, que desconsidera a especificidade linguística e cultural da comunidade surda. Portanto, observa-se que o *closed caption*, por si só, não atende à complexidade das demandas de comunicação desse público.

Barreiras comunicacionais no telejornalismo como essas revelam um descompasso significativo entre o caráter de integração e a prática efetiva de acessibilidade na TV. Para pessoas com deficiências visuais, a falta de audiodescrição e clareza das informações transmitidas apenas em voz inviabiliza a compreensão integral do conteúdo. Já para pessoas surdas sinalizantes, a ausência de intérpretes de Libras qualificados e a inadequação do *closed caption* expõem limitações estruturais e culturais que perpetuam a exclusão.

Reitera-se que tais barreiras não são apenas técnicas, mas refletem uma visão hegemônica que privilegia um público idealizado e negligencia a diversidade das audiências reais. O telejornalismo, ao ignorar especificidades como essas, compromete sua função social de informar e reforça desigualdades de acesso à informação.

As reflexões expostas ao longo deste capítulo demonstram a profundidade das barreiras comunicacionais enfrentadas por pessoas com deficiências visuais ou auditivas ao tentar acessar conteúdos telejornalísticos. Embora os participantes reconheçam a relevância e o valor simbólico da TV, as entrevistas revelam que os recursos de acessibilidade costumam ser escassos ou insuficientes, minando a possibilidade de todos usufruírem plenamente da programação. Para além dos desafios técnicos, torna-se evidente a confluência de elementos culturais e profissionais que, ao desconsiderarem as especificidades de cada público, perpetuam práticas de exclusão.

Os relatos de pessoas com deficiência visual, por exemplo, destacam a carência de audiodescrição e a falta de preocupação em verbalizar informações que aparecem exclusivamente em forma de texto ou imagem na tela. Consequentemente, o ato de “assistir” ao telejornal oscila entre tentativas de decodificar o que não é narrado e a frustração diante de falhas. Por sua vez, os entrevistados surdos sinalizantes salientam a necessidade de intérpretes de Libras qualificados e confirmam a ineficácia de se restringir a legendas, sobretudo porque a Língua Portuguesa não corresponde à estrutura linguística da Libras. Esse quadro reforça a importância de se entender a comunicação como fenômeno que engloba mais do que as dimensões tecnológicas, haja vista que abrange também aspectos semânticos, culturais e políticos.

A exclusão detectada em ambos os grupos, seja pela falta de descrição de conteúdos visuais ou pela inexistência de tradução em Libras, mostra que o ideal de integração apontado por teorias de cunho funcionalista não se cumpre, pelo menos não para parte expressiva do público. Nesse sentido, o enfoque nas mediações culturais de Martín-Barbero confirma que a recepção televisiva não se esgota na recepção passiva das mensagens, mas é atravessada por práticas sociais, processos históricos e dinâmicas profissionais, que muitas vezes se mostram pouco sensíveis à pluralidade das audiências. A falta de acessibilidade, portanto, não decorre apenas de limitações técnicas, pois surge também de escolhas editoriais e de uma lógica economicista que prioriza nichos de mercado, em detrimento de princípios inclusivos.

Além disso, a percepção dos próprios entrevistados sobre a baixa receptividade do mercado em implementar recursos como audiodescrição e intérpretes de Libras revela contradições da indústria televisiva. Ao mesmo tempo em que o telejornalismo historicamente se propõe a alcançar o maior número possível de pessoas com tom de acolhimento e familiaridade, não há investimentos para evitar barreiras comunicacionais para grupos historicamente negligenciados.

A seguir, propõe-se uma tabela para sintetizar os pontos mais citados pelos entrevistados a respeito das barreiras comunicacionais no consumo de telejornalismo:

Quadro 4: Barreiras comunicacionais

Barreira comunicacional	Observações
Falta de audiodescrição	Aparece em todas as falas de participantes com deficiência visual, com forte impacto na compreensão do conteúdo.
Ausência de intérprete de Libras	Abarca todos os surdos sinalizantes, principal barreira para acompanhar telejornais.
Legendagem inadequada/rápida/complexa	Surdos sinalizantes apontam que o português escrito não supre a necessidade de Libras.
“Veja na tela” sem verbalização de textos ou números	Surge frequentemente para entrevistados com deficiência visual.
Tamanho reduzido da janela de Libras (quando existe)	Mencionado por alguns surdos, mas secundário em relação à ausência total de intérprete.
Falta de descrição de cenários/objetos (reportagens ao vivo)	Nem sempre ocorre, mas quando acontece, impede a compreensão mais detalhada de cenas para pessoas com deficiência visual.

Fonte: Autora (2024)

7.3 ESTRATÉGIAS DE ACESSO E SIGNIFICAÇÃO

Enquanto no capítulo anterior foram delineadas as barreiras comunicacionais que dificultam o pleno acesso ao telejornalismo, neste ressalta-se que essas dificuldades não tornam passivo o receptor com deficiência. Ao contrário, os entrevistados, cada um com suas particularidades e subjetividades, desenvolvem estratégias para acessar, ressignificar e reinterpretar a informação televisiva, sobretudo a jornalística. Essas estratégias não nascem no vácuo, pois resultam, dependendo do caso, de anos de experiência, tentativas, adaptações tecnológicas, deslocamento entre diferentes meios de comunicação e, principalmente, de esforço para extrair sentido de um conteúdo midiático originalmente projetado para quem enxerga e escuta perfeitamente.

Tais estratégias, porém, demonstram que a deficiência visual ou auditiva não implica um afastamento completo da televisão. A TV mantém seu papel na formação do repertório informativo, afetivo e cultural dos entrevistados, no entanto, essa relação não é estática: eles ajustam rotinas, desenvolvem mais habilidades cognitivas (como a maior dependência da memória e da imaginação), migram para outras plataformas (rádio, internet, tecnologias assistivas) e buscam nos recursos disponíveis maneiras de compensar a ausência de recursos de acessibilidade. Assim, os indivíduos que compõem esse tipo de público consumidor estão longe de serem receptores inertes, portanto seguem ativos, como agentes na produção de sentido.

Luís explica que sua transição gradual para a baixa visão foi acompanhada pelo desenvolvimento de habilidades de visualização mental baseadas em memória. Ele distingue entre “visualizar” — criar uma imagem mental com base em experiências passadas — e “visibilizar” — observar diretamente o objeto ou cena. Ao longo dos anos, ele construiu uma capacidade apurada de criar imagens mentais ao ouvir descrições detalhadas, especialmente em contextos como rádio e jornalismo esportivo. No entanto, ele lamenta a falta de audiodescrição nos telejornais e sugere que descrições mais ricas ajudariam a suprir a falta de informações visuais.

Por exemplo, se aquela porta da cozinha estiver aberta, você vai visibilizar a cozinha, você verá o que tem dentro dela. Agora a porta está fechada, você vai imaginar, você vai fazer uma imagem mental, você vai visualizar o que tem dentro dela. Então no seu caso, o que você está perguntando para mim, eu estaria visualizando, eu não vejo a imagem na televisão, mas eu estaria formando na minha cabeça uma imagem, eu estaria imaginando a cena. (Luís)

Portanto, Luís utiliza a memória como uma estratégia para compensar a ausência de informações visuais, destacando como experiências acumuladas ao longo da vida contribuíram para isso. Ele menciona que seu hábito de leitura de jornais antigos, repletos de textos em vez de imagens, e o consumo frequente de rádio e notícias em áudio ajudaram-no a desenvolver uma habilidade de visualização baseada na memória. Essa prática, segundo ele, permite-lhe criar conexões entre as informações recebidas e as imagens mentais construídas com base em experiências prévias: “Como eu já li muito jornal antigo, que era muito mais texto que imagem, que eu escutava muito CBN, muito rádio, muita notícia, sem imagem. Eu acho que eu aprendi a acompanhar notícias”.

Assim, a memória e a imaginação atuam não apenas como um recurso para acessar conteúdos, mas também como um modo de reconstruir o significado daquilo que escuta, transformando informações em representações que complementam sua percepção sensorial.

Para Silvio, as tecnologias assistivas, como a televisão integrada à assistente de voz Alexa, têm sido fundamentais para manter sua independência no consumo de conteúdos. Ele explica que, com comandos de voz, consegue trocar de canal ou acessar informações específicas com facilidade, uma solução que pode reduzir as barreiras impostas pela falta de visão. “Eu tenho tanto a TV como a Alexa, né? Aí igual aqui, tá no canal 2, né? Aí, por exemplo, se eu for lá na Record, eu falo assim 'canal 4'”, exemplifica.

O participante observa que a evolução tecnológica tem contribuído para uma melhoria na experiência de pessoas com deficiência visual em relação ao telejornalismo. Ele destaca a introdução da TV digital, especialmente pela qualidade aprimorada do áudio, que se tornou mais nítido e com menos interferências: “Por exemplo, a qualidade do áudio, do som, um som mais audível, não tem chiado, né? Então, assim... Foi muito bom”. Ele enfatiza que o áudio é um recurso essencial para sua compreensão do conteúdo e que sua experiência é diretamente impactada pela clareza sonora: “Assim, não adianta você ter um jornalismo, por exemplo, na TV ruim, né? Assim, chiando e no rádio também. [...] Com a implementação da TV digital, nossa, foi muito bom”.

Silvio reforça que a prática de descrever elementos visuais, como roupas, gestos e cenários, é uma forma interessante de complementar as informações que, de outra maneira, ficariam inacessíveis. Ele cita como exemplo positivo a TV UFG¹², que utiliza descrições

¹² Os conteúdos produzidos pela TV UFG, emissora educativa e cultural de concessão da Fundação Rádio e Televisão Educativa e Cultural (Fundação RTVE), sejam os gravados ou ao vivo em tempo real, possuem janela de Libras, além do fato de que os apresentadores, repórteres e também os entrevistados fazem sua autodescrição, que consiste em descrever brevemente aspectos visuais para que pessoas com deficiência visual sejam incluídas.

detalhadas em sua programação para contextualizar os telespectadores e ouvintes. “Eles falam: ‘Fulano tá usando uma roupa assim, assim, assim’. Então, eu acho interessante. [...] Ajuda em tudo. A audiodescrição, pra mim, é muito importante”.

Silvio nasceu cego e mora com sua esposa, que também é cega, então conta que, diante dessa realidade, utiliza a imaginação como ferramenta para tentar preencher essas faltas sentidas. Ele explica que, ao ouvir a fala de alguém na televisão, tenta deduzir características como altura ou aparência, mesmo sem a confirmação visual, assim como tenta imaginar características que dizem respeito à informação noticiosa em si. O participante reitera que gostaria que “tivesse uma audiodescrição, porque tem reportagem que é bem acessível, descreve a imagem, mas tem umas que já não é”.

Laura traz outra perspectiva sobre o consumo de telejornalismo por pessoas com baixa visão, destacando a importância de recursos de contraste e proximidade nas transmissões televisivas. Ela mora com o esposo e as filhas, que não possuem deficiência visual, e conta com a ajuda deles para compreender conteúdos visuais que não são acessíveis a ela. Apesar de possuir um televisor grande, de mais de 60 polegadas, ela explica que precisa se sentar bem próxima da tela para tentar identificar os detalhes, o que ainda é dificultado pela falta de contraste em algumas produções. “Se o cenário for branco, tudo branco, e a pessoa tiver de roupa branca também, eu só vou ver mal o rosto da pessoa, o cabelo, assim”.

Dada às limitações visuais, Laura aponta que o rádio possui mais riqueza de explicações e descrições auditivas, que fazem com que ela não precise se preocupar em decifrar elementos visuais, permitindo que a imaginação se desenvolva mais. “Como não tem a imagem, não tem que preocupar, ficar vendo o que tem ali, o que não tem, você ouve, imagina. Até desperta mais a sua imaginação”.

Na televisão, no entanto, Laura frequentemente precisa de ajuda de outras pessoas para entender certos aspectos visuais, como as cores de roupas ou o que está sendo exibido ao fundo. A falta de audiodescrição nos telejornais é percebida como uma barreira para o consumo independente desse tipo de conteúdo. Ela reforça que recursos como contraste adequado e foco no rosto das pessoas poderiam ajudar na identificação de quem está falando. Além disso, destaca que sua memória auditiva é uma aliada poderosa para compensar a dificuldade de captar detalhes visuais: “A maioria eu conheço pela voz. Parece que quando você conhece a voz e já viu antes a pessoa por uma foto ou viu ele antes, mesmo que a imagem dele agora tá ruim, mas quando ele conversa parece que você já vê ele melhor”.

Portanto, ao se confrontar com a insuficiência do telejornal tradicional, os entrevistados não se restringem a tentar extrair o máximo do conteúdo. Eles também

reconfiguram suas rotinas midiáticas. Vários deslocam parte de seu consumo informativo para o rádio. O rádio, por natureza, precisa verbalizar a informação, já que não conta com imagens. José observa que no rádio esportivo o narrador descreve a jogada detalhadamente, ao contrário da TV, que se limita a anunciar o gol, e Laura encontra no rádio uma experiência menos truncada, sem a necessidade de perguntar ao lado, pois o rádio já prevê a ausência da imagem.

Antônio, por outro lado, aposta na internet e em canais alternativos. Ao desligar a tela do celular e ouvir apenas o áudio de um canal no YouTube, ou ao acompanhar podcasts e sites Ele, que desenvolveu deficiência visual progressivamente, já aos 26 anos, hoje aos 30 também destaca a importância das tecnologias assistivas no consumo de informações. Consumidor de informações televisivas divulgadas em plataformas de streaming, como YouTube, explica que utiliza recursos como zoom e leitores de tela para acessar conteúdos no celular: “Tenho que dar zoom natural e, às vezes, utilizo aquele recurso que clica em uma parte e ele lê em voz alta”.

Para Antônio, uma possível melhoria no telejornalismo seria a combinação de autodescrição com maior clareza na fala e nas informações. Ele acredita que isso beneficiaria não apenas pessoas com deficiência, mas todos os espectadores: “Além da descrição das imagens, poderiam dar mais atenção à clareza na fala e nas informações. Isso ajuda todo mundo, não só pessoas com deficiência”.

Outra estratégia é o desenvolvimento cognitivo de certos recursos internos, como a memória e a atenção auditiva. José comenta: “A memória foi crescendo, a capacidade de memorizar. [...] Eu memorizo as informações, eu aprendi matemática sem ver o quadro, decorando o que o professor falava.” Assim, diante da ausência de elementos visuais, o entrevistado recorre à memória como ferramenta para não perder detalhes informativos. Ao ouvir um nome, um número de telefone, uma informação relevante, retém mentalmente esses dados em vez de depender da anotação visual na tela. Essa habilidade é refinada ao longo do tempo, tornando a memória uma aliada na superação do déficit descritivo do telejornal.

A sugestão de Luís sobre o apresentador dizer seu nome em voz, ou de Laura sobre o jornalista explicar minimamente o cenário, mostra que pequenos gestos podem favorecer a recepção. Essas demandas mínimas são estratégias indiretas, isto é, ao expressar suas sugestões, os entrevistados deixam claro que a inclusão não requer necessariamente sofisticados recursos, mas um aumento na sensibilidade comunicativa. Esse diálogo entre as necessidades deles e as possibilidades da mídia revela um esforço interpretativo constante, em

que o público adapta seus processos cognitivos enquanto espera que o telejornal se adapte, ao menos em parte, ao público.

As estratégias utilizadas pelos entrevistados surdos para acessar informações em telejornais também refletem a falta de acessibilidade adequada e a necessidade de recorrer a métodos adaptativos que muitas vezes não suprem totalmente as falhas deixadas pela ausência de recursos inclusivos, como intérpretes de Libras qualificados e legendagem eficiente.

Uma estratégia comum entre os entrevistados é a tentativa de compreender as informações por meio da observação das imagens exibidas nos telejornais. Lucas relata que, muitas vezes, as imagens ajudam a fornecer algum contexto, mas sem o suporte de um intérprete ou de legendagem clara, essa compreensão é incompleta: “O que está falando, eu não consigo entender. Mas as imagens podem ajudar”. Ingrid também menciona a observação de imagens como um recurso importante, mas complementa que essa abordagem frequentemente não é suficiente para que ela entenda plenamente o conteúdo. Ela recorre, então, à ajuda de familiares, como sua mãe, para interpretar as informações:

Eu tenho que estar sempre perguntando: “Mãe, o que tá acontecendo? Pai, me explica o que tá acontecendo? Não tô entendendo, me explica o que é isso. Não tem intérprete, cadê o intérprete?”. Não tem. Eu fico assim, tipo, eu quero que tenha o intérprete, mas não tem. Isso me deixa muito triste, porque eu preciso entender aquilo ali que tá sendo passado. (Ingrid)

Carlos reforça que a ausência de recursos acessíveis, como intérpretes de Libras ou uma tradução eficiente do que é exibido, gera confusão e ansiedade. Ele explica que, ao observar uma imagem, pode interpretar algo diferente do que realmente está sendo transmitido, criando uma experiência frustrante: “Às vezes eu vejo uma imagem, penso que é uma coisa, mas estão falando outra. Pergunto pra alguém: ‘É isso aqui mesmo que estão falando?’ E a pessoa diz: ‘Não, a imagem até é aquela, mas não é isso que a matéria quis dizer.’ Eu confundo bastante”. Essa dificuldade, segundo Carlos, se estende a situações práticas, como perder oportunidades de anúncios ou ofertas por não conseguir compreender a mensagem a tempo: “Quando eu vou ver, já passou o anúncio, e se eu até tivesse dinheiro pra comprar, perdi a oportunidade. Fico chateado com isso”.

Embora a legenda seja considerada um recurso acessível e esteja presente em grande parte da programação televisiva, apenas Jessica mencionou sua utilidade, mas com críticas contundentes. Ela, assim como os outros entrevistados, reitera que a estrutura gramatical do português e da Língua Brasileira de Sinais (Libras) são tão diferentes que as legendas muitas vezes não conseguem transmitir o significado das informações de maneira clara para pessoas surdas sinalizantes. Lucas e Carlos destacam a necessidade de intérpretes de Libras nos

telejornais como uma medida essencial para garantir o acesso pleno à informação. Ambos criticam o tamanho das janelas de intérpretes que, quando disponíveis, são muitas vezes pequenas e mal posicionadas. Carlos explica que uma janela maior permitiria uma visualização mais clara, essencial para acompanhar as informações de maneira eficiente: “Quanto maior, melhor. Normalmente deixam a imagem grande e a janelinha minúscula, a gente não consegue ver”.

Jessica também menciona a leitura labial como uma estratégia que pode ser útil em algumas situações, mas ressalta que ela tem limitações significativas, especialmente quando a fala é rápida ou quando o contexto da imagem é confuso: “Por mais que eu tente observar detalhadamente o contexto da imagem visual, ainda assim vejo que falta muita informação”.

A necessidade de auxílio de outras pessoas é uma constante nos relatos dos entrevistados surdos. Ingrid e Carlos, por exemplo, descrevem como dependem de familiares ou amigos para traduzir as informações que não conseguem compreender. Contudo, essa dependência reforça a exclusão que a falta de acessibilidade estrutural gera, limitando a autonomia dos telespectadores surdos.

Todos os entrevistados demonstraram um nível significativo de frustração com a inacessibilidade dos telejornais. Carlos também destaca que a falta de intérpretes em momentos de lazer, como transmissões de jogos de futebol, o afasta de atividades que ele gosta, aumentando a sensação de isolamento: “Eu amo assistir jogo, mas quando acontece algum problema no campo, se eu não tiver ninguém pra me explicar, eu fico dois dias ansioso sem saber o que aconteceu”.

Os participantes surdos destacam a necessidade de mais recursos de acessibilidade nos telejornais, como intérpretes de Libras qualificados, janelas de interpretação maiores e uma tradução visual eficiente. No entanto, é importante ressaltar que, apesar das barreiras impostas pela ausência desses recursos, os receptores não permanecem passivos diante das dificuldades. Ao contrário, desenvolvem estratégias individuais para acessar e reinterpretar as informações televisivas, as quais incluem a observação de imagens, a leitura labial e o apoio de terceiros, que, embora limitadas e frequentemente insuficientes para garantir um entendimento pleno, demonstram o esforço ativo desse público em enfrentar as barreiras comunicacionais.

A busca por sentido e inclusão revela o papel dinâmico da TV no repertório informativo e cultural dos entrevistados. As limitações são críticas e expõem a necessidade de adaptações mais amplas e consistentes para garantir acessibilidade. Contudo, os entrevistados não se restringem às dificuldades. A observação de imagens, o uso da leitura labial e o apoio

de terceiros são estratégias que reafirmam a capacidade deste público de ressignificar o conteúdo midiático. Tais receptores reafirmam seu papel como agentes na produção de significado, utilizando o que há de disponível para acessar a informação enquanto pressionam por mudanças estruturais necessárias.

A análise das estratégias de acesso e significação adotadas pelas pessoas com deficiência auditiva ou visual neste capítulo revela, portanto, um conjunto de práticas que evidenciam a natureza ativa dos receptores diante das barreiras comunicacionais. Se o ambiente televisivo não se transforma, os espectadores com deficiência visual ou auditiva mobilizam suas próprias mudanças de conduta, alternando inclusive a forma de consumir informação e buscando conteúdos em outras mídias, como o rádio, a internet ou plataformas de streaming.

A imaginação é citada como estratégia por aqueles que perderam a visão de forma gradual ou que já nasceram com deficiência visual. Os entrevistados relatam a construção de imagens mentais a partir de referências prévias, seja por meio de vivências passadas, leituras, memórias de contextos familiares ou escutas em rádio. Em paralelo, a atenção auditiva ganha centralidade, uma vez que a possibilidade de entender o conteúdo do telejornal depende frequentemente de descrições orais, que nem sempre são oferecidas pelos jornalistas. Já os surdos sinalizantes recorrem à observação de imagens e ao apoio de familiares ou amigos para suprir a ausência de intérpretes de Libras. Eles acabam desenvolvendo flexibilidade ao combinar leitura labial e dedução contextual, ainda que tais práticas lhes imponham ainda mais esforços e limites na compreensão final.

Compreende-se que recursos de contraste visual, janela de Libras adequada, audiodescrição e práticas jornalísticas que descrevam o essencial de cada cena são sugestões recorrentes dos entrevistados. Ao mesmo tempo, a busca por novas tecnologias e plataformas confirma um movimento crescente de “deslocamento” do telejornal tradicional, indicando o surgimento de circuitos alternativos que já contemplam, ao menos em parte, melhores soluções inclusivas. Por fim, a diversidade de soluções empregadas, seja por meio da memória, da assistência tecnológica, do suporte familiar ou da criatividade individual, ressalta o caráter dinâmico das relações entre esses receptores e a televisão.

A seguir, apresenta-se um quadro-síntese com as possíveis estratégias citadas pelos entrevistados:

Quadro 5: Estratégias citadas

Estratégias de Acesso / Significação	Observação
---	-------------------

Uso de memória/imaginação para compensar falta de referências visuais	Mencionada por quem perdeu visão gradualmente, ajuda a reconstruir cenas mentalmente.
Tecnologias assistivas (leitor de tela, zoom, assistente de voz)	Recurso citado por cegos e baixa visão em situações cotidianas, não somente no consumo televisivo.
Rádio como fonte de informação	Aparece de forma recorrente entre participantes com deficiência visual, substituindo TV em certos casos por descrever mais detalhadamente.
Canais alternativos na internet (YouTube, podcasts, redes sociais)	Citados tanto por entrevistados com deficiência visual quanto auditiva, sentem maior flexibilidade.
Observação de imagens e leitura labial	Para surdos sem intérprete, estrategicamente, é o principal recurso quando não há Libras.
Apoio familiar ou de amigos (tradução em Libras ou descrição oral)	Surge como complemento, mas não supre a falta de acessibilidade.

Fonte: Autora (2024)

7.4 DO DISCURSO À PRÁTICA: OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

A observação participante é uma outra estratégia metodológica para compreender as barreiras comunicacionais enfrentadas pelos entrevistados no consumo de telejornalismo. Este método, ao colocar os participantes em situações reais de recepção de conteúdo televisivo, evidencia, na prática, as dificuldades e as estratégias que cada indivíduo emprega para tentar dar significação às informações apresentadas. No contexto deste estudo, a observação participante permitiu explorar os limites da acessibilidade na TV e os impactos práticos das barreiras na interação dos participantes com o telejornalismo.

Este capítulo apresenta uma análise das experiências observadas, destacando, primeiramente, as dinâmicas enfrentadas pelos participantes com deficiência visual e, posteriormente, as dos participantes surdos. O objetivo é revelar como cada grupo lida com a falta de recursos como audiodescrição e intérpretes de Libras, evidenciando o papel crítico que tais ferramentas desempenham na democratização da informação. As observações também incluem relatos sobre a frustração com a legendagem automática e a inadequação do formato visual-oral da TV para públicos que não compartilham das mesmas capacidades sensoriais dos telespectadores típicos.

O entrevistado Silvio, cego desde o nascimento, assistiu, durante a observação participante, ao Bom Dia Goiás, jornal matutino da TV Anhanguera, afiliada da TV Globo, no dia 9 de outubro de 2024. Um dos destaques desta coleta é a percepção de que, quando as reportagens dependem de elementos visuais não traduzidos em palavras, parte do sentido não chega ao receptor. Nesse contexto, a comparação entre o que é dito em áudio e o que fica implícito na imagem destaca o quanto a acessibilidade comunicativa no telejornalismo permanece aquém do ideal.

No momento desta observação participante, um repórter entra ao vivo, conversando com os apresentadores no estúdio, para informar que três pessoas foram presas suspeitas de procurarem a polícia para denunciar um falso crime. Um produtor rural, junto com seus funcionários, forjou um crime – supostamente para obter seguro das máquinas agrícolas inexistentes. A presença do jornalista no ar, por aproximadamente 1 minuto e 50 segundos, substituiu a reportagem editada por um relato contínuo, acompanhado por cenas de cobertura exibidas simultaneamente na tela. Tais cenas deveriam, em tese, complementar, ilustrar e reforçar a narrativa oral.

Contudo, a dinâmica estabelecida pelo telejornal é a seguinte: o áudio narra fatos gerais – o produtor rural que telefona à polícia denunciando um furto inexistente, os policiais que seguem as pistas fornecidas e constataam a fraude, a confissão do suspeito diante dos problemas financeiros e a subsequente prisão em flagrante do próprio produtor e de dois funcionários orientados a mentir às autoridades. Todos esses elementos são apresentados de maneira coerente no discurso falado do repórter, sendo, portanto, acessíveis a quem escuta. Até esse ponto, a informação básica sobre o caso chega ao receptor. Entretanto, o telejornal se apoia em tomadas visuais para fornecer informações adicionais que não são explicitadas na fala.

Enquanto o repórter fala, a tela exhibe, de forma recorrente, uma imagem estática mostrando objetos sobre a mesa do Batalhão Rural da Polícia Militar do Estado de Goiás, incluindo celulares, dinheiro em espécie e cheques. Imagens como essa, em teoria, estariam reforçando a ideia de materialidade do crime, a concretude do golpe e dos itens que teriam sido apreendidos pelos policiais. A escolha de manter essa imagem no ar durante boa parte da fala do repórter sinaliza, para o espectador vidente, a relevância dos objetos apreendidos, mesmo que não mencionados em fala. Ou seja, é a imagem como veículo verbal de sentido, pressupondo que o público a decodifique e atribua significado ao que vê.

Figura 1 - Objetos apreendidos em operação (9 nov. 2024)



Fonte: Reprodução Globoplay

É justamente nesse ponto que a falta de acessibilidade comunicativa se sobressai nesta experiência com Silvio. Ainda que o repórter não verbalize “foram apreendidos celulares, dinheiro e cheques”, o público que enxerga subentende esse desfecho. No entanto, para quem não enxerga, como Silvio, essa camada da informação permanece completamente oculta. Em momento algum o repórter fornece pistas sobre a materialidade do caso para além das máquinas agrícolas fictícias.

Silvio compreendeu a ideia central: um crime forjado, a ação da polícia, a descoberta da farsa. Contudo, ao final da reportagem, a pesquisadora questiona sobre a apreensão de celulares, dinheiro e cheques mostrada na tela. A resposta negativa de Silvio ilustra esse ponto em destaque: “Não, de cheque eu não lembro. Só falou que eles estavam com um problema, acho que na fazenda, né? E aí, deu pra entender assim, que eles foram fazer uma denúncia, aí acabou que puxaram a ficha lá e viram que tinha outras coisas que estavam envolvidas”.

Nessa situação, não é apenas a informação sensível que se perde, mas também a riqueza contextual da notícia. A presença dos celulares, da quantia de dinheiro e do cheque não é um detalhe irrelevante, ao contrário, pois reforça a natureza concreta do delito. Para o espectador com visão, cada item visual complementa o que o repórter diz, criando um entendimento mais completo. Já para Silvio, sem a mínima descrição oral desses elementos, a compreensão do caso permanece mais reduzida. Ele sabe que algo ocorreu, mas não dispõe das mesmas peças de informação que permitem a um telespectador vidente formar um quadro mental mais definido.

Essa observação participante mostra também que a problemática não se resume a um desafio técnico, mas é também uma questão cultural e profissional. O telejornal, ao longo de décadas, consolidou uma linguagem que pressupõe a visão como um dos canais principais, como se não houvesse a possibilidade de recursos visuais faltarem para alguma parte do

público. O apresentador aponta o telão, o repórter diz “veja a imagem” e as notas visuais servem de reforço a um público considerado uniforme.

No caso da observação participante com Silvio, bastaria uma simples fala, que não alongaria tanto a entrada ao vivo e não exigiria conhecimentos complexos sobre descrição de imagem como recurso de acessibilidade. O repórter poderia, naturalmente, comentar, por exemplo: “Os policiais apreenderam (ou recuperaram) três celulares, notas de dinheiro (mencionando valor em quantidade) e cheques em nome do suspeito”. Em poucos segundos, essa inclusão verbal atenderia tanto ao público com deficiência visual quanto a outros telespectadores que, por alguma razão, não acompanhem o vídeo atentamente.

Outra entrevistada com deficiência visual, Laura, ao lado de seu esposo e uma de suas filhas, optou, para o processo de observação participante, realizado na noite do dia 8 de novembro, por navegar em alguns canais de TV, tanto fechados quanto abertos, apesar de priorizar cotidianamente jornais locais, por querer saber informações mais próximas a ela. O primeiro foi o canal de notícias de TV fechada, CNN Brasil, durante o telejornal CNN Prime Time, exibido em horário nobre, por volta de 20h. Diferente de alguns jornais convencionais diários, ele tem um formato mais dinâmico, focado não apenas em reportagens, mas em análises políticas e repórteres espalhados pelo Brasil. Nesse sentido, é possível dizer que, alguns momentos, o CNN Prime Time fornece mais informações em áudio do que em vídeo, se comparado ao padrão audiovisual do telejornalismo.

O fato de Laura enxergar 5% do centro de um dos olhos faz com que algumas informações visuais sejam percebidas por ela. Ela explica que o contraste auxilia a visualizar alguns detalhes, mesmo que com bastante dificuldade. A tarja principal, por exemplo, com fundo branco e caracteres em preto, é de difícil compreensão para pessoas como ela. “Mesmo desse tamanho, não consigo ler. E não dá pra saber quais são as cores, dá pra ver que é escuro e claro”, comentou, ao destacar que conseguia compreender a presença de uma tarja, mas sem saber as informações contidas nela.

Assim é também com a imagem dos repórteres. Dependendo do contraste entre elementos como, por exemplo, a roupa e o tom de pele, a entrevistada consegue perceber a presença de uma pessoa. “Como a roupa dele se mistura com o fundo, nem dá pra ver nada”. Sobretudo, tais detalhes não são suficientes para que a receptora se sinta acolhida.

Figura 2 - CNN Prime Time (8 nov. 2024)



Fonte: Reprodução CNN

Em seguida, Laura optou por trocar de canal e ir para a TV Anhanguera, afiliada da TV Globo, enquanto passava o Jornal Anhanguera 2ª edição, tradicional noticiário noturno para quem quer acompanhar informações locais. “Tem uma faixa ali, mas eu não sei o que está escrito. Se eu não estiver ouvindo, não sei o que ele está falando”, disse Laura. No final do bloco, o apresentador Luciano Cabral faz a chamada do próximo bloco dizendo: “E a seguir, uma das delícias preferidas do Natal está de cara nova. Te conto já, já”. O comentário de Laura foi instantâneo: “Aí, ‘te conto já, já’. Ninguém sabe que delícia que apareceu ali”.

Para aquele que tem acesso à imagem, obteve a informação de que tratava-se de uma reportagem sobre panetones com recheios diferentes, como sorvete ou brownie. “Eu tenho baixa visão, não consegui enxergar o panetone em uma televisão de 65 polegadas. Agora imagine a pessoa completamente cega”.

Apesar de a chamada cumprir a função de despertar curiosidade no público, condensando a informação de forma rápida e instigante, esse recurso se torna um obstáculo para quem não enxerga. Com o tom do “te conto já, já” sem revelar o assunto específico, o telejornal supõe que a imagem mostrada na tela – no caso, o panetone de aparência diferenciada – complementarà o sentido da mensagem, permitindo ao espectador antecipar o tema da próxima matéria. Entretanto, para o público com deficiência visual, essa estratégia gera frustração e aumento da opacidade informativa, ou seja, obscuro aos olhos ou ouvidos do espectador.

No contexto da falta de acessibilidade visual, isso acontece quando o telejornal se apoia em imagens não descritas ou em chamadas vagas e enigmáticas, presumindo que todo o público enxerga o que está na tela. Esse “embaçamento” do sentido sem a devida compensação verbal cria um ambiente de “opacidade”, no qual a essência da notícia se torna

difícil de captar integralmente. Em casos como esse, em vez de criar expectativa, a chamada fragmentada acaba, por vezes, a afastar o telespectador da audiência fiel e contínua.

Com o entrevistado Luís, a observação participante foi realizada no dia 15 de fevereiro de 2024, por volta de 8h15, no término do primeiro bloco do jornal Bom Dia Brasil, veiculado pela TV Globo e apresentado por Ana Paula Araújo. Para assistir TV, Luís costuma se sentar em uma cadeira na cozinha, bem perto do aparelho de TV, para poder ouvir com clareza, ficando de costas para a janela e de lado no sentido do televisor.

No primeiro momento, em que a notícia é sobre um arrastão no Rio de Janeiro, Luís diz ter tido “pouca visualização”. “Porque assim, eu não sei o carro... eu não sei... foi uma imaginação vaga, limitada, de bandidos...”. Quando o assunto passa a ser a prisão do suspeito de matar um policial, Luís comenta:

Essa do policial que foi morto na Baixada Santista, eu lembro do dia que ele foi morto. Aí eu tive uma visualização melhor, que, segundo foi descrito na reportagem, ele estava com a câmera corporal e a câmera filmou o bandido na frente dele, e ele levou um tiro no olho. Eu imaginei o rosto de uma pessoa, e não seria possível ver, porque a câmera corporal não... Mas eu imaginei o rosto do policial também, diante da arma do bandido para o rosto dele. Eu pensei na situação em que o policial ficou, sabendo que iria levar um tiro à queima-roupa [...] a imaginação é superficial, né? (Luís)

Luís, sobretudo, defende que o ato natural de descrever detalhes das imagens enquanto elas passam, com o intuito de evitar silêncio enquanto as cenas passam, acaba beneficiando indiretamente às pessoas com deficiência visual. Ao relatar uma outra experiência assistindo ao telejornal, o entrevistado diz: “O apresentador, referente à descrição, me fez imaginar a cena. Porque, muitas vezes, faz parte da notícia descrever”. A abordagem narrativa também permite que pessoas com deficiência visual construam mentalmente uma representação mais completa das cenas, que, no caso do Luís, em alguns aspectos, parece contribuir com a adaptação à limitação visual.

O segundo momento da observação participante se deu por volta de 13h30 do mesmo dia, enquanto Luís assistia ao Jornal Hoje, também da TV Globo. Na abertura do programa, Luís comenta e sugere:

Uma das coisas que eu acho que poderia ser essencial para a inclusão dos deficientes visuais é uma voz... alguém falar quem é o apresentador. Hoje, por exemplo, sei que é o César Tralli, mas tem dias que ele é substituído por alguém. Eu sei que o Alan, não sei se é Severiano, alguma coisa assim, e tem outras vezes que eu nem sei quem está apresentando o jornal. (Luís)

Pelo formato do jornal, a identificação do apresentador costuma ser por meio dos caracteres, sendo que, para Luís, uma simples apresentação do nome, por voz, já seria um recurso de acolhimento dos receptores com deficiência visual. Por ter enxergado ao longo da

vida, o entrevistado se lembra que, “normalmente, quando começava o jornal, mostrava a imagem do apresentador e uma legenda com o nome dele”. Sobre o diálogo entre apresentador e repórter acabar, por muitas vezes, identificando os nomes, Luís diz:

Eu tenho a confirmação, muitas vezes, de quem é o apresentador, quando o apresentador passa a conversar com o repórter e o repórter devolve para o apresentador e comenta, por exemplo, assim, conversa Tralli, mas não fala César Tralli, eu não sei o nome completo. Então, isso seria um modo de incluir o deficiente visual, já que nem todas as pessoas, tem pessoas que não conseguem ler a legenda com o nome do apresentador. E é uma coisa que eu sinto falta. (Luís)

No Jornal Hoje, a identificação do apresentador aparece em caracteres após a escalada. Entretanto, no momento em que foi realizada a observação participante, o nome do apresentador apareceu em caracteres por apenas 2 segundos, dificultando, inclusive, para quem não tem deficiência visual, enxergar a informação escrita a tempo. Apesar de parecer um detalhe simples, aspectos como esses podem impactar negativamente a experiência do público, comprometendo a clareza da comunicação e a construção de uma conexão mais sólida entre o apresentador e os telespectadores. Além disso, a rápida transição de informações pode dificultar a assimilação e compreensão das características individuais do apresentador.

Figura 3 - César Tralli na bancada do Jornal Hoje (15 fev. 2024)



Fonte: Reprodução Globoplay

Nesse momento, percebe-se uma sugestão de solução simples para uma das faltas sentidas. Caso o apresentador se identificasse por voz, dizendo apenas seu nome, de forma breve, a sensação de conexão entre apresentador e telespectador, especialmente aquele que, como Luís, tem deficiência visual, poderia ser reforçada. Observações como essas enfatizam a necessidade de considerar não apenas a inclusão de pessoas com deficiência visual, mas também aprimorar a experiência geral do público ao abordar questões relacionadas à identificação do apresentador e à clareza da comunicação visual e auditiva no contexto do

telejornal. O entrevistado sugere, também, que uma simples descrição de imagem (autodescrição, por exemplo) contribuiria com essa inclusão:

Seria uma voz também, citar, falar o nome dos apresentadores e fazer uma breve descrição de cada exemplo. Hoje é com o César Tralli, homem branco... eu não lembro mais, mas na época ele tinha cabelos pretos, não usava óculos... faria uma breve descrição, algo de três segundos, cinco segundos. [...] Mas como você viu hoje, quanto maior é a riqueza de detalhes na descrição que o apresentador faz, melhor para o deficiente visual. Então, estabelecer essa consciência para o apresentador é um fator também que gera inclusão para nós. (Luís)

A observação participante com José, realizada na tarde do dia 9 de novembro de 2024, também evidencia a complexidade das dinâmicas sensoriais no acesso ao telejornalismo. O participante e a pesquisadora assistiram ao Jornal Anhanguera 1ª edição, transmitido durante o tradicional horário de almoço, desde a escalada com as principais notícias daquela edição. Um dos assuntos abordados é sobre uma cratera em Trindade, que atrapalha os moradores a transitar entre bairros. O conteúdo ressalta a dimensão do problema, adjetivando “uma cratera enorme”, mas, na chamada, não fornece detalhes verbais suficientes para José compreender integralmente a cena. O entrevistado comenta que, para ele, uma descrição simples do cenário seria muito mais eficiente. “A descrição do cenário da erosão é mais relevante que a descrição do repórter. [...] Foi na rua inteira? Só foi na parte da rua? Foi pro lado da casa? Não sei. Fica restrito”.

Figura 4 - Cratera em reportagem no Jornal Anhanguera 1ª edição (8 nov. 2024)



Fonte: Reprodução Globoplay

Ao contrário de outros participantes com deficiência visual desta pesquisa, José não manifesta interesse na autodescrição dos apresentadores ou repórteres, mas ressalta a necessidade de tornar explícitos os aspectos diretamente relacionados à notícia. Nesse sentido, essa postura evidencia que a prioridade recai sobre a descrição contextual relacionada ao fato

noticioso. É preciso, portanto, tornar compreensível o espaço e as condições em que este fato se desenrola. Para José, isso significa não apenas receber menos informação, mas também perder o estímulo em continuar assistindo: “Numa simples abertura do jornal, você já até perde o interesse de assistir o resto”.

O entrevistado Antônio, o mais jovem dentre os participantes com deficiência visual, destaca-se por um incômodo mais evidente quanto à fragmentação do discurso televisivo e sua ausência de pluralidade, e também à insuficiência informativa do telejornal frente às demandas de acessibilidade comunicativa. Se comparado aos outros participantes, ele poderia ser classificado, nesta pesquisa, como o menos apegado à tradição do telejornalismo ou às notícias locais.

Durante a observação participante, realizada com Antônio a partir do Jornal Anhanguera 1ª edição do dia 29 de novembro de 2024, também ressaltam-se aspectos que ilustram os desafios enfrentados por quem não pode se valer da visão para apreender o sentido completo do noticiário. Na abertura do último bloco do jornal, os apresentadores abandonam a formalidade do estúdio convencional e se sentam no chão, próximos à árvore de Natal, em um clima descontraído que, para quem enxerga, parece de imediata compreensão. Trata-se da recreação de uma cena cotidiana, “igualzinho a gente faz em casa”, como diz a apresentadora. Ao final desse momento, risadas e brincadeiras. “Parecendo menino”, diz o outro apresentador. Entretanto, os detalhes não são explicitados em palavras.

Figura 5 - Apresentadores do Jornal Anhanguera sentados em frente a uma árvore de Natal (29 nov. 2024)



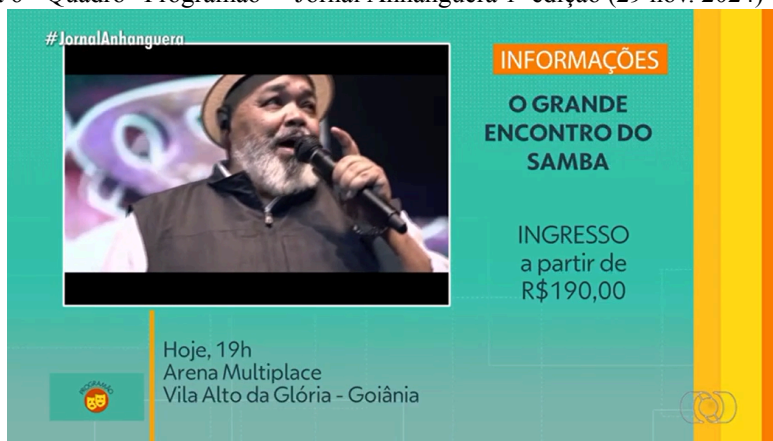
Fonte: Reprodução Globoplay

O que para o telespectador vidente é instantaneamente decodificado (a postura física dos apresentadores, a ambientação natalina), para Antônio resulta em confusão inicial. “No início fica confuso, porque eu acho que ela faz uma brincadeira e tal, eles dão uma risada e eu não entendi o que estava acontecendo”, comenta o participante. Ele reconhece que, após a

introdução confusa, o telejornal apresenta uma matéria sobre cartas de crianças endereçadas ao Papai Noel nos Correios, cujo teor emocional e o contexto de localização foram entendidos. “Eu achei emocionante, confesso. Mas deu para entender onde que era o Correios... qual porta que estaria atendendo sobre as cartinhas lá, né?”.

Em seguida, o telejornal apresenta o “Programão”, um quadro sobre atrações culturais para aquela sexta-feira. Aqui, a narrativa mostra-se novamente desequilibrada entre o que é dito e o que é apenas exibido em imagem. O apresentador do quadro anuncia um show de samba com Alcione, Jorge Aragão e Fundo de Quintal, e depois surge um vídeo do grupo Fundo de Quintal convidando o público: “Dia 29 estaremos aí no Multiplace Arena”. Nesse momento, Antônio entende o que está acontecendo: há um show e os próprios artistas o anunciam. No entanto, informações fundamentais, como horário, valor do ingresso e localização precisa do evento não são ditas em voz, e ficam restritas ao texto exibido na televisão ou legendas na tela. O mesmo padrão se repete com encontros sertanejos e, em seguida, com um show de stand-up. Em cada atração, a voz do repórter ou do próprio artista menciona apenas parte da informação, pressupondo que o público complete o quadro ao ler o que está escrito.

Figura 6 - Quadro “Programão” - Jornal Anhanguera 1ª edição (29 nov. 2024)



Fonte: Reprodução Globoplay

Antônio comenta que, para quem tem interesse naquela atração, será preciso pesquisar posteriormente no Google ou nas redes sociais dos artistas. Ele aponta, então, algo que parece se configurar como um deslocamento da responsabilidade informativa. O telejornal não oferece a totalidade dos dados necessários ao entendimento pleno da atração: “Essas informações aí, tipo assim, pra quem é interessado, nossa, o *stand-up*, vou lá, vou procurar aqui e saber. Aí quem é sagaz vai procurar no Google, vai procurar nas redes sociais dos artistas, para ver onde é o local. A própria reportagem poderia facilitar”.

Em um contexto de acessibilidade, isso agrava ainda mais a situação, pois, além de enfrentar a falta de detalhes, o telespectador com deficiência visual precisa recorrer a outras plataformas para obter o que o telejornal poderia ter fornecido diretamente. A análise revela, portanto, um telejornalismo que, para telespectadores como Antônio, falha em dois níveis. Primeiro, há o nível conteudístico, em que o telejornal limita-se a citar a atração sem fornecer o conjunto básico de informações em áudio. Segundo, há o nível sensorial, em que a predominância do visual não descrito torna o ato de assistir parcial para quem não enxerga. O resultado é um produto midiático que não satisfaz nem do ponto de vista do conteúdo (por que não dizer logo o local, horário, valor do ingresso?) nem do ponto de vista da acessibilidade (por que supor que todos podem ler a tela da TV?).

No processo de observação participante com os entrevistados surdos, também buscou-se reproduzir aspectos do cotidiano televisivo que representam tanto os desafios enfrentados quanto as estratégias adotadas por eles ao consumirem telejornalismo. Entre os participantes, Jessica foi a única a relatar o uso regular da legendagem no dia a dia, enquanto outros, como Lucas, utilizam as imagens como principal ferramenta de entendimento. Durante a observação realizada em 26 de outubro de 2024, enquanto passava na TV o Jornal Anhanguera 2ª edição, da TV Globo, Lucas optou por manter o recurso de *closed caption* ativado para observar se ele ajudaria em algum momento.

Uma reportagem abordava o enterro de um dono de pit-dog, vítima de um acidente de trânsito causado por um motorista embriagado. A matéria alternava entre imagens do interrogatório do acusado, declarações do juiz, fotos da vítima e cenas do acidente captadas por câmeras de segurança. Um repórter aparece em passagem para detalhar os eventos. Contudo, para Lucas, a experiência foi marcada pela dificuldade de compreender o encadeamento das informações apresentadas.

Figura 7 - Reportagem Jornal Anhanguera 2ª edição (26 out. 2024)



Fonte: Reprodução Globoplay

“O que o jornalista falou, eu não compreendi. Mas o que observei foi as imagens de uma moto que estava caída e um monte de pessoas lá. Mas o que aconteceu, realmente, eu não sei”, relatou Lucas após assistir à matéria. Ao ser informado sobre o conteúdo completo da reportagem, incluindo as três notícias diferentes mostradas de forma sequencial, antes do final do bloco, ele admitiu que o recurso imagético foi útil até certo ponto, mas destacou a falta de clareza: “Vi um carro que bateu, o motorista estava bêbado. Foi isso que entendi. Pessoas caídas. Depois o jornalista começou a falar, não entendi mais nada. Me sinto muito incomodado”.

A experiência de Lucas também reforça uma das críticas recorrentes ao uso do *closed caption* como recurso principal de acessibilidade para pessoas surdas. Por ser elaborado em Língua Portuguesa, automaticamente, com estruturas complexas e ritmo muitas vezes inadequado, o recurso se torna ineficaz para indivíduos cuja primeira língua é Libras. Para Lucas, isso se traduziu em frustração e desmotivação: “A legenda não me ajuda. É muito difícil. Eu não entendi nada. Preciso realmente das imagens e do intérprete de Libras. Sem isso, não consegui compreender o que foi dito”.

Outro ponto crítico na experiência de Lucas foi a presença de informações relevantes, como declarações do juiz e imagens do interrogatório, que ficaram restritas ao conteúdo verbal e à legenda. Sem Libras ou uma explicação mais acessível, Lucas não conseguiu formar um entendimento completo da matéria. Ele destacou que, mesmo reconhecendo elementos centrais da narrativa – como o motorista bêbado e o acidente –, o conteúdo verbal do jornalista tornou-se distante para ele.

Durante a observação participante com Ingrid, no dia 9 de novembro de 2024, enquanto também assistia ao Jornal Anhanguera 2ª edição, foi acompanhada uma reportagem

intitulada “Feira mostra melhor do entorno do DF”. A reportagem, que trazia um tom leve e visualmente dinâmico, focou em imagens da feira, comidas típicas e pessoas sendo entrevistadas sobre os atrativos do evento. Para Ingrid, no entanto, a experiência de assistir à matéria foi marcada por confusão e limitações na compreensão do conteúdo.

Figura 8 - Reportagem Jornal Anhanguera 2ª edição (9 nov. 2024)



Fonte: Reprodução Globoplay

Ingrid demonstrou interesse inicial, atraída pelas imagens das comidas e pela movimentação da feira, mas relatou dificuldades para captar o sentido geral da reportagem. Suas percepções misturaram elementos desconexos, como a ideia de um encontro em um posto de gasolina e a exibição de sorvetes. “A feira mostra o encontro de gasolina em Brasília”, disse ela, repetindo a ideia confusa durante a discussão. Ao ser questionada sobre o que havia compreendido, acrescentou:

Estava falando de uma feira específica, de encontro de pessoas. Algo sobre posto de gasolina... e também parece que tinham muitos sorvetes bons. Estava mostrando nas imagens. Vi pessoas mexendo com cozinha. Até senti vontade, parecia muito bom. Mas tinham muitas coisas que passaram despercebidas, muitas pessoas falando, então não deu pra entender. (Ingrid)

A confusão de Ingrid reflete uma combinação de fatores que dificultaram a recepção da matéria. Primeiramente, a ausência de um intérprete de Libras fez com que ela dependesse exclusivamente das imagens, haja vista que não utiliza legendagem. Outro ponto observado na experiência de Ingrid foi a maneira como ela se apoiou em associações visuais para tentar compreender a reportagem, como a forte significação que fez de uma rápida cena de pessoas tomando sorvetes. A menção à "gasolina" não foi compreendida, mas pode ter surgido de uma associação que fez com algum elemento visual exibido na reportagem. Essa leitura

equivocada evidência como a ausência de acessibilidade comunicativa deixa espaço para interpretações errôneas, que poderiam ser evitadas com uma narrativa mais inclusiva.

Embora Ingrid tenha demonstrado interesse em acompanhar a reportagem – inclusive expressando vontade de experimentar os alimentos mostrados –, sua experiência destacou frustração causada pela distância entre o que é exibido e o que é efetivamente compreendido. “Tinham muitas coisas que passaram despercebidas, muitas pessoas falando, então não deu pra entender”.

A observação participante com Carlos e Ana ocorreu durante o telejornal noturno da TV Rio Verde, afiliada à TV Cultura, no dia 28 de outubro de 2024. O casal relatou não possuir um canal de televisão favorito. No cotidiano, sua estratégia é alternar entre canais na tentativa de encontrar conteúdos que possam ser compreendidos, ainda que de forma parcial. Durante a observação, se repetiu a evidência de que a falta de recursos de acessibilidade, como legendagem eficiente ou intérpretes de Libras, compromete a experiência de consumo televisivo.

O telejornal exibiu uma matéria intitulada “Quirinópolis tem seis casos de violência doméstica no fim de semana”, que apresentava cenas ilustrativas e um repórter explicando os casos. Enquanto o título da reportagem aparecia em uma tarja na tela, Carlos e Ana tentaram decodificar o conteúdo, mas com resultados equivocados: “Tem seis pessoas ruins em Quirinópolis”, disse Carlos. “Lá em Quirinópolis tem seis pessoas violentas”, completou Ana, acrescentando que essas pessoas “devem ter feito alguma coisa”. O casal demonstrou compreender que o tema era algo negativo, mas a expressão “violência doméstica”, por exemplo, escrita em português, não fazia sentido para eles.

Figura 9 - Reportagem TV Rio Verde (28 out. 2024)



Fonte: Reprodução YouTube TV Rio Verde

Nesse processo ficaram claras as limitações da comunicação escrita para pessoas surdas que têm Libras como língua principal. A dificuldade está enraizada nas diferenças estruturais entre Libras e a Língua Portuguesa. Enquanto Libras é uma língua visual-espacial com gramática própria, o português segue uma lógica linear e textual. Termos como "violência doméstica", que não possuem uma correspondência direta em Libras, dependem de maior contextualização para que sejam compreendidos. A filha do casal, que é ouvinte e fluente em Libras, interveio para explicar o significado, destacando como a mediação por um intérprete é fundamental para a plena compreensão de conteúdos informativos.

Após esse momento, um repórter apareceu ao vivo, sem legendas ou intérprete de Libras, descrevendo os desdobramentos dos casos. Carlos e Ana sinalizaram que não conseguiam compreender o que estava sendo dito e, frustrados, decidiram mudar de canal. Optaram pela TV Anhanguera, onde o recurso de *closed caption* estava ativado. No entanto, mesmo com legendas, a experiência continuou sendo inadequada. “Eu perco muito quando tento ler a legenda”, explicou Ana, referindo-se à velocidade e complexidade do texto exibido, que dificultavam a decodificação.

Ana relatou ainda recorrer frequentemente a redes sociais para acessar notícias em Libras. Ela acompanha perfis como *Libraria News – Notícias em Libras* (@libraria.news) e *Ana Beatriz Intérprete de Libras* (@anabeatrizlibras), que oferecem conteúdos traduzidos diretamente para a língua visual, e quis mostrar um pouco dos conteúdos durante o processo de observação participante. Esses perfis, além de transmitir informações de forma mais acessível, abordam temas que vão de notícias factuais a entretenimento. “Eu sempre mando para o meu esposo”, comentou Ana, indicando como, para eles, essas plataformas são uma alternativa ao telejornalismo tradicional.

Figura 10 - Reportagem em Libras publicada em redes sociais

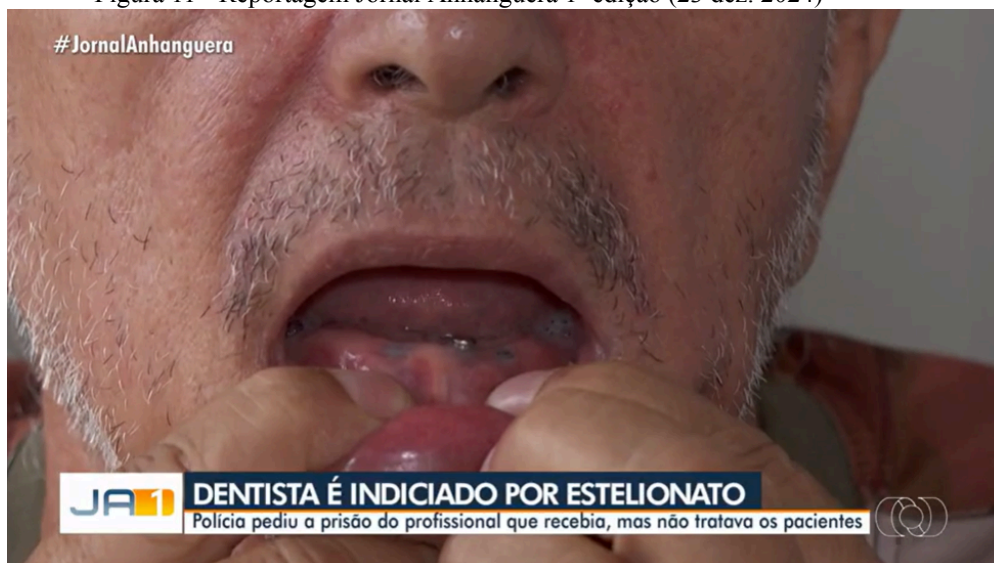


Fonte: Reprodução Instagram @anabeatrizlibras

As experiências de Carlos e Ana ilustram, a partir de mudança de canal, esforço para decodificar legendas e busca por informações em redes sociais, fragmentação da experiência televisiva para esse público. Além disso, a frustração relatada pelo casal demonstra o impacto emocional da exclusão comunicativa.

Com Jessica, a observação participante foi realizada no dia 23 de dezembro de 2024, durante o Jornal Anhanguera 1ª edição, exibido no horário de almoço. A participante acompanhou uma reportagem sobre um dentista indiciado por estelionato, que recebia pagamentos sem realizar os tratamentos. Apesar das imagens exibidas, como a de uma vítima apontando problemas de saúde bucal, o contexto geral e os detalhes da matéria permaneceram confusos para ela.

Figura 11 - Reportagem Jornal Anhanguera 1ª edição (23 dez. 2024)



Fonte: Reprodução Globoplay

Jessica relatou dificuldades notáveis em acompanhar o *closed caption*. Segundo suas observações, o texto da legendagem é pequeno, muito rápido e apresentava sobreposições com outras informações visuais da tela, como as tarjas coloridas e elementos gráficos adicionais. Essa confusão visual prejudicou ainda mais sua compreensão do conteúdo. Como ela descreve: “Eu li a legenda, mas é muito rápida. Eu não consegui entender porque, para ler, estava muito rápido e confuso [...] já tem a estrutura da língua portuguesa, já tem as palavras todo em português, e a legenda é muito pequena”.

Esse relato sublinha dois pontos principais na percepção de muitos telespectadores surdos. Primeiro, a legendagem, embora tecnicamente disponível, não é projetada de forma acessível para pessoas surdas usuárias de Libras. A velocidade das legendas, junto à complexidade do português escrito, amplia as barreiras comunicacionais. Segundo, a ausência de um intérprete de Libras na tela agrava a sensação de exclusão: “Precisa muito do intérprete de Libras estar presente ali, porque é muito complicado”, afirma Jessica.

Ao tentar reconstruir o sentido geral da reportagem, Jessica conseguiu identificar alguns elementos, como “problemas sobre saúde”, “alguma coisa relacionada a médicos” e “dentes”. Entretanto, sua compreensão permaneceu vaga, limitada a uma percepção visual das imagens, sem uma articulação clara entre os fatos. Ela acreditava que o dentista estava atrapalhando a saúde bucal de pacientes, mas não conseguiu captar que se tratava de um caso de crime financeiro. Para ela, bem como para os demais participantes da pesquisa, a falta de acessibilidade cria uma experiência frustrante e excludente: “A falta do intérprete, isso eu tive que fazer muito esforço. Eu sei que tinha um dentista, tinha alguma coisa, mas, enfim, tava tudo em português, então eu não tava conseguindo entender”.

A dificuldade relatada por Jessica em acompanhar a legenda se deve, entre outros fatores, ao fato de que, por ser automática, a legendagem costuma surgir de forma defasada em relação às falas. No caso da observação participante com Jessica, quando o repórter já estava terminando a frase, o texto na tela só aparecia depois ou, em outros casos, permanecia por tempo insuficiente para uma leitura completa. Enquanto isso, o entrevistado já estava falando e o conteúdo escrito continuava se referindo ao repórter que apareceu em passagem, gerando confusão entre imagem e legenda.

Observa-se também que o texto se sobrepõe a outras informações exibidas na tela, como faixas coloridas ou legendas complementares, o que dificulta ainda mais a leitura. A velocidade das palavras projetadas, junto à estrutura do português escrito, torna a legenda pouco acessível, pois a mensagem passa rapidamente e, ao mesmo tempo, não sincroniza com a fala real.

Figura 12 - Reportagem Jornal Anhanguera 1ª edição com *closed caption* da TV (23 dez. 2024)



Fonte: Autora (2024)

Em síntese, a experiência de Jessica sublinha que as legendas, embora representem um recurso tecnicamente disponível, não se mostram adequadas às demandas quando não levam em conta a sincronização da fala, a velocidade de leitura e as peculiaridades da Língua Portuguesa, falhas causadas pela automatização defasada. Observa-se que, apesar do avanço em recursos tecnológicos, o *closed caption* continua o mesmo de décadas atrás. Nesse formato, em vez de facilitar o acesso à informação, a legendagem automática acaba como um empecilho a mais para a compreensão dos fatos.

A prática de observação participante mostrou, de modo contundente, como o telejornalismo convencional deixa parte do público à margem do processo comunicacional. Ao acompanhar os entrevistados em situações reais de recepção, ficou claro que a ausência de

elementos inclusivos, como audiodescrição, intérpretes de Libras ou legendagem eficiente, torna o acesso à informação fragmentado e desigual.

Entretanto, a experiência não se restringiu apenas ao acompanhamento dos telejornais tradicionais. Buscando ampliar a reflexão sobre possíveis alternativas, a pesquisadora apresentou, ainda que de forma breve, a TV UFG, que utiliza recursos de intérprete de Libras e audiodescrição, aos participantes. Esse contato inicial, embora não substitua as necessidades de cobertura local e de rotina diária, revelou uma programação mais comprometida com recursos de acessibilidade, sobretudo para pessoas surdas. A reação dos entrevistados surdos, ao se depararem com um intérprete de Libras em um canal universitário foi positiva, perceberam de imediato que o acesso às notícias se tornava mais fluido e autônomo.

Duas falas se destacaram entre os participantes com deficiência auditiva. Lucas expressou seu contentamento ao notar a diferença que a presença de um intérprete faz: “Eu gostei muito. Agora vendo o intérprete de Libras, consegui entender o que estavam falando. Se toda a televisão fosse assim, seria muito melhor”. Já Ingrid, embora elogie a iniciativa inclusiva da TV UFG, lamentou que os demais canais, inclusive a programação local do jornalismo convencional, não adotem práticas semelhantes, o que dificulta seu acesso a informações da própria cidade: “Aqui em Rio Verde, não vejo nenhum canal assim. Então não consigo ter informações da minha cidade em Libras, e olha que já procurei em vários lugares”. Além disso, os surdos sinalizantes ressaltaram a sensação de pertencimento ao observarem o intérprete ao lado da apresentadora, no mesmo estúdio, algo que reforça a impressão de serem efetivamente considerados parte do público-alvo daquele noticiário.

Figura 13 - Telejornal Conexões da TV UFG (18 nov. 2024)



Fonte: Reprodução YouTube TV UFG

Somados aos relatos dos participantes com deficiência visual, que denunciaram problemas como a falta de descrição de cenas, objetos e cenários, os depoimentos dos surdos escancaram a urgência de rever a forma como o telejornalismo é produzido e veiculado. Enquanto a breve experiência com a TV UFG deixou entrever soluções viáveis em sua programação jornalística, por outro evidenciou o quanto tais práticas ainda se mostram incipientes no panorama geral.

Assim, a observação participante conclui que a transformação necessária passa, prioritariamente, pela adoção de movimentos pela inclusão nas decisões editoriais. É preciso reconhecer as diversidades e subjetividades dos públicos telespectadores para contribuir com a recepção de informação em igualdade de condições. Mudanças, como incluir profissionais de Libras de forma constante na tela, verbalizar dados fundamentais (em vez de restringi-los apenas a caracteres ou imagens) ou ofertar narrativas sonoras tão potentes quanto elementos visuais, sinalizam um caminho mais promissor de atenção à diversidade comunicacional e acessibilidade comunicativa para a audiência televisiva.

Além disso, a aplicação da observação participante, descrita ao longo deste capítulo, envolveu o acompanhamento de diferentes telejornais, com destaque para programas locais, como o Jornal Anhanguera e o Bom Dia Goiás, da afiliada da Rede Globo em Goiás, o telejornal da TV Rio Verde, além de jornais de alcance nacional e canais fechados. Na maior parte dos casos, optou-se por telejornais regionais, a pedido dos próprios entrevistados que priorizam acompanhar informações mais próximas de seu cotidiano. O predomínio de telejornais locais na prática de recepção pode ter relação com o fato de que muitos participantes enfatizaram a importância de notícias que tratem de assuntos imediatos, como segurança pública, eventos culturais ou questões de infraestrutura urbana da região.

Durante todo o processo de coleta de dados, não se identificaram emissoras que tivessem, de maneira regular, mecanismos plenamente acessíveis para pessoas com deficiências visuais ou auditivas. Portanto, o repertório de telejornais escolhido pelos entrevistados foi essencial para compreender a diversidade de estratégias de produção e a recorrência de problemas de acessibilidade. Tanto nos jornais locais quanto nos nacionais, a prática do telejornalismo seguiu um mesmo padrão, exigindo dos entrevistados com deficiência auditiva ou visual atenção redobrada ou recursos alternativos para compensar as falhas de acessibilidade. Reforça-se, assim, que as mudanças em prol da inclusão não dependem apenas do tamanho ou do alcance geográfico de uma emissora, mas de um comprometimento editorial que reconheça a pluralidade do público e atue em conformidade com a responsabilidade social do jornalismo.

Em suma, a observação participante não apenas evidenciou, na prática, as dificuldades comunicacionais já antecipadas em entrevistas, como também realçou a importância de se considerar diferentes contextos regionais e formatos de telejornais. Independentemente do horário, do canal e do estilo de cada telejornal, constatou-se uma constância de problemas que permitiram comparar como pessoas com deficiência auditiva ou visual lidam com a fruição de conteúdos jornalísticos. Nesse sentido, a experiência ajudou a consolidar a percepção de que as reformas necessárias em termos de acessibilidade não se limitam a um telejornal específico, mas devem ser compreendidas como uma demanda transversal a toda a produção televisiva, seja local ou nacional.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi apresentado ainda na introdução, esta pesquisa foi orientada pela seguinte questão problema: De que forma pessoas com deficiências auditivas ou visuais acessam informações importantes para o exercício da cidadania por meio do telejornalismo, enquanto sujeitos comunicantes? A resposta, à luz dos dados obtidos, confirma que tais indivíduos enfrentam desafios substanciais relacionados à falta de recursos de acessibilidade comunicativa, e, por isso, são frequentemente condicionados a desenvolver estratégias de adaptação para compreender os conteúdos. A ausência de audiodescrição, intérpretes de Libras, legendas adequadas, junto ao predomínio de valores editoriais que priorizam um público homogêneo, limitam o acesso equitativo à informação e reforçam a exclusão comunicacional de pessoas com deficiências auditivas ou visuais.

Assim, este estudo examinou os desafios comunicacionais enfrentados por pessoas com deficiências auditivas ou visuais em sua relação com o telejornalismo, tendo por base uma metodologia qualitativa que articulou, para coleta de dados, entrevistas em profundidade e observação participante. Considera-se, de acordo com os resultados expostos, executado o objetivo de compreender, por meio das narrativas dos entrevistados, de que modo as produções televisivas direcionadas ao público geral podem ou não contemplar dimensões de acessibilidade comunicativa. A pesquisa situou-se, assim, na confluência entre os estudos de comunicação, a perspectiva funcionalista da mídia e os meios e mediações culturais de Martín-Barbero (1997), evidenciando como o significado das mensagens e a sensação de pertencimento não decorrem apenas dos conteúdos em si, mas também das condições materiais, tecnológicas e editoriais nas quais eles são veiculados.

Foi possível identificar os principais fatores que dificultam o acesso aos telejornais, bem como as estratégias elaboradas pelos indivíduos com deficiência auditiva ou visual. No que diz respeito aos entrevistados com deficiência visual, constatou-se que a ausência de audiodescrição, a prevalência de elementos exclusivamente visuais (tais como textos na tela, gráficos, legendas e imagens de cobertura sem narração) e a falta de cuidado na descrição de cenários ou objetos acarretam distanciamento entre a proposta informativa do telejornal e as possibilidades de fruição.

Os relatos dos participantes apontam que a busca por informações em outros meios, como o rádio ou a internet, e a adoção de recursos tecnológicos (por exemplo, assistência de voz ou leitores de tela) constituem formas de contornar, em parte, obstáculos gerais construídos pela falta de acessibilidade. Ainda assim, a responsabilidade pela solução de tais

dificuldades tem recaído predominantemente sobre os usuários, que necessitam desenvolver imaginação, memória, rotinas informativas próprias e outros recursos, em vez de contar com políticas de acessibilidade que, inclusive, deveriam ser garantidos de acordo com a legislação.

Os participantes surdos sinalizantes, por sua vez, ressaltaram outra conjuntura: a carência de intérpretes de Libras na maior parte da programação jornalística, o caráter insuficiente de legendas em língua portuguesa e a frequente impossibilidade de acompanhar o ritmo acelerado da fala oral traduzida em texto. Mesmo em depoimentos de quem ainda tenta utilizar legendagem, ainda assim se destaca a falta de uma tradução integral em Libras, considerando que a letra escrita não substitui plenamente a comunicação visual, base fundamental da Língua Brasileira de Sinais. Também foi evidenciada a persistência de concepções equivocadas da indústria televisiva, que muitas vezes supõe o português como idioma plenamente compreendido pelos surdos, ignorando as singularidades linguísticas dessa comunidade.

Junto aos entrevistados, a colaboração da intérprete Ellen Cristina (2024) para este trabalho corroborou as análises ao esclarecer que a tradução em Libras não é meramente literal, mas requer domínio de parâmetros específicos e conhecimento aprofundado de aspectos culturais, o que raramente encontra suporte editorial ou financeiro nas emissoras de alcance massivo para contratar profissionais tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras) e Língua Portuguesa (TILSP).

Apesar das diferenças entre as percepções dos participantes com deficiência visual ou auditiva, todos convergem em críticas sobre a dificuldade de acesso a um produto que, ao longo do tempo, construiu-se como a principal forma de informação em audiovisual. A televisão, que no arcabouço funcionalista se apresenta como fator de integração, mostra-se pouco inclusiva quando o debate envolve grupos com especificidades comunicacionais. Tal fato se evidencia nos relatos sobre desmotivação e desinteresse por telejornais, nas adaptações individuais que cada sujeito precisou encontrar e na busca por alternativas menos restritivas em plataformas digitais, aplicações de streaming ou redes sociais. O ponto central, nesse sentido, é que embora haja consciência do valor cultural e simbólico da TV como espaço de visibilidade e mediação de interesses sociais, esse mesmo espaço não se faz inteiramente acessível para parte considerável do público.

Em paralelo, a observação participante reforçou empiricamente as reflexões obtidas nas entrevistas, ao expor reações imediatas dos entrevistados frente ao telejornal. Foi possível notar a falta de descrição de detalhes essenciais, a velocidade desproporcional das legendas e a indisponibilidade de intérpretes de Libras. Exemplos práticos, como a cena de objetos

apreendidos que jamais foram mencionados em voz ou a chamada genérica sobre elementos “exibidos na tela”, demonstram que a prática profissional do telejornalismo segue ancorada em um modelo que prioriza a percepção visual e a compreensão do português oral. Essa constatação confirma que o problema envolve, sobretudo, valores editoriais e a decisão de privilegiar determinadas formas de veicular informação em detrimento de outras.

Durante a observação participante, a pesquisadora, enquanto ouvinte e vidente, observou diversas situações em que recursos de acessibilidade demandados pelas pessoas com deficiência também beneficiariam quem não possui a mesma limitação sensorial. Uma descrição de imagens mais minuciosa, por exemplo, facilitaria a vida de quem está em outro cômodo, sem ver a tela, mas ainda assim acompanha o áudio do telejornal. Da mesma forma, legendas mais bem estruturadas auxiliariam telespectadores em ambientes ruidosos ou em locais públicos, onde a TV permanece sem som (como restaurantes ou recepções). Nesse contexto, percebe-se ainda que a presença de um intérprete de Libras não prejudicaria ninguém que não precisasse dela, pelo contrário, destacaria a importância da inclusão social e naturalizaria, inclusive, essa percepção coletiva acerca da diversidade humana em comunicação. Ademais, a possibilidade de ativar ou desativar um recurso de audiodescrição, como segundo canal de áudio, especialmente no telejornalismo, a exemplo do que já acontece mais frequentemente com o *closed caption*, estende a autonomia para diferentes públicos, reforçando o potencial inclusivo e universal de tais recursos.

A observação participante e as entrevistas em profundidade tornaram evidentes que a falta de recursos de acessibilidade nos telejornais dificulta a compreensão das notícias, mas, além disso, também obriga as pessoas com deficiências auditivas ou visuais a criarem estratégias de adaptação ou a buscarem outras mídias. As experiências relatadas e vivenciadas pelos participantes ilustram maneiras diversas de se relacionar com a televisão em sua rotina diária.

No âmbito de estratégias, Antônio, que perdeu recentemente a visão, relatou frustração com a omissão de detalhes práticos nas reportagens, como horários e locais de eventos culturais. Ele, na prática, recorre a plataformas digitais e sites informativos para obter dados complementares em áudio, explicando que a internet costuma oferecer maior clareza. Diz, ainda que, para ele, os recursos de acessibilidade são utilizados pela televisão apenas quando o assunto é a deficiência. “Acho legal quando fazem, mas vejo que só acontece em matérias sobre deficiência. Precisamos disso em matérias do dia a dia também”, comentou.

Já José, com deficiência visual degenerativa, reforçou que sua maior necessidade não se resume a saber como o apresentador se parece, mas sim a compreender o que está

acontecendo ao seu redor durante a reportagem. Para ele, a carência fundamental está na verbalização de cenários, objetos e outros elementos presentes na matéria, de modo que possa montar mentalmente todo o contexto noticioso, e é importante haver um equilíbrio nas descrições oferecidas pelo telejornal, para não serem nem tão sintéticas, nem tão prolixas a ponto de dispersar o assunto central. É nesse sentido que José explica: “Do ponto de vista do telejornalismo, eu acho que essa capacidade dele poder falar, e muitas das vezes você consegue falar tudo em poucas palavras. Mas às vezes fala muito e não fala nada”.

Laura, com retinose pigmentar, recorre às filhas ou ao esposo para esclarecer elementos visuais que a TV não descreve. Ela menciona o rádio como alternativa eficiente, pois a informação auditiva é, em geral, mais completa e verbalizada, sem depender de imagens na tela. “O rádio tem muito mais explicação das coisas. [...] Na televisão a gente fica sempre na dúvida, ou sempre tem que perguntar à pessoa do lado”.

Luís, que também desenvolveu perda de visão progressiva, contou como usa a memória e a imaginação para compensar a falta de descrição. Ele exemplificou que “visualizar” e “visibilizar” são práticas diferentes: no primeiro caso, cria-se uma representação mental baseada em vivências passadas; o segundo trata-se de efetivamente enxergar. Por isso, sugere que pequenas descrições verbais no telejornal (por exemplo, “o apresentador é um homem branco, de terno azul...”) ajudariam a situar melhor quem assiste sem enxergar.

Já Silvio, cego de nascença, demonstrou, durante a observação participante, que a ausência de descrição simples de imagens — como objetos apreendidos pela polícia e mostrados em tela — compromete a compreensão e gera a necessidade de suposições ou “adivinhações” sobre o que realmente se está vendo. Essa experiência, recorrente ao assistir telejornais, contrasta com uma experiência que o participante relatou ao assistir a uma novela com audiodescrição. Detalhes visuais foram verbalizados, permitindo-lhe formar imagens mentais mais precisas. Para Silvio, o simples ato de verbalizar elementos visuais em um telejornal poderia garantir uma experiência muito mais completa e menos frustrante para pessoas com deficiência visual.

Para os entrevistados surdos, como Ana e Carlos, casal de surdos sinalizantes, destaca-se a dependência de terceiros ou da família para decodificar notícias. Sentindo-se frequentemente desmotivados diante de telejornais que não disponibilizam intérprete de Libras, eles acabam mudando de canal ou desligando a TV para evitar frustrações repetidas, como aconteceu inclusive no processo de observação participante realizado nesta pesquisa.

Ingrid tem uma rotina semelhante: se a mãe não puder traduzir, ela apenas observa as imagens e tenta inferir o que está acontecendo. “A minha mãe me ensina, ela fala algumas informações pra mim, e eu consigo compreender algumas coisas do que acontece”, explica. O resultado, porém, é frequentemente equivocado ou insuficiente para que ela se sinta informada, produzindo um sentimento de exclusão da esfera pública.

Jessica, também surda sinalizante, até tenta acompanhar jornais com legendas, mas diz que o *closed caption* é muito rápido e sobreposto a outras informações, o que gera confusão e impossibilita a leitura em tempo real. Ela afirma, assim como os outros entrevistados, que a presença de um intérprete de Libras na tela alteraria profundamente a experiência de assistir televisão. “É ruim, é desmotivante tentar assistir um jornal e não ter acessibilidade em Libras”, lamenta.

Lucas, por sua vez, reclama de legendas automatizadas que não acompanham devidamente as falas, gerando falhas na compreensão. Ele reitera a necessidade de uma tradução simultânea em Libras para que consiga captar, inclusive, as nuances de entonação e emoção presentes na mensagem original, e, além disso, destaca a importância de garantir acessibilidade em todos os âmbitos, para além do consumo de telejornais. “Precisamos dos mesmos direitos, como acessar informações e nos comunicar. Isso ainda é muito frustrante, porque não temos o suporte necessário”.

Percebe-se, portanto, que cada entrevistado mobiliza estratégias próprias para contornar as barreiras impostas pelo telejornalismo convencional. São usos de tecnologias assistivas (como Alexa ou leitores de tela), deslocamentos para outras mídias (rádio, internet, redes sociais) ou o apoio constante de familiares. Esses recursos, no entanto, não deveriam substituir políticas e práticas mais consistentes de acessibilidade comunicativa por parte das emissoras.

Conforme se observou nas experiências realizadas nas residências de cada participante, é recorrente a prática jornalística de usar expressões como “veja a seguir” ou “confira na tela”, o que exclui quem não vê, assim como a ausência quase total de intérprete de Libras, que deixa de fora quem não ouve. Nos casos em que há legendas automáticas, surgem problemas de sincronia e sobreposição gráfica, o que agrava a dificuldade de leitura. Além disso, a ausência de descrição em áudio de imagens importantes faz com que eles não entendam a complexidade da notícia. Há ainda relatos que demonstram ressentimento ao notar que a TV, ao não verbalizar preço, horário, número de telefone e demais detalhes, transfere ao telespectador com deficiência a tarefa de “completar” o conteúdo por outros meios.

Confirmam-se, assim, as limitações de uma lógica midiática que supõe um público homogêneo, plenamente ouvinte e vidente. Por outro lado, destacam-se exemplos de iniciativas mais inclusivas, a exemplo da TV UFG, que oferece janela de Libras e descreve elementos visuais com maior frequência, ganhando a aprovação de participantes como Carlos, surdo sinalizante, que reside em Rio Verde, onde a emissora não é transmitida pois abrange apenas a Região Metropolitana de Goiânia, e Silvio, cego, de Goiânia, que já conhecia a emissora. Ainda que não seja perfeita, essa experiência demonstra que pequenas adequações editoriais e o compromisso efetivo das equipes podem transformar a experiência televisiva de quem tem deficiência auditiva ou visual.

Fatos e experiências como essa demonstram que a acessibilidade não deve ser vista como uma forma de caridade ou trabalho extra do jornalista, mas como parte intrínseca da garantia de direitos comunicacionais. O contato direto com as pessoas com deficiência auditiva ou visual revela uma troca em que a pesquisadora pôde compreender mais profundamente a utilidade universal de soluções que, em tese, seriam pensadas apenas para um público específico. Assim, a pesquisa deixa claro que a integração plena desses recursos atende simultaneamente a interesses de diversos telespectadores.

Vale enfatizar a relevância científica desta pesquisa para os estudos de comunicação e acessibilidade. Com base no arcabouço teórico de Martín-Barbero (1997), constatou-se que a recepção televisiva não ocorre de maneira linear e passiva, pois os receptores reinterpretem ativamente os conteúdos, mobilizando códigos culturais e tecnologias disponíveis. Na prática, as pessoas com deficiência visual ou auditiva se valem de métodos de compensação que passam pela reconstrução mental de cenários (visuais) ou pela leitura labial (para surdos sem intérprete), entre outras estratégias. Embora tais saídas assegurem alguma inserção no conteúdo noticioso, não solucionam a ausência de políticas inclusivas de amplo alcance, que poderiam propiciar uma experiência informativa autônoma. Desse modo, esta dissertação contribui para o debate acadêmico ao evidenciar que a acessibilidade comunicativa (Bonito, 2016) envolve tanto dimensões técnicas (por exemplo, a adoção de audiodescrição, janelas de Libras e legendas bem estruturadas) quanto a conscientização de profissionais da imprensa, que ainda operam sob um paradigma restritivo.

A análise de conteúdo à luz de Bardin (1977) se mostrou adequada para sistematizar os depoimentos e a observação participante, possibilitando categorizar tanto as barreiras comunicacionais quanto as estratégias de acesso e significação. O estudo indicou que as experiências individuais não se esgotam na mera constatação de falta de recursos, pois revelam o esforço contínuo em buscar informação, em se manter integrado à rotina social,

profissional e cultural por meio da televisão. Dessa forma, as conclusões também salientam a capacidade de agenciamento dos entrevistados, que insistem em manter a TV como referência de atualidade e participação social, mesmo diante de impedimentos.

Além disso, as narrativas evidenciam que os sujeitos demonstram menos disposição em tentar se adaptar continuamente a formatos excludentes, optando com maior frequência por alternativas que valorizem sua autonomia. Os participantes relatam que, ao perceberem a falta de acolhimento ou a indisponibilidade de recursos como audiodescrição e intérpretes de Libras, migram para meios mais inclusivos, como aplicativos de streaming, plataformas digitais ou redes sociais específicas, o que reflete que as pessoas com deficiência auditiva ou visual não estão dispostas a suportar indefinidamente a ausência de acessibilidade, adotando, assim, posturas mais ativas no sentido de abandonar conteúdos que não as contemplam.

Também se reforça a percepção de que a televisão é, historicamente, um meio baseado em som e imagem — dois modos sensoriais que, para indivíduos cegos ou surdos, se tornam justamente a raiz dos desafios de interação. Nesse ponto, os recursos de acessibilidade precisam dialogar diretamente com a essência do veículo: no caso de pessoas cegas, a forma como imagens e textos na tela são verbalizados (ou não) torna-se fator decisivo para o entendimento. No caso de pessoas surdas, a tradução do som (falas, ruídos e narrativas) em Libras ou legendas adequadas é indispensável para assegurar uma experiência informativa equitativa.

É importante destacar que a televisão continua exercendo papel relevante para esses grupos, sobretudo em termos de legitimação de acontecimentos, compartilhamento de histórias coletivas e vínculo afetivo-familiar. A possível transição para outras mídias, como o rádio e o meio digital, não anula a busca por um telejornalismo mais inclusivo, mas representa uma forma de enfrentar, ao menos parcialmente, as falhas televisivas.

Em termos de implicações práticas, os resultados obtidos têm potencial para subsidiar a formulação de medidas que aproximem o telejornalismo de princípios de inclusão. A adoção de uma voz que identifique o apresentador, a padronização de audiodescrição ou a disponibilização permanente de intérpretes de Libras na tela são alguns exemplos pontuais levantados pelos próprios entrevistados e que não implicariam um esforço desproporcional das emissoras. Além disso, recomenda-se que as grades de programação e as rotinas de produção incluam, desde o planejamento, a preocupação com a acessibilidade, o que beneficiaria não apenas pessoas com deficiência, mas diferentes camadas do público, considerando a importância de atender às necessidades de todos.

Do ponto de vista metodológico, a junção de entrevistas em profundidade, análise de conteúdo e observação participante enriqueceu a compreensão sobre como as pessoas de fato experimentam e significam o telejornalismo. Observou-se que determinadas questões, levantadas em entrevista, eram confirmadas ou complementadas ao se observar o comportamento diante do noticiário. Reforça-se que a análise qualitativa permite ir além das estatísticas, evidenciando a complexidade das dimensões subjetivas envolvidas no ato de consumir notícias televisivas quando há limitações auditivas ou visuais.

Por fim, considera-se que a presente dissertação alcançou seus objetivos ao demonstrar que a problemática da acessibilidade no telejornalismo não diz respeito a apenas ajustes técnicos. As falas dos entrevistados mostraram que há um desejo de reconhecer a TV como espaço de convivência social, formação de opinião e interação cultural, mas que esse papel não se concretiza de forma equitativa sem a adoção de recursos de tradução e descrição que considerem as particularidades de cada público. Ainda que iniciativas localizadas, como a TV UFG, sinalizem caminhos promissores, há carência de ações mais amplas, envolvendo órgãos reguladores, emissoras comerciais, políticas públicas e formação profissional em acessibilidade comunicativa no jornalismo.

E, embora estas sejam as “considerações finais” desta pesquisa, não se trata de um encerramento, mas sim de um passo a mais para a construção de uma acessibilidade verdadeiramente comunicativa. Frente à relevância do tema e ao incipiente grau de desenvolvimento das práticas inclusivas, as reflexões aqui apresentadas constituem um ponto de partida, não um desfecho, na trajetória rumo a um telejornalismo que contemple efetivamente a pluralidade sensorial e linguística do público. Em outras palavras, mesmo havendo alguns avanços e discussões em curso, percebe-se que estamos no início de um caminho cujo aprofundamento urge para garantir o direito à informação a todas as pessoas.

Espera-se que este estudo contribua para reflexões futuras acerca da comunicação e dos direitos de pessoas com deficiência, nos parâmetros da cidadania comunicativa. Novas investigações podem observar o processo de recepção em outros tipos de conteúdos audiovisuais, como entretenimento, publicidade ou produções online, aprofundando o debate sobre legislação e responsabilidade social das empresas de comunicação. A pesquisa também indica a pertinência de desenvolver instrumentos de monitoramento e avaliação de boas práticas em acessibilidade, bem como de investir em formação de equipes de jornalistas, editores, intérpretes e demais profissionais aptos a incorporar essas demandas.

Em síntese, esta pesquisa busca demonstrar que há potencial para um telejornalismo mais alinhado a princípios de inclusão, mas que essa evolução depende de um conjunto de

fatores sociais, econômicos, técnicos e, acima de tudo, de compromissos editoriais. As pessoas com deficiência, neste caso, visual e auditiva, reiteram seu interesse em consumir informação de modo pleno, sem as limitações que marcam sua experiência por falta de recursos. Conclui-se, portanto, que incorporar as vozes e as demandas dos sujeitos nos processos decisórios das emissoras, e não tratar a acessibilidade como mera formalidade ou favor, é fundamental para que o telejornalismo cumpra sua função de informar e integrar todos os segmentos da sociedade. Assim, a televisão pode reforçar, de forma consistente, seu lugar simbólico de referência coletiva, e contribuir com a defesa da comunicação como direito fundamental.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15290: Acessibilidade em comunicação na televisão**. Rio de Janeiro, p. 2. 2016.

BARACHO, Maria Luiza Gonçalves. **Televisão brasileira: uma (re)visão**. Fênix - Revista de História e Estudos Culturais, v. 4, n. 2, p. 1-19, abr./jun. 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Edições 70, Presses Universitaires de France, 1977.

BARROS, Antonio. JUNQUEIRA, Rogério. **A elaboração do projeto de pesquisa**. In.: DUARTE, Jorge. BARROS, Antonio; Métodos e Técnicas de Pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, 2006.

BECKER, Beatriz. **Telejornalismo de qualidade: um conceito em construção**. Revista Galáxia, São Paulo, n. 10, p. 51-64, dez. 2005.

BERLO, David K. **O processo da comunicação: introdução à teoria e à prática**. Tradução: Jorge Arnaldo Fontes; Revisão: I. B. Silva. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BERNI, Felipe Collar. **A recepção jornalística de pessoas com deficiência intelectual: um estudo sobre os usos e significações que fazem em seus cotidianos**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2021.

BRAGA, José Luiz. **A prática da pesquisa em Comunicação: abordagem metodológica como tomada de decisões**.

BONITO, Marco. **Processos da comunicação digital deficiente e invisível: mediações, usos e apropriações dos conteúdos digitais pelas pessoas com deficiência visual no Brasil**. Tese (doutorado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, São Leopoldo, 2015.

BONITO, Marco. **A Problematização da Acessibilidade Comunicativa como Característica Conceitual do Jornalismo Digital**. Âncora - Revista Latino-americana de Jornalismo, João Pessoa, v. 3, n. 1, p.175-193, jan./jun. 2016.

BUCCI, Eugênio. **A imprensa e o dever da liberdade: a responsabilidade social do jornalismo em nossos dias**. In . São Paulo: ANDI, 2008.

BUCCI, Eugênio. **Brasil em tempo de TV**. São Paulo: Boitempo, 1997.

CAMPANHÃ, Marcela Ribas. **Audiodescrição e cidadania: processos comunicacionais de sujeitos cegos vinculados aos usos e apropriações da rede social WhatsApp**. 2020. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2020.

CAMPBELL, Fiona K. **Inciting Legal Fictions: 'Disability's' date with Ontology and the Ableist Body of Law**. In: Griffith Law Review, vol. 10, n 1, p. 42-62, 2001.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. **Antropologia e interdisciplinaridade**. In.: Homenagens. Associação Brasileira de Antropologia 50 anos. Organizado por C. Eckert & E.P. Godoi. Florianópolis: Nova Letra.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CIRNE, Livia; BELEM, Vitor. **Precisamos Falar sobre Inclusão e Acessibilidade na Televisão Brasileira**. Descompassos nas Políticas de Acessibilidade e nos Padrões de Janelas de Libras em Produções Audiovisuais Financiadas pela Ancine. Revista GEMInIS, v. 13, n. 1, pp. 34-52, jan./abr. 2022

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Editora UFRJ. 2002.

CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania**. Tradução de Mauricio Balthazar Leal. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

COSTA FILHO, Ismar Capistrano. **Cidadania comunicativa e autonomia comunicativa: lutas pelo direito à comunicação nas rádios comunitárias**. E-Compós, 23. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.30962/ec.1771>. Acesso em: 08 fev. 2024.

DIAS, Patrícia R. **Televisão brasileira e entretenimento: do espetáculo ao mito**. Revista Extraprensa, 10(2), 284-298. 2017.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. In: Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2007.

DUARTE, Jorge. BARROS, Antonio; **Métodos e Técnicas de Pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. **Representações, mediações e práticas comunicativas**. In: PEREIRA; GOMES; FIGUEIREDO. Comunicação, representação e práticas sociais. RJ, PUC-Rio, Aparecida, Ideias e Letras, 2004, p. 13-26.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. **Mediação e Recepção**. São Paulo: Loyola, 2010.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. **Estudos culturais latino-americanos e Jesús Martín-Barbero: mais afinidades do que disputas**. Matrizes, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 99-113, jan./abr. 2018

FAGUNDES, Carolina. **A TV em plataforma: Um estudo sobre a trajetória do Globoplay e a atuação de emissoras brasileiras de televisão aberta no campo de streaming de vídeo**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal do Sergipe. São Cristóvão. 2021.

FAGUNDES, Carolina. **Globoplay, Playplus E Youtube: Como Emissoras De Televisão Aberta Brasileira Se Inserem No Fenômeno Do Streaming**. In: Intercom - Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - VIRTUAL, 2020, virtual. Salvador, 2020.

FARIA, Núbia; SILVA; Daniel. **Legenda e janelas: questão de acessibilidade.** Revista Sinalizar, v.1, n. 1. p. 65-77, 2016.

FONSECA, Vitor. **Educação Especial - Artes Médicas,** Porto Alegre, 1987.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas.** Brasília: Liber Livro, 2005.

GENRO FILHO, Adelmo. **O Segredo da Pirâmide: Para uma teoria marxista do jornalismo.** Porto Alegre: Tchê!, 1987.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Tradução: Mathias Lambert. 4ª ed. São Paulo: LTC, 1988.

GOMES, Raimunda Aline Lucena. **A comunicação como direito humano: Um Conceito em Construção.** 2007.

GOMES, Raimunda Aline Lucena. **Direito Humano à Comunicação.** In: Enciclopédia Intercom de Comunicação. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação, 2010. v. 1.

GROHMANN, Rafael. **Estudo de recepção com jornalistas: reflexões metodológicas.** Parágrafo, São Paulo, v. 1, n. 1, p.71-82, jan/jun. 2013.

GUARESCHI, Pedrinho. **O direito humano à comunicação: pela democratização da mídia.** Petrópolis: Vozes, 2013.

HALL, S. **A Centralidade da Cultura: Notas sobre as Revoluções Culturais do Nosso Tempo.** Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, jul./dez. 1997.

HALL, S. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais.** Belo Horizonte: UFMG, 2011.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica.** São Paulo, SP: Atlas 2003.

LOTZ, Amanda D. **The Television Will Be Revolutionized.** 2. ed. New York: NYU Press, 2014.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e Jornalismo: A saga dos cães perdidos.** São Paulo: Hacker Editores, 2000.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Para entender a comunicação: Contatos antecipados com a nova teoria.** São Paulo: Paulus, 2008.

MARSHALL, T.H. **Cidadania e classe social**. In: Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p.57-114.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. **Metodologia qualitativa de pesquisa**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300. 2004. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-97022004000200007>>. Acesso em: 20 dez. 2023.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Comunicação e mediações culturais. [Entrevista concedida a] Claudia Barcelos**. Tradução de Silvia Rojo Santamaria. Intercom - RBCC, v. 23, n. 1, p. 151-163, jan/jun, 2000.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MATA, María Cristina. **Comunicación y ciudadanía: problemas teórico-políticos de su articulación**. Fronteiras – Estudos Midiáticos, São Leopoldo, v. 8, n. 1, p. 5-15, 2006.

MATTOS, Sérgio. **História da televisão brasileira: uma visão econômica, social e política**. 5. Ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MATTOS, Sérgio. **O resgate da memória e a construção da história da televisão no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.

MEDEIROS, Marcelo. **Pesquisas de abordagem qualitativa**. UFG. Revista Eletrônica de Enfermagem. 14(2):224-225. 2012.

MEDEIROS, Magno. **Cidadania, direitos humanos e jornalismo: percalços históricos e violência institucionalizada**. In: SIGNATES, Luiz; MORAES, Ângela (org.). Cidadania Comunicacional: teoria, epistemologia e pesquisa. 2019.

MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente – narrativa e cotidiano**. São Paulo: Summus, 2003.

MEDITSCH, Eduardo. **Jornalismo como Forma de Conhecimento**. Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 25-38, jan./jun. 1998.

MELLO, Anahi G. **Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC, Ciência e Saúde Coletiva**, 21(10), p. 3265 – 3276, jun. 2016.

MELLO, Anahi G. **Por uma abordagem antropológica da deficiência: pessoa, corpo e subjetividade**. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Curso de Ciências Sociais. 2014.

MENEZES, E. Diatay Bezerra. **Fundamentos sociológicos da comunicação**. In: Adísia Sá (Coord.). Fundamentos científicos da comunicação. Petrópolis: Vozes, 1973, p. 146-205.

MONTEIRO, Carlos M. et al. **Pessoa com deficiência: a história do passado ao presente**. Revista Internacional de Apoyo a la Inclusión, Logopedia, Sociedad y Multiculturalidad. Vol. 2, Nº 3, p. 221-223, jun. 2016. Disponível em: . Acesso em: 28 ago. 2021.

MOREIRA, Walter. **Revisão de Literatura e Desenvolvimento Científico: conceitos e estratégias para confecção.** Janus, Lorena. Ano 1. Nº 1. 2004.

OROZCO GOMES, Guillermo. **O telespectador frente à televisão: uma exploração do processo de recepção televisiva.** In: Revista Comunicare. Faculdade Cásper Líbero. São Paulo: Volume 5 - Nº 1 - 1º sem. 2005.

OROZCO GOMES, Guillermo. **Audiencias, televisión y educación: Una deconstrucción pedagógica de la 'televidencia' y sus mediaciones.** In: Revista Iberoamericana de Educación. Nº 27, 2001. p. 155-178.

PAULA, Ana R; MAIOR, Izabel, M. M. L. **Um mundo de todos para todos: universalização de direitos e direito à diferença.** Revista Direitos Humanos. n. 1. p. 34 - 39, dez. 2008.

PENA, Felipe. **O jornalismo literário como gênero e conceito.** Revista Contracampo. Dossiê: Comunicação e Documentários. n. 7. p. 43 – 58. Universidade Federal Fluminense, dez. 2007. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17241>>. Acesso em: 08 fev. 2024.

RABAÇA, C. A; BARBOSA, G. **Dicionário da Comunicação.** São Paulo: Ática, 1987.

RESENDE, V. BORGES, G. **A telenovela brasileira não quer perder seu espaço: as estratégias de interatividade de Geração Brasil em meio à cultura da convergência.** Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, Foz do Iguaçu, 2014.

RÜDIGER, Francisco. **As teorias da comunicação.** Porto Alegre: Penso. 2011.

SANTOS, Lorryne Caroline dos. **Publicidade inclusiva: uma análise discursiva da representatividade das pessoas com deficiências sensoriais em anúncios publicitários televisivos.** 2020. 135 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

SASSAKI, Romeu K. **Como chamar as pessoas que têm deficiência?** Diversa, 2014. Disponível em: <<https://diversa.org.br/artigos/como-chamar-pessoas-que-tem-deficiencia/>> Acesso em: 08 fev. 2024.

SASSAKI, Romeu K. **Terminologia sobre deficiências na era da inclusão.** In: VIVARTA, Veet (coord). **Mídia e deficiências.** Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2003.

SCORALICK, Kelly. **Audiodescrição no telejornalismo: a inclusão das pessoas com deficiência visual por meio da descrição das imagens.** Educação e Fronteiras, Dourados, v. 10, n. 28, p. 90–102, 2020. DOI: 10.30612/eduf.v10i28.13025. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/13025>. Acesso em: 8 fev. 2024.

SCORALICK, Kelly. **Mídia e cidadania: a representação das pessoas com deficiências no telejornalismo.** Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

SEIDMAN, I. **Interviewing as qualitative research: A guide for researchers in education and the social sciences.** Teachers College Press. 2013.

SIGNATES, Luiz; MORAES, Ângela. **A cidadania como comunicação: estudo sobre a especificidade comunicacional do conceito de cidadania.** Cidadania Comunicacional: teoria, epistemologia e pesquisa. 2019.

SOUSA, Leila Lima. **Identidades transitórias e televisão: Uma análise sob o prisma dos estudos culturais.** Extraprensa (USP). Ano VII. n. 13. 2013.

TAYLOR, Dena; PROCTER, Margaret. **The literature review: a few tips on conducting it.** Disponível em <<https://advice.writing.utoronto.ca/types-of-writing/literature-review/>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

TEMER, Ana Carolina. **Flertando com o Caos: comunicação, jornalismo e televisão.** Goiânia, 2014.

TEMER, Ana Carolina. NERY, Vanda. **Para entender as teorias da comunicação.** Uberlândia: Aspectus, 2004.

TEMER, Ana Carolina. **Telejornalismo: um espaço socialmente construído.** Comunicação & Informação, v. 9, n. 2, p. 238-247, 2006.

TEMER, Ana Carolina. TUZZO, Simone. **Mídia e Cidadania: Revisão crítica da relação entre a comunicação e a cidadania: um estudo sobre a mídia.** In. SIGNATES, L.; MORAES, A. (org.). Cidadania Comunicacional: teoria, epistemologia e pesquisa. Goiânia: Gráfica UFG, 2019.

VIEIRA, Liszt. **Notas sobre o conceito de cidadania.** BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, São Paulo, n.51, p.35-47, 2001.

VIZEU, Alfredo. **Telejornalismo, audiência e ética.** 2002. Disponível em: <<https://www.bocc.ubi.pt/pag/vizeu-alfredo-telejornalismo-audiencia-etica.pdf>>. Acesso em: 08 fev. 2024.

WOLTON, Dominique. **Elogio ao grande público.** São Paulo: Ática, 1996.

APÊNDICE A - Entrevistas com pessoas com deficiência visual

Participante Luís (L)

Pesquisadora: Você nasceu em Goiânia?

L: Nasci em Goiânia.

Pesquisadora: Viveu a vida toda por aqui?

L: Toda.

Pesquisadora: Seu nível educacional e sua profissão, qual que é?

L: Eu sou nível superior, sou médico.

Pesquisadora: E atua na medicina ou não atua mais?

L: Não atuo mais há quase sete anos.

Pesquisadora: Como foi a sua experiência ao longo da vida com a deficiência sensorial? Você adquiriu com o tempo, né?

L: Com vinte... eu estava na faculdade. Aí eu tive um descolamento de retina no olho esquerdo, aí eu perdi completamente a visão, sou totalmente cego do olho esquerdo. Aí em 2017, julho de 2017, eu tive um descolamento retina no olho direito, aí a cirurgia do descolamento foi bem sucedida, curou a retina, mas aí complicou com glaucoma. Aí o glaucoma começou a fazer eu perder a visão, então eu tenho uma perda progressiva da visão.

Pesquisadora: Entendi. No momento, então, você não enxerga nada?

L: Do olho esquerdo, não. Nada. No olho direito, eu tenho percepção de claridade, aqui ainda percebo o movimento. Uma visão acinzentada, uma nuvem acinzentada, você eu não estou vendo.

Pesquisadora: Você consegue só ver movimentos?

L: Você está coberta por essa nuvem.

Pesquisadora: Entendi, entendi. E você percebe, de que forma, como que, você não poder enxergar influencia em atividades diárias suas, incluindo mesmo o acesso ao consumo de notícias, mas não somente isso. Especialmente o fato de você ter passado por essas duas experiências, da experiência daquele que enxerga completamente, depois que enxerga parcialmente, vai passando por todo esse processo. De que forma que essa “enxergar ou não enxergar” influencia na sua vida?

L: Modificou totalmente minha vida, porque as duas coisas que eu mais gostava de fazer era trabalhar, eu era médico radiologista. E eu tinha trabalhado em vários locais, era das sete às nove e meia em um local, das nove e meia até o meio dia em outro, do meio dia até o outro, e

ficava o tempo todo me deslocando e eu gostava de dirigir. E de repente... esses eram os meus prazeres, não tinha nada, nem um hobby, nada de... de repente, em um dia, tudo isso foi podado, aí eu passei a não ter mais o que fazer. Ai como eu recebi o auxílio do INSS por incapacidade, mesmo se eu quisesse trabalhar, conseguisse trabalhar em outra coisa, mas eu não posso.

Pesquisadora: Então foi aí que você parou de trabalhar, de atuar na Medicina?

L: Sim, e hoje eu não tenho ocupação.

Pesquisadora: E você sente que a falta de acessibilidade dos lugares também afeta e complica ainda mais?

L: Eu... Assim, eu saio muito pouco de casa. E quando eu saio, eu saio com outras pessoas para me levarem e para me guiarem. Eu vou a um médico, eu vou com um acompanhante que me guia. Eu tenho a minha bengala. Só que no início, 2017, 2018, eu saia aqui para dar uma voltinha no quarteirão. Mas eu enxergava bem mais, aí a calçada assim, não sei se você reparou, mas tem uns caixotões de lixo que ficam com aquela tampa aberta.

Pesquisadora: Sim, ocupa o espaço lá, né?

L: Não só ocupa, como que ao ficar aberto corre o risco de você bater. Aí eu ia dar a volta aqui no quarteirão, na rua do fundo tinha uma árvore com tronco, um galho mais baixo, algumas vezes até eu ouvia um homem falar “cuidado com galho!”, só que eu estava vendo. Eu passava assim por baixo, hoje eu não veria esse galho. Aí naquela, aí tem uma banca aqui na esquina, que ocupa a esquina. Entre a banca, tem um poste, espaço estreitinho, às vezes colocam alguma coisa lá, então... e o piso aqui, as calçadas são desniveladas, você vai andando assim, sente uma... Uma vez eu atravessei a rua, consegui ir no Vaca Brava, enxergando melhor, consegui dar uma volta no Vaca Brava. Foi uma sensação de liberdade. Depois, fui fazer o mesmo, só que a visão já tinha piorado, a hora que eu vi eu dei um passo e meu pé caiu. Eu estava na rua, eu não tinha percebido, mas eu ainda consegui ir para o Vaca Brava e fui andando assim, mas aí eu já não estava vendo as curvas direito, as pessoas sentadas com os pés esticados assim, aí foi uma dificuldade imensa, e depois... resultado, hoje eu não...

Pesquisadora: Diante dessas dificuldades você acaba preferindo ficar em casa?

L: Eu não saio assim, eu não... Por exemplo, o Jeová vai e sai de casa, ele tem a necessidade, né? Mas aqui...

Pesquisadora: Tá tranquilo, né? Pra você é melhor ficar em casa mesmo?

L: É, eu fico aqui.

Pesquisadora: Entendi. Agora, entrando na questão do acesso mesmo às notícias e tudo mais, de modo geral, como que você mais consome notícias?

L: Eu... É o que eu já tinha falado pra você, né? Eu fui criado... meu pai comprava três jornais por dia, e às vezes até um quarto, um jornal de esportes, de capa rosa, eu lia também. Aí eu comecei a ler quadrinhos, aí depois eu comecei a ler a parte de esportes, aí nesse tempo eu era torcedor do Flamengo, por causa que o meu pai comprava o jornal do Rio, eu nem torcia para nenhum time do Goiás. E depois, crescendo, aí meu pai me chamava assim: “quando começar o Jornal Nacional, você me chama”. Aí eu chamava e assistia o Jornal Nacional na companhia dele. Lembro assim de imagens da guerra civil no Líbano, em 75, eu tinha 9 anos.

Pesquisadora: Nossa, e você lembra?

L: É, era uma guerra assim que eu pensava que nunca fosse acabar, e naquele tempo não existia celular pra você filmar. Então, uma vez ou outra, aparecia uma imagem da guerra e eles colocavam lá: imagens feitas por cinegrafista amador. Tinha essa observação. Aí, no tempo também do Jornal Nacional, que via telefone, o Cid Moreira apresentava no Jornal Nacional, aí aparecia a foto do lado dele de um repórter, por exemplo, lá em Nova York. Só a foto e ele falando com o Cid Moreira, falando alguma coisa, fazendo a reportagem que hoje você vê pela internet, vê a pessoa lá, tem as imagens, mas nessa época era só o cara relatando via telefone. Aí depois eu comecei a ler outras manchetes no jornal, na adolescência, e acabou que a parte de esportes, quadrinhos, ficou para trás, chegava na parte de esportes e eu parava de ler o jornal. E era uma época também que jornal era desse tamanho, as reportagens às vezes eram uma página inteira do jornal e eu consumia as notícias. Meu pai até falava “você vai passar no primeiro vestibular por causa da leitura, tanto formação que você tem”.

Pesquisadora: Tinha conhecimento de atualidades, né?

L: É, eventualmente eu li alguma revista Veja. Aí olhava o Jornal Nacional, começou a ter o Jornal Hoje, também. Quando eu tinha 30 anos, em 1996, eu resolvi... Aí meu pai já tinha falecido, mas eventualmente eu comprava o Jornal Popular. Não fazia igual, porque eu não tinha tempo de ficar lendo o Estado de São Paulo e o Jornal do Brasil. Aí eu resolvi me dar de presente de 30 anos uma caminhonete. E eu ia comprar a usada, e para comprar eu tinha que ler o Classificados do O Popular todo dia, aí eu fiz a minha primeira assinatura do O Popular, aí começava a ler O Popular e às vezes eu não conseguia ler nada no dia, eu ia acumulando dentro do carro o jornal de 7 dias, aí chegava o final de semana e eu ia pegando, folheando nas manchetes, coisa que me interessasse. E talvez em 99, aí começou a CBN em Goiânia. Aí eu gostava de notícias, né? Aí eu ficava escutando CBN, ia para o trabalho escutando CBN, e

na hora do almoço eu pegava... Aí no carro eu só ficava escutando CBN. Tanto que em 2003 eu comprei um carro 0 km, aí eu reclamei para o funcionário da concessionária que o alto-falante estava dando chiadinha. Aí ele falou “ah, esse aqui não é... esse sistema de som aqui do seu carro, ele é só para som ambiente, não é para ficar escutando som na maior altura”. Aí eu falei para ele: “cara, eu só escuto notícias, eu não fico escutando música não, eu escuto baixo e está chiando mesmo” (risos).

Pesquisadora: (risos) Entendi.

L: Aí vieram celulares com rádio, aí eu só tive celular Android, eu fazia questão que tivesse rádio. Aí eu comecei a trabalhar também escutando o rádio, eu ficava dando o áudio, escutando as notícias. E também, com os smartphones que eu comprava, eu fazia questão que tivesse televisão. Porque às vezes eu saía aqui de casa e tinha uma notícia que me interessava no... Bom Dia Goiás, que fosse preciso ter televisãozinha de celular pra acompanhar. Ou, por exemplo, às vezes eu estava num restaurante por quilo, tinha 5 minutos para almoçar, e aí não tinha uma televisão lá, no Jornal Hoje. Se eu quisesse acompanhar essa notícia, eu poderia acompanhar.

L: Aí depois eu fiquei 30 anos... não, 20 anos com essa assinatura do Jornal Popular, parei quando descolou a retina, não teve razão, não lia mais, e também durante vários anos eu assinei a Revista Veja. Então eu era multimídia. Né? Ah, e também eu chegava em casa, diariamente eu pegava o notebook e ainda ia olhar o site do UOL. Então, quando começou, foi possível também acompanhar no site do UOL. E atualmente, eu acompanho as notícias pelo Google News, e assisto TV também. De manhã, eu ligo a televisão, pra ficar escutando os jornais e comendo alguma coisa. Aí na hora do almoço, na hora que eu vou almoçar, a televisão está ligada no noticiário. Aí na hora do... que eu vou jantar, aí é a hora da novela das sete. Se tiver alguma coisa que naquele dia me interesse, ou que eu já sei o que aconteceu, ou que nas manchetes de jornais me chame atenção, eu ligo e assisto. Mas eu gostava mesmo era do Jornal da Globo, mas hoje em dia começa muito tarde.

Pesquisadora: É verdade. De que forma você compensa a falta de informações visuais que você tinha? Falando de telejornais, existe alguma adaptação que você considera eficaz? Aqui eu tenho como hipótese que a imaginação é um dos recursos, né? Para a compensação da falta de informação visual. Mas diante da sua experiência, como é que você pode falar sobre isso?

L: Acho que... Como é um processo gradual de perda de visão, eu gradualmente fui... fui desabitando a imaginar. Por exemplo, eu lembro que em 2020, vai fazer quase 3 anos que eu estava na perda visual, mas eu ainda conseguia assistir o Ministro da Saúde, o Mandetta, falando sobre a Covid. Eu conseguia ver os vultos dele, o Bolsonaro, essas coisas. Eu

conseguia ver. Aí com o tempo, uma coisa que está acontecendo comigo, eu estou perdendo a capacidade de visualizar. Reduziu. Uma vez em ultrassonografia... eu não sei se você sabe qual é a diferença de visualizar e visibilizar.

Pesquisadora: Isso que eu ia te perguntar, se você consegue me explicar isso.

L: É que nos laudos de ultrassonografia, às vezes você vai fazer o exame endovaginal, por exemplo, você não vê o ovário. Aí tem laudos que pensam em ovários não visualizados. E tem gente, no meu caso, que colocava ovários não visibilizados. Aí um dia eu procurei saber qual era a diferença de visibilizar e visualizar. Por exemplo, se aquela porta da cozinha estiver aberta, você vai visibilizar a cozinha, você verá o que tem dentro dela. Agora a porta está fechada, você vai imaginar, você vai fazer uma imagem mental, você vai visualizar o que tem dentro dela. Então no seu caso, o que você está perguntando para mim, eu estaria visualizando, eu não vejo a imagem na televisão, mas eu estaria formando na minha cabeça uma imagem, eu estaria imaginando a cena.

Pesquisadora: Que é a visualização?

L: É. E também eu vejo pelo lado que como eu já li muito jornal antigo, que era muito mais texto que imagem, que eu escutava muito CBN, muito rádio, muita notícia, sem imagem. Eu acho que eu aprendi a acompanhar notícias... assim, até visualizava. Mas eu até visualizo, mas não sei se você está me entendendo...

Pesquisadora: Sim... sim.

L: Eu não sou dependente dessa visualização para captar a notícia.

Pesquisadora: O rádio é muito importante nesse sentido, porque, por exemplo, da mesma forma que você visualiza então essa imagem, eu quando vou ouvir rádio eu também visualizo, né?

L: Isso, você visualiza. Você não visibiliza a notícia, você visualiza.

Pesquisadora: Só que normalmente os recursos costumam ser diferentes, né? Tipo, para construir uma notícia no rádio, eles vão falar de uma forma. E na televisão eles podem falar de outra. Tipo assim, eles podem, por exemplo, colocar uma foto de alguém e falar “esse fulano, não sei o que”...

L: “Procura, esse fulano está sendo procurado, este é a pessoa”...

Pesquisadora: Isso...

L: E isso eu sinto falta. Realmente eu sinto falta, porque tem ministro do governo que eu não sei, tem político que eu não sei mais. Tem uns mais antigos, o Lula, o Bolsonaro, eu lembro deles. O Alckmin, o vice-presidente, eu lembro dele. Agora, por exemplo, a Janja, eu não tenho nenhuma ideia de como é que ela é.

Pesquisadora: Tem um recurso que eles até utilizam, não na TV convencional, né, mas por exemplo, na TV UFG, que é fazer a autodescrição das pessoas, né, que por exemplo, a pessoa, suponhamos que a Globo passasse a usar esse recurso para a acessibilidade de pessoas que não, que apenas podem visualizar. Aí eles vão lá e falam: “olha, eu sou uma mulher parda, de cabelos cacheados, eu uso óculos e tal”, e tentam fazer uma autodescrição da imagem como um recurso de acessibilidade para que a pessoa que tá acompanhando aquela informação e não pode enxergar, consiga pelo menos utilizar o recurso da visualização, da imaginação, para se sentir mais incluído, inclusive até como recurso de inclusão social. Não sei se você já teve contato com esse tipo de recurso, mas o que você acha sobre isso? É um recurso válido? Que pode auxiliar nessa visualização?

L: É interessante. Por exemplo, sábado não tem telejornal de manhã, mas tem o programa *É de Casa*, né? Aí eu vou tomar café da manhã e eu acompanho durante uma hora, por aí. E tem quatro apresentadores. Um homem e três mulheres. Uma é a Maria Beltrão, que eu lembro dela. Outra, Rita Batista. E tem uma outra lá que eu não lembro o nome. Aí, essa outra que eu não lembro o nome, ela, um dia, falou: “ah, eu sou uma mulher branca, de 1,80m, com cabelos longos, pretos, sou branca”. Eu não tinha a menor ideia de como ela era.

Pesquisadora: Foi um caminho a mais para você imaginar alguma coisa.

L: É, eu imaginei ela. Foi interessante, porque eu não sabia a cor dela, o cabelo dela, se ela era baixinha (risos).

Pesquisadora: Isso é interessante. Eu estou vendo que alguns canais mais alternativos estão usando esse tipo de recurso mesmo para acolher os diversos públicos, especialmente falando de deficiência visual. E agora sobre as suas experiências. Você consegue compartilhar alguma experiência específica sua relacionada ao acesso à informação por meio dos telejornais que tenha sido particularmente impactante pra você? Por exemplo, você tava falando da guerra e tal, mas alguma coisa que você... “ah, no sentido de consumo de telejornal, aconteceu aquele momento em que eu nunca vou esquecer”, alguma coisa que foi impactante para a sua vida?

L: Depois que...

Pesquisadora: Seria interessante se você pudesse me dizer antes e depois.

L: Ah, uma coisa impactante foi o... Eu ainda trabalhava e fui tomar um café da manhã, pronto pra sair pra trabalhar, liguei a televisão. Aí, o avião do time da Chapecoense tinha caído de madrugada, e eu fiquei assim... Eu fiquei chocada, morreram... Tinha cerca de sessenta e tantas pessoas, salvaram parece que seis... Eu fiquei impressionado pela quantidade, assim, por um time de futebol ter... Várias, assim, a maioria morreu. E fiquei mais

impressionado ainda pelos que sobreviveram. Conseguiram sobreviver. Até o goleiro do time sobreviveu e ainda voltou a jogar durante um tempo. Depois de...

Pesquisadora: E nessa época, do acidente da Chapecoense, você já tinha perdido a visão completa de um olho?

L: É, já tinha perdido de um olho, mas eu ainda trabalhava normalmente. Trabalhava normalmente. Dirigia normalmente.

Pesquisadora: E conseguia enxergar normalmente o de um olho.

L: É, eu vivia normalmente. Assim, eu não poderia dirigir profissionalmente, mas como amador, categoria amador, eu podia.

Pesquisadora: Entendi. Então ainda dava para dirigir no dia a dia, né?

L: É, assim, eram poucas as pessoas que sabiam que eu não enxergava do olho esquerdo.

Pesquisadora: Entendi.

L: Aí, depois, acho que ainda cheguei a ver, assim, depois foram as cidades vazias pela Covid, o mundo... Eu sou da época da música do Raul Seixas, "O dia em que a terra parou". E eu... Aí, assim, parece que eu vi cenas da Itália, as atrações turísticas lá vazias, assim... É uma coisa que eu nunca imaginaria na minha vida. Foi muito estranho. Acho que é.

Pesquisadora: E a pandemia mesmo, esse... Essa coisa da cidade parar e de todo mundo ficar dentro de casa, você apenas visualizou, né? Porque na época você já tinha perdido a visão.

L: É, sim. A minha visão é como uma vela que está acesa. O tempo todo...

Pesquisadora: É algo gradual?

L: É, o pavio da vela vai queimando direto. Então, digamos que naquela época a vela já estava pela metade, hoje tá quase, tá perto de acabar.

Pesquisadora: Então, assim, o que você enxergava, às vezes, ano passado, não é a mesma coisa que agora?

L: Não, a um ano atrás eu enxergava mais, a dois anos atrás eu enxergava mais. No começo, hoje em dia, no começo eu enxergava as pessoas, assim, meio borrado, mas enxergava colorido. Já faz talvez uns dois, três anos que eu não enxergo a cor, é só uma fumaça.

Pesquisadora: Acinzentado, né? Entendi. Ah, você estava me falando que você usa colírio, né? O colírio é por causa do glaucoma?

L: É por causa do glaucoma.

Pesquisadora: Entendi.

L: Para controlar a pressão.

Pesquisadora: Ah, tá. Então, ele não modifica a sua visão em aspecto algum. É mesmo para tratamento da doença?

L: Isso.

Pesquisadora: E você teria, como você não consome, às vezes, tanto telejornal, opta por outro tipo de conteúdo multimídia, às vezes você não pensa muito nisso, mas, inicialmente, de cara, você teria alguma sugestão para tornar os telejornais mais acessíveis, inclusivos para as pessoas com deficiências sensoriais, não só visual, mas auditiva também?

L: Sim, a auditiva é o quadradinho lá com...

Pesquisadora: Libras, né?

L: É, Libras. Agora, pro telejornal, teve uma vez que eu tava na rua e nesse dia eu tava escutando, era o programa da Jovem Pan. E acho que era o *Pânico*. De repente, ficou mudo. Deve ter durado uns 15 segundos, alguma coisa assim. Aí no que voltou, o cara falou: “isso aqui é uma coisa que não pode acontecer no rádio, um buraco”. Porque nesse tempo que está no buraco, nesse silêncio, a pessoa muda de estação, às vezes começa a assistir um outro programa, gosta daquele programa e não escuta mais o seu. Aí o telejornalismo, para fazer uma audiodescrição, nas novelas, por exemplo, às vezes eu sinto falta, porque assim, um personagem fala: “você aqui?”, aí fica aquele suspense, né, um silêncio. O que que está acontecendo?

Pesquisadora: Se tivesse audiodescrição, narrando o que que está acontecendo...

L: É, é. Eu não sei o que que está acontecendo. Aí, agora, eu acho que o telejornalismo ele praticamente não tem buraco para encaixar uma audiodescrição. Eu acho que seria difícil encontrar uma audiodescrição para o telejornalismo. Do jeito que eu percebo, teria de ser... porque a notícia tende a ir na sequência, direto, sem poder parar. Então, eu não saberia algum recurso para a deficiência visual. Para a deficiência auditiva ainda teria a legenda. Libras e a legenda.

Pesquisadora: O problema da audiodescrição é justamente isso, precisa de intervalinhos ali para encaixar.

L: É, buracos... Um dia, um conhecido meu que é totalmente cego, me perguntou se eu gostava de audiodescrição, se eu gostaria de assistir um filme, né? Aí ele me mandou um filminho de 15 minutos, feito para deficientes visuais. Aí tinha o diálogo e tinha uma audiodescrição, e depois outro diálogo, outra audiodescrição. Mas assim, é um conteúdo que tem sempre preparado para deficiência visual. Eu acho que só se for algum informativo de canais mais alternativos, porque a grande mídia... no Brasil hoje, a população é 3% de deficientes visuais. Parte desses deficientes visuais são baixa visão. Boa parte consegue ler, ver, com limitações, mas consegue. 600 mil, isso no censo de 2010, 600 mil que são

totalmente cegos. Então, é uma parcela muito pequenininha para uma grande empresa de telejornalismo...

Pesquisadora: E tem todos os interesses também financeiros...

L: Sim... teria de partir de coisas menores que tentassem mudar esse... que acho que por iniciativa própria deles... seria possível não.

Pesquisadora: E com tudo que a gente falou, tem alguma coisa que você acha relevante que não foi dito que você gostaria de dizer?

L: No momento, não. Acho que tudo foi dito.

Participante Silvio (S):

Pesquisadora: Você trabalha na Comurg há muito tempo?

Silvio: Sim, eu trabalho lá... Fez agora 26 anos em julho. Eu entrei lá dia 11 de julho de 98.

Pesquisadora: Qual é a sua idade?

S: Tô com 48 anos.

Pesquisadora: Então é praticamente a vida toda.

S: É. Pois é, eu entrei lá dia 11 de julho de 98.

Pesquisadora: E aí você sempre morou aqui na nossa região de Goiânia ou não?

S: Sim, meus pais moram no Jardim Europa, né?

Pesquisadora: Ah, tá.

S: Aí eu conheci minha esposa em 2019. E aí nós pensamos em morar aqui. Quando foi em 2020, nós compramos um apartamento aqui no Residencial Eldorado, mudamos pra cá em agosto e estamos aqui. Aí quando foi no ano retrasado, casamos na igreja católica e estamos aqui.

Pesquisadora: Legal. Lá na Comurg, qual que é a sua ocupação?

S: Lá eu trabalho na área administrativa, faço ligação, transfiro.

Pesquisadora: Ah, sim.

S: Só que no momento nós estamos sem telefone também, porque assim... A situação está precária lá.

Pesquisadora: Você é efetivo, né?

S: Sou efetivo.

Pesquisadora: Você tem alguma formação de, por exemplo, de ensino superior ou ensino médio? Como é que é?

S: Ensino médio.

Pesquisadora: Ah, tá. E como que foi ao longo da sua vida, sua experiência com a deficiência visual? Você nasceu com a deficiência visual? Você adquiriu ela ao longo do tempo?

S: Sim, eu já nasci, né? Desde nascença.

Pesquisadora: Então, você nunca enxergou?

S: Não, nunca enxerguei.

Pesquisadora: E é total ou é parcial? Você enxerga alguma coisa?

S: É total.

Pesquisadora: Algumas pessoas que conseguem visualizar sombras, vultos. E no seu caso?

S: Não, assim... Eu consigo ver a sua sombra, a sua presença, mas não dá pra ter noção nenhuma da imagem.

Pesquisadora: E a partir das suas experiências, como que você acha que a deficiência visual influencia as suas atividades diárias? Inclusive, o que a gente vai falar do acesso e do consumo de notícias. Como é que é para você?

S: Sim, por exemplo, tem jornais que a audiodescrição é muito boa. Agora, eu acho que tinha que melhorar mais, não só no jornalismo, como nas outras programações de TV. Eu estava observando a TV UFG, tanto na Rádio Universitária, tem um programa lá de entrevista, passa, acho, toda segunda-feira. Aí eles falam, eles vão entrevistar alguma professora, algum diretor. “Fulano tá usando uma roupa assim, assim, assim”. Então, eu acho interessante.

Pesquisadora: Isso ajuda na sua percepção?

S: Ajuda. Em tudo, né? Ajuda em tudo. A audiodescrição, pra mim, é muito importante.

Pesquisadora: Você assiste telejornal com muita frequência?

S: Sim, eu gosto muito de jornais locais. Eu assisto nacional, mas eu gosto muito de jornais locais. Gosto principalmente na TV como no rádio. No rádio eu acompanho muito.

Pesquisadora: Entendi. Então, suas fontes de informação que você mais consome são a TV e a rádio, né?

S: Isso.

Pesquisadora: Entendi. Se fosse para você falar quais jornais você mais assiste no seu dia a dia, então, é tipo jornais locais como você falou, tipo Bom Dia Goiás? Como é essa rotina de acesso da televisão? Quando você pensa nos jornais que você assiste, quais que vêm na sua mente?

S: Por exemplo, isso é muito relativo. De manhã mesmo, assim, eu assisto muito pouco porque às vezes, dependendo, quando eu vou, por exemplo, estou deitado lá na cama ouvindo pelo rádio. Ou se não, assim, hora que eu, por exemplo, se eu levantar cedo, aí, por exemplo,

eu tenho mania de, às vezes, levar o rádio para o banheiro e tomar banho ouvindo, né? Aí, assim, é muito variado. Eu escuto a Rádio Difusora, a Rádio Interativa, tem o Jornal da Terra, tem a Rádio Sucesso.

Pesquisadora: Então, são bem os locais mesmo, né?

S: É. Assim, só se fosse algum... Às vezes, algum dia de semana que eu tô em casa por conta de folga... Aí é na hora do almoço. Aí eu vou... Aí eu sento aqui, vou ouvindo, aí, por exemplo, eu vou colocando o jornal 2ª edição, né? Jornal do almoço, aí eu vou trocando, vendo o que tá passando, vou mexendo no controle.

Pesquisadora: O controle, falando nisso, as teclas ajudam? São acessíveis pra você?

S: Essa TV nossa aqui, ela é Samsung, é de 32 polegadas, é integrada com a Alexa, né? Aí eu tenho tanto a TV como a Alexa, né? Aí igual aqui, tá no canal 2, né? Aí, por exemplo, se eu for lá na Record, eu falo assim “canal 4”.

Pesquisadora: Que legal!

S: Aí, por exemplo, se eu quiser...

Pesquisadora: Nossa, isso ajuda bastante, então, né?

S: É. Se eu quiser o canal 6... É Record News. Canal 14. Canal 15. Essa é a TV UFG, né?

Pesquisadora: Aham. E a TV UFG é um exemplo no sentido de acessibilidade também, né? Eles andam fazendo um trabalho interessante. Eu falo por mim mesma, até mesmo porque no mestrado eu já até fiz um artigo falando sobre... acessibilidade comunicativa. A acessibilidade comunicativa é um termo que um pesquisador criou. Ele é jornalista e estuda acessibilidade também. Ele criou esse termo para dizer que a acessibilidade não é só, por exemplo, rampa, piso tátil. Ela também é garantir que o cidadão, como qualquer outro cidadão, possa consumir informação. E a acessibilidade comunicativa tem a ver com Libras, com audiodescrição, para as pessoas, no caso, tanto para as pessoas com deficiência auditiva quanto para as pessoas com deficiência visual. E a TV UFG, no Brasil, é um grande exemplo nisso. E aí, por exemplo, eu fiz uma entrevista com um rapaz que é cego, mas ele não tem conhecimento nenhum sobre a TV UFG. E é legal ver que você tem uma percepção sobre ela, né? E uma experiência com ela.

S: É, inclusive, tem a TV UFG, já tem a Rádio Universitária. A rádio tem um jornalismo que eu acompanho também, inclusive ela até vai migrar pro FM, né?

Pesquisadora: Ah, é bom, né?

S: É, mas assim... Eu acompanho só algumas programações, igual essa que eu te falei de segunda-feira. Mas acompanho assim, eu também chamo e informo. Aí, quando vai entrevistar algum reitor, algum professor, falam: "Fulano tá usando uma roupa assim, assim".

Pesquisadora: Sim.

S: Coisa que as outras TVs e rádios não fazem, né?

Pesquisadora: Assistindo telejornalismo, você consegue pontuar quais desafios principais você encontra em relação à acessibilidade no seu dia a dia? Por exemplo, assistir a uma reportagem e não conseguir compreender ela porque não tem audiodescrição.

(Alarme da Alexa toca)

S: Alexa, para!

Pesquisadora: É o alarme?

S: É, esse aqui, por exemplo, é um... Permite, por exemplo, às vezes você fala assim: "Tem que despertar às sete horas". Então, o telejornal, os jornais, até que tem algumas coisas que são muito... Agora, assim, às vezes você está assistindo uma programação lá e anunciam o produto, né? "Ah, vamos pôr aí na tela da sua TV." Mas se você não está vendo o produto que está aparecendo?

Entrevistadora: Você não sabe nem como é que ele é, né? Muitos telejornais, quando os pesquisadores e quando pessoas que trabalham nessa luta da acessibilidade perguntam sobre por que não tem esses recursos de acessibilidade, eles dizem que é porque falta dinheiro, faltam recursos financeiros, faltam pessoas para trabalhar. Você acha que é isso mesmo? Você acha que tem outras coisas que influenciam nessa falta de acessibilidade?

S: É porque, às vezes, para eles não interessa muito. Eu vejo isso, tudo bem. Vamos pegar aqui o exemplo da TV Anhanguera, é uma empresa rica, afiliada da Globo, tem condições de melhorar cada vez mais. Então, assim, eu acho que, igual a TV UFG, vamos pegar a TV UFG.

Entrevistadora: Tem uma visão mais educativa.

S: É. Agora, às vezes, pra outros não é interessante. Assim, eu vejo assim, eu penso que eles não têm essa vontade, né? Tudo bem, pode até ser que seja caro, mas eu acho também que é muita falta de interesse, não é interessante para eles.

Pesquisadora: E você mora só com sua esposa, né?

S: É.

Pesquisadora: Você e ela, os dois têm deficiência visual.

S: Temos.

Pesquisadora: Ela também é total.

S: Total.

Pesquisadora: Algumas pessoas, pela falta de acessibilidade, ao assistir telejornal, às vezes elas buscam a ajuda de alguém. Por exemplo, tá assistindo aqui com alguém e a pessoa que tá

do seu lado te ajuda a entender a imagem que tá se passando. No seu caso, não é uma realidade, porque você não recebe a ajuda de ninguém pra conseguir essa acessibilidade, né?

S: Não.

Pesquisadora: Então, de que forma que você consegue ou não consegue compensar essa falta de informações que são visuais nos telejornais?

S: É, você pode imaginar como que a pessoa é, pela fala dele, né? Assim, o cara é um cara alto, moreno, baixo, assim... Eu mesmo nem olho assim para cor e tal... Se ele for legal, um cara bom de conviver. E assim, a gente assiste, eu mesmo, os telejornais, mas assim, acho que tinha que ter mais, por exemplo... eu gosto muito de novela, principalmente as novelas antigas que já passaram. Aí, por exemplo, uma novela, você não consegue fazer... Por exemplo, você fica pensando como que é aquela...

Pesquisadora: Personagem.

S: Personagem, né? Assim, principalmente...

Pesquisadora: Acaba sendo até mais difícil assistir uma novela?

S: É, a novela é mais difícil porque, assim, porque não tem uma audiodescrição, né? Assim, você acompanha pela fala, mas você não sabe a imagem que está acontecendo. Você pode, por exemplo, quando é real, por exemplo, essas novelas antigas, antigas assim, né, que já passaram, às vezes assim, elas são mais fáceis de você definir. Mas hoje, essas novelas de hoje, hoje é totalmente difícil. Assim, pra mim, é difícil de identificar o que está acontecendo. Até porque, assim, hoje, eu quase não assisto, porque essas novelas são uma porcaria.

S: Filme também é difícil.

Pesquisadora: Você tem experiência com filme com audiodescrição? Eu já ouvi falar que tem, né?

S: Tem, tem alguns filmes que têm. Nós temos uns grupos aqui de celular. Eles postam algum documentário, filme que tenha audiodescrição.

Pesquisadora: Legal. Além da audiodescrição, existe algum recurso de acessibilidade que você conhece que você acha que melhoraria essa sua experiência como alguém que assiste telejornal? Ou a audiodescrição é um recurso que já ajudaria muito?

S: Ah, ajudaria muito. Bom, eles estão pegando aqui alguns documentários na Netflix, né, que eles já têm, e a Globo já disponibiliza audiodescrição.

Pesquisadora: Muito bom. Você consegue compartilhar alguma experiência sua específica em relação ao acesso à informação por meio dos telejornais que tenha sido impactante para você? Por exemplo, alguma informação que você se lembra de ter assistido pela primeira vez

no telejornal? Algum acontecimento? Alguma coisa? E quais lembranças que você tem desse acontecimento?

S: Ah, assim, você fala tanto local, tudo...

Pesquisadora: Alguma memória que você tem. Algo que vem na sua cabeça de que você assistiu no telejornal e foi o telejornal que te deu aquela informação.

S: Ah, assim, eu acompanhei muito, eu acompanho os telejornais desde pequeno. Assim, meus 12 anos, eu vou lembrar muito, assim, foi quando teve aquele acidente do Césio, né, que foi em 87, eu lembro, né? E quando teve a morte do Tancredo Neves, eu lembro, é de 86. Agora vamos pegar do lado pra cá, mais recente. Igual no ano passado, aquela reportagem que eles fizeram conosco, foi muito bem feita.

Pesquisadora: Você foi o personagem?

S: Sim. Ah, eu gosto muito de futebol também. Aí eu lembro da reportagem, assim, em uma das... Quando foi o jogador do São Caetano que faleceu em 2004. Foi dia 27 de outubro. Ele estava jogando bola e infartou lá no campo. Aí eles foram descrevendo como que ele estava.

Pesquisadora: Você lembra da descrição?

S: É, porque ele estava jogando e foi caindo lentamente. E o pessoal tentava reanimar, mas não conseguia. Tentava reanimar, mas não conseguia. E morreu ali mesmo.

Pesquisadora: Nossa.

S: E teve também um jogador também esse ano, no jogo de São Paulo. Foi na quinta-feira, dia 22, ele tava jogando bola, ele sentiu mal e levaram pro hospital, né? Foi no dia 27, na terça-feira. Aí, assim, tem coisas que marcam a gente. E tantas outras, são tantas reportagens. Pode ser até uma reportagem simples, que eu tenho muita lembrança. É, pequenas coisas, a prefeitura, por exemplo... liberou o pagamento municipal do funcionário público. Amanhã vai estar disponível na conta. Então, são algumas reportagens. São várias vezes, às vezes eu não lembro na memória, mas são muitas, né?

Pesquisadora: Se você estivesse frente a frente com alguém que pudesse melhorar a acessibilidade dos telejornais, você teria sugestões para dar de como tornar os telejornais mais acessíveis e inclusivos para pessoas com deficiências, tanto visual quanto auditiva, a partir da sua experiência, né, claro?

S: É. Que tivesse uma audiodescrição, porque tem reportagem que é bem acessível, descreve a imagem, mas tem umas que já não é.

Pesquisadora: Esse simples ato, por exemplo, que a TV UFG faz de autodescrição já ajudaria então?

S: Ah, com certeza. Ajudaria, né? E assim, não só nos telejornais, mas também nas programações, né? Em tudo, né? Novela.

Pesquisadora: Você falou que você gosta de futebol, você assiste jogos de futebol e assiste também reportagens? Como é que é?

S: Sim, reportagens, né? Principalmente na televisão é muito pouco, mas às vezes mais no rádio.

Pesquisadora: No rádio, né? O rádio realmente tem essa tradição do futebol, né?

S: Isso. Deixa eu falar pra você, eu não sei se você... Como você vê... Assim, saindo fora do jornalismo, você assistiu aquela minissérie? É tipo novela, que chamou "Todas as Flores"?

Pesquisadora: Eu ouvi falar super bem dela, mas eu não assisti. Ela tinha pessoas com deficiência, né?

S: Tinha. Um grupo que eu participo aqui, eles fizeram tipo uma audiodescrição dela todinha. Aí aquela lá ficou perfeita. A audiodescrição dela é perfeita, né? Fizeram até a audiodescrição lá do... Quando o casal tava tendo momentos íntimos (risos).

Pesquisadora: E aí, essa audiodescrição foi feita pelo grupo? Foi feita por... Como é que foi essa audiodescrição?

S: Não, o grupo eles pegaram lá na... Foi lá na Globo, né?

Pesquisadora: Ah, tá. Quem é que faz esse trabalho da audiodescrição é o pessoal da Globo mesmo?

S: É, acho que eles pegaram lá na... Isso foi na Globoplay. Aí todo dia eles postavam um capítulo, né?

Pesquisadora: Agora, você estava contando que você assiste telejornal já desde criancinha? Você assiste, assim, TV, de modo geral, a vida toda?

S: É, eu sempre acompanhei, assim, desde pequeno, né? E aí eu fui me interessando, assim, eu gosto principalmente, assim, de telejornais, novelas, mas, né? Então, assim, desde pequeno, assim, porque às vezes eu, desde pequeno, acompanhava meus pais assistindo, e aí eu, né?

Pesquisadora: Então o seu início assistindo TV foi morando com os pais mesmo?

S: Isso, né, desde pequeno.

Pesquisadora: Seus pais também têm deficiência visual?

S: Não.

Pesquisadora: E aí, desde então agora, você se considera um consumidor de telejornal, né?

S: Sim, tanto na TV como no rádio.

Pesquisadora: Já que você acompanha desde criança. Você acha que melhorou durante o tempo o tratamento dos profissionais do jornalismo em relação às pessoas com deficiência,

tanto pessoas com deficiência física quanto pessoas com deficiência visual, você sente alguma mudança ou você sente que continua a mesma coisa?

S: Eu acho que, assim, melhorou muito com a tecnologia, né? Eu acho que tem que melhorar cada vez mais. Mas eu acho que com a evolução da tecnologia hoje, por exemplo, hoje tem a TV digital, né? Assim, melhorou bastante.

Pesquisadora: Com o uso da TV digital, por exemplo, para você, melhora em que sentido? Por exemplo, não dá para colocar a descrição ainda, mas ajuda no quê especificamente?

S: Por exemplo, a qualidade do áudio, do som, um som mais audível, não tem chiado, né? Então, assim...

Pesquisadora: E o som pra você é um recurso importante, né?

S: Ah, sim. Por exemplo, a gente fala que, se não dizer que rádio é som e dom, né? Assim, não adianta você ter um jornalismo, por exemplo, na TV ruim, né? Assim, chiando e no rádio também, né? Às vezes a transmissão tá horrível, a transmissão daquela rádio não é boa, fica um som ruim. Com a implementação da TV digital, por exemplo, nossa, foi muito bom.

Pesquisadora: Interessante. Eu não tinha pensado nessa ideia de que a TV digital ajuda também na acessibilidade.

S: Ajuda os sons, né?

Pesquisadora: Muito bom.

S: Agora, assim, quando não tinha, quando era uma TV analógica, aí, assim, isso vai depender muito do local da TV, por exemplo a TV Anhanguera o som dela é muito bom. A TV Serra Dourada, quando era analógica, hoje é melhor ainda. Então isso aí vem muito da TV, do sinal, onde você está. Até o rádio também. O jornalismo é muito bom.

S: Mas eu acho que está num caminho interessante o telejornalismo. Pelo menos os mais alternativos estão pensando melhor.

Entrevistadora: Foi muito bom te ouvir.

Participante Laura (L):

Pesquisadora: Quantos anos você tem?

L: 55.

Pesquisadora: Você nasceu aqui em Rio Verde?

L: Sim, nasci aqui.

Pesquisadora: Morou a vida inteira aqui então?

L: A vida toda.

Pesquisadora: E sempre foi nessa região aqui, da Rosalina Borges?

L: Não, antes eu morei até os 26 anos no Jardim América, com o meu pai lá, né? Depois eu mudei pro Medeiros e depois pra Maurício Arantes e pra depois chegar aqui.

Pesquisadora: Você é casada, tem filhos?

L: Sim, sou casada, tenho duas filhas.

Pesquisadora: Tem neto já?

L: Não, todas solteiras, graças a Deus.

Pesquisadora: Mas todas já adultas?

L: Todas, uma tem 22 e uma tem 26.

Pesquisadora: Qual é o seu nível educacional?

L: Eu tenho pós-graduação em Educação Especial. Eu fiz faculdade aos 38 anos depois de conhecer o braille, né? Onde eu tava perdendo mais a visão, ficando pior. Já era ruim, mas depois foi piorando. Aí o médico me indicou fazer o braille e na época eu fiquei com raiva. Eu falei, eu sou cega, por que que eu vou fazer braille?

Pesquisadora: É um curso superior de braille?

L: Não, não.

Pesquisadora: Você utilizou?

L: Antes de eu ir pra faculdade, eu conheci o braille, aí eu percebi que o professor meu, sendo cego, ele tinha faculdade e pós-graduação. Aí com 38 anos, que eu conheci ele lá, aí eu resolvi fazer faculdade também por causa dele.

Pesquisadora: Entendi, então na verdade você foi estimulada, tipo inspiração mesmo, pelo seu professor, né?

L: Sim, inspiração.

Pesquisadora: E aí, então, sua faculdade foi de quê?

L: Pedagogia.

Pesquisadora: Aí depois você fez pós-graduação em?

L: Educação especial, porque eu já queria trabalhar na área, né? Com deficiente visual.

Pesquisadora: E aí você atualmente... Aliás, agora no seu concurso ainda tá meio indefinido. Mas você dava aulas? Você como professora mesmo? Como é que era o seu dia a dia de trabalho?

L: Na mesma escola que eu aprendi o braille, eu formei na faculdade e voltei para lá como professora.

Pesquisadora: Ah, que legal!

L: Aí eu fiquei lá oito anos de contrato, aí quando encerrou o contrato eu fiquei uns dois anos fora da escola e tem um ano e meio mais ou menos que eu passei no processo seletivo do

município para também atuar com deficiência visual, alfabetizando as crianças cegas e com baixa visão. E os professores de apoio.

Pesquisadora: E qual escola que é?

L: É, no município eu ficava no departamento de educação especial e lá mesmo pegava o transporte e ia para as escolas onde estavam as crianças.

Pesquisadora: Várias escolas, entendi.

L: Eram as três escolas e eu ia nas três e preparava o apoio para ensinar braille para os alunos também.

Pesquisadora: E como é que foi a sua experiência ao longo da vida com a deficiência? Quando é que você passou a perder a visão?

L: É, desde criança, né? Eu já tinha a doença que se chama retinose pigmentar. O primeiro sintoma dela é a cegueira noturna. Aí, quando eu era criança, brincando com os irmãos, né? As irmãs, os colegas na rua, eu não percebia quando ficava escuro. Eu não percebia que eu não enxergava no escuro quando ficava à noite. Aí, meu pai percebeu porque eu trombava muito. Parava de brincar e trombava em poste, caminhando, correndo, né? Criança não entende. Aí que ele descobriu, aos seis anos, que foi levar ao médico.

Pesquisadora: E esse médico diagnosticou como?

L: E esse médico daqui, o doutor Ricardo, não o filho, né, o doutor Ricardo Cruvinel, ele me mandou pra São Paulo e lá, acho que foi com seis anos mesmo. Que eles falaram que era uma doença grave, mas assim, a gente não sabia o nome. Eu não sabia, né?

Pesquisadora: Sim.

L: Meu pai também não sabia falar. Aí depois que eu fiz o ensino médio, com 19 anos, eu tive uma infecção forte nos olhos. Aí eu fui pra Goiânia, lá que eu tive o diagnóstico mesmo, que eu fiquei sabendo que a doença é degenerativa e que eu só ia agravar com o tempo, né? Aí na época eu não importei muito, porque eu tinha 19 anos, né?

Pesquisadora: Sim.

L: Jovem, né? Enxergava muito ainda. Andava de bicicleta, fazia tudo, enxergava letra comum, né? Só realmente não enxergava muito bem à noite, como até hoje também não. E só que aí não, como é que fala, não dava muita importância para isso. Eu não pensava, eu não tinha aquele pensamento assim, ah, um dia eu vou ficar cega. Não me abalou, assim, não me importava muito. Aí eu só realmente quando eu já tava com as minhas filhas, já assim, já tava casada, já tava aqui, assim tinha o quê? Uns dois anos, três anos acho que eu não tinha a outra ainda.

Pesquisadora: Você mora com elas? Elas moram aqui com você?

L: As duas, sim.

Pesquisadora: Ah.

L: Acho que só com uns... Acho que 30 e poucos anos, 36, 37. Que eu fui assim, falar, não, agora o médico falou assim, você pode perder a visão em qualquer momento. Fiz cirurgia de catarata, que tinha catarata também, tirou, melhorou um pouquinho. Mas aí ele falou assim, essa doença evolui, você pode perder hoje, você pode perder daqui 10 anos, daqui 50 anos. Não tem assim, né? Uma previsão. Cada um que tem essa doença, tem gente mais novo que eu que já perdeu a visão, com 26 anos, por aí. E eu tô com 55 e ainda enxergo um pouco do centro do olho esquerdo.

Pesquisadora: O olho direito não enxerga nada?

L: Nada. Enxergava um pouquinho quando era criança.

Pesquisadora: Como é a percepção de visão, por exemplo? Você consegue enxergar de perto, de longe?

L: De pertinho e com muita luz. Se a luz estiver fraca, a pessoa some.

Pesquisadora: Então, durante a noite, só prejudica pra você.

L: À noite, lá fora, assim, não fui te buscar, por exemplo, né? Porque eu dou conta de ir, mas... Mas é difícil.

Pesquisadora: É difícil.

L: O cachorro... passar perto de mim ali, né? Eu não vou ver, né? Porque a gente não enxerga daqui pra baixo, assim, quem tem retinose pigmentar, não enxerga ao redor, somente no centro.

Pesquisadora: Ah, entendi.

L: Aí o meu, como eu enxergo no centro, de um olho só, né? Tem gente que enxerga no centro, mas dos dois olhos.

Pesquisadora: Entendi. Então, hoje, a sua visão é no centro do olho esquerdo e nada do direito?

L: Mais ou menos uns 5%, porque não tem assim. Depende da luz.

Pesquisadora: Quando você está, por exemplo, sentada nesse sofá, da distância da TV, você não consegue ver muito bem, então?

L: Ela é bem grande. Apesar de ser grande... eu tenho que sentar lá em frente. E mesmo assim, o contraste, por exemplo, quando eu estou assistindo o culto da nossa igreja lá, né? Lá da Batista.

Pesquisadora: Qual que é a igreja?

L: Batista. Assim, às vezes o pastor está com a roupa preta e o fundo atrás dele é preto. Eu só vejo a sombra do rosto dele. A falta de contraste atrapalha. Se não tiver um contraste, se tiver tudo com roupa... O cenário for branco, tudo branco. E a pessoa tiver de roupa branca também, eu só vou ver mal o rosto da pessoa, o cabelo, assim, né? Tem que ter um contraste, assim, o fundo preto pra quem tá com roupa branca e o fundo branco pra quem tá de roupa preta, né? Mas claro, com amarelo, bege...

Pesquisadora: Você costuma assistir muito TV? Não só jornal, por exemplo, como é o caso que a gente vai focar aqui. Mas você costuma assistir?

L: Quando eu não trabalhava, eu assistia mais. Então, ultimamente eu chego cansada, né? Eu gosto mais de rádio.

Pesquisadora: Seu canal, seu meio de informação favorito é o rádio, então?

L: Eu gosto muito mais do rádio.

Pesquisadora: Você acha que isso tem a ver com a deficiência? Ou você acha que isso não tem nada a ver? Só o seu meio de preferência mesmo.

L: Eu acho pra mim, porque o rádio tem muito mais explicação das coisas. Como não tem a imagem, não tem que preocupar, ficar vendo o que tem ali, o que não tem, você ouve, imagina. Até desperta mais a sua imaginação.

Pesquisadora: Quando você sente que você não está conseguindo visualizar aquela imagem, pra você conseguir acessar aquela informação, você usa a sua imaginação?

L: No rádio, sim, né? Na televisão a gente fica sempre na dúvida, ou sempre tem que perguntar à pessoa do lado, o que é aquilo ali atrás daquela pessoa? Que cor é a roupa dela? Talvez esteja muito clara ou muito escura. Eu sei que a roupa é escura ou é muito clara. Pra mim ver se é vermelho, verde ou azul, tem que ser bem forte. E mesmo assim o verde com o azul escuro, o verde escuro confunde. O verde claro com o azul claro confunde. Então, a televisão se tiver essa audiodescrição, como é previsto em lei, não lembro o nome da lei.

Pesquisadora: Sim, na legislação é garantida acessibilidade.

L: Pois é, e não tem audiodescrição. Se tivesse a audiodescrição que eu fui na conferência da pessoa com deficiência, eu tive acesso à audiodescrição pela primeira vez, no fone de ouvido. Aí eu estava bem longe do palco, né? Enxergava um pouquinho, não sabia o que era. Aí a audiodescrição foi muito importante. O meu marido ficou perto de mim, não precisava ficar falando assim, a pessoa tá com roupa tal, ou no dia lá tinha assim, a moça falando, explicando, tem uma pessoa cadeirante, uma mulher, e você tá dançando agora, você tá girando com as mãos pra cima e o rapaz dançando do lado, né? Que não é cadeirante. Assim, mesmo que estivesse vendo pouco, parece que você começa a enxergar. Parece que você tá

enxergando. E dá mais atenção aos detalhes, né? E você vai imaginando aquilo ali, vai dando mais emoção. Do que você só ouvir e ficar olhando lá de longe, sem saber o que tá acontecendo. E tem que ficar perguntando. O pior é ter que ficar perguntando à pessoa do lado.

Pesquisadora: Então, normalmente, você acaba tendo que precisar da ajuda de alguém, né? Pra entender melhor o que tá acontecendo.

L: Uhum.

Pesquisadora: E, por exemplo, se você estiver assistindo a um telejornal, o que você acha que te ajuda no dia a dia a entender melhor aquela informação e compensar a falta de informação visual? O que você acha que te ajuda a compensar?

L: Pelo pouco que eu enxergo, assim, igual eu falei. Se tiver um contraste bom e a televisão estiver focando o rosto bem perto ali, dá pra mim saber mais ou menos quem é a pessoa, talvez até sem ela conversar. Mas se tiver de longe e tiver misturado o contraste com a cor da roupa, com a cor do fundo do cenário lá deles, do jornalismo, aí eu tenho que perguntar. Quem é, quem é, quem tá ali hoje? Agora não, a maioria eu conheço pela voz. Parece que quando você conhece a voz e já viu antes a pessoa por uma foto ou viu ele antes, mesmo que a imagem dele agora tá ruim, mas quando ele conversa parece que você já vê ele melhor.

Pesquisadora: Associa, né? E guarda memória também.

L: Guarda na memória.

Pesquisadora: Você consegue compartilhar alguma experiência relacionada ao consumo de telejornal que você se lembra? Por exemplo, que você descobriu aquilo pela TV e pra você guardou na sua memória? Alguma coisa? Algum acontecimento? Algum assunto?

L: Um assunto melhor é quando nós mesmos, eu e a minha aluna, alguns alunos meus com deficiência visual, a gente foi entrevistado pela TV Anhanguera, lá no Bom Pastor, na época.

Pesquisadora: Aqui?

L: Aí eu pude ver a minha aluna, a Bárbara, toda linda, lá assim, deu pra ver os detalhes dela, né? Ver a alegria dela de estar participando do jornalismo. Tem que ter uma notícia que atraia a pessoa. Geralmente a notícia de violência, eu não gosto de violência. De ficar só falando, ah, morreu alguma pessoa, teve um acidente, caiu um avião. Por isso que a gente vai se desprendendo. Não tem uma coisa assim, igual você tá fazendo aqui sobre a audiodescrição, importante pra pessoa, a gente quase não vê.

Pesquisadora: Você acha que falta não só a acessibilidade, mas falta assunto também sobre deficiência na TV?

L: Falta, porque só lá na época do Dia Nacional da Pessoa com Deficiência, do Dia do Surdo, alguma coisa, ele dá uma notinha bem pequenininha.

Pesquisadora: É verdade.

L: Mas igual essa que teve a vez que fez essa entrevista lá, né? É uma coisa rara. Você não vê todo dia. A pessoa se preocupando, saber o que a pessoa com deficiência visual faz, o que ela enxerga, o que ela estuda. Agora hoje, aqui em Rio Verde, agora tem o esporte adaptado também. Eu não vi falando no jornal também. Eu não vi ninguém divulgando que aqui em Rio Verde tem uma associação paralímpica que está treinando golbol com as crianças e adultos cegos. E cadeirantes no basquete. O basquete ainda foi mais divulgado. Agora o golbol, que é o que as crianças que estão aprendendo agora, né? A sair de casa e jogar, jogar futebol e praticar atletismo. Um dos alunos cegos mesmo foi com deficiência visual também dele. Ele foi pra Goiânia, acho que semana passada, esse mês que passou agora, participar de atletismo lá de criança com baixa visão, deficiência visual, cegueira total também. E eles participaram lá de um campeonato inter-escolar, um campeonato escolar de pessoas com deficiência visual. Mas eu não vi divulgando, eu vi que ele ganhou medalha de ouro. Vi que o pai dele fez um áudio, que o pai dele estava aqui em Rio Verde e ele lá em Goiânia quando ele ganhou. O professor dele, que divulgou o áudio emocionado do pai, falou que estava muito orgulhoso do filho dele. Aquele áudio ficou lindo assim, aquele menino correndo com a medalha junto com outra pessoa. E não foi divulgado. Isso merecia destaque. Me emociona e me chamaria a atenção para assistir. Não só porque são cegos, mas porque é notícia boa.

Pesquisadora: E quais sugestões que você daria para melhorar a acessibilidade, para melhorar também a inclusão dos telejornais para pessoas com deficiência sensorial, deficiência auditiva, visual?

L: Quanto a visual, teria que ter a audiodescrição. Se não tem eletrônica, informatizada, pelo menos o jornalista saber como que faz uma descrição simplesinha e falar: hoje o cenário está aqui hoje está lindo, tem um coqueiro ali atrás do cenário, tem isso, a pessoa não sabe.

Pesquisadora: É verdade.

L: E parar com aquele negócio de falar assim: o número do telefone está na tela. É uma coisa mais horrorosa e chata que eu acho, é falar assim: mais informações, o número está na tela. Ai quem não está vendo a tela? E se a pessoa estiver precisando daquele número, talvez seja de um concurso público, talvez seja de um dia de matrícula, de qualquer coisa, de comemoração, o número está na tela.

Pesquisadora: É verdade. E nessa etapa da entrevista, você acha que tem mais alguma coisa que você gostaria de dizer sobre?

L: Sobre o acesso à informação, principalmente dos sites, né, que agora eu tenho que trabalhar com um site da educação que não é acessível ao leitor de tela, né?

Pesquisadora: Sim. Na hora que a gente estava conversando sobre o seu concurso, não estava gravando, então eu queria falar um pouco mais pra depois eu falar sobre isso. Você passou num concurso, qual que é o nome do cargo? É administrativo?

L: É pedagogia mesmo, pedagogia.

Pesquisadora: E aí agora você está nessa de não sabe como é que você vai atuar, mas nesse primeiro momento você já sentiu o problema da falta de acessibilidade, né?

L: A falta de acessibilidade no site da Educação, né? Porque o leitor de tela, ele tem que ser acessível a tudo lá, ele lê toda a parte, toda a tela e tem alguns menus, por exemplo, que ele não está lendo, porque você manuseia ele com a tecla pra cima, pra baixo, direita e esquerda, você nem utiliza o mouse. Então, você tá indo com a tecla, você não acha o menu que precisa...

Pesquisadora: O leitor de tela normalmente, só pra entender, ele usa só essas setinhas justamente pra não precisar usar o mouse e pra tipo assim, você clica, sei lá, aperta o botão pro esquerdo e ele lê o que tá do lado esquerdo?

L: Isso. Mesmo porque, assim, igual eu já falei lá hoje, eu tava no site, então o site tava lá com notas, com planos de aula, e se eu usasse o mouse, eu poderia usar, ele ia ler, mas se eu clicar sem querer naquele mouse que é bem sensível, ele poderia abrir alguma coisa lá que eu não queria, né? Ou danificar.

Pesquisadora: Apagar.

L: Apagar. Agora não, pelo teclado não, você vai com ele, assim, ele lê, se você quiser entrar, você tem que dar o enter. Então, seta para cima, para baixo, para esquerda e direita é o que a gente mais utiliza.

Pesquisadora: E aí agora, para você conseguir que tenha o mínimo de acessibilidade, que é o seu direito no seu ambiente de trabalho, você vai ter que correr atrás de pessoas que te ajudem nisso, né?

L: É, eles vão ver lá, se não der acessibilidade, a coordenadora da inclusão daqui disse que vai correr atrás pra ir até onde tem o suporte do site pra ver se eles colocam acessibilidade.

Pesquisadora: Era pra ser mais fácil, né?

L: Era pra ser.

Pesquisadora: Não era nada que causasse sofrimento, né?

L: Em vez de eu comemorar que eu passei, eu fiquei triste.

Pesquisadora: Frustração nesse primeiro momento.

L: Frustração total. De você saber que você é capaz, que você pode ler e entender e você ficar presa com as mãos atadas por causa de uma tecnologia que não te oferece suporte.

Pesquisadora: Mais alguma coisa que você gostaria de falar?

L: Parece que eu tinha, mas não sei. Bom, eu sou uma pessoa comum. Eu arrumo a casa, não muito, né? Mas tô fazendo tempo. Eu faço comida. Eu faço tudo. Eu coloco a roupa na máquina, tiro a roupa da máquina. Isso tudo, tudo, normal, comum.

Pesquisadora: Certo. Muito obrigada pela sua atenção e seu tempo...

Participante Antônio (A):

Pesquisadora: Quantos anos você tem?

A: Eu tenho 30.

Pesquisadora: Você é daqui de Goiânia?

A: Não.

Pesquisadora: Você é de onde?

A: Eu sou de Guarulhos, São Paulo.

Pesquisadora: Ah, e você veio pra cá em que ano?

A: Em 2012.

Pesquisadora: Entendi. Em 2012 você saiu de Guarulhos e veio pra cá?

A: Não. Então, eu nasci em Guarulhos, mas com 7 anos fui pro Maranhão.

Pesquisadora: Ah, entendi.

A: Fiquei lá até os 14, aí voltei pra Guarulhos. Depois vim pra cá com 16 só pra conhecer mesmo, voltei pro Maranhão, e depois vim pra cá de vez em 2012, entendeu?

Pesquisadora: Entendi.

A: Resolvi ficar por aqui.

Pesquisadora: Em Goiânia, você sempre morou nessa região ou já morou em outras?

A: Nessa região aqui é a primeira vez. Eu não conhecia aqui antes... porque eu não nasci cego, né? Então, tenho muita referência ainda da cidade, da região central, em Campinas, tenho muita memória ainda.

Pesquisadora: Entendi. Aqui você não conhecia enxergando, então é tudo muito novo pra você.

A: Isso, exatamente.

Pesquisadora: Qual é o seu nível educacional?

A: Tenho ensino médio completo, estou estudando para vestibular para entrar na faculdade.

Pesquisadora: Você está estudando para alguma área específica ou procurando oportunidades em diversas áreas?

A: Estou procurando oportunidades, mas meu foco é... para educação física.

Pesquisadora: Ah, sim.

A: Mas estou pensando também mais na área de tecnologia.

Pesquisadora: Ah, legal.

A: A área de TI, tecnologia da informação. É sempre interessante, e também na área de desenvolvimento. Não sei como é na área de acessibilidade, mas já vi relatos de pessoas cegas que são desenvolvedoras.

Pesquisadora: É, essa área digital da internet, com as tecnologias, ajuda muito, né? Tem até aquela coisa da tecnologia assistiva, que é justamente para trazer acessibilidade. Mas você estava me contando que você não nasceu cego. Como é que foi a sua experiência com a deficiência ao longo da vida? Você enxergou até quanto tempo?

A: Até os 26.

Pesquisadora: Então é muito recente! Você enxergava completamente até os 26?

A: Sim, sim.

Pesquisadora: E como foi isso?

A: Não tinha miopia, nada. Comecei a perder aquele foco onde... Por exemplo, eu estou lendo um texto, tem aquele tanto de linha que eu tô focando, aí ela sumia. Ficava tipo um borrão em cima da linha. Agora esse borrão tá bem maior, não consigo mais ler.

Pesquisadora: Entendi. Foi algo que começou a sumir aos poucos?

A: Isso.

Pesquisadora: E foi por causa de uma doença?

A: Foi uma neuropatia óptica, uma atrofia do nervo óptico. Ela atinge principalmente o nervo óptico.

Pesquisadora: E você não enxerga nada ou ainda vê alguma coisa?

A: Ainda vejo borrão, ainda consigo ter percepção de luz. Por exemplo, consigo identificar contrastes, como a cadeira preta no chão branco ou a mesa preta contra a parede branca. Agora, quando tá tudo branco, como aqui, já fica mais difícil.

Pesquisadora: Então a percepção de contraste ainda ajuda em algumas coisas.

A: Ajuda. Mas, por exemplo, para consumir informação pelo celular, eu preciso usar tecnologia assistiva, como leitor de tela.

Pesquisadora: E como você usa o celular?

A: Eu uso aproximando bem perto, com zoom. Tenho que dar zoom natural e, às vezes, utilizo aquele recurso que clica em uma parte e ele lê em voz alta.

Pesquisadora: Ah, entendi. Isso ajuda, né?

A: Ajuda, mas tem vezes que forço muito a visão e dá problema.

Pesquisadora: Como assim?

A: Quando fico muito tempo olhando, forçando, minha visão fica cheia de estrelas quando tiro o foco.

Pesquisadora: E falando de telejornal e TV, você sempre foi muito de assistir televisão e consumir telejornais?

A: Sim, sempre assisti muito jornal. Consumir mídia tradicional era comum: Jornal Nacional, Jornal do SBT, essas coisas mais tradicionais.

Pesquisadora: E hoje em dia?

A: Hoje em dia não muito. Prefiro meios alternativos, principalmente na internet.

Pesquisadora: Por que você escolheu esses caminhos mais alternativos? Foi por questão de estilo, influência ou acessibilidade?

A: Não era por acessibilidade no início. Comecei a mudar meu ponto de vista durante o período em que comecei a perder a visão. Foi na época da pandemia, quando tive mais tempo em casa. Fiquei afastado do trabalho e comecei a estudar.

Pesquisadora: Ah, entendi.

A: Foi quando comecei a me politizar. Comecei a assistir coisas como a CPI da Covid, por exemplo, acompanhando pela internet.

Pesquisadora: Isso influenciou na formação da sua opinião política?

A: Demais. A internet me abriu muitos caminhos e comecei a buscar outras formas de informação.

Pesquisadora: Você hoje tem meios de informação ou canais específicos que gosta mais?

A: Sim. Por exemplo, gosto do canal do Cauê Moura. É caótico, mas mistura entretenimento e informação.

Pesquisadora: E por que você acha interessante?

A: Porque ele traz informações de forma descontraída. Ontem mesmo estavam lendo um relatório da Polícia Federal sobre investigações políticas, e as conversas eram tão absurdas que era engraçado.

Pesquisadora: E quando você busca telejornais ou conteúdos mais formais, você prefere algo mais leve ou direto?

A: Depende. O Fantástico, por exemplo, traz muita informação, mas às vezes apresenta de forma muito branda, sabe? Parece que falta impacto nas pautas.

Pesquisadora: E o que te afastou da mídia tradicional?

A: Não foi exatamente incômodo. Foi mais por circunstâncias. Optei por investir mais em tecnologia, como celular e notebook, em vez de TV. Hoje, consumo tudo pelo celular.

Pesquisadora: E quando assiste algo, é pelo YouTube?

A: Sim. Sou assinante do YouTube Premium. Para mim, não ajuda a imagem, então desligo a tela e só ouço.

Pesquisadora: E sobre telejornais no YouTube, tem muitos disponíveis?

A: Sim, muitos fazem transmissão ao vivo. Gosto também de canais alternativos, como o Instituto Conhecimento Liberta (ICL).

Pesquisadora: É um canal de notícias? De esquerda?

A: Sim. Depois que me politizei, mudei bastante minha visão de mundo. Me desconstruí para construir de novo.

Pesquisadora: E como foi isso?

A: Comecei a entender a importância de cuidar do coletivo, respeitar a Constituição, e a internet me ajudou muito nisso.

Pesquisadora: A internet foi o meio principal para você acessar esse conhecimento?

A: Com certeza. Sem ela, a mídia hegemônica jamais teria me mostrado outros pontos de vista.

Pesquisadora: E como você avalia a questão da acessibilidade nos telejornais?

A: Falta muita audiodescrição. Às vezes, eles dizem "confira na imagem", mas não descrevem. Isso me deixa indignado.

Pesquisadora: Então você sente que, se houvesse mais descrição de imagem, isso ajudaria bastante?

A: Sim. Não só para deficientes visuais, mas para qualquer pessoa que não esteja vendo a TV no momento.

Pesquisadora: E como você vê iniciativas como autodescrição?

A: Acho legal quando fazem, mas vejo que só acontece em matérias sobre deficiência. Precisamos disso em matérias do dia a dia também.

Pesquisadora: E você acha que algo mais poderia melhorar?

A: Sim. Além da descrição das imagens, poderiam dar mais atenção à clareza na fala e nas informações. Isso ajuda todo mundo, não só pessoas com deficiência.

Participante José (J):

Pesquisadora: Você nasceu em Rio Verde?

J: Sim.

Pesquisadora: Quantos anos você tem?

J: 57.

Pesquisadora: Você sempre morou aqui nessa região da cidade?

J: Não, morei em diversas regiões. No centro, até meus 30 anos, 34 anos. Depois morei mais na região norte, no Setor Pausanes, boa parte também, e na região ali do Parque Bandeirante também.

Pesquisadora: E qual é o seu nível educacional?

J: Fiz faculdade, sou graduado em Serviço Social.

Pesquisadora: Serviço Social. E atualmente a sua profissão é qual?

J: Eu sou, pelo município, pela Prefeitura de Rio Verde, né? Eu sou assistente social efetivo e pela Abas eu sou gestor administrativo.

Pesquisadora: Você é servidor efetivo há quanto tempo?

J: Desde 2011, então tem 13 anos.

Pesquisadora: E pela Abas você atuou desde sempre, né? Desde a fundação. Você que fundou a Abas, você ajudou na fundação, como é que é essa história com a Abas?

J: Eu só ajudei na fundação, sou um dos sócios fundadores, estamos lá até hoje.

Pesquisadora: Como é que é o seu trabalho lá na Abas e como que é o trabalho que a Abas faz para a sociedade? Conta um pouco para a gente.

J: Bom, a Abas, a missão dela é promover um envelhecimento digno, ativo, saudável, e ela oferece diversas modalidades de atendimento, como a ILPI, que é a Instituição de Longa Permanência, onde as pessoas idosas lá residem, moram. Tem o programa Centro Dia, que os idosos, é o atendimento domiciliar, eles passam o dia, e já tivemos também atendimentos domiciliares. E nesse atendimento, nesse acolhimento, é oferecido um atendimento integral, né? Em diversas áreas, de acordo com a necessidade do idoso. Seja na área da saúde social, como a medicina, fisioterapia, farmácia, psicologia, nutrição, próprio serviço social, educação física. Eles têm lá os cuidados básicos, de banho, de vestuário, de ajuda na transferência, que eles têm a baixa capacidade de intermolar. Tem uma equipe de serviços gerais, de cuidadores. E a Abas tem duas unidades, uma na Vila Borges e outra lá no Monte Sião, na Região Norte. Ela acolhe atualmente 220 beneficiados, 220 pessoas idosas. Ela se mantém através de diversas fontes, em parceria com o poder público municipal, estadual, através de recursos federais, das emendas, das emendas de deputado, federal, estadual, agora mais recebimento

das emendas impositivas dos vereadores, especialmente também de apoio da comunidade rioverdense, de pessoas físicas e pessoas jurídicas. Então, é esse conjunto, essa somatória de forças, de esforços, que realmente faz com que ela se desenvolva e ao longo desses mais de 20 anos tenha oferecido esse trabalho às pessoas idosas.

Pesquisadora: Legal. E voltando um pouco para a sua vida pessoal, como é que foi a sua vivência com a deficiência? Você nasceu com deficiência visual, você adquiriu ao longo da vida? Como é que foi?

J: Sim, eu nasci com a deficiência visual, é uma doença congênita, né? Foi identificado, verificado aos meus seis anos, quando eu comecei a estudar. E a partir de lá pra cá, a gente vem buscando os recursos e administrando, né? Buscando sempre a superação. É uma doença degenerativa, né? Então eu tinha um nível de visão e é uma doença que, com o tempo, foi evoluindo. E de uns 3, 5 anos pra cá, chegou num ponto, vamos dizer assim, que eu já tenho um diagnóstico de cegueira, né?

Pesquisadora: Sim. Você tem alguma porcentagem que você visualiza ou é 100% sem a visão?

J: Não, sou considerado dentro dos critérios médicos cego, mas eu ainda vejo vultos, principalmente quando tem um contraste de cores, principalmente em ambiente mais penumbra, mais escuro, ainda consigo ter um nível de independência, de ir e de vir. Mas quando no contato do sol, da claridade, muita luminosidade, aí ela aumenta o grau de complexidade.

Pesquisadora: Entendi. E como é a sua vida de acesso e consumo de notícias? Como é que você costuma se informar?

J: Considerando que, quando se fala em notícia, em jornalismo, as informações, geralmente o jornalista, o repórter traz ele em áudio, então no meu caso, como eu ouço, a gente consegue entender o teor da mensagem da notícia através do áudio. Quando é alguma reportagem no caso da televisão que mostram imagens, aí fica limitado, a não ser quando há uma descrição, mesmo que seja sucinta, do fato ali da imagem, mas fica restrito a isso. É lógico que fica o vazio de você não conseguir visualizar um pouquinho, um exemplo, vai mostrar lá uma natureza, algo nesse sentido. Você fica na asa da imaginação, porque estão relatando lá. Mas do ponto de vista do conteúdo, da notícia, você está falando lá de uma enchente ou de uma queimada, você faz ideia.

Pesquisadora: Sim, você como já enxergou bastante ao longo da vida, você acha que a imaginação te ajuda nesse sentido?

J: Ajuda, com certeza, você tem muita... Embora sempre eu estive limitado, né, sempre eu estive limitado, mas como eu tinha uma visão melhor, fica na retina, né, ficam aquelas imagens na retina, então você consegue identificar, né, fazer uma ideia do que está se mostrando, né? Principalmente aquilo que é relatado também juntamente com o jornalista.

Pesquisadora: E você costuma assistir telejornal, TV de modo geral com frequência?

J: No caso do jornalismo ainda na TV, eu sempre gostei, mas a gente vai despertando outros valores, e o que a gente vê no telejornalismo são muitas notícias negativas. Foca muito nesse lado sensacionalista, mostrando sempre o lado negativo. E acaba a gente entrando naquela onda negativa de pessimismo, são raras as matérias, as notícias que edificam, que trazem o lado bom da sociedade, e sempre prioriza a questão do crime, da marginalização. E aí a gente acaba afastando, para não entrar num campo de pensamento, de energia tão ruim. Isso a gente tem evitado. E quando existe no caso do telejornalismo, coisa de TV, eu nunca, por exemplo, novela, filme, justamente porque as situações que valem muito a questão da imagem, né? Por exemplo, o futebol também, que você tem que ver, aí eu vou ao recurso do YouTube, do rádio, né? Porque muitas das vezes o jornalista no rádio, o repórter, ele acaba dando mais emoção. Isso aí é interessante destacar, né? No futebol, por exemplo, e eu acredito até na notícia também, isso eu gosto de ver a CBN, alguma coisa assim, que ele, eu acho, ele consegue expressar mais no rádio, mais emoção, consegue, vamos dizer assim, materializar mais o fato pra gente do que na própria televisão, porque na televisão a realidade é outra, né, a pessoa ali, o ouvinte ali, que tá assistindo, ele vai ver, né, no caso. Então, no caso da pessoa com deficiência, a gente acaba valorizando mais, eu com o tempo percebi isso, e hoje, por exemplo, no caso de futebol, eu já tenho minhas notícias, eu uso o recurso do celular, vejo pelo YouTube, pelos canais aí, essas notícias.

Pesquisadora: Então se fosse para você colocar como fonte de informação que você mais utiliza, eu diria o rádio?

J: O rádio, o rádio.

Pesquisadora: Certo.

J: Mas não é o rádio, o rádio também desses dispositivos. Hoje que está tudo na internet, né? Não o rádio tradicional, mas aquele eu nem tenho.

Pesquisadora: Sim. Quando você está acessando as notícias, então, pela televisão, se você pudesse pontuar quais são os maiores desafios para entender a informação em relação à acessibilidade, o que você pontuaria?

J: Apesar que a tecnologia hoje já nos oferece muitos recursos que contribuem com que a gente consegue fazer o movimento, ligar, desligar, fazer busca através de chamada de voz.

Hoje existem esses recursos que contribuem muito. Mas muitas das vezes, o comodismo, a gente acaba não se esforçando, não aprendendo muito. E tem sempre algum membro da família junto que já tem iniciativa, já posiciona para a gente, faz a sintonia ali. Mas existe, por exemplo, quando exige algo ali que realmente você tem que fazer uma leitura, colocar um recurso hoje, uma senha, algo nesse sentido, aí a gente tem uma dificuldade maior, né? Que realmente precisa do recurso visual para poder estar trabalhando. Mas a gente percebe cada dia mais avanços, mais conquistas, mais tecnologia, realmente quebrando essas barreiras e facilitando para a pessoa com deficiência ter acesso não só à notícia, mas a outros benefícios que a gente tem hoje.

Pesquisadora: E você mora com a sua esposa, mora com o filho também?

J: Isso, hoje atualmente é minha esposa, filha e as cachorradas.

Pesquisadora: E aí você acaba recebendo a ajuda das outras pessoas para compensar a falta de acessibilidade?

J: Sim, sim, com certeza. Com frequência.

Pesquisadora: Agora falando um pouco dessa questão da audiodescrição, muito se fala de audiodescrição, né? Por exemplo, o repórter descrever mais a imagem, às vezes se autodescrever também, dizer características físicas do repórter. Se no telejornalismo tivesse a audiodescrição como um costume, você acha que você se sentiria mais considerado assim como telespectador pelo jornalismo? Ou você acha que isso não faria tanta diferença?

J: Para mim, não. Não faz diferença, não acrescenta. Não só no telejornalismo, porque o objetivo para mim é ouvir a notícia. O recado ali, a mensagem, não é conhecer ele, pra mim independente disso, entendeu? E essa autodescrição também, mesmo dentro de um ambiente quando você chega que tem esse recurso, aí eu acho que está muito ligado também ao meu perfil, eu sou ansioso, eu sou agitado, não tenho paciência pra ficar falando: "Nossa, entrou numa sala que tem uma cortina rosa, que tem uma parede preta, que tem isso, que tem aquilo." Também porque, a não ser quando é necessário. Mas, na maioria das vezes, é desnecessário aqui, não vai acrescentar, embora eu respeite. Eu já fui, por exemplo, hoje é muito comum, isso tem crescido, participar de alguma conferência, alguma palestra, que as pessoas fazem essa descrição: "Estou vestido de vestido, disso, daquilo", mas, no meu ponto de vista, quando eu fui lá, o meu objetivo não era conhecer a pessoa. Agora é lógico, quando você vai conhecer a pessoa, o objetivo é você conhecer a pessoa, aí sim eu acho que vai de bom ela poder fazer a descrição dela, mas caso contrário, meu objetivo lá foi outro, foi ouvir a palestra, o conteúdo, a mensagem. Pra mim não agrega, não.

Pesquisadora: E você considera que nesse caso mesmo, por exemplo, na autodescrição, na verdade, não agrega. Mas no caso, descrever alguma imagem da reportagem da TV, de um concurso, informações que estão na tela?

J: Eu acredito que mesmo a pessoa que tenha a visão, essas informações são tão rápidas, a não ser quando ela já está tão buscando aquilo que ela já põe ali o smartphone para ela tirar foto, a câmera ou com papel ou caneta para anotar, porque pelo contrário, aquilo ali tá falando e já fala rápido até a pessoa, se ela não preparou, ela não vai conseguir anotar. A não ser quando ela já estiver consciente disso que vai vir a informação que ela precisa anotar. E aí no meu caso, como eu não tenho esse recurso de anotar, e aí ao longo dos anos eu desenvolvi muito a memória, e aí você acaba gravando.

Pesquisadora: Você acha que a memória também junto com a imaginação é um recurso pra você?

J: Com certeza, sempre foi e é. Muitas das vezes eu aprendi matemática, aprendi na escola que eu nunca via no quadro branco, isso foi desenvolvendo ao longo dos anos, pela memória, quando o professor relatava lá numerador 3, denominador 4, aquilo eu tinha que ir memorizando pra me aprender a fração e assim outras coisas. Então a memória foi realmente, embora foi crescendo essa capacidade de memorizar, e é lógico que depois que eu percebi, depois que eu parei de estimular mais isso, que naturalmente você acaba tendo uma preguiça maior, já percebe um déficit até mesmo pelo próprio envelhecimento. Mas só voltando a essa questão, a gente é movido pelo interesse, Sabryna. Então por exemplo, eu gosto muito de futebol, então quando o jornalista, o repórter, descreve a jogada, como eu não vi, o jogador foi na linha de fundo, até no telejornalismo, quando está falando do esporte, cruzou a bola, cabeceou, bateu, entrou no canto. Você imagina. Isso de alguma forma agrega pra gente. Diferente falar, só "gol". Pegou a bola, chutou e gol. O rádio, geralmente, o jornalista no rádio, seja esportivo, de notícias, seja de qual área, ele descreve melhor do que o da TV. E aí eu busco mais esse recurso que justamente supra essa necessidade.

Pesquisadora: O rádio traz todo um detalhe do lance enquanto vem o jogo na TV e diz "gol"?

J: Exatamente, fala no máximo o nome do jogador, não descreve a jogada. Mas aí vem a questão econômica, né? A TV, o espaço é caro, ali tudo é muito rápido, tem que fazer as propagandas, e eu não tenho condição ali de... Eu acho que isso é um ponto, né? Mas seria útil. E quando eu sento aqui, eu já percebi também, o tempo do rádio é diferente do tempo da TV, né? Então, quando eu estou ouvindo o jogo ao mesmo tempo aqui com o rádio ligado e o jornalista na TV é um, o jornalista no rádio aqui é outro, não bate. De repente faz o gol lá na TV, demora alguns segundos para o gol sair aqui no rádio.

Pesquisadora: É verdade.

J: Então, acaba trazendo uma dificuldade nisso aí.

Pesquisadora: Tem mais alguma coisa em relação à sua vivência como consumidor de telejornalismo ou de outro tipo de jornalismo que você gostaria de dizer e de incluir aqui?

J: Eu não pensei nisso, poderia contribuir com você, mas com certeza hoje, por exemplo, do ponto de vista da indústria, os recursos tecnológicos têm contribuído muito, nesse sentido dos dispositivos para você movimentar. Agora, do ponto de vista do telejornalismo, eu acho que essa capacidade dele poder falar, e muitas das vezes você consegue falar tudo em poucas palavras. Mas às vezes fala muito e não fala nada. E aí vai depender do foco dele também, do enfoque que ele é dado na notícia, quem quer alcançar, sensibilizar. E muitas das vezes não é rentável, não é lucrativo, não é interessante para TV, para esse mundo aí, essa informação, essa perda de tempo, no ponto de vista entre aspas para eles, de um tempo maior para ver essa descrição. Aí vem o caso do interesse econômico.

Pesquisadora: É interessante você trazer esse ponto do interesse econômico, porque a maioria das pessoas eu percebo que elas não trazem. Pensa sobre o porquê que não há acessibilidade devida, mas aparentemente você reconhece que a falta de interesse econômico, junto com a TV, não só o jornal, mas a televisão como um todo, é a grande responsável por não ter descrição de imagem mais clara.

J: Eu acredito nisso. No caso dos surdos, por exemplo, que falta intérprete de Libras, que a gente está falando muito também. Aí faltam políticas públicas do governo, faltam incentivos. E a partir do momento que se houver um subsídio, um incentivo do governo, da iniciativa privada que subsidia, que incentive, naturalmente vai haver as pessoas interessadas que possam oferecer para alcançar, seja o deficiente auditivo, seja o deficiente visual, no caso do telejornalismo. Então acho que sem dúvida nenhuma a ausência de políticas públicas, de iniciativas do governo ou da iniciativa privada, quem sabe futuramente com esses incentivos, com esse apoio, pode contribuir de forma que torne mais acessível, inclusive o telejornalismo. E falta bom senso acho na descrição também. Pelo menos pra mim o que me afasta mais do telejornalismo é que não tem nada a ver com a questão, é o assunto. O que vai acrescentar pra mim disso aí? Nada, entendeu?

Pesquisadora: Você acha que faltam pautas mais positivas?

J: Mais positivas, mais edificantes, que trazem realmente, que vêm agregar na vida da gente.

Pesquisadora: Tipo, por exemplo, se você pudesse sugerir temas, você acha que você sugeriria temas ou... Só que falta mais assuntos positivos de modo geral?

J: Eu acho que o tema tinha que ser bem amplo pra atender, no caso, pra atender toda a população, né? Então, por exemplo, tem um tema que depende de acordo com o interesse de cada um. Então, se eu passar uma reportagem sobre um lar de idosos, eu vou interessar. Mas, de repente, outro que trabalha com criança vai interessar. Pelos seus interesses particulares. Mas mostrar algo que realmente venha a contribuir, que venha a somar, que venha alguns exemplos para a transformação do mundo. Por exemplo, em vez de mostrar o lado... O que estão fazendo hoje, o governo faz, a polícia faz para combater o tráfico. Por exemplo, o tráfico. Quais são as consequências? Mostrar para os jovens quais são as consequências, os riscos que tem de mexer com isso. Então é algo que é melhor mostrar que prendeu. Tem que mostrar esse resultado. É para o governo. Embora tem gente que gosta.

Pesquisadora: Você acha que faltam esses assuntos só no jornal local ou, por exemplo, faltam no jornal nacional?

J: Todos, todos os jornais. Pautas positivas. Pautas positivas. Eu acho que isso aí é... Eu acho que isso aí vem de encontro com a realidade do povo, entendeu? Dos ouvintes. A maioria das pessoas gosta disso aí.

Pesquisadora: É verdade. Isso me faz lembrar um pouco da TV UFG, que eu sempre cito. A TV UFG, ela traz assuntos bem positivos. Claro que tem um pouquinho de... Que tem que trazer, mas com viés educativo. Por exemplo, de orientação. E também, por exemplo, pra quem não escuta, tem sempre intérprete de Libras, tem audiodescrição. Aquilo lá que, por exemplo, pra você como consumidor não faz tanta diferença, mas para outros fazem. Toda vez que eles entram numa entrevista, o entrevistado faz a sua descrição, faz a descrição do cenário. Mas uma coisa bem rapidinha também para não tomar muito tempo.

J: Mas, no governo passado, no governo Bolsonaro, como a esposa dele, a primeira-dama, como é que ela chamava?

Pesquisadora: Michelle.

J: Michelle. Ela, por exemplo, era amante da causa da Libras, né? Cresceu a interpretação de Libras. Aí é a influência dela, né? Não sei se ficou legado nesse sentido, com certeza deve ter ficado, né?

J: Sim. É porque, assim, na verdade, na lei está garantido que isso tem que existir, mas na prática, né?

Pesquisadora: Não, é. Efetivar, materializar é o grande desafio, né?

J: E assim é com todas as outras deficiências. Na lei, tá, mas agora é efetivar, é colocar acessibilidade, é colocar...

Pesquisadora: É verdade.

APÊNDICE B - Entrevistas com pessoas com deficiência auditiva (com auxílio de Intérprete de Libras)

Participante Lucas (L)

Pesquisadora: Eu vou ficar perto de você tanto pra ele olhar pra nós duas ao mesmo tempo quanto pra ajudar também a gravar, pro som ficar mais perto. Qual que é a sua idade?

L: 29.

Pesquisadora: Você mora em que bairro aqui de Rio Verde?

L: Parque Betel.

Pesquisadora: O que eu quero saber agora é sobre o seu nível educacional. Você estudou? Você fez faculdade? Como é que é? Você estudou até o ensino médio?

L: Terminei o ensino médio.

(A Intérprete complementa as informações.)

Ele está contando a história de quando ele começou a estudar. A falta de acessibilidade à comunicação nos primeiros momentos na escola foi muito difícil. O processo de alfabetização pela falta de profissional de intérprete de Libras. E não tinha intérprete. O professor ficava falando e ele não entendia. Então, ele mudou aqui pra Rio Verde e quando ele chegou aqui, ele já tinha o intérprete de Libras e começou a aprender. Ele morava em Primavera do Leste. E com a falta de intérprete foi muito difícil. A comunicação, enfim, foi um processo muito complicado.

Aí, a primeira intérprete que acompanhou foi a primeira intérprete que ele teve. Ele começou desde o primeiro ano do ensino fundamental, e até o ensino médio ele teve acompanhamento com o intérprete. Aí ele começou a aprender e se desenvolver.

Pesquisadora: Então você nasceu em Primavera do Leste. Veio com quantos anos pra cá, pra Rio Verde?

L: Mais ou menos... Não lembro exatamente, mas era criança. Uns 8 anos de idade.

Pesquisadora: Certo. Você tem uma profissão ou alguma área de atuação?

L: Trabalho no Grupo Petrópolis. A função é descarregar cerveja e ajudar com outros carregamentos.

Pesquisadora: A deficiência te acompanhou durante toda a sua vida, né? Você nasceu com deficiência?

L: Sim, eu nasci surdo. Sempre foi muito difícil. Sofri muito preconceito. As pessoas olhavam pra mim, por eu ser surdo, e faziam críticas. Eu queria me comunicar, mas ninguém

sabia Libras. Era um processo muito difícil. Sofri muito por isso durante todos os anos. E ainda não é fácil ser surdo em um ambiente de ouvintes.

Pesquisadora: Como a deficiência influencia o seu dia a dia? Ainda é tão difícil quanto era antes fazer atividades diárias pela falta de acessibilidade?

L: A falta de comunicação ainda é muito difícil. Nas provas, por exemplo. Quando eu vou fazer uma prova, a estrutura gramatical da língua portuguesa é completamente diferente da língua de sinais. Se eu fizer a prova sozinho, sem intérprete, fica muito difícil. Mas fico feliz quando tenho acompanhamento. O intérprete lê a prova, interpreta o que está escrito, e isso facilita. O português é muito difícil, mas com o intérprete eu consigo entender melhor.

Pesquisadora: Agora vamos falar sobre consumo de notícias. Como você costuma se manter informado?

L: Vejo às vezes notícias de acidentes. Observo de forma visual. Quando tem fotos ou imagens, é mais fácil entender. Por exemplo, se acontece um acidente, consigo entender o que aconteceu porque vejo as imagens. É difícil compreender notícias pela falta de intérprete. Eu gosto de assistir televisão, porém, assim, às vezes tem a legenda, só que é difícil de acompanhar, porque está apropriada mais para as pessoas ouvintes.

Pesquisadora: Você recebe ajuda de alguém no seu dia a dia, por exemplo, na sua casa, ou você mora sozinho, como é que é?

L: Moro com a família.

Pesquisadora: Você é o único surdo da família?

L: Sim, sim, só eu sou surdo na minha família. E é muito difícil a comunicação, porque todos são ouvintes e a família sabe pouco língua de sinais, então eles cobram muito, forçam a falar. Por isso que eu aprendi, inclusive, um pouco da leitura labial, porque a família força muito a questão da leitura labial. É muito complicado porque eles ficam falando o tempo todo e muitas vezes eu não entendo e eles não têm paciência. E às vezes eles ficam gritando pra tentar fazer com que eu ouça e é muito difícil. Às vezes eu vou dormir e aí ficam cutucando, chamando. É muito complicado ser surdo.

Pesquisadora: Na sua casa, as pessoas costumam assistir televisão? Você também gosta de assistir?

L: Sim, eles gostam muito. Eu gosto também de assistir televisão.

Pesquisadora: De que forma então que você consegue compensar a falta de informações auditivas. Você não consegue escutar, então como consegue entender as informações?

L: O que está falando, eu não consigo entender. Mas as imagens podem ajudar.

Pesquisadora: Conversando com você, eu entendo que a legendagem não é suficiente para o conteúdo ficar acessível ao surdo. As informações, se tivesse intérprete de Libras já seria suficiente?

L: Já ajudaria muito.

Pesquisadora: Que sugestões você tem para tornar os telejornais mais acessíveis?

L: Intérpretes de Libras. Isso é essencial. As legendas não ajudam muito. E também é importante que a janela dos intérpretes seja maior, porque muitas vezes é pequena e difícil de acompanhar.

Pesquisadora: O que mais você gostaria de dizer sobre acessibilidade?

L: Gostaria que as pessoas entendessem que surdos e ouvintes são iguais. Precisamos dos mesmos direitos, como acessar informações e nos comunicar. Isso ainda é muito frustrante, porque não temos o suporte necessário em vários lugares.

Pesquisadora: Inclusive, não tem relação com jornalismo, mas a Ellen já tinha me contado que ela te auxiliou no seu processo de CNH. Como foi esse processo?

L: Antes, no processo da CNH, foi muito difícil. Quando fiz a prova pela primeira vez, não tinha intérprete. O exame de vista foi tranquilo, porque era só olhar, mas na hora de entender as instruções e fazer a prova escrita, foi muito complicado. Eu reprovei.

Na segunda tentativa, a intérprete que ajudou sabia apenas o básico de Libras e ficava digitando ou escrevendo palavras, mas eu não conseguia entender. Foi muito difícil.

Depois, em 2024, com um bom intérprete, eu consegui passar. Entendi como funcionava a embreagem, aceleração, troca de marchas. No dia da prova, fiquei nervoso, mas consegui. O examinador ficou impressionado e me parabenizou.

Pesquisadora: E como foi com a moto?

L: Mais complicado ainda. A instrutora ficava nervosa e isso me deixava nervoso também. Mas consegui treinar, entender as instruções com ajuda do intérprete e passei também.

Pesquisadora: Acho que isso mostra como é importante ter acessibilidade, não só no jornalismo, mas em todos os aspectos da vida. Você tem mais algo que gostaria de compartilhar?

L: É muito frustrante quando quero fazer algo simples, como assistir à TV ou tirar CNH, e encontro barreiras. Intérpretes de Libras são essenciais. Também gostaria que houvesse mais paciência das pessoas ouvintes. Não somos inferiores. Precisamos de igualdade e respeito.

Participantes Carlos (C) e Ana (A)

Pesquisadora: Você morou sempre aqui nessa região do Gameleira ou não? E nasceu em Rio Verde?

C: Sempre morei aqui no Goiás, em Rio Verde. Antigamente, quando era pequeno, morava lá no Centro, perto do Centro, no bairro Jardim América. Mas nasci em Rio Verde.

Pesquisadora: Qual é o nível educacional? Fez até o ensino médio, fez até o fundamental, fez faculdade?

C: Fiz o ensino médio completo.

Pesquisadora: E qual é a área de atuação, profissão?

C: Eu sou operador de empilhadeira.

Pesquisadora: Como é que foi a experiência ao longo da vida com a deficiência? Você nasceu surdo?

C: Sim, eu nasci surdo.

Pesquisadora: E desde pequeno você sente a falta de acessibilidade? Quais são as lembranças que você tem como uma pessoa surda em sociedade?

C: É muito difícil pra mim, ainda mais com comunicação. Antigamente, na época em que eu estudava, não tinha internet, nenhum professor sabia Libras, nenhum aluno, era complicado pra mim estudar naquela época, e pra eu me comunicar com os outros colegas de turma também era difícil. Aí depois que eu fui crescendo, comecei a trabalhar com 16 anos. Eu trabalhei como jardineiro, sabe?

Pesquisadora: Jardineiro

C: É. Aí depois de seis meses eu comecei a mexer com ramo de computação. Só que, por causa das palavras em português, da fonética, da língua portuguesa, eu não conseguia me dar bem. Era difícil entender isso comunicação. Aí depois de uns dois meses eu desisti do emprego porque não tinha intérprete e, pra eu entender o serviço, era difícil, né? As palavras em português eram muito complicadas pra mim, aí desisti. Aí depois, com uns sete anos, eu comecei a trabalhar no mercado. Aí algumas pessoas lá do mercado, na verdade nenhuma sabia Libras, né? Era difícil pra mim. Algumas só sabiam libras ou escreviam no papel. Eu conseguia entender um pouco, mas era difícil. Eu queria conversar com as pessoas, mas elas só sabiam falar comigo, com a voz. E pra mim era difícil, com poucos livros. Com uns oito anos, eu troquei de emprego. Antigamente a empresa se chamava Orsa. Aí trabalhei 14 anos lá e comecei o trabalho como auxiliar. O meu sonho era trabalhar como operador de empilhadeira, porque eu via as máquinas lá e achava muito legal. Aí, um ano lá, trabalhando bastante, eu consegui ser um pouco promovido. E eu continuava vendo as empilhadeiras, queria muito trabalhar com elas. Aí, conversei com o meu superior, que eu queria mudar de

cargo, né? Aí, eu consegui ser um pouquinho promovido de novo. Aí, fui, fiz um curso. Quer dizer, eu queria fazer um curso, mas a empresa não estava querendo deixar. Diziam que, por eu ser surdo, eu não ia saber o que fazer, eu não ia conseguir. Fiquei bastante chateado, mas sempre lutei, sabe? Fiquei falando, falando o que eu queria lá. Aí foi na época em que a minha filha nasceu, eu fiquei preocupado com o que eu ia fazer pra ajudar a família, né? Aí pedi pro chefe novamente, que eu queria fazer o curso, só que o chefe não deixava, né? Não liberava o curso pra mim, só que os outros colegas faziam, né? E de graça ainda. Fiquei bastante triste, aí chamei a minha mulher e expliquei a situação, que eu queria muito fazer o curso para operador de empilhadeira, queria trabalhar nessa área. Aí a minha mulher ficou com dó de mim, né? A gente se esforçou, fomos e pagamos um curso particular por fora. Eu fiquei muito feliz com isso. Aí fui, fiz o curso, consegui passar em todos os testes, todas as provas certinhas. Aí eu entreguei pro meu chefe e aí... Mas mesmo assim, apesar de eu ter o certificado e ter passado no curso, por quatro anos o chefe não me deixou operar. Aí eu falei assim: “Não sei se você não me deixa subir de cargo para a primeira missão...” Mas o chefe sabia que eu trabalhava bastante, sempre fui bastante trabalhador, eu era bom... Aí o meu colega falou: “Tenta um pouquinho, mas não desiste, né? Continua tentando.” Mas esse colega, a gente conversava por mímica também. Por escrita também, muitas palavras eu não entendia, não conhecia. Aí, por sorte, eu tinha esse colega que me ajudava, né? Tentava explicar as coisas pra mim. Aí sim eu fui promovido, consegui o cargo de operador de empilhadeira, consegui ajudar melhor a família, fiquei bastante feliz com isso. Aí trabalhei bastante e ficava pensando que queria comprar uma casa só pra mim e pra minha esposa. A minha esposa me ajudou bastante nessa conquista, juntos compramos essa casa e eu agradeço muito a Jeová. Eu lembro que no passado foi muito difícil porque eu não conseguia me comunicar com as pessoas. E também que qualquer reunião que tinha na empresa sobre segurança, ou algum problema, qualquer coisa, eu não entendia porque não tinha intérprete. Então eu nunca ficava sabendo e, às vezes, eu estava lá trabalhando e não sabia dos riscos, dos perigos que tinha. Porque como não tinha intérprete, eu não sabia dos riscos do meu trabalho. Aí por sorte, quando acontecia alguma coisa, alguém me ajudava. Depois de muitos anos, chegou um intérprete e eu consegui entender melhor. Aí depois de 14 anos, eu fui demitido e foi um vácuo muito grande pra mim. Fiquei um pouco preocupado, mas não entendia. Eu acreditava muito que Jeová iria me ajudar no tempo certo. Aí, depois de seis meses, eu fui recebendo aquele... Esqueci a palavra. Quando é demitido, você continua recebendo...

Pesquisadora: Ah, rescisão? Acerto?

C: Era o seguro desemprego.

Pesquisadora: Ah, seguro desemprego.

C: Isso, perdão, tinha esquecido o nome. Eu fiquei seis meses recebendo o seguro desemprego. Aí, quando terminou, eu já fui contratado por outra empresa. A empresa perguntou em qual ramo eu queria trabalhar e eu respondi: “Ah, qualquer um, só trabalhar.” Mas aí a empresa foi e, ao invés de me colocar como auxiliar, me colocou como operador de empilhadeira. Fiquei bastante feliz também, só que era a mesma coisa: não tinha intérprete nenhum, nada. Foi difícil, né? Nessa outra empresa acabavam acontecendo alguns problemas, eu me esforçava pra entender, né? E muitas pessoas ficavam desconfiadas, botavam muita pressão em mim. Então foi difícil me concentrar no trabalho, por causa da pressão e por eu não entender. Aí um dos colegas, que não sabia Libras, mas tentava, me ajudava um pouquinho. Ele ficava com dó de mim, porque eu sofria bastante também, pois não tinha descanso. Outros funcionários, outros colegas que trabalhavam como operador de empilhadeira, tinham uns 40 minutos de descanso, só que eu não tinha. Eu estava trabalhando direto. Perguntei: “Por que eu trabalho direto e meus colegas têm descanso?” Aí percebi que era um pouco de preconceito do chefe por causa da minha deficiência. Aí eu ficava chateado, querendo desistir de trabalhar por causa dessa falta de comunicação, que causou muita ansiedade em mim. Então pensei em, por tantos testes, procurar um psicólogo, né, pra tentar melhorar. Só que o psicólogo também não sabia Libras, não tinha intérprete, aí foi difícil. Eu falei: “Então vou chamar minha filha pra vir traduzir pra mim.” Mas a psicóloga falou que não podia, por causa do sigilo, né? Então eu disse pra ela procurar um curso, pra me ajudar. Só que aqui em Rio Verde não tem nenhum psicólogo que saiba Libras. Às vezes eu consigo algum intérprete pra ir junto, mas não me sinto confortável pra falar tudo que eu sinto, porque não é o médico que tá ali, né? Então é difícil pra mim contar tudo.

Pesquisadora: Quantos anos tem agora?

C: Tenho 40.

Pesquisadora: Agora perguntando um pouquinho pra ela... Você também nasceu aqui em Rio Verde?

A: Não, eu nasci lá no Mato Grosso.

Pesquisadora: No Mato Grosso? Como que é o nome?

A: Araputanga. Perto de Cuiabá. Eu nasci lá e cresci lá. E fiquei a vida toda lá até conhecer o C.

Pesquisadora: Eu ia perguntar exatamente isso. Como vocês se conheceram? Então vocês se conheceram lá?

A: Foi... Foi... Ó, eu sempre morei lá em Cáceres, né? Ah não, espera só um pouquinho, vou contar minha história de vida e depois eu falo do nosso encontro. Então... Eu morava lá e tinha passado em alguns concursos na época, só que era difícil porque não tinha intérprete também. Meu irmão, que já faleceu, me ajudava muito, só que ele morreu quando eu era nova, então boa parte da minha vida ficou mais difícil porque não tinha outra pessoa pra ajudar. Minha família também não sabia muito, meus avós eram ouvintes, talvez um ou outro arriscasse alguma mímica, mas era complicado. Eu sempre falava assim: “Vocês têm que aprender pra gente conseguir se comunicar.” Aí eu trabalhava lá de empregada, né? De faxineira, mas até que eu fiz um concurso, passei na prefeitura e trabalhei sete anos lá. Aí, depois disso, eu conheci o C por meio de um amigo em comum. Esse amigo foi babá dele por muito tempo, passou no vestibular e veio morar aqui em Rio Verde. Aí ele conheceu o C. Naquela época, eu não tinha celular, eu tinha 27 anos e o C 20, ele era mais novinho. Eu não conhecia muita coisa de computador, não conseguia entender. Tinha o Orkut naquela época, o Messenger... E eu também tinha uma amiga surda que recebeu uma mensagem desse nosso amigo em comum, dizendo que tinha um menino aqui interessado em namorar. Eu respondi: “Não quero, não.” Aí essa amiga disse que o C tava em dúvida entre três mulheres pra namorar. E ela mesma falou pra ele: “A Adriana já tem dois filhos de outro casamento, ela é pé no chão, firme, enquanto as outras duas são muito bobinhas.” Na época eu pensei “Aí, não quero não, ele mora longe, eu não gosto de relacionamento à distância.” Mas a minha amiga ficou insistindo. Eu também não sabia mexer em computador, não sabia conversar. Ela me ajudou, lá no computador dela, a aprender a mexer no Orkut, colocar os meus dados. Quando eu vi ele, pensei “Gente, esse menino é muito novinho, eu já tenho dois filhos!” E ele morava muito longe. Mas eu fui conversar com a minha mãe, né?

Pesquisadora: E você morava onde e ele morava onde nessa época?

A: Eu morava em Cáceres, no Mato Grosso, e ele aqui em Rio Verde. Então o meu amigo veio pra cá, conheceu ele e falou que o C estava aqui. Eu não queria relacionamento à distância, por isso.

A: É. Aí a minha mãe falou: “O que importa é o coração, se você tá amando, a idade não é problema.” Eu disse: “Ah, vamos ver no que vai dar.” Meu irmão, antes de falecer, já falava que era melhor eu encontrar um surdo. Detalhe: meu outro casamento foi com um ouvinte e não deu certo. Então meu irmão dizia: “Você tem que ficar com quem é surdo, que te entenda.” E o meu pai já não queria, achava que eu tinha que namorar ouvinte. Aí eu falei pro C: “Olha, eu não vou ir aí não, se você quiser me ver, você vem. Eu, mulher, indo ver você?” Aí ele veio. Foi em 2005, no mês de maio, que nos vimos pela primeira vez. Em julho, quer

dizer, em maio a gente começou a conversar, em julho ele foi lá. Ele avisou o nosso amigo em comum: “Já tô indo.” E chegou na hora que eu tava indo pra escola. Eu falei: “Calma aí, deixa eu me arrumar.” Quando eu o vi, me assustei, porque ele era muito alto e eu sou baixa. Falei: “Achei que você fosse mais baixo.” Aí ele conversou com a minha família, eu contei da minha vida, ele contou da vida dele. Fiquei pensando: “Não quero só ficar à toa, eu quero namorar, casar e tal.” Aí a gente namorou e, depois, ou eu ia pra lá ou ele vinha pra cá, mas em 2007 eu engravidei. Eu vim pra cá porque os médicos e hospitais aqui eram melhores, e eu trabalhava na prefeitura de lá, então pedi licença pra ter meu bebê aqui. Aí ela nasceu em dezembro. Depois voltei a trabalhar. Em agosto, eu falei: “Vou trabalhar porque tá precisando, né?” Em outubro de 2008, eu mudei pra cá de vez, em novembro a gente casou. E estamos aqui até hoje. Antes disso, sofri bastante, mas depois que conheci o C, melhorou.

Pesquisadora: Ah, que bom. Como é o dia a dia de vocês pra acessar notícia, informação? Vocês gostam de acessar pela internet, a TV? Como que...

A: Eu só uso Instagram. Tem muita coisa do Instagram que não entendo, e minha filha ajuda. Tenho medo de fake, né?

C: Eu não gosto de Instagram, Facebook, nada.

Pesquisadora: E como é que é pra acessar notícia?

C: Às vezes no status do WhatsApp, que eu vejo, ou naquela página de notícias do Google. Mas é meio difícil, né? Por causa da fonética da língua portuguesa, tem muita dificuldade.

Pesquisadora: Em relação à TV, como é que é o consumo de vocês? Vocês costumam assistir jornal, novela?

C: Eu não gosto muito, por causa do português. Como eu não entendo bem, eu desisto. Às vezes a fala é muito rápida, não consigo entender o contexto direitinho. As palavras em português são fonéticas, o significado é completamente diferente. Pra eu entender bem é difícil. Às vezes eu conheço essa palavra, mas tem outra que eu não conheço; junta tudo, eu me perco. Pra muitos surdos é assim, a gente não tem muita vontade de insistir. De vez em quando, quando percebo que tá acontecendo algo no jornal, eu chamo minha filha pra ela traduzir pra mim.

Pesquisadora: Eu tô entendendo, conversando com os surdos, que aquela legenda que coloca na televisão não é boa, porque como tem a língua portuguesa não ajuda em nada, né?

C: É muito ruim.

Pesquisadora: E aí eu também já percebi que a impressão que eu tenho é de que a leitura labial também é uma estratégia pra entender a informação. Mas se falar muito rápido também não dá pra fazer essa leitura labial, né?

C: É, algumas coisas até entendo pela expressão da pessoa. Mas a minha esposa é do mesmo jeito.

A: Eu chamo quando não conheço alguma palavra. Mas às vezes é tanta palavra nova que acabo desistindo de ficar assistindo.

C: Nós dois gostamos de assistir jornal, mas quase não assistimos por causa disso. Ela também gosta de dorama.

Pesquisadora: Ah, dorama! Mas os doramas na Netflix têm intérprete de Libras ou legenda?

A: Tem legenda. Pra mim é fácil de entender.

Pesquisadora: Legal, legal. E, por exemplo, quais estratégias vocês usam no dia a dia se fosse só o telejornal? A imagem ajuda?

C: Depende. É difícil. Às vezes eu vejo uma imagem, penso que é uma coisa, mas estão falando outra. Pergunto pra alguém: “É isso aqui mesmo que estão falando?” E a pessoa diz: “Não, a imagem até é aquela, mas não é isso que a matéria quis dizer.” Eu confundo bastante. Eu amo assistir jogo, mas quando acontece algum problema no campo, se eu não tiver ninguém pra me explicar, eu fico dois dias ansioso sem saber o que aconteceu ou sobre algum jogador. Aí pergunto pra algum amigo e ele me ajuda. Mas se tivesse intérprete, seria melhor. E por exemplo, se aparece uma casa em promoção ou algo assim, a gente não fica sabendo. Quando eu vou ver, já passou o anúncio, e se eu até tivesse dinheiro pra comprar, perdi a oportunidade. Fico chateado com isso.

Pesquisadora: Vocês têm um canal favorito?

C: Cresci assistindo muito a Globo. Mas agora eu fico mudando entre Globo e SBT, vendo se entendo mais. Globo, às vezes, também é difícil. Quando eu vejo que não tô entendendo nada, troco de canal. Tô acostumado, mas atrapalha. A legenda sai toda errada, às vezes atrasada, aí não serve pra nada. Eu falaria pros responsáveis dos jornais que eles precisam de intérprete, aqueles que ficam num cantinho da tela, traduzindo o que está sendo falado. Só que tem que ser intérprete de Libras mesmo, não pode ser só português sinalizado. Porque às vezes colocam alguém que faz só o português sinalizado, não é Libras. Aí eu não entendo. Não adianta chamar alguém com faculdade se a pessoa não convive com surdos, não domina a Libras de verdade. Então tem que ser alguém que saiba traduzir mesmo.

A: Concordo com ele.

Pesquisadora: Outro surdo me disse que dependendo do tamanho da janela de Libras, não dá pra enxergar o intérprete. Vocês acham isso?

C: É, quanto maior, melhor. Normalmente deixam a imagem grande e a janelinha minúscula, a gente não consegue ver.

Pesquisadora: Vocês lembram de alguma situação em que estavam querendo entender a informação da TV e não conseguiram?

A: Olha, eu fico muito interessada em leis, e agora no novo governo. Quando eu vejo alguma coisa no jornal sobre as diretrizes, eu não entendo nada se não tem alguém pra me explicar. Aí eu pergunto pra minha filha, mas às vezes ela também não assistiu. Também teve a questão do FGTS, que mudou, passou no jornal, eu não entendi. Gosto de acompanhar essas coisas de lei, mas sem acessibilidade é difícil. Percebo que as pessoas ouvintes evoluem rápido, e eu não. Muita coisa eu não sei.

Pesquisadora: Mais alguma coisa que vocês gostariam de dizer?

C: Sim, queria falar também que falta intérprete em outras situações, como em consultas médicas, orientações sobre sexualidade, estupro. Eu percebo que muitos intérpretes ficam sem jeito de falar certas coisas, e acabam resumindo em “é perigoso.” E aí eu não fico sabendo de tudo. Precisaria de alguém que realmente traduzisse.

A: Eu concordo. Alguns sinais a expressão é fundamental. E normalmente não tem intérprete, ou eles estão ocupados. Agora, o que ajudou um pouco foi um aplicativo, o ICOM, conhece?

Pesquisadora: Não...

(A mostra aplicativos de chamada de intérprete e dificuldades com psicólogos que não aceitam por causa do sigilo.)

A: É muito injusto. Porque se um psicólogo tivesse empatia, entenderia que eu preciso de intérprete. Mas aqui em Rio Verde não tem. Em Goiânia tem. Em outras cidades também. A maioria da família não se esforça pra aprender Libras, e daí ficamos aflitos. Um problema que pra vocês pode ser pequeno, pra gente pode ser maior, por não entender.

Pesquisadora: Entendi.

A: Outra coisa também, se você for fazer o curso de Libras, procure pessoas surdas mesmo, que convivam. Se você erra, mas está com boa vontade, tá ótimo.

Pesquisadora: E vocês, o que acham de quando tem intérprete de Libras em show?

C: Olha, a gente se sente incluído. Quando não tem, não entendemos nada. Pra nós é respeito. Mas às vezes, em eventos, o intérprete tá lá e as pessoas passam na frente, ignorando que precisamos enxergar o intérprete.

Participante Ingrid (I)

Pesquisadora: Quero saber um pouquinho da sua história, da sua opinião sobre o jornalismo e também sobre a acessibilidade na TV. Em primeiro momento, eu queria saber quantos anos você tem?

I: 27 anos.

Pesquisadora: Você nasceu em Rio Verde?

I: Nasci na Bahia.

Pesquisadora: Viveu muito tempo na Bahia ou veio pra cá quando criança? Como é que é? Eu vou sentar do seu lado. Que daí vai ficar mais fácil pra gravar áudio. Pode ficar aí que eu sento do seu lado.

I: Primeiro mudei pra Iporá. Eu tava com a idade de 20 anos. E depois eu mudei aqui pra Rio Verde. Eu já estava com 20 anos. A escola era o Martins Borges. Eu estava no terceiro ano. E a intérprete que traduzia para mim... Eu estava estudando muito no terceiro ano, aí eu formei. E foi um processo muito complicado. Depois eu formei e parei de estudar. Depois, no ano seguinte, eu comecei na faculdade, no IF. O Adriano, intérprete de Libras, estava me acompanhando. Me acompanhou uns quatro meses. Depois, eu perdi o intérprete. Aí não teve mais intérprete no IF, porque ele precisou fazer outra função, porque ele ficou de licença. Então, eu fiquei muito nervosa, minha família também. Fomos no Ministério Público, ficamos muito tristes com a situação. E assim, eu estava lá assistindo as aulas, só que eu não conseguia entender o conteúdo. Eu ficava muito preocupada, me sentia muito sozinha e com medo também. Eu estava muito preocupada porque não sabia como agir nessa situação. Tinha uns conteúdos, não tinha intérprete, e eu não sabia o que fazer. Eu estava completamente perdida e me sentindo muito insegura. Por isso, eu desisti do curso. Depois, no outro ano, em 2022, comecei a trabalhar vendendo roupas. Eu batia ponto lá na loja também. A minha chefe não sabia nada de Libras, não sabia se comunicar. Colocava pra eu trabalhar, pedia pra eu fazer algumas coisas... E assim, depois veio a pandemia, foi um momento muito complicado, aí me dispensaram, me mandaram embora. Fui demitida e recebi pouco. Eu percebi que não recebi todos os direitos que eu tinha e fiquei muito triste, muito frustrada com isso. Depois, no outro ano... Em 2021, na pandemia, eu estava de folga. A minha mãe e meu pai estavam trabalhando muito, eles estavam trabalhando e estava muito difícil, muito complicado. E eu fiquei pensando: “Está muito difícil eu ficar em casa sozinha.” Por conta da deficiência e aquela cobrança de que eu estava sempre sozinha, não estava conseguindo emprego, não estava estudando... Eu queria voltar a estudar, só que eu não tava com muito interesse. Estava muito difícil as palavras, muito complicado. Quando eu comecei o trabalho, tô voltando àquele assunto. Eu estava vendendo roupas. As roupas eram muito bonitas. Porém, a falsa acessibilidade... E assim, algumas coisas eu gostava muito, porém o salário, as coisas, o trabalho, ficava muito pensativo. Eu tinha 24 anos. Depois... O nível educacional é que eu

estudei, parei de estudar pela falta de acessibilidade, e não terminei nenhuma faculdade, não. E aí a parte do trabalho de roupas também não deu certo por causa da falta de acessibilidade.

I: Ah, a questão da CNH. A minha mãe e o meu pai juntaram dinheiro e tentaram negociar. Eu fiquei preocupada, assim... Na rua tem muitos ouvintes, e no trânsito quase não tem surdos. E, assim, pra mostrar que eu sou surda, é um pouco complicado: as pessoas não vão entender, é muito difícil. Porque, por exemplo, sinal verde, amarelo. Sinal verde, amarelo, vermelho. As ruas têm a sinalização, porém dirigir é um pouco complicado, perigoso. Tenho muito medo de bater em algum carro também. E assim, a família também ficou preocupada com essas questões. Eu adoro dirigir sozinha, então ainda estou analisando como vou fazer. Porque eu preciso me desenvolver e tenho muito medo de bater o carro. Ah, eu quero um carro preto, diferente com automático. Eu não quero passar marcha. Passar marcha é difícil, só tendo o acelerador e o freio. Eu não quero embreagem, quero carro automático. E eu, por ser surda e com ouvinte usando aparelho, mesmo assim eu não consigo ouvir o suficiente. Eu e a minha mãe conversamos sobre essas questões e expliquei que na rua eu ficaria muito preocupada em dirigir sozinha, porque a buzina, por exemplo, não é visual, não é uma luz. E as palavras em português, muitas coisas eu não compreendo, então é completamente diferente. Fica muita preocupação de bater o carro, por exemplo.

Pesquisadora: E como é que você consome notícia? Como é que você se mantém informada normalmente? É pela TV ou não?

I: É difícil acessar informação. Pessoas ouvintes não se importam muito. Tem poucos surdos e muitos ouvintes. Então às vezes, tem muitas coisas que não ficamos sabendo. Passam despercebidas. Lá em Goiânia, por exemplo, é uma cidade muito grande, tem coisas que não ficamos sabendo. E os surdos não tem a garantia da comunicação, se isso está realmente correto ou não.

Pesquisadora: E como é que é com a TV especificamente? Você assiste ou não?

I: Eu vejo a TV. Mas as pessoas falam muito. Eu vejo acidentes acontecendo. Por exemplo, de moto, carros, ônibus, caminhão, diversos outros meios de transporte.

Pesquisadora: Por exemplo, quando tá assim, a legenda em língua portuguesa, você consegue entender? Ou acho que falta acessibilidade? Você, como fluente em Libras, quando você tá assistindo TV, você prefere que tenha aquela legenda que costuma aparecer ou ela não ajuda para você?

I: Por ser em língua portuguesa, eu prefiro intérprete de Libras, é melhor. Porque a legenda, eu não consigo compreender as palavras. O contexto. Então, em Libras, é mais fácil pra eu entender, porque aí o intérprete explica claramente e eu consigo absorver as informações

corretamente. Por exemplo, palavra que eu não sei... Tem muitas palavras em provas. No passado, no terceiro ano, quando eu estudava, foi muito difícil. Eu fazia as provas, eu não conseguia entender o que estava escrito, o contexto da prova. Aí quando a intérprete explicava, eu via a prova, ficava mais fácil, aí eu conseguia compreender, conseguia aprender.

Pesquisadora: A falta de intérprete na TV atrapalha a sua percepção como uma pessoa que está assistindo TV?

I: Sim. Eu falo que a TV não tem intérprete, não tem. Muito ruim isso. Não tem nada. As legendas dá pra entender vagamente, dá pra entender algumas palavras, mas não dá pra entender o contexto. Exemplo: na época do Bolsonaro ainda tinha alguns intérpretes, agora com o Lula complicou muito.

Pesquisadora: Em evento, por exemplo?

I: Em evento, por exemplo. Eu acho que era melhor na época.

Pesquisadora: Na hora que a gente falou do seu nível educacional, não entendi qual foi a faculdade que você começou...

I: Eu não terminei faculdade. A faculdade que eu comecei... Química. Eu tava num laboratório de química, acho que não lembro o nome do curso. Tinha as atividades, os relatórios que eu tinha que fazer, todos os laboratórios, e era muita coisa, era muito difícil. Eu não entendia porque eu precisava escrever aqueles relatórios toda vez que ia ao laboratório. A minha mãe falou, eu ficava pedindo pro IF insistir pra ter intérprete ali e não tinha, porque o IF não tava querendo contratar o intérprete. E eu como surda comecei a cobrar também meus direitos, que eu preciso do intérprete. E assim, eu me posicionei. Um homem que era chefe lá no IF disse que teve que mandar os intérpretes embora. O Adriano estava de licença, eles estavam procurando intérprete, não encontraram. Também não tinha ninguém que pudesse estar lá no IF pra poder me acompanhar como intérprete. O Adriano estava conversando, dialogando, aconselhando montar um documento, mas assim não resolveu nada. Porque precisava de custo, não tinha verba suficiente pra poder contratar intérpretes no IF. Então tava muito complicado. E o IF pegou e chamou... Foi numa semana depois e cortou essas verbas. Foi muito complicado. Só tinha as pessoas ouvintes, e a comunicação estava impossível. Eu me senti muito constrangida diante disso, com muita vergonha, porque eu tinha que fazer as atividades e não conseguia. O Adriano teve que sair, teve que pegar licença. Não teve outro intérprete.

Pesquisadora: Você nasceu com a surdez e você tem implante. Você tava contando que você tem implante coclear. É desde criança?

I: Implante coclear, sim. Eu tinha 5 anos. Foi lá em São Paulo que eu coloquei o implante coclear. Que é mais ou menos uma hora de viagem de avião. Quando eu era criança, eu não entendia por que colocar o implante coclear. Isso aqui é o quê? Às vezes fazia barulho e eu comecei a ouvir alguns sons com o implante coclear. Eu tive que fazer a cirurgia, é muito caro o implante coclear. É mais de 10 mil reais. A minha mãe foi juntando e pagou o implante, fez tudo em particular. Eu tinha 5 anos de idade. E assim, foi muito difícil, eu tive que ir pra São Paulo também, fazer a cirurgia, fazer os acompanhamentos médicos. Eu sentia muita dor, doía muito o lado onde fez a cirurgia, eu chorava muito por conta disso. Eu tava me sentindo muito insegura também, porque gritava e eu ficava muito sensível. A fase de adaptação do aparelho auditivo foi muito complicada. Eu ficava muito nervosa, não sabia o que fazer. E Libras eu não sabia quase nada. Então a comunicação era basicamente muito complicada. Aí eu tive que voltar lá em São Paulo, né?

Pesquisadora: Se você colocar o aparelho, o implante ajuda você a ouvir ou você não ouve nada?

I: Barulhos, ruídos, e minha cabeça dói muito. Eu prefiro não usar o aparelho auditivo. Eu entendo um pouco de leitura labial: A, B, C, D, as letras do alfabeto. Mas a leitura labial ainda é muito complicada. O barulho, os sons... é muito difícil, às vezes dói muito, é incomunicável. Os problemas... Minha mãe e meu pai ficam muito tristes por conta disso, porque eles queriam que eu me desenvolvesse mais na realidade, que eu tentasse. Porém, eu não consigo, por mais que eu me esforcei. Minha mãe às vezes fica nervosa porque quer discutir comigo várias vezes. Então isso é muito problemático, porque ela quer me ensinar, quer que eu me desenvolva na oralidade, mas eu não tenho interesse. Eu prefiro Libras. Porém, a família não quer que eu fique somente na língua de sinais.

Pesquisadora: E quando, por exemplo, na sua casa tem duas TVs, você costuma sentar no sofá pra assistir TV, pra assistir alguma coisa?

I: Eu gosto muito de assistir televisão. Eu gosto muito. Eu aprendo algumas coisas também, vejo algumas coisas. Mas, porém, muitas coisas eu fico sem entender. A minha mãe me ensina, ela fala algumas informações pra mim, e eu consigo compreender algumas coisas do que acontece. 19, quase mais ou menos 19, eu tinha mais ou menos 19 anos de idade. Eu comecei a compreender as primeiras palavras em português também.

Pesquisadora: Então você tem um conhecimento de língua portuguesa, além da Libras, né?

I: Sim, poucas palavras eu consigo compreender em casa, na rua... mas eu me sinto insegura de ficar andando na rua sozinha, porque tenho medo de assalto, de estupro, de violências. Então eu prefiro não andar sozinha na rua porque é muito perigoso. As pessoas atualmente

são muito perigosas, os motoristas são muito imprudentes. Em prédios também é muito difícil eu ficar andando sozinha. Então eu prefiro estar sempre acompanhada dos meus pais, me sinto mais segura.

Pesquisadora: E para assistir TV, os pais também ajudam a traduzir as informações para Libras?

I: Sim.

Pesquisadora: Se fosse pra você sugerir como você gosta de assistir TV, como seria se a TV melhorasse a acessibilidade? O que pode melhorar nisso?

I: Eu gosto da TV. Exemplo: quando as pessoas estão falando, explicando, fica difícil de compreender. Sobre acidentes, enfim, coisas relacionadas à polícia, a tiros, a guerras, o universo, as imagens, os recursos visuais que tem na TV, ficam com as informações. Quando mostra as imagens de acidente, de caminhão, mortes de pessoas, os repórteres falam muito sobre, essas coisas, e bandidos que vão presos. Eu vejo e fico apavorada com tantas coisas que passam na televisão — cachorros sendo maltratados, pessoas que vão presas, motoristas imprudentes, questão de CNH, enfim, que vão presas, e às vezes a CNH tem que ser tomada por causa de imprudência do motorista. Muitas pessoas geralmente colocam capuz preto e vão em um lugar vazio, escuro, e ficam ali espionando, entram e assaltam, roubam um monte de coisa, roubam a televisão. Imagens.

Pesquisadora: Vou falar agora do “*closed caption*”. Tem muita gente que acha que aquela legenda que a gente vai no controle da TV e coloca pra passar a legenda, que traduz tudo que está falando em língua portuguesa, é um recurso de acessibilidade. Pra quem é surdo e não conhece nada da língua portuguesa, só conhece Libras, não é bom porque não ajuda em nada. Então alguns preferem nem usar aquela legenda. Pra você, que conhece um pouquinho da língua portuguesa além da Libras, você acha que ajuda ou atrapalha? Você prefere usar ou não usa?

I: Por exemplo, aqui em Rio Verde, quando eu assisto TV, eu prefiro não colocar legenda, mas não tem intérprete. Então, pra mim, que sou surda, é muito complicado. Aí eu tenho que estar sempre perguntando: “Mãe, o que tá acontecendo? Pai, me explica o que tá acontecendo? Não tô entendendo, me explica o que é isso. Não tem intérprete, cadê o intérprete? Não tem.” Eu fico assim, tipo, eu quero que tenha o intérprete, mas não tem. Isso me deixa muito triste, porque eu preciso entender aquilo ali que tá sendo passado. Porque mesmo que a minha mãe me ajude, me explique algumas coisas, mesmo assim, lá em Goiânia tem algumas coisas lá referentes... tem algumas... todas as TVs, até mesmo em Goiânia, na capital, não tem intérprete, não tem, e a minha família são todos ouvintes, que escutam as

informações. E a acessibilidade em Libras é muito falha nesse ponto, o repórter fala a informação, mas eu não compreendo nada. Então são todos — não só eu, mas várias famílias de surdos, no geral. E a gente quer cobrar isso, porque precisa dessa acessibilidade, garantir essa acessibilidade. Crianças também surdas, crianças surdas vão assistir televisão, querem assistir algum desenho animado, não entendem e ficam agoniadas com a situação. Porque é muito ruim ser surda, ver tantas coisas acontecendo e não entender nada. E o mundo tá assim...

Pesquisadora: Tem mais alguma coisa que você gostaria de contar em relação à falta de acessibilidade na TV pra você?

I: Quero. Na TV, por exemplo, eu tenho vontade de assistir, só que eu queria muito que tivesse intérprete de Libras. Isso me faz muita falta e eu fico preocupada. Mas, mesmo assim assim, eu gosto de ver algumas coisas, gosto de ver algumas imagens, notícias.

Participante Jessica (J)

Pesquisadora: Você tem quantos anos?

J: Tenho 24 anos.

Pesquisadora: É, você mora em que região de Rio Verde?

J: Veneza.

Pesquisadora: Você nasceu aqui em Rio Verde?

J: Não, eu nasci em Goiânia.

Pesquisadora: E você veio pra Rio Verde quando? Como é que é a sua história, assim, de mudança de cidade e tal? Você viveu em Goiânia por um tempo?

J: Então, eu nasci em Goiânia. Eu nasci de sete meses e, enfim, eu quase morri quando eu nasci, porque eu fiquei durante um bom tempo na incubadora. Então, assim, foi um processo muito complicado na minha vida, eu quase perdi a vida. Aí minha família pegou... Quando eu tinha mais ou menos um ano de idade, eu mudei um pouquinho pra Rio Verde e, enfim, foi uma luta muito grande. Também fiquei um tempo em Iporá, depois voltei pra Goiânia e voltei pra Rio Verde.

Pesquisadora: E você se formou recentemente, né? Foi no quê?

J: Eu me formei em administração no IF Goiano.

Pesquisadora: Onde é que você trabalha? O que você faz no seu trabalho?

J: Futuramente, eu quero fazer a pós-graduação. Começo no ano que vem e eu também pretendo fazer mestrado. Eu trabalho na empresa Comigo, no RH, como auxiliar administrativo.

Pesquisadora: E como é que foi a sua experiência com a deficiência ao longo da vida? Como não escutar influencia nas suas atividades diárias, incluindo o acesso e consumo de notícias, mas não só isso também, no seu dia a dia? Como é para você ser uma pessoa surda e enfrentar a falta de acessibilidade?

J: Então, na verdade, foi uma questão muito complicada, porque começou desde quando eu era bem pequena, quando descobriram a minha surdez. Eu era totalmente dependente dos meus pais. Enfim, minha família também não aceitava a língua de sinais, eles tentavam me oralizar, queriam que eu aprendesse a ouvir, queriam que eu aprendesse a falar, que eu escutasse. Enfim, foi uma questão muito complicada na minha vida e o acesso à comunicação foi muito difícil. Tentar buscar a oralidade foi muito difícil, foi uma tentativa... Enfim. E quando colocaram o aparelho auditivo, eu não me adaptei ao aparelho porque era muito ruim. Eu fiz a cirurgia do implante coclear e isso me causava muita dor de cabeça, muita frustração, eu não consegui me adaptar. A minha família ficou contrariada por conta disso. O implante coclear foi implantado, mas eu não uso, não ajuda. Eu tentei, na verdade, me adaptar ao implante coclear por insistência da minha família, mas me causou muita perturbação. Inclusive, minha cirurgia foi feita em São Paulo, fiz consultas com fono, mas para me ouvir, eu ouvia muitos ruídos e não consegui me adaptar. Eles me influenciavam a falar, a falar na oralidade, treinava diálogos, mas foi um momento muito difícil. Então, quando eu conheci Libras, a minha vida mudou, porque Libras para mim foi um significado muito grande, eu faço parte da comunidade surda, eu me identifico como uma mulher surda.

Pesquisadora: Com que frequência você assiste TV? Você assiste bastante?

J: Sempre, eu gosto de ver TV. Eu tento entender algumas coisas, algumas questões da oralidade também, para perceber um pouco das imagens, olhar o contexto, mas a comunicação é muito falha. Isso complica muito a situação, porque é inacessível pra mim. Por mais que eu tente observar detalhadamente o contexto da imagem visual, ainda assim vejo que falta muita informação. Então fica muito complicado. Assistir notícia na TV é complicado.

Pesquisadora: Então, quando você vai se informar, você busca por quais meios de informação além da TV? A internet, por exemplo, é melhor pra você?

J: Quando a notícia é muito famosa, ela é muito espalhada, né? Então a comunidade surda se comunica e, enfim, compensa divulgar imagens, questões... Por exemplo, de um acidente, alguma coisa, alguma prova que vai ter — vestibular, por exemplo. Eu tento me atentar. Às vezes eu leio alguns documentos, mas é muito falho. Então eu tenho que questionar algum intérprete, por exemplo. Eu tenho um intérprete que é amigo, por exemplo, que me ajuda, me auxilia na inscrição de um Enem, por exemplo, de um vestibular, alguma coisa.

Pesquisadora: Como é a questão de acessar essas informações, então? Você sempre precisa da ajuda de alguém e essas pessoas costumam ser, por exemplo, seus colegas surdos ou intérpretes, enfim?

J: Sim. Às vezes os intérpretes estão muito ocupados e, às vezes, precisa pagar o intérprete, e o custo é caro também. Então, às vezes, alguns amigos que são intérpretes buscam me ajudar da melhor forma possível, mas...

Pesquisadora: Você acredita na afirmação de que se não tiver intérprete de Libras nos telejornais, essa comunicação nunca vai ser clara pra você? Por exemplo, mesmo você entendendo um pouco de língua portuguesa, mesmo você conseguindo ler legenda, enfim... Porque, por exemplo, nessa pesquisa, a gente conversou com vários surdos e a maioria deles disse: “Não, eu nem coloco legenda porque eu não entendo nada de língua portuguesa, então isso não vai me ajudar.” O que não é o seu caso, porque você acabou sendo condicionada a entender a língua portuguesa. Mas, mesmo assim, eu queria entender se a legenda é 100% acessível ou não. Precisa mesmo do intérprete?

J: Então, na verdade, a legenda ainda é fraca. O intérprete é mais acessível. E outra coisa, não é qualquer intérprete, não, porque tem intérprete que não sabe interpretar direito. Eu vejo, eu percebo que tem muitos intérpretes que estão trabalhando ali, atuando em programas de televisão, por exemplo, e cobram preço barato e não sabem interpretar corretamente. Por exemplo, só fazem português sinalizado em vez de Libras. Não sabem fazer Libras direito. Porque, o que acontece? Alguns intérpretes não buscam muita informação. Fazem um curso básico de Libras e acham que já estão prontos para interpretar. E não é assim, porque tem que estudar a gramática da língua de sinais, porque são duas línguas diferentes.

Pesquisadora: Você acha que também conhecer a cultura surda é importante para que a pessoa tenha mais empatia com a comunidade surda?

J: Sim, é muito importante, porque, primeiramente, a cultura do ouvinte é diferente da do surdo. As conversas, os assuntos... E muitos ouvintes não têm muito interesse, porque estudar é um processo complicado, não é fácil. Então, o profissional intérprete precisa estar se dedicando muito, participar de eventos junto com a comunidade surda, buscar mais conhecimento, e isso não é fácil.

Pesquisadora: Voltando um pouco pra questão da TV, você consegue, por exemplo, mencionar pra mim algum canal que na sua casa tem mais costume de estar passando? Por exemplo, Globo, enfim, ou até algum jornal que você costuma ver? Pode ser jornal local daqui, ou jornal nacional? Como você costuma consumir mais?

J: Eu particularmente vejo poucos, sabe? Porque é ruim, é desmotivante tentar assistir um jornal e não ter acessibilidade em Libras. Então eu busco informação, mas é muito complicado. E eu também trabalho o dia inteiro, meu tempo é muito corrido. Tenho só sábado e domingo. Eu busco mais dedicar meus estudos.

Pesquisadora: Quando acontece alguma coisa na cidade e o assunto passa mais na TV, você acaba sendo afetada por isso, então?.

J: Muito complicado. No celular, pelo Instagram, pelas redes sociais, o WhatsApp, o YouTube, eu assisto alguns vídeos, algumas coisas, algumas informações, pesquiso de forma mais detalhada. Por exemplo, a questão da Covid-19, foi algo que aconteceu que parou o mundo, né? Então foi uma questão assim que não tinha como eu não saber da informação. Enfim.

Pesquisadora: E aqui nessa pesquisa, a gente fala muito sobre o fato de que tanto pessoas com deficiência auditiva quanto pessoas com deficiência visual são obrigadas a criar estratégias, porque não existe acessibilidade. Então, por exemplo, uma pessoa cega tem que imaginar a imagem, porque o áudio não explica direito. Uma pessoa surda pode tentar fazer leitura labial. Leitura labial acaba sendo uma estratégia. Eu queria saber exatamente isso sobre você. De que forma você compensa essa falta de informações auditivas que existem nos telejornais, já que eles não se preocupam em ter intérprete de Libras? Você acha que consegue entender o básico ou não?

J: Eu penso que, por exemplo, ler leitura labial dá pra entender algumas coisas. Mas quando fala muito rápido alguma coisa, é muito complicado. Então precisa gesticular muito. E, assim, precisa de acessibilidade, porque quando eu olho essas questões, vejo o telejornal e não consigo compreender, é muito difícil. A acessibilidade é muito pouca e precisa melhorar. E também precisa ter intérpretes qualificados, porque não basta ter só um intérprete, se ele não for qualificado. Quando o jornalista está falando, explicando, precisa ter um sinal, precisa a comunicação estar mais acessível em Libras. Dessa forma como está, é muito complicado, a acessibilidade é muito falha. Precisa do intérprete de Libras, não tem outra forma. Mesmo que tenha legenda, a estrutura gramatical da língua portuguesa e da língua de sinais é completamente diferente.

Pesquisadora: Você já falou muito sobre isso, mas quais sugestões você teria, então, para tornar os telejornais mais acessíveis e inclusivos para pessoas com deficiência? Se você estivesse frente a frente com alguém que trabalha num telejornal, que pensa em recursos de acessibilidade para um telejornal, o que você diria, o que você sugeriria?

J: Primeira coisa, aqui em Rio Verde, por exemplo, quando eu vou em um restaurante, ou alguma coisa, passa na televisão alguma coisa, e as pessoas vão lá, tentam falar comigo, mas é complicado. Eu sou surda, então, assim, as pessoas precisam ter consciência do que é uma pessoa surda também.

Pesquisadora: Eu não sei se eu entendi bem essa parte. Você conseguiu entender? Em relação, por exemplo, tá no restaurante, pra ser entrevistado, como que...?

J: Não, por exemplo, às vezes chega um jornalista num restaurante, alguma coisa, e quer entrevistar um surdo. E acha que eu sou ouvinte e vem se comunicar comigo. Então acha que só porque eu sou surda mas sei um pouco de leitura labial, que eu entendo 100%. Não é assim. Precisa de um intérprete de Libras.

Pesquisadora: Entender que um jornalista, assim como eu, que ainda não sei Libras, mas quero, precisaria, lá no início, ter alguma disciplina introdutória de Libras, na faculdade. Da mesma forma que um profissional de saúde bem qualificado tem que saber Libras pra atender uma pessoa surda. Você acha que é mais ou menos isso?

J: Isso, exatamente. Porque, por exemplo, tem tradução para o inglês, tem tradução para outras línguas. Por que não tem Libras? Por que não tem intérprete pra traduzir para a língua de sinais voltada ao surdo em específico?

Pesquisadora: Você tem alguma coisa sobre a sua história, sobre a sua opinião sobre acessibilidade ou qualquer outra coisa que você gostaria de falar além do que já foi dito até aqui?

J: Então, eu me formei, fiz faculdade e, durante o período da faculdade, foi um momento muito complicado, foi um desafio muito grande, porque tive muitos prejuízos na faculdade. Principalmente quando eu entrei, não tinha intérprete de Libras; tive que entrar no Ministério Público pra conseguir um intérprete, e o meu desafio pra me formar foi muito complicado. Enfim, eu sofri muito durante a faculdade porque, como não tinha intérprete de Libras, foi muito difícil. Teve um período também durante a pandemia, aulas online, não tinha intérprete de Libras, eram vídeos, precisava entrar na webcam, foi um processo muito complicado.

Pesquisadora: Imagina. Obrigada por ter contado um pouco de você e por ter contribuído com a sua opinião. Eu espero muito que essa pesquisa ajude a nossa comunidade acadêmica, especialmente do jornalismo e da comunicação, a entender a falta que faz pra nós, profissionais, não saber Libras e não saber outros recursos de acessibilidade. Por exemplo, pra cegos, falta muita audiodescrição, descrição de imagem, e justamente pra quem não enxerga é muito difícil. Então é pra isso que essa pesquisa tá servindo, pra alertar nós mesmos, profissionais, que é importante lutar por essa acessibilidade, que aqui na pesquisa a gente

chama de acessibilidade comunicativa. Porque entender que a acessibilidade não tá só nas coisas básicas — por exemplo, tem gente que acha que a acessibilidade é só questão física, de rampa, piso tátil no caso pra pessoas cegas, por exemplo. É entender que essa acessibilidade tem que estar na comunicação e no jornalismo também. Por isso que eu te agradeço por você ter participado.

J: Ok, muito obrigada. Você tem contato com pessoas surdas e cegas? Você já tem alguma experiência relacionada?

Pesquisadora: Então, essa pesquisa, a gente ia conversar com a V, que tem baixa visão, né? E aí não deu, por questões de horário e tal, acho que ela não ia conseguir.

Pesquisadora: E sua experiência com o trabalho, questão de salário, a questão de você já ser formada, como é que é sua experiência lá no Comigo?

J: Então, eu trabalho lá no Comigo e eu percebo o seguinte: as pessoas ouvintes, assim como eu, fazem as mesmas atividades que eu, mas têm um salário maior do que o meu. E é muito ruim, eu percebo que me colocam muito serviço, muita responsabilidade, e eu vejo que elas conversam muito e ganham muito mais que eu. Eu tô ganhando muito pouco. E, assim, parece que veem como se eu não tivesse capacidade, só porque eu sou surda. Mas eu me considero como qualquer outra pessoa, consigo aprender, consigo exercer minhas atividades normais. Porém, no meu trabalho ninguém sabe Libras. E enfim, é muito complicado. No ambiente de trabalho do surdo é muito difícil, porque não tem igualdade social. Falam tanto sobre direitos iguais, mas como que os direitos são iguais se o surdo, mesmo formado, ganha salários diferentes de pessoas ouvintes, numa empresa como a Comigo, por exemplo? E, enfim, só me chamam pra poder colocar serviço, jogar serviço, e pronto, simplesmente assim.

Pesquisadora: E lá não tem ninguém pra escutar as demandas de uma pessoa surda pra realmente lutar pelos direitos?

J: Não tem, infelizmente, muito difícil. Lá na Comigo é muito difícil, porque não tem intérprete. E quando chama, eles querem pagar salário baixo pro intérprete. Tem uma lá que sabe um pouquinho de Libras e ela vai lá e interpreta nos eventos, mas ela não sabe Libras direito. Então é uma intérprete muito fraca, eu não consigo compreender 100%. Eu vejo aqui nas reuniões empresariais, algumas coisas, as informações não chegam pra mim de forma coerente. Porque eu vejo que passa muita informação lá, mas eu fico prejudicada, porque não fico sabendo 100% do que foi repassado.

ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP/UFMG



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Estratégias comunicativas e de significação envolvendo pessoas com deficiências sensoriais perante os telejornais: um estudo de recepção

Pesquisador: SABRYNA MORENO DA SILVA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 76697123.6.0000.5083

Instituição Proponente: Faculdade de Informação e Comunicação

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.744.649

Apresentação do Projeto:

Título da Pesquisa: Estratégias comunicativas e de significação envolvendo pessoas com deficiências sensoriais perante os telejornais: um estudo de recepção. Pesquisador Responsável: SABRYNA MORENO DA SILVA. n. CAAE: 76697123.6.0000.5083. Membro da equipe de pesquisa: Ana Carolina Rocha Pessoa Temer

Trata-se de pesquisa de recepção em comunicação que visa compreender como pessoas com deficiências sensoriais acessam informação por meio do telejornalismo, a fim de avaliar a qualidade e a extensão do acesso a tais informações. Para isso, será realizada a coleta e a análise de dados junto a pessoas portadoras de deficiências visuais e auditivas, por meio de entrevistas semiestruturadas. Será realizada também observação participante na casa dos indivíduos entrevistados.

Objetivo da Pesquisa:

Verificar a hipótese de que a acessibilidade efetiva do telejornalismo influencie diretamente na qualidade e na extensão do acesso à informação por parte de indivíduos que possuem deficiências visuais ou auditivas.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: os entrevistados podem se sentir desconfortáveis ou emocionalmente afetados ao

Endereço: Rodovia R2, n. 3.061, Parque Tecnológico Samambaia, Edifício K2,sala 110, piso 1
Bairro: Campus Samambaia **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-2045 **E-mail:** cep.prpi@ufg.br



Continuação do Parecer: 6.744.649

relembrar experiências relacionadas às suas deficiências sensoriais; podem também se sentirem preocupados com a sua privacidade. Para evitar estes riscos, a pesquisa se compromete a criar ambiente acolhedor para as entrevistas e esclarece o direito à privacidade dos entrevistados no TCLE.

A proponente do projeto declara que contará com intérpretes de Libras para auxiliar na comunicação com os entrevistados, o que é um fator relevante na avaliação dos riscos.

Benefícios: Contribuir para a compreensão aprofundadas das experiências e desafios de pessoas com deficiências no que toca ao consumo de notícias no telejornalismo; identificar lacunas na acessibilidade dos telejornais; oferecer espaço para que pessoas com deficiência se expressem.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A amostra será composta por indivíduos com deficiências sensoriais, contemplando tanto deficiências visuais quanto auditivas. A ideia é entrevistar 10 pessoas, entre indivíduos que nasceram com deficiência e indivíduos que adquiriram a deficiência ao longo da vida.

Os critérios de inclusão são: indivíduos com deficiências sensoriais, ou seja, que possuam deficiência visual ou auditiva, considerando diferentes graus e vivências; que estejam na faixa etária acima dos 18 anos; que sejam oriundos de diferentes classes sociais ou de níveis de escolaridade diferentes.

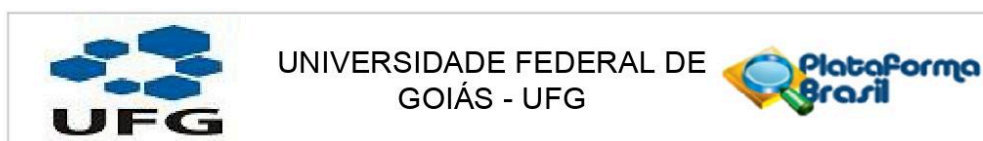
Os critérios de exclusão são, além do não atendimento aos critérios de inclusão, a participação em pesquisas anteriores (para evitar vies de repetição) e a negativa em assinar o TCLE.

O projeto propõe entrevistas com 10 pessoas, residentes nas cidades de Goiânia ou Rio Verde (GO).

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- Folha de rosto assinada pela proponente e pelo diretor da FIC, prof Daniel Christino;
- Cronograma com data de início da coleta de dados posterior à apreciação do processo pelo CEP;
- Roteiro de entrevistas em que se evidencia que as perguntas vão abordar tanto aspectos técnicos do ato de assistir a telejornais como também questões pessoais ligadas à experiência

Endereço: Rodovia R2, n. 3.061, Parque Tecnológico Samambaia, Edifício K2,sala 110, piso 1
Bairro: Campus Samambaia **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-2045 **E-mail:** cep.prpi@ufg.br



Continuação do Parecer: 6.744.649

dos entrevistados com a mídia;

- Termo de compromisso assinado pela proponente e pela orientador, profa. Ana Carolina Temer;

- TCLE.

- Projeto de pesquisa completo.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

As pendências designadas no parecer anterior foram solucionadas pela proponente. Não havendo óbices éticos à realização da pesquisa, portanto, sou pela aprovação.

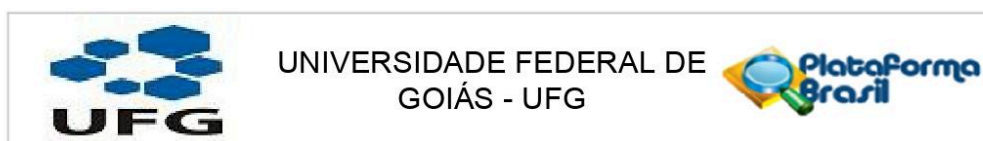
Considerações Finais a critério do CEP:

Enviar relatório final em maio de 2025.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2263541.pdf	17/02/2024 23:28:45		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_CEP_Sabryna_Moreno_Alterado.pdf	17/02/2024 23:27:52	SABRYNA MORENO DA SILVA	Aceito
Outros	Carta_encaminhamento_atendimento_pendencias_Sabryna_Moreno.pdf	17/02/2024 23:26:56	SABRYNA MORENO DA SILVA	Aceito
Cronograma	Cronograma_Sabryna_alterado.pdf	17/02/2024 23:25:34	SABRYNA MORENO DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Humanidades_Sabryna_Moreno_da_Silva_alterado.pdf	17/02/2024 23:24:03	SABRYNA MORENO DA SILVA	Aceito
Outros	Termo_Compromisso_Comite_de_Eticaassinado_2.pdf	22/12/2023 09:33:50	SABRYNA MORENO DA SILVA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_Sabryna_Moreno_assinado.pdf	20/12/2023 14:25:35	SABRYNA MORENO DA SILVA	Aceito
Cronograma	Cronograma_Sabryna.pdf	20/12/2023 13:19:38	SABRYNA MORENO DA SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_CEP_Sabryna_Moreno.pdf	20/12/2023 13:19:29	SABRYNA MORENO DA SILVA	Aceito
Outros	Termo_Compromisso_Comite_de_Eticaassinado.pdf	20/12/2023 13:17:38	SABRYNA MORENO DA SILVA	Aceito
Outros	Roteiro_entrevista.pdf	20/12/2023 11:27:17	SABRYNA MORENO DA SILVA	Aceito

Endereço: Rodovia R2, n. 3.061, Parque Tecnológico Samambaia, Edifício K2,sala 110, piso 1
Bairro: Campus Samambaia **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-2045 **E-mail:** cep.prpi@ufg.br



Continuação do Parecer: 6.744.649

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

GOIANIA, 04 de Abril de 2024

Assinado por:
Marilúcia Lago
(Coordenador(a))

Endereço: Rodovia R2, n. 3.061, Parque Tecnológico Samambaia, Edifício K2,sala 110, piso 1
Bairro: Campus Samambaia **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-2045 **E-mail:** cep.prpi@ufg.br